



Escuela Internacional de Doctorado en Agroalimentación – EIDA 3  
Programa de Doctorado en Recursos Naturales y Sostenibilidad  
Línea de Investigación en Agroecología

*Redes sociotécnicas camponesas: inovações agroecológicas, autonomia, e articulação territorial em Paraty, estado do Rio de Janeiro.*

Guilherme de Freitas Ewald Strauch

Universidad de Córdoba

Córdoba/España

2015

T TULO: *Redes sociotécnicas camponesas: inovações agroecológicas, autonomia, e articulação territorial en Paraty, estado do Rio de Janeiro.*

AUTOR: *Guilherme Freitas Ewald*

---

© Edita: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba. 2016  
Campus de Rabanales  
Ctra. Nacional IV, Km. 396 A  
14071 Córdoba

[www.uco.es/publicaciones](http://www.uco.es/publicaciones)  
[publicaciones@uco.es](mailto:publicaciones@uco.es)

---





**TÍTULO DE LA TESIS:** Redes Socio Técnicas Campesinas: innovaciones agroecológicas, autonomía, y articulación territorial en Paraty, estado de Río de Janeiro.

**DOCTORANDO/A:** Guilherme de Freitas Ewald Strauch

**INFORME RAZONADO DEL/DE LOS DIRECTOR/ES DE LA TESIS**

(se hará mención a la evolución y desarrollo de la tesis, así como a trabajos y publicaciones derivados de la misma).

En el presente trabajo de investigación se llevó a cabo un análisis de las experiencias agroecológicas vividas por los campesinos en Paraty, Estado de Río de Janeiro. La cuestión principal en esta investigación fue verificar cómo las experiencias agroecológicas han contribuido como parte de la estrategia de la resistencia de los campesinos al intenso proceso de desterritorialización.

La tesis apunta a la existencia de un conjunto de estrategias, tecnologías, percepciones y conocimientos que hacen posible la permanencia de los campesinos en Paraty, sin poner en riesgo la renovación de los recursos naturales. Establecida en esta forma de gestión socio ambiental se configura una estrategia territorial campesina de la resistencia, que se realiza también a través de otros ámbitos de actuación, como el acceso a los circuitos cortos de comercialización de productos ecológicos, y la participación política y de los movimientos sociales articulados en las redes socio técnicas.

La tesis aporta importantes contribuciones para el desarrollo de la Agroecología en el bioma de la Mata Atlántica, para la visibilidad del manejo socio ambiental hecho por campesinos en el territorio, y para la construcción de políticas públicas de manutención de la identidad territorial en la región sudeste de Brasil.

Los demás trabajos y publicaciones derivados de la tesis son:

**- Trabajo acepto para publicación en revista científica:**

STRAUCH, G.F.E.

Experiências agroecológicas como parte da estratégia de resistência territorial camponesa: o caso de Paraty, Estado do Rio de Janeiro.

Trabajo sometido y acepto para publicación en la Revista Brasileira de Agroecologia (LATINDEX, ISSN 1980.9735), en 15 de octubre de 2015.

*Referencias adicionales: Brasil/Portugués. Medio de divulgación: Medios digitales*

**- Trabajos completos publicados en acta de congreso:**

STRAUCH, G.F.E. Estratégias de resistência territorial em Paraty, estado do Rio de Janeiro. Artigo completo publicado en la acta del IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural – ALASRU, México, 2014. ISBN: 978-607-9293-04-8.



*Referencias adicionales: Brasil/Portugués. Medio de divulgación: Medios digitales*

**- Trabajos publicados:**

GOLLO, A.; STRAUCH, G.F.E; COX, M.; BARBOSA, T.M. (organizadores).  
Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro: caderno de experiências agroecológicas. 1ª edición, AS PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, coedición: PACS, ISBN: 978-85-87116-17-8, 249 p.; 2014.

*Referencias adicionales: Brasil/Portugués. Medio de divulgación: Medios digitales e impreso.*

**- Presentación de trabajo y conferencias**

STRAUCH, G. F. E.; MENDONÇA, M.M.  
*Re-localizing peasant-based agriculture in the metropolitan region of Rio de Janeiro.* Trabajo presentado de forma oral en el grupo de trabajo de Soberanía Alimentaria y Agroecología (WG 35), en el XIII Congreso Mundial de Sociología Rural, Lisboa/Portugal, realizado en agosto de 2012. Resumen disponible en:  
[http://irsa2012.com/media/uploads/events/wcrs2012/wcrs\\_2012\\_final\\_programme2.pdf](http://irsa2012.com/media/uploads/events/wcrs2012/wcrs_2012_final_programme2.pdf)

*Referencias adicionales: Brasil/Inglês. Medio de divulgación: Medios digitales e impreso.*

**- Producción de vídeo:**

Miembro del grupo de coordinación de edición del vídeo “Caminhos do Rio: experiências agroecológicas no Rio de Janeiro”, un corta con 8 experiencias agroecológicas protagonizadas por campesinos y sus organizaciones en Rio de Janeiro, con 26’52”, producido en julio de 2010, disponible en <http://aspta.org.br/2013/09/video-caminhos-do-rio-experiencias-em-agroecologia-no-rio-de-janeiro/>.

*Referencias adicionales: Brasil/Portugués. Medio de divulgación: Medios digitales*

**-Trabajos publicados en las actas de congresos (Resumen)**

STRAUCH, G.F.E.  
Agroecologia e recampesinização: reflexões a partir da comunidade de Vieira, município de Teresópolis, Rio de Janeiro. Anales del VI Congreso Brasileño de Agroecología y del II Congreso Latinoamericano de Agroecología, Curitiba-PR, noviembre 2009;

*Referencias adicionales: Brasil/Portugués. Medio de divulgación: Medios digitales*

Por todo ello, se autoriza la presentación de la tesis doctoral.

Córdoba, 10 de NOVIEMBRE de 2015

Firma del/de los director/es



Fdo.: ANGEL CALLE CORTADO Fdo.: \_\_\_\_\_

*Redes sociotécnicas camponesas: inovações agroecológicas, autonomia, e articulação territorial em Paraty, estado do Rio de Janeiro.*

Por:

Guilherme de Freitas Ewald Strauch

Diretor:

Prof. Dr. Ángel Calle Colado (UCO)

Co – orientador:

Prof. Dr. Marcos Antônio Bezerra Figueiredo (UFRPE)

Tese apresentada como parte dos requerimentos para a  
obtenção do grau de Doutor pela Universidade de Córdoba/Espanha

Escuela Internacional de Doctorado en Agroalimentación – EIDA 3

Programa de Doctorado en Recursos Naturales y Sostenibilidad

Línea de Investigación en Agroecología

Universidad de Córdoba

Córdoba/España

2015

Dedico este trabalho ao meu pai, Ottolmy Strauch, e a  
minha filha Alice Barbosa Strauch, em memória de ambos.  
Dedico também aos camponeses de Paraty, cuja resistência e modo  
de vida me causam grande inspiração e admiração.

## **Agradecimentos**

Sem nenhuma dúvida os agradecimentos iniciais deste autor vão para os camponeses de Paraty e suas famílias, os quais abriram as portas de suas vidas para me contarem suas histórias ricas em conhecimento prático, e de um saber forjado na luta cotidiana da resistência. Eles são a fonte inspiradora deste trabalho!

Agradeço a Jarbas Alves de Souza, a Eraldo Alves, a José Ferreira da Silva Neto, a Valentim da Conceição e a Maria da Conceição, e a Valdevino Cláudio dos Remédios. Este último é quase a personificação deste trabalho, pois os elementos presentes nos quatro eixos da tese se confundem com os diversos momentos e características de sua vida. Luta pela terra, militância política, estratégia de resistência, saber prático e aplicado na forma camponesa de manejo socioambiental, diversidade cultural e muita persistência, tudo isso faz parte da vida deste camponês!

Este trabalho de pesquisa foi iniciado há muitos anos atrás, quando tive a oportunidade de cursar o mestrado em Agroecologia na Universidade Internacional da Andaluzia, em Baeza, na Espanha. Lá tive contato com uma sólida formação interdisciplinar e bastante ampla nos vários campos de conhecimento afins da Agroecologia, o que alargou os horizontes da minha formação agrônoma, e na verdade a reconstruiu em bases agroecológicas. Os agradecimentos vão, portanto, para o corpo de professores que integraram aquele momento, e em especial à figura do professor Dr. Eduardo Sevilla Guzmán, por sua imensa contribuição à construção da Agroecologia como campo de conhecimento, e em especial aos estudos camponeses.

Foram muitas as amizades construídas durante este período, e na figura de algumas delas faço um agradecimento ao apoio obtido durante a estada espanhola. Através de Luiza e de Félix Moreno, e de sua linda família, agradeço muito o acolhimento e carinho recebidos em Baeza e Córdoba. Neste período também se inicia uma amizade que perdura até hoje, e faço um agradecimento especial a Felipe Jalfim pelo companheirismo na caminhada dentro do mestrado, e agora no doutorado, mas que ultrapassa em muito esta jornada acadêmica. Obrigado!

Também agradeço imensamente a M<sup>a</sup> Angeles Plata, Izabel Vara, Alba e Mamen, pela ajuda valiosa a partir do ISEC e desde a Universidade de Córdoba, durante todo este período. E desde o ISEC/UCO também agradeço à Ángel Calle, diretor do meu trabalho de tese, pelo apoio constante neste período.

Já aqui no Brasil, os agradecimentos se iniciam por Paulo Petersen, pelas conversas sobre o trabalho de pesquisa, sua disponibilidade constante para orientar e sugerir abordagens a partir de sua vasta experiência militante dentro do campo agroecológico. E mais recentemente,



pelo convívio inspirador e fraterno nas gestões dentro da ABA – Associação Brasileira de Agroecologia.

Da militância e trabalho dentro da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro – AARJ, deixo um agradecimento a todos e todas com quem tenho aprendido a executar ações de apoio aos camponeses do Rio de Janeiro, à sistematização de suas experiências agroecológicas, as quais tem ajudado na visibilidade do campesinato na sociedade atual. Na figura carinhosa e serena de Márcio Mattos de Mendonça faço este agradecimento!

Ainda dentro da AARJ agradeço imensamente a Claudemar Mattos, o qual tem sido uma grande inspiração para este trabalho de pesquisa, a partir da sua vivência junto aos camponeses de Paraty. Um dos lindos frutos disso foi sua valiosa dissertação de mestrado junto à UFF, e que foi um importante material de pesquisa para mim. Obrigado pelas inúmeras conversas sobre Paraty, pelo material cedido, e pela amizade na militância agroecológica.

Desde Paraty, são muitos os agradecimentos. Primeiramente agradeço muito a Fábio Reis Oliveira e Erika Moço, pela amizade franca, disponibilidade constante, acolhimento em sua casa e junto a sua família, e aos materiais cedidos e muito tempo de conversas.

A Janaína Ariston, extensionista da EMATER RIO, pelas informações cedidas e pelo material fornecido sobre seu lindo trabalho junto ao CAP – Coletivo Agroecológico de Paraty (atual APOP), e de acesso ao PNAE.

A Rafael Scherer e a Giovane Leal, também extensionistas da EMATER RIO: o primeiro pela hospedagem durante todos estes anos, em sua casa em Paraty, como uma base para o trabalho de campo. Ao segundo, pelo acompanhamento na entrevista ao caixara Jarbas Alves.

A Cyro Duarte Sobrinho, agradeço a amizade desde o período em que trabalhamos juntos em Paraty, e pelas conversas em torno dos desafios no trabalho de uma extensão rural adequada ao modo de vida específico dos camponeses de Paraty.

Ao orientador deste trabalho de pesquisa no Brasil, prof. Marcos Antônio Bezerra de Figueiredo, agradeço todo o apoio e amizade desde o curso de especialização em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável, realizado na UFRPE em 2005. De lá para cá, construí uma admiração pela dedicação de Marcos ao campesinato e à Agroecologia, e por aí foi uma aproximação natural até o convite para que aceitasse me orientar desde o Brasil. Sou profundamente agradecido a Marcos pela atenção que sempre me dedicou, pela inspiração encorajadora, e por me fazer acreditar no objeto, no tema e na linha de pesquisa ser perseguida. A construção da estrutura da tese, do seu marco teórico e da bibliografia, a partir das ideias por mim apresentadas, foi feita através de sua orientação, bem como o acompanhamento dos

capítulos, e as correções sugeridas. No entanto, deixo claro aqui que as falhas por ventura existentes no trabalho são todas de minha inteira responsabilidade. Muito obrigado, Marcos!

Ao Francisco Caporal, um agradecimento pela oportunidade de aprendizado e dedicação à Agroecologia, que vem desde o período de construção da Política Nacional de Ater, e de trabalho na Secretaria da Agricultura Familiar do MDA.

A Ailena Salgado, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelas informações e material gentilmente cedidos referentes ao capítulo 5 desta tese.

Ao Luiz Fernando Wlian, agradeço sua ajuda na elaboração dos mapas, formatação do texto e organização dos anexos da tese. Obrigado pela sua disponibilidade.

A minha prima Cláudia Strauch, um agradecimento especial pelo carinho e incentivo constantes, pelas longas conversas esclarecedoras, e por representar hoje uma proximidade familiar alegre e, sobretudo, amorosa!

A Brian Howells, pela ajuda inestimável nas traduções para o inglês de artigos relacionados à tese, e ao abstract deste trabalho.

Não há dúvidas que o trabalho de pesquisa acadêmica, dissertação ou tese, envolve muitas pessoas. É muito mais que um trabalho solitário do autor ou autora; na verdade é uma construção coletiva, já que a família e pessoas mais próximas colaboram suprimindo nossa ausência no período mais intenso de dedicação. Minha família compreendeu a necessidade de me ausentar de alguns compromissos, e me deu a tranquilidade para ter a atenção voltada ao trabalho de pesquisa e de escrita da tese. Aos meus filhos Mariana e Samuel, e ao meu lindo neto Davi, obrigado pelo carinho e alegria, e por acreditarem em mim! A minha irmã Alice, obrigado por me apoiar em muitos momentos da minha vida, como esse de dedicação à tese!

À minha mãe Abigail, difícil expressar aqui toda a gratidão por seu amor e dedicação ao longo da minha vida, e por acreditar e me apoiar nas minhas escolhas. Sua persistência diante da vida é para mim uma inspiração de coragem, sobretudo!

E por último, sou amorosamente grato à minha linda companheira Eliany Salvatierra Machado, a Deva Rahasya, por todo o apoio, dedicação, disponibilidade, encorajamento e carinho, tudo isso presente no imenso amor que tem me dado nessa caminhada! Não bastasse tantas virtudes, ainda me ajudou na estruturação e coerência dos capítulos, na revisão do texto e em muitos ajustes, e em aspectos esclarecedores de partes da tese. A vida tem sido ainda mais generosa e motivadora com sua presença!

## Epígrafe

“Temos que aprender com os camponeses. Sem dúvida que os movimentos camponeses têm todo tipo de contradições internas e externas, e que não possuem verdades por si mesmas. Porém houve tal desprezo por suas formas de vida e, inclusive, a suas potencialidades para a transformação social, que agora é justo que reconheçamos que estávamos equivocados desde os meios urbanos dominantes. Em muitas partes da América Latina e da Ásia são precisamente os camponeses (em muitos casos os indígenas) aqueles que estão colocando em prática que outros mundos são possíveis, por caminhos muitos diferentes daqueles que nos haviam dito que iria a história” (tradução livre).

Villasante, Tomás R. Apresentação do livro “*Práxis Participativas desde el medio rural: construyendo ciudadanía/6*”. Encina, Javier et al (coord.). IEPALA Editorial, CIMAS, Madrid, p.11, 2003.

“A história oral é a história construída em torno das pessoas. Ela conduz a vida para a história em si mesma, e alarga seu escopo. Ela reconhece os heróis não apenas nos líderes, mas na maioria desconhecida do povo (...). Ela traz a história para dentro, e também para fora, da comunidade. Ela ajuda os menos favorecidos, e especialmente os mais idosos, em direção à dignidade e à autoconfiança” (tradução livre).

Thompson, Paul. *The Voice of the Past. Oral History*. Third edition, Oxford University Press, p.23, 2000.

“Narrar é resistir”.

João Guimarães Rosa, em *Estas Estórias* (Ed. Nova Fronteira, 6ª edição, 2013).



## RESUMO

A tese “Redes Sociotécnicas Camponesas: inovações agroecológicas, autonomia e articulação territorial em Paraty, Estado do Rio de Janeiro” analisa como as experiências agroecológicas têm contribuído como parte da estratégia de resistência dos camponeses ao processo intenso de desterritorialização promovido nesta região, ao longo das últimas seis décadas.

Tomou-se como hipótese de pesquisa a existência de todo um conjunto de estratégias, tecnologias, percepções e conhecimentos, que tornam possível a permanência do campesinato em Paraty, sem comprometer a renovação dos recursos naturais, e que aponta para uma racionalidade ecológica existente na forma camponesa de manejo socioambiental, neste território.

A metodologia empregada utilizou uma abordagem qualitativa, no sentido de privilegiar o sujeito da pesquisa, através do emprego dos métodos e técnicas da investigação agroecológica.

As informações obtidas através do trabalho de campo indicam a existência da condição camponesa em Paraty, com origem diversa e inserida nos distintos grupos sociais presentes no território. As informações também demonstram que as experiências agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses em Paraty fazem parte da constituição de uma estratégia de resistência territorial, a qual está baseada na sua capacidade adaptativa diante das adversidades.

Ao longo dos capítulos da tese verifica-se que a estratégia de resistência camponesa é pontuada não só pelas ações cotidianas das práticas agroecológicas, mas também se tem viabilizado através de uma atuação integrada e diversificada relacionada à participação nas redes sociotécnicas e nos movimentos de articulação política da Agroecologia, assim como pelas iniciativas de acesso ao mercado de forma direta e autônoma.

Através da história oral de um grupo de camponeses de Paraty foi possível dar-lhes voz neste trabalho de pesquisa acadêmica, e por isso mesmo, contribuir para a visibilidade de seu modo de vida, reafirmando sua importância decisiva no processo de desenvolvimento territorial.

## RESUMEM

La tesis "Redes sociotécnicas campesinas: innovaciones agroecológicas, autonomía y articulación territorial en Paraty, Estado do Rio de Janeiro" analiza cómo las experiencias agroecológicas han contribuido como parte de la estrategia de resistencia de los campesinos al intenso proceso de desterritorialización, promovido en esta región en las últimas seis décadas.

La hipótesis de investigación fue basada en la existencia de un conjunto de estrategias, tecnologías, percepciones y conocimientos, que hacen posible la permanencia del campesinado en Paraty, sin poner en peligro la renovación de los recursos naturales, y que apunta a una racionalidad ecológica existente en la forma campesina de manejo socio-ambiental, en este territorio.

La metodología empleada utilizó un enfoque cualitativo, con el sentido de privilegiar el sujeto de la pesquisa, a través de la utilización de métodos y técnicas de la investigación agroecológica.

Las informaciones obtenidas a través del trabajo de campo apuntan para la existencia de una condición campesina en Paraty, basadas en distintos orígenes, la cual se inserta en los diferentes grupos sociales presentes en el territorio. Las informaciones también identifican las experiencias agroecológicas desarrolladas por campesinos en Paraty como parte de una estrategia de resistencia, que se basa en su capacidad de adaptación ante la adversidad.

A lo largo de los capítulos de la tesis se verifica que la estrategia de resistencia campesina está marcada por las acciones cotidianas de prácticas agroecológicas, pero también ha hecho posible a través de una acción integrada y diversificada de actividades relacionadas con la participación en las redes sociotécnicas y en los movimientos de articulación política de la Agroecología, así como en las iniciativas de acceso al mercado de forma directa y autónoma.

A través de la historia oral protagonizada por un grupo de campesinos de Paraty fue posible darles voz en este trabajo de investigación académica, y por lo tanto, contribuir a la visibilidad de su modo de vida, reafirmando su importancia decisiva en el proceso de desarrollo territorial.

## **ABSTRACT**

The thesis "Socio-technical Networks for Peasant Farmers: agroecological innovations, autonomy and territorial articulation in Paraty, Rio de Janeiro State, Brazil", analyses the contribution of agroecological innovations as part of a strategy to the peasant resistance efforts against territory expropriation made by capital, which has been promoted in this region throughout the past 60 years.

The hypothesis investigated is the existence of a combination of strategies, techniques, perceptions and knowledge which allow the continued presence of peasantry in Paraty, without endangering the structure and the renewal of natural resources, and which points to an existing ecological rationality underlying the socio-environmental management practices of peasant farmers, present in this territory.

The methodology employed has adopted a qualitative approach, so as to give highlight to the research's subject, by employing methods and techniques of agro-ecological investigation.

The information obtained through fieldwork indicates the existence of the peasant condition in Paraty, of diverse origin and inserted in the distinct social groups present in the region. The information also demonstrates that the agroecological innovations developed by the peasant farmers in Paraty are part of the constitution of a strategy of territorial resistance which is based on their capacity to adapt to adversities.

In the course of the chapters of this thesis, it will be seen that the strategy of resistance of the peasant farmers is punctuated by the day-to-day actions of agroecological practices, and also have been made viable through integrated and diversified action related to participation in socio-technical networks and political movements for Agroecology, as well as by initiatives to access the food market directly and independently.

Through the oral history of a group of peasant farmers in Paraty it has been possible to give these a voice in this academic research, and thus contribute to the visibility of their way of life, reaffirming its decisive importance in the process of territorial development.



## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

AARJ – Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia

ACQUILERJ - Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro

AMOQC – Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

APA – Área de Proteção Ambiental

APOP – Associação dos Produtores Orgânicos de Paraty

AS PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia

CAE – Conselho de Administração Escolar

CAP – Coletivo Agroecológico de Paraty

CEASA RJ – Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro

CNPAB – Centro Nacional de Pesquisa em Agrobiologia

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas

COOPERA Floresta - Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTPTUC - Câmara Técnica das Populações Tradicionais e Unidades de Conservação do Mosaico da Bocaina

II EBAA – II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa

EMATER RIO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESEC TAMOIOS – Estação Ecológica Tamoios

FETAG RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

FCT - Fórum de Comunidades Tradicionais

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FNDE – Fundo Nacional da Educação

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional da Saúde

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDACO – Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEMA - Instituto de Permacultura da Mata Atlântica

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

ITR – Imposto Territorial Rural

MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MIRAD - Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OCS – Organismo de Controle Social

OTSS – Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PDA – Programa de Projetos Demonstrativos

PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar

PNSB – Parque Nacional da Serra da Bocaina

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REJ – Reserva Ecológica da Juatinga

SAF – Sistemas Agroflorestais

SPG - Sistema Participativo de Garantia

STR PARATY – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

UCs – Unidades de Conservação

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro



## Lista de Ilustrações

### Mapas:

Mapa 1: localização do município de Paraty em relação ao estado do Rio de Janeiro, região sudeste do Brasil .....	26
Mapa 2: localização das entrevistas realizadas neste trabalho de pesquisa .....	41

### Quadros:

Quadro 1: Percurso migratório do tucano, em função do grau de maturação dos frutos da juçara, ao longo do ano .....	112
Quadro 2: produção agrícola de Paraty, com as principais culturas comercializadas no ano de 2014.....	156

### Fotografias:

Fotografia 1: Croqui com o desenho de um dos sistemas agroflorestais no sítio São José, Taquari, outubro de 2008.....	99
Fotografia 2: Tucano se alimentando dos frutos da palmeira juçara, Quilombo do Campinho/Paraty, abril de 2010 .....	102
Fotografia 3: Mutirão agroecológico ocorrido no sítio do agricultor Israel Fraga Filho, no sertão de São Gonçalo/Paraty, em abril de 2015 .....	106
Fotografia 4: Quintal agroflorestal com palmeiras juçara, Quilombo do Campinho/Paraty, abril de 2010.....	108
Fotografia 5: Colheita dos frutos da palmeira juçara realizada por jovens do Quilombo do Campinho/Paraty, abril de 2010.....	109
Fotografia 6: Parte da área da Reserva Ecológica da Juatinga.....	134
Fotografia 7: Reunião da Câmara Técnica de Populações Tradicionais e Unidades de Conservação do Mosaico da Bocaina, sede da AMOQC, Paraty, abril de 2013 .....	135
Fotografia 8: Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina – Territórios Tradicionais: diálogos e caminhos, realizado nos dias 9 e 10 de abril de 2015.....	137
Fotografia 9: Módulo de saneamento ecológico na escola Martim de Sá .....	139
Fotografia 10: Visita dos agricultores do CAP (APOP) à unidade de beneficiamento da pupunha, na Associação dos Produtores do Vale do Mambucaba, setembro de 2015.....	156

Fotografia 11: Diversos tipos de cestas e objetos trançados com fibras vegetais.....	158
Fotografia 12: Engenho de farinha, sítio do caiçara José, Curupira.....	160
Fotografia 13: Artesanato de madeira, casa de D. Maria, Quilombo do Campinho.....	161
Fotografia 14: Agricultores da APOP recebendo o documento de inscrição individual no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, em julho de 2015 .....	164
Fotografia 15: Atividade com crianças em visita ao SAF do agricultor Israel Fraga Filho, no sertão de São Gonçalo/Paraty, agosto de 2015.....	165

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>18</b>
<b>Capítulo 1: Paraty – referenciais teóricos e territoriais.....</b>	<b>25</b>
1.1 O campo de pesquisa: Paraty e o campesinato .....	26
1.2 Metodologia .....	33
<b>Capítulo 2: Desterritorialização e resistência camponesa .....</b>	<b>48</b>
2.1 Referencial teórico .....	49
2.1.1 Dinâmicas territoriais e desterritorialização .....	49
2.1.2 Campesinato .....	56
2.1.3 Breve análise crítica do modo de produção capitalista e cultural .....	66
2.2 Análise de campo .....	68
2.2.1 Desterritorialização: ameaças e conflitos em Paraty .....	68
2.2.2 Construção da rodovia Rio Santos: contexto e implicações, aceleração do processo de desterritorialização .....	70
2.2.3 Reforma agrária: articulação política e luta camponesa .....	73
2.2.4 Os conflitos com as unidades de conservação ambiental.....	76
2.3 Considerações finais do capítulo .....	78
<b>Capítulo 3: Conhecimento e experiências agroecológicas como estratégia de resistência ao processo de desterritorialização .....</b>	<b>82</b>
3.1 Princípios e referenciais teóricos .....	83
3.2 Aspectos decorrentes do trabalho de campo .....	92
3.2.1 Assessoria técnica agroecológica: um processo de visibilidade da agricultura de base camponesa em Paraty .....	92
3.2.2 Os sistemas agroflorestais como agroecossistemas sustentáveis no bioma da Mata Atlântica .....	96
3.2.3 Mutirões como expressão da reciprocidade camponesa: breve histórico até os atuais mutirões agroecológicos .....	102
3.2.4 Manejo da juçara: novas possibilidades de manejo dos recursos naturais nos territórios do bioma da Mata Atlântica.....	107
3.3 Considerações acerca do capítulo .....	114

<b>Capítulo 4: Redes sociotécnicas e movimentos sociais no território .....</b>	<b>117</b>
4.1 Referencial teórico .....	118
4.2 Análise das informações de campo .....	126
4.2.1 Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro - AARJ: iniciativas como movimento e prática agroecológica .....	126
4.2.2 O Fórum de Populações Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba .....	129
4.2.3 Câmara Técnica das Populações Tradicionais e Unidades de Conservação do Mosaico da Bocaina – CT-PTUC .....	131
4.2.4 Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis .....	135
4.3 Considerações finais do capítulo .....	139
 <b>Capítulo 5: Mercados .....</b>	 <b>142</b>
5.1 Referencial teórico .....	144
5.1.1 Mercado e os mitos do crescimento econômico, do progresso e do desenvolvimento .....	144
5.1.2 Globalização do sistema agroalimentar e a construção social dos mercados .....	147
5.1.3 O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: mercado institucional como oportunidade de fortalecimento e de autonomia do campesinato .....	150
5.2 Análise das informações colhidas em campo .....	152
5.2.1 Breve linha do tempo do acesso ao mercado em Paraty .....	152
5.2.2 Artesanato: expressão cultural, conhecimento e geração de renda .....	157
5.2.3 Coletivo Agroecológico de Paraty – CAP: trajetória e perspectivas em busca de autonomia .....	161
5.3 Considerações acerca do capítulo .....	166
 <b>6. Conclusão .....</b>	 <b>168</b>
 <b>Bibliografia.....</b>	 <b>175</b>
 <b>Apêndices.....</b>	 <b>.....</b>

## **Introdução**

No presente trabalho de pesquisa desenvolve-se uma análise das experiências agroecológicas protagonizadas por camponeses em Paraty, no Estado do Rio de Janeiro. A questão que orienta esta investigação é verificar como as experiências agroecológicas têm contribuído como parte da estratégia de resistência dos camponeses ao processo intenso de desterritorialização, ou seja, de apropriação do território pelo capital, sob diversas formas, e o conseqüente processo de degradação social e cultural decorrentes deste fato no modo de vida destas famílias. Para realizar tal tarefa, é utilizado o marco teórico e metodológico da Agroecologia, com seus métodos e técnicas de pesquisa, para perceber o processo dinâmico que envolve o campesinato e o modo camponês de fazer agricultura, o qual reflete a natureza multidimensional e os diversos atores (ou elementos) e níveis das realidades camponesas atuais.

O desenvolvimento destas experiências agroecológicas integra um conjunto de ações individuais e coletivas como parte de uma estratégia de resistência do campesinato ao processo intenso de desterritorialização empreendido pelo capital, neste território, ao longo do tempo.

A existência de todo um conjunto de estratégias, tecnologias, percepções e conhecimentos que tornam possível a permanência do campesinato, sem comprometer a renovação dos recursos naturais, aponta para uma racionalidade ecológica existente na forma camponesa de manejo socioambiental, neste território. Com base neste modo de apropriação se configura uma estratégia de resistência, a qual se concretiza também através de uma articulação com outros campos de ação, como o acesso aos circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos, e a participação política em redes multitemáticas e nos espaços de defesa territorial.

Frente a isto, este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral a análise do processo multidimensional e dos elementos integrantes das estratégias de resistência à desterritorialização, desenvolvidas pelos camponeses em Paraty, e propor a formulação e/ou aperfeiçoamento das políticas públicas de fortalecimento de sua identidade territorial.

Como objetivos específicos o presente trabalho procurou:

- a) Analisar o processo de coevolução social e ecológica desenvolvido pelos camponeses de Paraty, identificando traços do modo camponês de manejo dos recursos naturais;
- b) Estudar o processo de desenvolvimento socioeconômico gerado através das relações existentes entre a coprodução camponesa e os mercados locais (feiras locais e mercados institucionais);
- c) Sistematizar as experiências de articulação em redes sociais e de produção de base ecológica, centradas no protagonismo dos camponeses de Paraty;
- d) Apontar para a formulação e/ou aperfeiçoamento das políticas públicas de preservação da identidade territorial entre os camponeses de Paraty, baseadas em seu protagonismo.

Este trabalho parte do princípio de que existe uma importância decisiva do campesinato no mundo atual, o que justifica a necessidade de estudos que apoiem o seu fortalecimento e expansão, e também o seu protagonismo na gestão dos processos de desenvolvimento territorial.

A despeito das profecias anunciadas tanto pelo marxismo ortodoxo como pelas teorias liberais sobre seu iminente desaparecimento, os camponeses persistem resistindo às investidas do complexo urbano-industrial capitalista. A importância do campesinato reside na evidência empírica de que representa a imensa maioria da população rural mundial (Ploeg, 2009:17), cerca de 1,5 bilhões de pessoas hoje, e que são responsáveis pela produção de 70% do alimento consumido no mundo (Altieri & Toledo, 2011:529; ETC Group, 2009:1), o que por si só já justificaria a realização de estudos acerca de sua permanência.

Diante dessa realidade camponesa, Palerm (1980) destaca ser evidente a necessidade de uma teoria de sua continuidade, e também de uma práxis derivada de sua permanência histórica. Neste sentido justifica-se então o estudo e análise das estratégias de mudança do campesinato diante da sociedade, e sua capacidade adaptativa para garantir a sua sobrevivência ao longo do tempo. Embora a resistência cultural seja relevante, é importante perceber outras formas de resistência, como aquelas que se traduzem através das lutas políticas, e de articulação pela participação em redes multitemáticas e em alianças com outros grupos sociais. Desta forma, torna-se imperioso dar visibilidade a história do campesinato neste território, e de suas formas cotidianas de resistência (Scott, 1985), analisando e compreendendo a complexidade



estabelecida pelos diversos níveis e dimensões destas estratégias, e que se constituíram ao longo do tempo.

Essas formas cotidianas de resistência também ocorrem dentro da unidade de produção, a maioria de forma silenciosa, como as microestratégias no sentido atribuído por Scott (*op.cit.*). São por exemplo, as diversas experiências agroecológicas, de produção e comercialização, e também as práticas de ação social coletiva desenvolvidas pelos camponeses de Paraty. Embora ocorram no cotidiano, as microestratégias devem ser estudadas e analisadas com a mesma ênfase e detalhamento que aquelas ditas abertas e mais visíveis, já que nos revelam o enorme potencial de resistência camponesa frente às adversidades.

A escolha de Paraty como local de estudo reside inicialmente no fato de ser um território com uma grande diversidade cultural e ecológica, onde ainda estão presentes as formas camponesas de apropriação dos recursos naturais, mas que vem sofrendo um processo constante de apropriação do território pelo capital imobiliário, sob diversas formas, desde meados do século passado, chegando até aos conflitos atuais com as unidades de conservação ambiental.

O referencial teórico está baseado na concepção mais ampla da Agroecologia, como um enfoque científico e de caráter interdisciplinar, fundamentada nas premissas alternativas às da ciência hegemônica. Para isso busca as contribuições de Susanna Hecht, Miguel Altieri, Stephen Gliessman, Gloria Guzmán Casado, Eduardo Sevilla Guzmán, Manoel González de Molina e Richard Norgaard, e deste último vem também o conceito de coevolução. A importância do estudo dos sistemas agrícolas tradicionais e das múltiplas dimensões do conhecimento camponês, inclusive do seu sistema cognitivo, é reforçada por contribuições de S. Gliessman, M. Altieri, Rafael Baraona e Victor Toledo. Este último autor aponta para a existência de uma racionalidade ecológica no manejo dos recursos naturais realizado pelos camponeses, o que é de grande aplicação na abordagem desenvolvida neste trabalho. O conceito de agroecossistema como principal unidade de análise e intervenção da Agroecologia, sua estrutura e funcionamento, vem também de S. Gliessman.

O conceito de campesinato é baseado em diversos autores, como Victor Toledo, Jan Dowe van der Ploeg e Maria Nazareth Wanderley e Horácio Martins de Carvalho, mas vem de Eduardo Sevilla Guzmán e de Manoel González de Molina a contribuição sobre a evolução do conceito de campesinato, chave para a Agroecologia e de grande

utilidade para este trabalho. A importância dos estudos sobre as características da resistência camponesa ao processo de degradação social e cultural vem de James Scott e de Angel Palerm, mas com contribuições também de Eduardo Sevilla Guzmán e de Victor Toledo. Algumas características do campesinato brasileiro também estão baseadas em Eric Sabourin e Antônio Candido. De Bernardo Mançano Fernandes vem uma contribuição sobre a compreensão do espaço de luta do campesinato brasileiro.

A análise crítica do modo de produção capitalista está baseada em Immanuel Wallerstein, David Harvey, István Mészáros e Carlos Brandão. Mais especificamente as consequências deste modo de produção nos territórios, sobre as populações tradicionais e na produção camponesa, estão baseadas em Enrique Leff, Arturo Escobar, Eduardo Sevilla Guzmán, Manoel González de Molina e Antonio Wagner Berna de Almeida. A crítica ecológica à agricultura moderna é baseada em Joan Martinez Alier e em Richard Norgaard, e ao mito do desenvolvimento econômico e da hegemonia da ciência econômica em José Manuel Naredo.

A definição e as múltiplas dimensões de território (e da importância do lugar), bem como dos processos de territorialização e desterritorialização, estão baseadas em Arturo Escobar, Enrique Leff, Rogério Haesbaert e Antônio Carlos Diegues.

As contribuições sobre os estudos de populações tradicionais no bioma da Mata Atlântica estão baseadas principalmente em Antonio Carlos Diegues, destacadamente sobre a cultura caiçara, mas também com as contribuições de diversos autores e autoras sobre este mesmo tema, em forma de artigos e teses. Sobre o processo intenso de apropriação dos recursos naturais e a ampla degradação socioambiental neste mesmo bioma, buscou-se o aporte de Warren Dean.

No capítulo sobre redes e movimentos sociais de defesa dos modos de vida, os referenciais teóricos vem de Arturo Escobar, Manuel Castells, Maria da Glória Gohn, Ilse Scherer-Warren e Samira Kauchakje *et al*, e no de acesso aos mercados as referencias vem de Eduardo Sevilla Guzmán, Marta Soler Montiel, Jan Dowe van der Ploeg, Stephen Gliessman, Gerard Berthoud e Cláudia Schmitt.

A análise do processo multidimensional e dos elementos integrantes das estratégias de resistência à desterritorialização, desenvolvidas pelos agricultores familiares camponeses em Paraty, foi realizada desde o marco teórico e metodológico da Agroecologia. A opção metodológica escolhida para atender aos objetivos propostos neste trabalho de pesquisa utilizou as possibilidades geradas pela abordagem

pluriepistemológica e plurimetodológica trazidas pela Agroecologia, privilegiando o aspecto qualitativo da pesquisa agroecológica, de valorização do sujeito da pesquisa.

Os níveis de análise variaram entre o da unidade de produção familiar, o de estilos de manejo de recursos naturais, e o de território, situando este último próximo ao nível de sociedade local, de acordo à sistematização sociológica dos métodos e técnicas de pesquisa em Agroecologia (baseada em Guzmán Casado et al). A metodologia empregada nesse trabalho privilegiou a pesquisa-ação participativa, permitindo atender aos objetivos propostos, os quais são os de revitalização e manutenção das condições de existência de uma agricultura familiar camponesa em Paraty, de fortalecimento de suas experiências agroecológicas e, ao redor de identidades territoriais específicas. As técnicas utilizadas nesta pesquisa situam-na tanto dentro da perspectiva estrutural como da dialética. Em relação à aquela, o propósito foi o de gerar uma informação qualitativa que dota de sentido sociocultural os processos ocorridos na realidade, sejam eles naturais ou sociais.

Já em relação à perspectiva dialética, o trabalho visa à valorização e o apoio às dinâmicas endógenas, onde o “objeto” de pesquisa é considerado como o sujeito (pois na verdade é o protagonista), o conhecimento gerado é propositivo – transformador, e por fim, seu objetivo é a transformação social.

Dentro das duas perspectivas foram utilizadas algumas ferramentas e técnicas para acessar as histórias de vida pessoais e familiares, através da história oral, como elementos de revalorização do ser humano como sujeito de estudo. Desta forma foram realizadas entrevistas semiestruturadas, a análise de conteúdo e a análise documental em jornais e material audiovisual, como vídeos e documentários, e a consulta à bibliografia específica (livros, artigos e teses).

Os autores consultados para o referencial metodológico deste trabalho foram Ruiz Olabuénaga, Manuel Montañes Serrano, Juan Pujadas Muñoz, Joel Martí, Tomás Villasante e Paul Thompson. De Edgar Morin buscou-se sua abordagem da complexidade e da importância do subjetivismo, bem como sua acepção de estratégia. Já o conceito de experiência abordado neste trabalho, como processo, espaço de prática e de estabelecimento de mediações, vem de Edward P. Thompson.

Este trabalho de pesquisa está organizado em cinco capítulos. O primeiro apresenta inicialmente as motivações do pesquisador para realizar esta investigação, a escolha do tema e do objeto de pesquisa, tanto em relação à sua trajetória profissional

como de atuação e militância no movimento agroecológico estadual e nacional. Posteriormente detalha a metodologia empregada no trabalho, fundamentada na sistematização sociológica dos métodos e técnicas de pesquisa em Agroecologia, e aponta os níveis e as perspectivas de pesquisa escolhidos. Descreve o campo de pesquisa deste trabalho e seu objeto, que é o município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, com parte de sua história e suas características territoriais, e neste, alguns camponeses que estão protagonizando experiências agroecológicas de produção e comercialização ao longo das duas últimas décadas.

O segundo capítulo relaciona-se a um dos eixos da tese, expresso através da dimensão sociopolítica da Agroecologia, e que descreve aspectos luta pela terra realizada pelos agricultores familiares camponeses de Paraty ao longo de várias décadas e, apontando para a compreensão do contexto atual das estratégias de resistência territorial camponesa. Inicialmente são discutidos alguns conceitos relacionados a este eixo, como o de campesinato, sua importância como categoria histórica e o processo de sua formação e permanência ao longo do tempo, bem como os conceitos de campesinização e descampesinização. Também são discutidos os conceitos de território e desterritorialização, e desenvolvida uma breve abordagem das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil, relacionando-a à participação de Paraty no território da Baía da Ilha Grande.

Neste capítulo, na parte de pesquisa de campo, são identificados alguns elementos integrantes dos conflitos deflagrados em diversas comunidades de populações tradicionais e de agricultores camponeses de Paraty, como os processos de grilagem, a construção da rodovia Rio Santos na década de 1970, os projetos de assentamentos de reforma agrária, a organização da luta política através do Sindicato de Trabalhadores Rurais e o apoio fornecido pelos movimentos e organizações da sociedade civil, a chegada do movimento agroecológico e sua articulação em torno das experiências protagonizadas pelos camponeses a partir da década de 1990, até os conflitos atuais do campesinato presente nas áreas das unidades de conservação ambiental, contribuindo para uma análise crítica do modo de produção capitalista e cultural no território.

O terceiro capítulo relaciona-se à outro eixo do presente trabalho de pesquisa, onde se destacam as experiências agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses de Paraty como integrantes de uma estratégia de resistência territorial camponesa. Este

eixo reflete a dimensão socioambiental da Agroecologia. Destaca a importância da evolução do conceito de campesinato para a Agroecologia como um modo de uso dos recursos naturais, ou uma forma de manejo de natureza socioambiental. Como resultado do trabalho de campo, são identificados traços do modo camponês e uma racionalidade ecológica existentes nas práticas agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses de Paraty, dentro de uma estratégia multiuso, e realizada através do manejo dos sistemas agroflorestais e da palmeira juçara, e do ressurgimento dos mutirões como forma de ação social coletiva, promovendo a circulação do conhecimento tradicional e empírico.

No capítulo 4 apresento o eixo relacionado à participação do campesinato nas diversas redes sociotécnicas, como movimentos sociais, e nos espaços de representação e de defesa dos modos de vida presentes no território. Trata-se de uma nova forma de participação articulada e de caráter político, de fortalecimento de suas demandas e de ampliação de sua visibilidade diante das ameaças vindas do processo de desterritorialização. Este eixo também reflete a dimensão sociopolítica da Agroecologia.

No capítulo 5 apresento as experiências dos agricultores familiares camponeses de Paraty com acesso ao mercado, através da comercialização direta em feiras locais e entrega direta, e também de acesso aos mercados institucionais, com aspectos de produção e consumo. Este eixo também se insere dentro da dimensão socioeconômica da Agroecologia, e remete às questões de geração de renda e autonomia, com impactos para a segurança e soberania alimentar das famílias de agricultores.

## **Capítulo 1 – Paraty: referenciais teóricos e territoriais.**

A escolha do tema e do objeto de pesquisa do presente trabalho tem origem em duas motivações, ambas relacionadas à própria atuação profissional do autor, e de seu compromisso social e político com o movimento agroecológico. A primeira é consequência do trabalho exercido na EMATER RIO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro<sup>1</sup>, onde há 27 anos atua como extensionista rural junto a comunidades rurais e organizações de agricultores familiares e camponeses, e desde 2008 exerce o cargo de Gerente Técnico Estadual de Agroecologia<sup>2</sup>. Dentro deste período, inclusive, trabalhou por 18 meses em Paraty, assessorando agricultores assentados em projetos de Reforma Agrária, em temas como produção, comercialização, organização e associativismo.

A outra motivação decorre de sua atuação no movimento agroecológico estadual e nacional. No estadual integra desde 2006 o núcleo de coordenação política da AARJ – Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, um coletivo de organizações da sociedade que a partir da identificação, sistematização e mapeamento de experiências agroecológicas, se articula no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de fortalecer a Agroecologia<sup>3</sup>. Neste período acompanhou de perto a dinâmica local dos agricultores de Paraty em torno da Agroecologia, e a participação destes no movimento agroecológico estadual e nacional. Já no âmbito nacional faz parte da ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, onde exerceu funções na diretoria durante o biênio 2012 – 2013, e atualmente contribui na função de conselheiro, e também integrante do grupo de trabalho Campesinato e Soberania Alimentar.

---

<sup>1</sup> Empresa pública vinculada à Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Outras funções exercidas pelo autor e que também se relacionam ao tema da pesquisa incluem a coordenação de dois projetos. O primeiro deles foi de o de “Fortalecimento da Agroecologia e da Segurança Alimentar e Nutricional na região metropolitana do Rio de Janeiro”, com recursos do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social, no período de 2009 a 2012. O segundo foi o de “Desenvolvimento Rural Sustentável da Microbacia do Rio São Pedro”, municípios de Nova Iguaçu e Japeri, com recursos do FUNDRHI – Fundo Estadual de Desenvolvimento de Recursos Hídricos (da Secretaria Estadual de Meio Ambiente). Desde 2012 o autor integra o CAE – Comitê de Assessoramento Externo da EMBRAPA/CNPAB – Centro Nacional de Pesquisa em Agrobiologia, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e desde 2014 é associado da AS-PTA (Agricultura Familiar e Agroecologia), onde exerce a função de conselheiro fiscal.

<sup>3</sup> Ver em < <http://aarj.wordpress.com/>>, acesso em 12/08/2015.



### 1.1) O campo de pesquisa: Paraty e o campesinato.

O campo de pesquisa do presente trabalho é o município de Paraty<sup>4</sup>, situado na região da Baía da Ilha Grande, no litoral sul do estado do Rio de Janeiro (ver mapa 1).



Mapa 1: localização do município de Paraty em relação ao estado do Rio de Janeiro, região sudeste do Brasil. Elaboração: Luiz F. Wlian.

<sup>4</sup> A origem do nome Paraty significa “jazida do mar, o golfo, ou lagamar”, de acordo com a obra “O Tupi na Geografia Nacional”, de Teodoro Sampaio, citado por Mello (2005:225).

Toda a área do município (925 km<sup>2</sup>) encontra-se sob o domínio do bioma da Mata Atlântica, considerado o 2º bioma mais ameaçado do mundo<sup>5</sup>. A Mata Atlântica é considerada um Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, e abrange total ou parcialmente 17 Estados brasileiros, e mais de 3000 municípios. Ocorre ao longo da costa brasileira, entre 8º e 28º de latitude sul (corresponde a parte do Ceará, na região nordeste, até o Rio Grande do Sul), e se estabeleceu devido ao relevo, regimes de ventos e distribuição de chuvas. Devido à sua amplitude, ela é formada na verdade por um conjunto de ecossistemas bem diferenciados entre si, caracterizados pelas condições locais de relevo e clima, desde as florestas mais altas e densas até as vegetações características da proximidade do litoral, como restingas e mangues (May & Trovatto, 2008:186 – 188).

O município de Paraty apresenta clima tropical úmido, com temperatura média anual de 23°C e precipitação média anual de 2.100 mm, concentrada no período de outubro a março, sem déficit hídrico nos meses de inverno (junho a setembro). Caracteriza-se pela proximidade das serras escarpadas com o oceano, que formam uma “barreira” montanhosa na paisagem da região. Há o predomínio da floresta ombrófila densa submontana, montana e de terras baixas, com a presença de mangues e outras formações pioneiras. A ocorrência combinada dos fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas e de alta precipitação bem distribuída ao longo do ano explica a presença das formações florestais na região (Bastos & Napoleão, 2011:30,38,42).

Uma das características mais importantes deste bioma é a presença de uma grande diversidade de espécies arbóreas<sup>6</sup>, conjugada pela diversidade de outras espécies de plantas e de animais invertebrados, com abundante presença de endemismo de espécies de pássaros, mamíferos, répteis e insetos. Existem condições ideais de crescimento e reprodução, como a radiação solar intensa, altas temperaturas e regimes pluviométricos abundantes e sazonais. Nestas condições os processos metabólicos são acelerados e o crescimento da floresta é constante, conjugados por uma alta eficiência na captação de

---

<sup>5</sup> Até o início da colonização a Mata Atlântica cobria aproximadamente 1.300.000 km<sup>2</sup>. Atualmente com apenas 7% da sua cobertura original, a Mata Atlântica conserva índices altíssimos de biodiversidade (Dean, 1996:31 - 37), o que a classifica como um “hotspot” (May & Trovatto, 2008:185-186).

<sup>6</sup> Em apenas um local de Mata Atlântica na Bahia encontram-se 270 espécies de árvores numa área equivalente a um hectare (Dean, 1996:32).

energia solar, absorção de nutrientes, água da chuva e atmosfera<sup>7</sup>. Dean (1996:32 – 34) ressalta a abundante evidência de um processo coevolutivo entre plantas e animais na polinização e dispersão de sementes, e cita outros exemplos que evidenciam a Mata Atlântica como um sistema de grande complexidade, mas que ao mesmo tempo pode se tornar um aspecto de vulnerabilidade do sistema, em caso de intervenção e supressão extrema.

Estima-se que a cidade de Paraty foi fundada provavelmente no ano de 1531, por ocasião da passagem da expedição de Martim Afonso de Souza a caminho do Sul. A região era habitada por indígenas de diversas tribos, sendo que o saco do Mamanguá era ocupado pelos tupinambás, conhecidos também por tamoios, e que habitavam aldeias ou tabas formadas por quatro ou oito grandes malocas, protegidas por uma paliçada ou cerca chamada de caçara, a qual posteriormente passou a denominar os nascidos na região. Além da caça e pesca dedicavam-se ao cultivo da mandioca, do milho, fumo, abóbora, feijão, frutíferas e o algodão, este último usado na confecção de redes de dormir. Também produziam uma variada cestaria de cipós e taquaras, e trabalhavam com argila na confecção de vasos e panelas. Já a região aonde hoje se encontra a cidade de Paraty era habitada pelos índios guaianás, estes próximos dos portugueses, com quem estabeleceram relações comerciais (Mello, 2005:223 – 225).

Historicamente a grande importância econômica de Paraty no Brasil colonial é decorrente do fato de que, através de seu porto, e durante certo período, foi escoado o ouro que vinha de Minas Gerais<sup>8</sup>. Devido a uma situação privilegiada de único caminho para o Vale do Paraíba e as Minas Gerais para quem vinha do norte, o povoamento prosperou rapidamente, e havia um intercâmbio comercial intenso na cidade com base no café, arroz, milho, feijão, farinha e cachaça. O desenvolvimento decorrente desta fase atingiu não só o centro urbano, mas também foi espalhado pelos arredores de Paraty com a construção de muitas fazendas.

Com o declínio da atividade mineradora no século XVIII, toma impulso a produção de açúcar e de cachaça, embora já existente no município desde o século

---

<sup>7</sup> O resultado dessa eficiência é a produção de uma biomassa vegetal que pode chegar a seiscentas toneladas por hectare, em alguns lugares, e uma capacidade de gerar aproximadamente cinquenta toneladas de biomassa por ano (Dean:1996:33).

<sup>8</sup> A primeira trilha para os campos de mineração partia de São Paulo, descia o vale do Paraíba, e seguia para nordeste pela Serra da Mantiqueira. Posteriormente garimpeiros estrangeiros e funcionários da Coroa portuguesa traçavam outra rota saindo do Rio de Janeiro, indo até Paraty de barco, e de lá subindo a serra da Bocaina até encontrar a rota paulista (Dean, 1996:222).

XVII. Historiadores estimam a existência de cerca de 100 engenhos de cachaça e 12 de produção de açúcar em Paraty, no final do século XVIII<sup>9</sup>, e destacam a excelente qualidade da cachaça produzida no município, a qual era comercializada para a Europa juntamente com outros produtos (Mello, 2005).

Dean (1996) destaca que de todos os produtos vindos com o colonizador<sup>10</sup>, nenhum deles foi tão valioso e viável como a cana de açúcar, originária da Índia, e importante produto de exportação das colônias portuguesas para os mercados do norte da Europa. A partir do século XVI, e durante 300 anos seguintes, o modelo português de *plantation* a base do trabalho escravo foi implantado no Brasil, inserido no processo da gênese do capitalismo histórico, o qual se situou inicialmente na Europa e posteriormente se estendeu a todo o globo até o final do século XIX (Wallerstein, 2012). O desenvolvimento deste modelo teve implicações profundas na relação do homem com o ambiente, pois os produtores de cana de açúcar viam na floresta um obstáculo às suas necessidades. Neste ponto, “*a conservação dos recursos naturais iria mostrar-se irrelevante numa sociedade na qual a conservação da vida humana era irrelevante*” (Dean, 1996: 74,75).

No início do século XIX tem início o ciclo do café em Paraty, quando muitas fazendas abandonaram o cultivo da cana e dedicaram-se ao cultivo daquela cultura, muito mais rentável economicamente. Entretanto, na década de 1870, tem início um processo de declínio econômico em Paraty devido à construção da estrada de ferro ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, o que afasta e isola a cidade da rota do comércio do café. Este processo atingiu inicialmente os povoados mais afastados da cidade e as fazendas, muitas delas abandonadas e deixadas nas mãos de antigos capatazes (Mello, 2005:227).

---

<sup>9</sup> Até hoje existem alambiques de produção de cachaça no município, sendo que em 2007 a APACAP – Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça Artesanal Paraty - recebeu do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial, do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior) um selo de Indicação Geográfica para a cachaça de Paraty (ver em [http://www.apacap.com.br/a\\_cachaca.ht](http://www.apacap.com.br/a_cachaca.ht), acesso em 12/08/2015)

<sup>10</sup> Com a chegada dos europeus houve a entrada no país de inúmeras espécies de plantas, sendo que algumas já haviam sido aclimatadas em Portugal antes da chegada ao Brasil, como o arroz, o gergelim, a laranja amarga e o limão. Outras espécies tinham origem asiática e africana, como o coco, o inhame, o gengibre, o quiabo e a banana. Esta última foi muito bem aceita pelos povos nativos, e teve em Paraty um local expressivo de expansão da área produtiva. Há um registro em Mello (2005:234, 235) da exploração comercial da banana em Paraty pelo menos desde os anos 1930, e que contava aquela época com grande dificuldade de escoamento da produção, a qual era vendida para o Rio de Janeiro através da cidade de Mangaratiba.

Como vimos anteriormente, as ações predatórias nesse bioma ocorrem desde o Brasil Colônia, passando por ciclos de exploração do pau-brasil, da cana de açúcar e do café, e mais acentuadamente desde o século passado, pelo processo intenso de urbanização ocorrido ao longo do litoral, onde estão concentradas cerca de 120 milhões de pessoas, ou seja, 70% da população brasileira vivem atualmente nesta faixa.

A escolha de Paraty como objeto de estudo reside inicialmente no fato de que é um território com uma grande diversidade cultural e ecológica, onde ainda estão presentes as formas camponesas de apropriação dos recursos naturais. Através do desenvolvimento de experiências agroecológicas os camponeses tem buscado uma forma de resistir ao processo constante de apropriação do território pelo capital, desde meados do século passado. Desta forma, torna-se imperioso dar visibilidade a história do campesinato neste território, e descrever as suas formas cotidianas de resistência (Scott, 1985: 28,29), analisando e compreendendo a complexidade estabelecida pelos diversos níveis e dimensões destas estratégias, e que se constituíram ao longo do tempo.

A possibilidade de entendimento do campesinato como uma forma de manejo dos recursos naturais é a base na qual se assenta a perspectiva adotada no presente trabalho de pesquisa, ou seja, a possibilidade de se incluir naquela categoria tanto as populações tradicionais<sup>11</sup> existentes em Paraty (quilombolas, caiçaras e indígenas), como os agricultores familiares, sejam eles posseiros e lavradores nascidos em Paraty ou não, assim como aqueles que tenham migrado de outros estados, de forma espontânea ou estimulados por políticas de ocupação fundiária<sup>12</sup>. Assim, o universo da pesquisa buscou evidenciar (ainda que com limitações) a ampla heterogeneidade dos grupos sociais existentes em Paraty, ao entrevistar camponeses integrantes de cada grupo, mas que possuem o mesmo estilo de manejo de recursos naturais<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> São “povos e comunidades tradicionais os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, e ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).

<sup>12</sup> Um número significativo de camponeses de Paraty é composto por migrantes que chegaram ao município nas décadas de 1950 e 1960, atraídos por uma política de incentivo a ocupação de terras devolutas no município. Este processo é melhor detalhado no capítulo 2 do presente trabalho.

<sup>13</sup> A categoria de estilo de manejo de recursos naturais é definida como o conjunto de explorações agrícolas com o emprego de tecnologia análoga, originário de uma base de conhecimento local comum, e estratégias de produção, reprodução e consumo semelhantes (Guzmán Casado et al, 2000:182 - 185), e está descrito detalhadamente no item 1.2 neste capítulo.

Pela relevância neste trabalho de pesquisa, inclusive com a representação de seus integrantes no universo das histórias orais, é significativo buscar uma aproximação aos grupos caiçara e quilombola, no sentido de conhecer um pouco de sua cultura, origem e modo de vida.

A palavra caiçara tem sua origem no tupi-guarani, *caa-içara*, onde *caa* significa galhos ou paus, e *içara* significa cerco. Há diversos significados para a palavra, indicando tanto a forma de demarcação de tabas ou aldeias, as palhoças na praia que servem como abrigo para os apetrechos e as embarcações dos pescadores, para as estruturas de madeira às margens dos igarapés e rios para embarque do gado, bem como a estrutura utilizada para cerco e aprisionamento dos peixes (Ferreira, 2004; Adams, 2000:146,147)<sup>14</sup>. Posteriormente esses significados vão se referir às populações que se estabeleceram nos povoamentos da costa brasileira, especialmente nas regiões sul e sudeste, aonde seu modo de vida material e imaterial é marcado pela influência indígena tupi-guarani, e posteriormente, do colonizador europeu e dos negros africanos (Diegues, 2005:273; Diegues & Arruda, 2001:42).

O território caiçara encontra-se na faixa litorânea entre o sul do Rio de Janeiro e o sul do Paraná, onde está presente um modo de vida baseado na produção familiar de mercadorias, oriunda tanto da agricultura de traços camponeses como da pesca, além de elementos culturais comuns. Do ponto de vista da ocupação são territórios descontínuos, composto por pequenos núcleos de populações esparsas, com um modo de vida semelhante. Essa noção de território é uma das características da cultura caiçara, ocupado por várias gerações, e está diretamente relacionado à sua reprodução econômica e social. A forma de ocupação terá também uma relação com a pressão exercida por grileiros para a ocupação e expulsão dos caiçaras de seus territórios, especialmente a partir dos anos 1950.

Para aquele autor, a associação entre agricultura e pesca, a importância do “complexo farinha de mandioca”, as relações sociais individualizadas na família, a reciprocidade, dentre outros, estão entre as principais características da cultura caiçara. Embora com a mesma base, a cultura caiçara se distingue da caipira por ter

---

<sup>14</sup> Entretanto, em Ferreira (2004) há também um significado para o termo caiçara como uma pessoa malandra ou vagabunda, avessa ao trabalho regular, aos hábitos do consumo e ao tempo do relógio, valores esses em apreço pela cultura urbana (Diegues, 2005:276). Nesse sentido, a proximidade entre os termos caiçara e caipira embute uma carga pejorativa através da qual as cidades percebem a cultura camponesa, sinônimo de atraso e precariedade.



desenvolvido um conjunto de práticas materiais e imateriais ao mesmo tempo no mar e na terra, ao passo que essa última é essencialmente baseada na agricultura.

Diegues (*op. cit.*) define a cultura caiçara como um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados, que orientam as pessoas em suas relações com a Natureza, e com a sociedade. Ele usa o conceito de modo de vida caiçara, entendido como a forma pela qual as comunidades litorâneas do sudeste organizam a produção material e as relações sociais num determinado contexto espacial e cultural, sendo que tanto a produção material (tipo de moradia, embarcações, ferramentas de trabalho) quanto a imaterial (linguagem, música, religião) não são espaços separados, mas se combinam para produzir seu modo de vida. Trata-se, portanto, de uma cultura que expressa de forma marcante sua relação com a Natureza, e é fruto do processo coevolutivo, adaptando-se às condições do ambiente da Mata Atlântica e do litoral sul fluminense, paulista e paranaense.

Já o termo quilombola refere-se à identidade étnica de um grupo cuja base é sua forma de organização, a sua relação com os demais grupos, e sua ação política. O que caracterizava o quilombo não é o isolamento e/ou a fuga, mas a característica de resistência, da autonomia e do movimento de transição da condição de escravo para a de camponês livre. A identidade étnica dos remanescentes de quilombos é recriada pela memória das lutas de seus antepassados. Na luta pelo reconhecimento, os quilombolas passaram a adotar uma estratégia de legitimação através da autoidentificação como remanescentes das comunidades dos quilombos, grupos étnicos raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, e com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A permanência na terra destas comunidades não se faz regulada por categorias formais de propriedade, mas pelo próprio grupo que determina, através do “direito costumeiro”, as regras que orientam todos os planos da vida social. As formas de acesso à terra incluem as dimensões simbólicas e as relações sociais próprias. A questão dos remanescentes das comunidades de quilombos emerge com a Constituição de 1988, que garante no texto constitucional a inclusão social e o direito de reconstruir identidade e território<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Hoje, o termo é usado para designar a situação dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos no Brasil, fazendo referência a terras que resultaram da compra por negros libertos; da posse pacífica por

A questão do reconhecimento das comunidades quilombolas, marcada pela auto identificação, foi ampliada através do Artigo 68 da Constituição Federal de 1988. Esta norma constitucional do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabelece que: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

A titulação de terras quilombolas prevista na lei é coletiva e pró-indivisa, isto é, consideradas inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis. Isso significa que o título de propriedade é outorgado a associação de moradores quilombolas da comunidade, que não poderá dividir as terras entre seus membros, nem vendê-las ou arrendá-las. Para Almeida (2010:130) essa característica dificulta as iniciativas de mercantilização nestes territórios, já que:

(...) o fato da propriedade não ser necessariamente individualizada e estar sempre condicionada ao controle das associações comunitárias acaba por criar obstáculos às tentativas de transações comerciais, (...) As terras das comunidades quilombolas cumprem sua função social precípua, quando o grupo étnico, manifesto pelo poder da organização comunitária, gerencia os recursos para a sua reprodução física e cultural.

O Quilombo do Campinho da Independência, em Paraty foi a primeira comunidade quilombola do estado do Rio de Janeiro a ter suas terras tituladas. Para isto foi providencial a formação e atuação da Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho – AMOQC.

## 1.2) Metodologia.

As ciências sociais tem presenciado um movimento de valorização do ser humano como sujeito de estudo, em contraste às excessivas abstrações e a desumanização oriunda do cientificismo positivista. Para Pujadas Muñoz (2002), existem elementos tanto de ordem epistemológica quanto de ordem teórica e metodológica para este rechaço ao positivismo por parte desta corrente humanista. Do ponto de vista epistemológico, se rechaça a concepção positivista inerente à uma ciência

---

ex-escravizados; de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras entregues ou adquiridas por antigos escravizados organizados em quilombos. Nesse contexto, os quilombos foram apenas um dos eventos que contribuíram para a constituição das "terras de uso comum", categoria mais ampla e sociologicamente mais relevante para descrever as comunidades que fazem uso do artigo constitucional (<http://www.koinonia.org.br/oq/oquilombo.asp>, acesso em 19 de junho de 2015).

social compreendida à imagem e semelhança das ciências naturais, nas quais os fatos sociais são meros dados, as pessoas são informantes ou entrevistados, e as relações sociais são simples correlações entre variáveis.

Outra vertente de ruptura epistemológica se baseia na ênfase dinâmico-temporal expressa como desejo de compreender os processos de mudança social, diante da notória incapacidade positivista para manusear a variável temporal. No âmbito da teoria, a atitude positivista é considerada dogmática, já que pretende construir um fetiche de suas normas técnicas e a abandonar a perspectiva de seu objeto de pesquisa original, que é o ser humano e suas relações sociais. E finalmente no âmbito dos procedimentos metodológicos as críticas se centram fundamentalmente no uso do recurso quase exclusivo à quantificação e a utilização abusiva da técnica de survey<sup>16</sup>, o qual se considera um meio incapaz de alcançar um conhecimento profundo da sociedade, pois reduz o comportamento humano e suas motivações à variáveis abstratas, que não consideram a relação dialética entre a ação humana e a estrutura social.

Ao analisar a pesquisa qualitativa frente à quantitativa, Olabuénaga (1999) diz que a diferença entre os métodos de uma e de outra se baseia mais em cada visão de mundo, nos planos de trabalho, e nos respectivos modos de recolher e, sobretudo, de analisar a informação armazenada. Segundo aquele autor, a metodologia qualitativa não pode ser empregada sem entender os pressupostos filosóficos que lhe dão sustentação, e tampouco pode ser entendida por quem não os assuma. Falar de métodos qualitativos é falar de um estilo ou modo de pesquisar os fenômenos sociais nos quais se perseguem determinados objetivos, para dar uma resposta adequada a certos problemas concretos aos quais se enfrenta na mesma pesquisa.

Aquele autor cita cinco características que devem estar presentes (ao menos uma delas) numa pesquisa qualitativa. Em primeiro lugar, se uma pesquisa pretende captar o significado das coisas (processos, comportamentos, atos) mais que descrever os fatos sociais, então ela está no âmbito da pesquisa qualitativa, e seu objetivo é a captação e reconstrução do significado. Em segundo lugar, se uma pesquisa utiliza primariamente a linguagem dos conceitos e das metáforas, mais que dos números e testes estatísticos, e

---

<sup>16</sup> A pesquisa survey pode ser descrita como uma ferramenta para obtenção de dados ou informações de pesquisa sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, escolhido como amostra de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, geralmente um questionário (Freitas et al., 2000:105).

utiliza as narrações e descrições mais que os algoritmos, os quadros e as fórmulas, entra também no âmbito dos métodos qualitativos. Nesse caso sua linguagem é basicamente conceitual e metafórica. Uma terceira característica da pesquisa qualitativa refere-se ao recolhimento da informação, a qual ocorre através da observação tranquila ou da entrevista em profundidade mais que através dos experimentos ou dos questionários estruturados e massivos. Seu modo de captar a informação não é estruturado, senão flexível e desestruturado. Uma quarta característica é a preferência na pesquisa qualitativa por partir dos dados para intentar reconstruir um mundo cuja sistematização e teorização resulta difícil, ao invés de partir de uma teoria e de hipóteses perfeitamente elaboradas e precisas. Seu procedimento é mais indutivo que dedutivo. A última característica de uma pesquisa qualitativa é a sua pretensão de captar todo o conteúdo de experiências e significados que ocorrem em um só caso, ao invés de tentar generalizar a partir de uma amostra pequena a um grande coletivo qualquer elemento particular da sociedade. Neste caso a orientação não é particularista e generalizadora, mas holística e concretizadora.

Os objetivos deste trabalho de pesquisa apontaram para a necessidade de uma opção metodológica que privilegiasse naturalmente o aspecto qualitativo da pesquisa agroecológica, de valorização dos próprios sujeitos da pesquisa. Para isso foram utilizadas ferramentas metodológicas que favorecessem os relatos de vida, captando os saberes e experiências de vida através da história oral. Para tal, se basearam nas possibilidades geradas pela abordagem pluriépistemológica e plurimetodológica encontradas na Agroecologia (Sevilla Guzmán, 2003). O pluralismo metodológico presente na Agroecologia é uma exigência epistemológica originada na particularidade do objeto de estudo, o qual se encontra inserido num contexto de complexas relações sociedade e natureza.

Este trabalho de pesquisa emprega o conceito de experiência com o sentido de uma “resposta mental e emocional, por um indivíduo ou grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo acontecimento” (Thompson, 1981:15). A experiência surge de forma espontânea no ser social, acompanhada do pensamento, e desta forma as pessoas fazem uma reflexão sobre o que acontece a elas e ao seu mundo.

No entanto, as experiências são vivenciadas pelas pessoas não só no âmbito do pensamento e seus procedimentos, mas também as experimentam com o sentimento, e

lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores.

Experiência é uma categoria que faz a mediação entre as coisas, e as relações entre as pessoas, por dependerem unicamente delas mesmas, formam um processo, e não uma estrutura. Dessa forma é possível pensar a experiência de forma diacrônica, fluida, e que não se encaixa numa análise imobilizadora no tempo. É através da experiência que a estrutura se transforma em processo, e o sujeito é reinserido na história.

Como um processo social, uma experiência agroecológica necessita ser compreendida a partir desta perspectiva fluida e eminentemente de caráter relacional, e dentro de uma visão que consiga contemplar toda a complexidade e multidimensionalidade envolvida em sua análise. Esta é, portanto, a compreensão de experiência adotada neste trabalho de pesquisa.

Devido à impossibilidade da separação entre sujeito e objeto, e entre subjetividade e objetividade, Morin (2004) aponta para a importância do estabelecimento do subjetivismo como uma das premissas do modelo de pensamento alternativo. Para ele o conhecimento objetivo necessita do sujeito, da interação subjetiva, e é sempre tradução e reconstrução do mundo exterior, permitindo uma visão crítica sobre o próprio conhecimento. Nessa integração de si mesmo, ele conclama a uma autocrítica e a um autoexame, afirmando que integrar qualquer conhecimento é uma necessidade epistemológica fundamental (Morin, 2004:30, 53).

Em relação às premissas filosóficas que embasam tanto a metodologia quanto à prática agroecológicas, Norgaard e Sikor (2002:53 - 59) situam-nas em raízes distintas daquelas nas quais se assenta a ciência agrônoma convencional, o que vai afetar as metodologias e a organização, trazendo implicações e consequências sociais e ambientais, tanto na agricultura convencional quanto num sistema de base ecológica.

Desta forma o percurso metodológico e as ferramentas utilizadas neste trabalho de pesquisa se afastam das premissas da ciência convencional, as quais se pautam por uma visão mecanicista, monista, universalista, atomista e objetivista. A abordagem utilizada se baseou nas premissas alternativas à ciência convencional, como o holismo, onde as partes não podem ser compreendidas separadamente do seu todo, e a soma delas é sempre maior que o todo. Um sistema contém propriedades que não podem ser observadas separadamente em cada uma das suas partes. Baseia-se também numa

abordagem sistêmica, em oposição ao mecanicismo convencional, e numa visão contextualizada (em oposição ao universalismo da ciência convencional), já que os fenômenos são inerentes a um grande número de fatores específicos ao lugar e ao tempo. Como exemplo, a própria utilização do conceito de agroecossistema neste trabalho justifica a necessidade de uma abordagem sistêmica e holística, como se poderá ver mais adiante.

Para avaliar os diferentes níveis das estratégias de resistência camponesa empregadas pelos agricultores de Paraty, em suas várias dimensões, torna-se necessária uma abordagem que dê conta da complexidade envolvida no processo, e que procura integrar uma visão própria da multidimensionalidade e da contextualização. Para Morin (1999), ao invés de separar ou reduzir o conhecimento como ocorre na ciência convencional, a questão principal é a opção por um pensamento que ao mesmo tempo una e diferencie, e que conduza a uma representação complexa do real, daí a importância da complexidade (deriva de *complexus*, o que é tecido junto).

Esta pesquisa utiliza o conceito de agroecossistema<sup>17</sup> como a unidade principal de análise da Agroecologia, o que destaca a importância tanto do sistema produtivo quanto do social, e no qual se inserem os agricultores e suas famílias. Em sua estrutura estão presentes tanto elementos ambientais (água, solo, vegetação, energia solar), como sociais (fatores étnicos, religiosos, econômicos e políticos), e as relações entre eles. Assim, o conceito de agroecossistema implica numa abordagem sistêmica, contrária à visão segmentada e especializada própria da ciência convencional. Da mesma forma, a utilização do conceito de agroecossistema acarreta também numa abordagem holística, o que implica por um lado numa análise multidimensional, histórica, realizada com base na Sociologia e na Antropologia, e por outro, numa análise que envolva a circulação dos fluxos de energia e materiais, e de consumo e degradação endo e exossomática (Guzmán Casado *et al*, 2000:96).

As técnicas e procedimentos empregados nesta pesquisa foram a observação participante, as entrevistas não estruturadas e a análise de conteúdo. A observação participante consiste no processo de contemplação sistemática da vida social, cotidiana, mas sem manipulá-la e nem modificá-la, tal como ela discorre por si mesma. Esta técnica foi utilizada para o recolhimento dos dados do trabalho de campo, onde o autor

---

<sup>17</sup> O conceito de agroecossistema (Gliessman, 2001) também é abordado no capítulo 3, porém com mais amplitude.



esteve presente em diversas atividades práticas e cotidianas dos agricultores de uma determinada comunidade, atentando para o que se faz, e para o que se diz. Como afirma Olabuénaga (1999:125), trata-se de uma relevante ferramenta de pesquisa social, e de uma técnica científica de coleta de informações.

Neste exercício, houve o cuidado constante do pesquisador de que os acontecimentos se desenvolvessem espontaneamente, não interferindo no seu curso. Através da observação participante o pesquisador pode descrever as atividades de uma família ou um grupo de agricultores, o conteúdo das conversas, o que conduziu à reflexões decorrentes da observação realizada. O exercício de observação participante foi desenvolvido nas ocasiões em que o autor esteve presente em atividades coletivas que espelham as distintas dinâmicas no território, e também desenvolvida transversalmente ao longo de todos os trabalhos de campo (Martí, 2000:96), numa desejada visão da complexidade envolvida nas diversas situações sociais. O emprego desta técnica ocorreu dentro das duas perspectivas integrantes desta pesquisa, a estrutural e a dialética, em acompanhamento às atividades coletivas dos entrevistados ou em espaços participativos e de organização comunitária, como feiras locais, reuniões de associações e organizações de agricultores, reuniões e seminários de defesa dos modos de vida das populações tradicionais. Para captar todo o potencial relevante inserido nas complexas dinâmicas territoriais foram utilizados vários recursos complementares à observação participante, como as gravações e o registro fotográfico.

Presente nas duas perspectivas integrantes deste trabalho, o exercício de observação participante foi também realizado pelo autor através de duas outras maneiras, e em momentos distintos: na função de extensionista rural durante 18 meses em Paraty, junto aos agricultores assentados dos projetos de Reforma Agrária existentes<sup>18</sup> no município, e como integrante do grupo de coordenação política da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro<sup>19</sup> - AARJ, nos últimos 6 anos, em constante diálogo com os atores locais em Paraty. Na primeira situação, o autor pode observar o esforço das famílias de agricultores assentados em permanecer na terra recém-conquistada, incluindo a necessidade de organização dos assentados e de acesso

---

<sup>18</sup> São Roque, Taquari e Barra Grande.

<sup>19</sup> Um movimento de organizações da sociedade que se articula no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de fortalecer a Agroecologia a partir da identificação, sistematização e mapeamento de experiências agroecológicas, baseado no protagonismo dos agricultores/as. Ver em < <http://aarj.wordpress.com/>>, acesso em 12/08/2015, e no subitem 4.2.1 do capítulo 4 desta tese.

aos mecanismos de obtenção de crédito e assistência técnica, as diversas dificuldades na gestão dos bens comunais, as formas de ação social coletiva como os mutirões, etc. Na outra situação, o autor pode acompanhar de perto a dinâmica local dos agricultores de Paraty em torno da Agroecologia<sup>20</sup>, o desenvolvimento de suas experiências em produção e a organização recente em torno dos circuitos curtos de comercialização, como os mercados institucionais.

As entrevistas não estruturadas foram utilizadas como consequência direta da opção pelo aspecto qualitativo da pesquisa agroecológica, de valorização dos agricultores como próprios sujeitos da pesquisa, e por isso mesmo foi a técnica de obtenção de informações mais utilizada neste trabalho. Ao contrário da visão mecanicista, na qual o indivíduo é visto como a engrenagem de uma máquina que opera por leis fixas, a entrevista não estruturada parte da defesa da capacidade de iniciativa pessoal existente em cada indivíduo, e concebe o ator social, o homem, como uma pessoa que constrói sentidos e significados da realidade.

Embora com um objetivo e temas definidos, o mais importante a ser alcançado durante a realização das entrevistas foi a sua fluidez e naturalidade na conversação, buscando sempre uma postura de concentração e condução por parte do pesquisador, o qual buscou sempre destacar o que é mais relevante nos relatos dos entrevistados, como seus significados, perspectivas e visão de mundo (Olabuénaga, 1999: 165,166,170,171). Como características de uma entrevista do tipo não estruturada, o que se buscou neste trabalho foi compreender mais que explicar, com a maximização do significado dos relatos, em respostas mais sinceras possíveis.

A empatia necessária para a fluidez e naturalidade na conversação, durante as entrevistas, foi facilitada pela gentileza na acolhida pelos agricultores e suas famílias, e em parte, pelo vínculo existente entre o pesquisador e o movimento agroecológico de Paraty desde 2006, dado sua condição de integrante do coletivo de coordenação política da AARJ e, por isso mesmo, em contato direto com o movimento agroecológico e as dinâmicas territoriais em Paraty. Nela pude acompanhar o desenvolvimento de práticas

---

<sup>20</sup> O autor teve a oportunidade de integrar o grupo de trabalho que editou em 2014 a publicação “Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro: cadernos de experiências agroecológicas”, o qual incluiu 3 experiências agroecológicas protagonizadas por agricultores de Paraty e Ubatuba (SP) nos temas de manejo ecológico dos recursos naturais, acesso a circuitos curtos de comercialização, e articulação política em espaços de defesa do território.

agroecológicas pelos camponeses de Paraty, e a sua participação nos espaços de articulação política em defesa dos seus modos de vida.

Outro fator favorável à construção de um ambiente de confiança mútua junto às famílias entrevistadas e comunidades visitadas foi o trabalho desenvolvido pelo investigador como extensionista rural da EMATER RIO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro, no período de 18 meses junto às áreas de reforma agrária em Paraty, nas comunidades de São Roque, Taquari e Barra Grande. Alguns desses agricultores assentados integraram o universo deste trabalho de pesquisa.

As visitas de campo foram realizadas em quatro períodos: julho de 2012, abril e maio de 2013, abril de 2014, e maio de 2015. A relação das entrevistas, com os nomes das pessoas entrevistadas, as datas e os locais de realização, e os tempos de duração das gravações, estão no apêndice A deste trabalho de pesquisa. Já as transcrições de cada entrevista estão disponíveis no apêndice C.

A localização das entrevistas consta do mapa 2, apresentado abaixo.



Mapa 2, com a localização das entrevistas realizadas neste trabalho de pesquisa. Elaboração: Luiz Fernando Wlian.

Este trabalho estabeleceu o uso de nomes fictícios para todos os agricultores e agricultoras entrevistados, com a finalidade de preservar sua privacidade. Assim, no mapa 2, e também a partir do capítulo 2, todos os nomes dos agricultores e agricultoras apontados nos relatos e nos textos correspondem a nomes fictícios. Porém, nas transcrições das entrevistas localizadas no apêndice C, é possível estabelecer a relação dos nomes fictícios com os verdadeiros nomes das pessoas entrevistadas.

No entanto, os nomes dos técnicos entrevistados foram mantidos, com base num consentimento verbal dado ao autor deste trabalho de pesquisa.

Com a finalidade de acessar o universo das relações sociais primárias, como as relações familiares e de vizinhança, de trabalho e organizativas, buscou-se o sentido dos relatos de vida, através da história oral dos entrevistados. Thompson (2000:3) ressalta que a história oral permite devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história, através de suas próprias palavras, um lugar central, e pode ser um meio para transformação tanto do conteúdo como do propósito da história. Da mesma forma, esta parece ser também uma técnica muito apropriada como sendo um registro usual, mais utilizado, nas sociedades tradicionais, em função da importância e utilização da oralidade na cultura, e que é justamente o caso das populações tradicionais e camponeses de Paraty, sujeitos desta pesquisa. Barahona (1986) afirma que a memória é o recurso mais importante da vida tradicional, sendo um conhecimento que se transmite no espaço e no tempo, através da linguagem, e este se conforma e responde a uma lógica diferente, que é a da oralidade.

As vantagens da utilização deste método foram o acesso ao conhecimento das muitas variáveis que explicam o comportamento de uma pessoa dentro de seu grupo primário, o qual representa o nível essencial de mediação entre o indivíduo e a sociedade. Devido ao detalhamento e as minúcias encontrados nas experiências de vida, é possível acessar os valores e a cosmovisão presentes nos grupos sociais. E por fim, as histórias de vida conformam um material valioso para estudos de cambio social e das estratégias<sup>21</sup> adaptativas do campesinato, quando é possível conhecer e avaliar o impacto das transformações sociais, sua ordem e sua importância na vida cotidiana, tanto do indivíduo como do grupo primário e do seu entorno. A história de vida não só nos aproxima dos fatos concretos, mas também nos familiariza com os sistemas de normas de uma sociedade, e ajuda a compreender os limites impostos ao comportamento individual (Pujadas Muñoz, 2002:44,45,50).

Os critérios para seleção das pessoas a serem entrevistadas foram basicamente o de representatividade frente aos temas de interesse da pesquisa, e a disponibilidade dessas pessoas para a concessão de entrevistas. Com relação à representatividade, inicialmente a escolha baseou-se tanto na experiência e conhecimento do pesquisador com relação às pessoas que tivessem uma boa história de vida a ser compartilhada, nos

---

<sup>21</sup> A conotação de estratégia adotada neste trabalho de pesquisa está referenciada em Morin (1995:115-127), a qual se determina tendo em conta uma situação aleatória, elementos adversos, e inclusive, adversários. A estratégia está destinada a modificar-se em função das ocorrências durante o processo, podendo inclusive ter grande elasticidade.

temas relacionados às estratégias de resistência territorial (luta pela terra, transição agroecológica e manejo ecológico dos recursos naturais, circuitos curtos de comercialização e acesso aos mercados institucionais, e atuação nos movimentos sociais e nas redes sócio técnicas). Neste sentido a maioria dos camponeses entrevistados foi de pessoas idosas, com uma grande experiência de vida nos temas de interesse do trabalho de pesquisa. E por fim, a escolha das pessoas entrevistadas teve também com base em indicações de outras pessoas de confiança do autor em relação ao propósito do trabalho de pesquisa. Para isso buscou-se um número mínimo de pessoas que pudessem representar inicialmente a diversidade de grupos e populações tradicionais presentes em Paraty.

Assim, foram entrevistadas pessoas inseridas nas categorias de populações tradicionais, como caiçaras e quilombolas<sup>22</sup>, além de camponeses, nascidos ou não em Paraty. Importante mencionar que uma parcela significativa de agricultores que desenvolvem a atividade agrícola em Paraty é composta de migrantes oriundos de outros estados do Brasil, alguns vindos através de uma política governamental de ocupação do território desenvolvida nas décadas de 1950 e 1960, e ainda outros em época posterior à esse movimento migratório. Desta forma, foram entrevistados pelo menos 2 camponeses que migraram para Paraty em algum momento de suas vidas, e que por isso mesmo teriam contribuições significativas a fornecer para a história do campesinato em Paraty.

Por fim, a última técnica de pesquisa utilizada neste trabalho foi a análise de conteúdo (Olabuénaga, 1999:191-210 e Martí, 2000: 97 - 103). Trata-se de uma técnica de caráter genérico, aplicável a todos os níveis da análise, e que possui uma capacidade de abrigar um conteúdo o qual, lido e interpretado adequadamente, pode ser muito útil para acessar o conhecimento da vida social de uma família, grupo ou comunidade, bem como de suas estratégias de reprodução social e econômica, seus modos de apropriação dos recursos naturais e suas formas de permanência no território. A análise de conteúdo estuda a informação textual, produzida pelas entrevistas, reuniões e grupos de discussão, etc., e também aquela recolhida secundariamente de textos escritos, jornais,

---

<sup>22</sup> Os indígenas também fazem parte do universo de populações tradicionais existente em Paraty, estabelecidos em 3 aldeias (Parati Mirim, Araponga e Rio Pequeno). São guarani-kaiwoa oriundos de outros estados (Ladeira & Felipim, 2004:251 – 255). Como não foi possível estabelecer uma proximidade com algum representante deste grupo para a finalidade do trabalho de pesquisa, o autor não pode realizar nenhuma entrevista com seus integrantes.

documentários e vídeos, registros, etc., quantificando o aparecimento de certos elementos.

Nesta pesquisa foi realizada a consulta à bibliografia específica (livros, artigos e teses), e a análise documental em jornais e material audiovisual, como vídeos e documentários. Neste último caso foram acessados dois documentários em vídeo sobre a cultura caiçara, mas principalmente o vídeo *Vento Contra*<sup>23</sup>, cujas falas foram transcritas integralmente para um arquivo de texto. Trata-se de um importante registro audiovisual de parte do histórico movimento de resistência dos moradores da comunidade de Trindade, em Paraty, contra o processo violento e fraudulento de expulsão de suas terras, mediante uma estratégia de grilagem, inicialmente feita por uma pessoa e, posteriormente, por um conglomerado de empresas imobiliárias. É o registro de parte da história das diversas ameaças (e logros) do capital financeiro contra as populações tradicionais de Paraty, inclusive com respaldo do Estado.

O outro material audiovisual importante acessado foram os arquivos do vídeo “Caminhos do Rio: experiências agroecológicas no Rio de Janeiro”<sup>24</sup>, um registro pioneiro de 8 experiências agroecológicas do Rio de Janeiro realizado em 2010, e do qual foi extraída toda a entrevista realizada com um agricultor de São Roque/Paraty, posteriormente transcrita em parte para um arquivo de texto, e utilizada como referência de sua história de vida neste trabalho de pesquisa.

Os níveis ou categorias de análise variaram entre o da unidade de produção familiar (ou história predial ou de exploração agrícola), o de estilos de manejo de recursos naturais, e o de território, situando este último próximo ao nível de sociedade local, de acordo à sistematização sociológica dos métodos e técnicas de pesquisa em Agroecologia (Guzmán Casado, Sevilla Guzmán & González de Molina, 2000:160-195; Sevilla Guzmán & Rist, sem data). Diante disso, é importante clarear que a história predial deve ser entendida em suas dimensões ecológicas e socioeconômicas, o que

---

<sup>23</sup> Um filme curta metragem de Adriana Mattoso, de 40’, realizado em 1981, categoria documentário, produção da Oca Cinematográfica. Cópia gentilmente cedida por Fábio Reis Oliveira.

<sup>24</sup> Vídeo de 26’52” produzido em julho de 2010 pela Cipó Caboclo Vídeos ([www.cipocaboclovideos.blogspot](http://www.cipocaboclovideos.blogspot)), com recursos do projeto “Desenvolvimento participativo de metodologias e processos de construção de conhecimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro”, fruto de um edital do CNPq/Ministério do Desenvolvimento Agrário, e coordenado pela Universidade Federal Fluminense. O autor da pesquisa integrou o grupo que coordenou a realização do vídeo, auxiliando na escolha das experiências, na elaboração do roteiro, nas entrevistas realizadas e na logística das filmagens. O Grupo Executivo da AARJ – Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro autorizou o autor a utilizar os arquivos referentes a entrevista no presente trabalho de pesquisa. Disponível em <http://aspta.org.br/2013/09/video-caminhos-do-rio-experiencias-em-agroecologia-no-rio-de-janeiro/>, acesso em 02/04/2015.

inclui a família responsável pela gestão da unidade de produção e consumo. Ela pode ser definida como a reconstrução através do tempo da sequência de formas de manejo ocorridas na exploração, intentando analisar sua dinâmica no contexto da sucessão ecológica. O papel desempenhado pela história predial é análogo ao desenvolvido pelos estudos de caso nas ciências sociais. Esse método, utilizando técnicas de registro desenvolvidas desde a história oral, combinado com a análise de documentos do passado, constitui parte de uma pesquisa na qual se quer aprofundar determinados aspectos significativos de uma unidade de análise mais ampla. Sua relevância está no conhecimento do ponto da sucessão ecológica na qual se encontra o agroecossistema predial, e assim contrastá-lo com o “ecossistema natural” correspondente, indicando o desenho da forma de manejo mais adequada (Guzmán Casado et al, 2000:175 – 182).

Já a categoria denominada de estilo de manejo de recursos naturais é definida como o conjunto de explorações com natureza semelhante no que se refere às tecnologias agrícolas utilizadas pelos agricultores, as quais são oriundas do mesmo conhecimento local, e de estratégias análogas de produção, reprodução, e de consumo. Para operacionalizar esta categoria, são necessários dois elementos chave: uma maior ou menor inserção no mercado (como por exemplo, o percentual de autoconsumo em relação à produção total) e, o nível de tecnificação da forma de manejo utilizada no agroecossistema (a maior ou menor utilização de inputs externos de natureza industrial). Como o estilo de manejo possui uma forte dimensão qualitativa vinculada ao conhecimento local e também às características específicas dos agroecossistemas estudados, a técnica empregada normalmente para sua descrição é a entrevista em profundidade, pouco estruturada ou aberta, a qual permite detectar (ou mesmo construir) os estilos de manejo através do registro dos discursos produzidos. É uma técnica que permite que se dê a palavra ao objeto da pesquisa, aceitando-o como ele é: um sujeito ou mesmo um grupo de sujeitos (Guzmán Casado, 2000:182 – 185).

A metodologia empregada nesse trabalho privilegiou a pesquisa-ação participativa, permitindo atender aos objetivos propostos, os quais são os de manutenção e revitalização das condições de (re) existência de uma agricultura camponesa em Paraty, ao redor de identidades territoriais específicas, e de gestão dos processos de desenvolvimento local.



As técnicas utilizadas nesta pesquisa situam-na tanto dentro da perspectiva estrutural como da dialética. Em relação à aquela, “sua intenção é a de explicar as relações existentes entre os fenômenos analisados, em termos da percepção dos sujeitos intervenientes dos mesmos, conforme seus discursos. Aqui o propósito é o de gerar uma informação qualitativa que dota de sentido sociocultural os processos ocorridos na realidade, sejam eles naturais ou sociais” (Sevilla Guzmán & Rist, sem data:26). Para estes autores, a perspectiva estrutural desempenha um papel central para a Agroecologia, especialmente nos processos de transição agroecológica, onde o discurso dos atores envolvidos no manejo ecológico dos recursos naturais é incorporado pela Agroecologia através das entrevistas, do grupo de discussão, e demais metodologias qualitativas. Nesta perspectiva foram utilizadas algumas ferramentas e técnicas para acessar as histórias de vida, pessoais e familiares, como elementos integrantes da história predial, uma “técnica sócio-antropológica que pretende iniciar o processo de incorporação do conhecimento local” (Sevilla Guzmán, op.cit:27). Neste sentido a pesquisa utilizou a história oral e a análise de documentos (jornais, relatórios e blogs, vídeos e documentários) para reconstruir numa linha de tempo a sequência de formas de manejo desenvolvidas na exploração, e analisar sua dinâmica no contexto territorial ao qual pertence.

Já em relação à perspectiva dialética, o trabalho visa à valorização e o apoio às dinâmicas endógenas, onde o “objeto” de pesquisa é considerado como o sujeito (pois na verdade é o protagonista), o conhecimento gerado é propositivo – transformador, e por fim, seu objetivo é a transformação social. Não se trata de somente conhecer (o que ocorre na perspectiva distributiva), e nem explicar (como ocorre na perspectiva estrutural), mas de intervir e articular-se com o objeto pesquisado, para incidir de forma crítica no curso de sua transformação (Guzmán Casado et al, 2000:167,168).

Como exemplo de intervenção e articulação com o objeto e apoio às dinâmicas territoriais, o autor deste trabalho de pesquisa integrou o grupo que coordenou a realização do vídeo “Caminhos do Rio: experiências agroecológicas no Rio de Janeiro”, inclusive com entrevistas de agricultores protagonistas da resistência territorial em Paraty (ver descrição na nota de rodapé nº 20, neste capítulo). Pode também atuar na edição da publicação “Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro”, um caderno com 21 experiências agroecológicas do Rio de Janeiro, sendo três delas protagonizadas por camponeses e suas organizações em Paraty e Ubatuba (SP). Ambos os materiais tem

contribuído para dar visibilidade às experiências agroecológicas desenvolvidas por camponeses no território, afirmando sua identidade e

Tanto a perspectiva estrutural como a dialética se distanciam da subordinação ou coexistência ao poder existente na perspectiva distributiva, já que ambas buscam transcender as relações de poder do sujeito (pesquisador) a objeto (de pesquisa). Aquelas perspectivas também pretendem dar voz aos agricultores como objetos de pesquisa, ao reconhecer a racionalidade ecológica da produção camponesa (Toledo 1993:198), tratando de elaborar metodologias que transformem ao agricultor de “objeto” de pesquisa” em sujeito da mesma. Como tarefa essencial à sua atividade, a Agroecologia pretende incorporar ao manejo de recursos naturais elementos socioeconômicos e políticos, afirmando seu caráter multidimensional e pluriepistemológico (Guzmán Casado et al, 2000:169).

## **Capítulo 2: Desterritorialização e resistência camponesa.**

Neste capítulo está o eixo deste trabalho de pesquisa relacionado à dimensão sociopolítica da Agroecologia, cujos componentes são a organização e a resistência camponesa para permanência no território.

Inicialmente são apresentados os referenciais teóricos em torno de conceitos chave para compreensão e análise das informações geradas no trabalho de campo. Para isso os referenciais foram divididos em três subitem, cada um correspondendo a um conceito. O primeiro deles refere-se ao conceito (ou noção) de território, um termo de caráter polissêmico e de ampla utilização no Brasil, inclusive vinculado à execução de políticas públicas de desenvolvimento rural para a agricultura familiar. Após um exercício crítico dessas políticas de desenvolvimento territorial na América Latina e no Brasil, são apresentadas as concepções de território (e de local) adotadas neste trabalho de pesquisa, indicadas para atender a análise das dinâmicas e da complexidade multidimensional encontradas em Paraty. Em decorrência da abordagem de território faz-se necessária a apresentação das noções de desterritorialização, ainda neste subitem.

O segundo conceito apresentado relaciona-se ao campesinato e a condição camponesa, indicando suas principais características e gradações. Com base em alguns autores são apontadas as condições de formação deste campesinato no Brasil. Ainda dentro deste subitem são abordadas as estratégias empregadas e as condições de resistência do campesinato para sua permanência ao longo do tempo, e que serão identificadas em Paraty após a análise do trabalho de campo.

A última abordagem realizada ainda neste primeiro item inclui uma crítica ao estabelecimento do modo de produção capitalista nos territórios, identificando (ou correlacionando) o processo histórico de transformação nas relações sociedade – Natureza, com as constantes ameaças e consequências para a degradação dos modos de vida das populações tradicionais e camponesas.

A seguir são apresentadas as informações de campo, e que inicialmente elabora uma breve linha do tempo do processo intenso de desterritorialização ocorrido em Paraty nos últimos 60 anos, e que se deu através de inúmeros casos de grilagem de terras e constantes ameaças ao campesinato. Em seguida aborda o contexto de construção da rodovia Rio – Santos nos anos de 1970, como um marco de aceleração do processo de territorialização do capital em Paraty e região, com suas consequências para

a desarticulação das condições socioeconômicas das populações mais vulneráveis, inclusive com o testemunho de alguns camponeses entrevistados neste trabalho de pesquisa.

Ainda neste item das análises de campo traz um retrospecto sucinto dos processos de reforma agrária ocorridos em Paraty nos anos de 1980, apontando para a organização política e a resistência articulada dos grupos para ocupação da terra.

O item das análises do trabalho de campo termina com um panorama da situação atual das ameaças ao campesinato, realizado através da pressão sistemática exercida pelas unidades de conservação ambiental em Paraty.

## 2.1) Referencial teórico.

### 2.1.1) Dinâmicas territoriais e desterritorialização.

Pelas características do objeto de pesquisa estudado, este trabalho procurou uma concepção de território mais ampla e complexa que as definições presentes nas políticas públicas e programas de desenvolvimento territorial no Brasil. Nesse sentido se buscam os elementos presentes nas diversas concepções e entendimentos sobre o território, apontadas principalmente por autores como Enrique Leff, Arturo Escobar e Antônio Carlos Diegues, que ajudem na compreensão de um espaço socialmente construído, e destaquem a presença tanto dos conflitos e estratégias de resistência à desterritorialização, como da intensa produção cultural e o manejo ecológico dos recursos naturais, fruto de um inegável processo coevolutivo entre sociedade e Natureza<sup>25</sup>.

A abordagem territorial nas políticas de desenvolvimento rural foi ampliada e intensificada a partir de 2003, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva. Sua maior expressão está localizada dentro da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, e possui uma justificativa teórica e metodológica que visa a construção de “bases mais humanas para o desenvolvimento econômico, fundamentadas em valores éticos de equidade, justiça, respeito à diversidade, corresponsabilidade e reconhecimento da

---

<sup>25</sup> Os fatores agrários, as relações com os meios de produção e as interpretações com base em fatores de ordem econômica não servem para a compreensão dos povos e comunidades tradicionais, pois esses apresentam uma consciência como grupo distinto e com identidade coletiva própria, e formas de organização também distintas. (Almeida et al, 2010:105 – 106).

multifuncionalidade dos espaços rurais” (Sabourin, 2009:152 – 153). Para aquela Secretaria, o desenvolvimento territorial seria o resultado da interação das dinâmicas locais produtivas e sociais, e as dinâmicas institucionais.

Seguindo essa abordagem, o MDA homologou mais de uma centena de territórios rurais no Brasil, e o município de Paraty está incluído em um deles, o território da Baía da Ilha Grande, e que é composto também pelos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí e Seropédica. Entretanto, existem diversas limitações decorrentes da própria metodologia de construção desses territórios. Uma delas advém de sua composição inicial, desenhados por decisões com base institucional, com pouca identidade própria e pouco reconhecimento por parte dos diversos atores integrantes. No caso do território da Baía da Ilha Grande, existe uma grande diversidade entre os componentes do território, sendo que Paraty apresenta um perfil de sua economia baseada mais no setor de serviços (principalmente o turismo), com baixa densidade populacional, enquanto que os demais exibem um perfil mais urbanizado e economia baseada em indústria e serviços – construção naval, siderurgia, geração de energia nuclear, etc. Essas limitações também esbarram na prática verticalizada de tomada de decisões por parte do Estado, passam por problemas estruturais e dificuldades operacionais, e incluem uma abordagem ambiciosa ao tentar uma associação entre territorialização do desenvolvimento, desconcentração do Estado e participação popular em um mesmo processo, dentre outras, e estão descritas em Sabourin (2009:156 – 167).

Com uma crítica elaborada ao processo de desenvolvimento territorial rural na América Latina nos últimos quinze anos, Gómez (2008) o identifica como uma espécie de “terceira via” para o meio rural, que tenta obter um consenso<sup>26</sup> entre um modelo baseado no agronegócio, e outro baseado nas reivindicações dos movimentos sociais camponeses. Segundo o enfoque teórico que o orienta, esse desenvolvimento territorial rural mistura numa mesma proposta aspectos muito distintos, como mercado, pobreza, consenso, competência, território e identidade. Segundo o mesmo autor, ali existiriam ao mesmo tempo “a fé no capitalismo liberal que preconiza as bondades do mercado, e a ação do Estado para minimizar seus efeitos negativos”. Seria, portanto, um território sem conflitos, aonde existem a cooperação, a solidariedade e a articulação de interesses,

---

<sup>26</sup> Impossível, segundo este autor, já que não existe consenso numa sociedade capitalista, onde ocorrem disputas constantes e vigorosas entre as partes, e cujas regras são impostas por quem consegue exercer uma posição hegemônica.

um território do consenso que surge como figura privilegiada para pensar soluções para o meio rural latino-americano, como se o consenso fosse neutro, e como se os interesses e as condições de dominação desaparecessem de repente.

Nessa abordagem inserida no desenvolvimento territorial rural para a América Latina, os conflitos estruturais inerentes à sociedade capitalista são desativados, e abre-se o caminho para a elaboração e a implementação de políticas públicas. Para o alcance desse objetivo, surge uma ideia domesticada de território, a qual está muito distante da realidade que ocorre na América Latina, aonde os conflitos são constantes e necessários para entender sua dinâmica. Criam-se então categorias analíticas ágeis e funcionais, sem as facetas que não se ajustam ao objetivo de perpetuar o sistema onde o desenvolvimento não representa nenhuma mudança significativa. Para Gómez (2008), então, o território apontado nessa concepção é uma categoria analítica aplainada, reduzida a um instrumento técnico de planificação. Dessa forma, toda a diversidade de sentidos que o território possui, e que faz dele uma categoria analítica rica e complexa, imprescindível para compreender a natureza conflituosa da sociedade capitalista, resulta numa categoria problemática e distante da realidade para a elaboração e implementação de políticas públicas.

Preliminarmente à abordagem de território, é importante mencionar a importância do lugar/local na concepção do território, já que a tendência do conhecimento acadêmico mais atual, gerado em muitos campos de conhecimento (Geografia, Antropologia, Economia Política, Comunicação, etc.), foi a de minimização do local e a de destacar, em sentido contrário, o movimento, a diáspora, o deslocamento, as viagens e as migrações. Desta forma, Escobar (2008) destaca a necessidade de uma teoria corretiva que neutralize esta minimização do local, diante de uma assimetria que de um lado dá grande importância ao “global”, e por outro, muito pouco valor ao local.

De fato, o local no sentido da cultura local, por exemplo, pode ser considerado o oposto da globalização, de forma que uma discussão da importância do local apresenta-se como uma perspectiva importante para repensar o processo de globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e à modernidade (Escobar, 2005). Neste mesmo sentido, Leff (2009) considera que diante do processo de globalização regido pela racionalidade econômica e pelas leis de mercado está surgindo uma política do lugar, do tempo e do espaço, movida pelos novos direitos à identidade cultural dos povos, e legitimando regras mais plurais e democráticas de convivência social.

Muito embora quase toda teoria social convencional tenha tornado invisíveis as formas subalternas de pensar, bem como as modalidades locais e regionais de configurar o mundo, o local continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas. Existe um sentimento de pertencimento que é mais importante do que queremos admitir, o que faz com que se considerem muito relevantes as ideias de “regressar ao lugar”, ou a defesa do local como projeto. Os modelos locais também evidenciam um arraigamento especial a um território concebido como uma entidade multidimensional, a qual resulta dos diversos tipos de práticas e relações, e também estabelecem vínculos entre os sistemas simbólico e cultural, e com as relações produtivas, que podem ter grande complexidade.

Ao abordar algumas implicações da defesa do local para a Ecologia Política, Escobar (2005) indica que a noção de território trabalhada pelos ativistas de movimentos sociais e da Ecologia Política representa uma relação entre lugar, cultura e Natureza. Da mesma forma, a definição de território + cultura feita pelos ativistas da biodiversidade é outro exemplo apontado por aquele autor de uma consciência baseada no local, e mais ainda, da transformação de lugar e cultura em fontes de fatos políticos.

No campo da Antropologia Ecológica as implicações do local também são importantes, já que etnograficamente o enfoque estaria na documentação dos significados e usos do natural como expressões concretas do conhecimento baseado no local. A perspectiva do local permite dar um conteúdo etnográfico ao “ecologismo dos pobres”, entendido como a resistência cultural de muitas comunidades pobres à valorização capitalista estrita de seu ambiente. Para Alier (2006), as identidades coletivas locais são uma das linguagens nas quais se expressam os conflitos ecológicos distributivos, que tem um caráter sistêmico.

O território vem a ser definido como o espaço de apropriação efetiva dos ecossistemas por uma dada comunidade, e incorpora o projeto de vida dessa comunidade. A defesa de um território envolve a defesa de um intrincado padrão de relações sociais baseadas no local, e de construções culturais; ela também implica na criação de um senso original de pertencimento articulado com a construção política de um projeto de vida coletivo. O território é para ser pensado como uma “montagem de projetos e representações”, aonde toda uma série de comportamentos e investimentos podem emergir, no tempo e no espaço social, cultural e cognitivo (Escobar, 2008).

Ao abordar a relação entre as populações tradicionais e a Natureza, Diegues (2008) identifica o território como elemento importante, definido (com base em Godelier) como uma porção da Natureza e espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos, (ou a uma parte de seus membros), direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes, que ela deseja ou é capaz de utilizar. O território fornece primeiramente a natureza do homem como espécie, mas também: os meios de subsistência, de trabalho e produção, e ainda, os meios de produção dos aspectos materiais das relações sociais, e que compõem a estrutura determinada de uma sociedade (parentesco, etc.).

Para as sociedades tradicionais camponesas o território tem dimensões mais definidas que para aquelas que exploram o ambiente marinho, muito embora aquelas pratiquem a agricultura de pousio, que utiliza amplas áreas de uso, sem limites muito bem definidos (Diegues, 2008). A terra em descanso ou a prática do pousio é a marca da posse, onde após a colheita de mandioca permanecem os pés de banana, citros e outras espécies frutíferas. Algumas dessas sociedades se reproduzem explorando uma multiplicidade de habitats, o que corresponde a estratégia multiuso do território apontada por Toledo (1993): a mata, os estuários, os mangues e as áreas já transformadas para exploração agrícola. A exploração desses distintos ambientes exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam os diversos usos dos ecossistemas. Dessa forma o território das sociedades tradicionais é descontínuo, marcados por vazios aparentes (áreas em pousio, áreas de estuários que são usadas para a pesca apenas em alguns meses do ano, etc.), o que tem levado a inúmeros conflitos, seja pela grilagem de terras feitas por pessoas físicas ou mesmo pelos grandes empreendimentos imobiliários, seja pela existência de uma legislação ambiental restritiva (e punitiva) com relação à presença de populações tradicionais dentro das áreas de conservação ambiental.

Além do espaço de representação econômica, das relações sociais, o território é também o *locus* das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. As representações que essas populações fazem dos diversos *habitats* em que vivem também se constroem com base no maior ou menor controle do território. A ampla dependência da Natureza faz com que os ciclos (a chegada dos cardumes, a abundância das colheitas, etc.) sejam associados a explicações míticas ou religiosas.



Ao abordar a relação entre cultura, sustentabilidade e território, Leff (2009) aponta este último como o lugar onde a sustentabilidade se fundamenta em bases ecológicas e em identidades culturais. Ali os atores sociais exercem seu poder para frear o processo de degradação ambiental<sup>27</sup>, e para o desenvolvimento de projetos autogestionários elaborados para satisfazer suas necessidades e aspirações. Um exemplo de projeto autogestionário desenvolvido em bases ecológicas em Paraty, e com o sentido de fortalecimento das identidades culturais, foi executado no Quilombo do Campinho (Paraty) no período de 2007 a 2010, com a denominação de Protagonismo Juvenil no Fortalecimento das Comunidades Quilombolas e Promoção da Palmeira Juçara. A descrição mais detalhada das atividades desse projeto, como estratégia de manejo ecológico dos recursos naturais em Paraty e, portanto, como estratégia de resistência das populações tradicionais ao processo de desterritorialização, está no capítulo 3 desta tese.

O território é também percebido como sendo o local das demandas, dos protestos e organização das pessoas para a defesa de seus modos de vida, a exemplo do que ocorre pelas atividades executadas pelo Fórum de Populações Tradicionais<sup>28</sup>, em Paraty, no litoral sul fluminense e norte de São Paulo. As ações do Fórum estão descritas com detalhamento no capítulo 4 desta tese.

Sobre a relação entre tempo e espaço, Leff (2009) aponta o território como o espaço onde surgem os tempos diferenciados, onde se dá a articulação entre as identidades culturais e as potencialidades ecológicas. Dessa forma, é o local de convergência dos tempos de sustentabilidade: dos processos de restauração e produtividade ecológica; de inovação e assimilação tecnológica; e de reconstrução de identidades culturais. O tempo se estrutura em torno de eventos marcantes, sociais e econômicos, e cada cultura define seus tempos por meio de suas cosmologias e de sistemas simbólicos.

---

<sup>27</sup> Para Sevilla Guzmán (2007:202), a Agroecologia “puede ser definida como el manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social colectiva que presentan alternativas a la actual crisis de Modernidad, mediante propuestas de desarrollo participativo (W. Sachs, 1992; VM Toledo, 1990) desde los ámbitos de la producción y la circulación alternativa de sus productos, pretendiendo establecer formas de producción y consumo que contribuyan a encarar la crisis ecológico y social, y con ello a restaurar el curso alterado de la coevolución social y ecológica (Norgaard, 1994)”.

<sup>28</sup> Ver <http://forumtradicionais.blogspot.com/>.

Já os processos de desterritorialização, seguindo Haesbaert (2004), correspondem a uma perda de referências espaciais (mas não a uma perda de espaço), e a um processo de desenraizamento involuntário, à perda de autonomia e liberdade na apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico, e sua consequente crise social e psicológica com desajustes de afirmação identitária e econômica. Para este geógrafo (2004:312), o conceito de desterritorialização deve ser aplicado a:

“fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre os seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural”.

Sob o ponto de vista geográfico, a desterritorialização será então um processo (muitas vezes violento e quase sempre involuntário) de ‘privação de território’, perda de controle e domínio das territorialidades pessoais e/ou coletivas, isto é, redução evidente do acesso: aos lugares econômicos e simbólicos, aos recursos, à habitação, a outros lugares que constituam eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo. Este debate, que coloca a desterritorialização dentro da Geografia, constitui uma referência na leitura histórica e contemporânea dos principais constrangimentos e fatores de supressão do desenvolvimento e da qualidade de vida das populações.

De fato, na ótica do materialismo histórico a primeira grande desterritorialização capitalista relaciona-se à sua própria origem, seu "ponto de partida" que é a chamada acumulação primitiva de capital, separando produtor e meios de produção. Trata-se da "expropriação do povo do campo de sua base fundiária" e sua transformação em trabalhador livre rumo ao assalariamento nas cidades (Haesbaert, 2004).

Escobar (2008) relaciona inúmeros aspectos decorrentes do processo de desterritorialização existente nas comunidades negras na região do Pacífico na Colômbia, mas que são muito semelhantes ao que vem ocorrendo no Brasil, e também em Paraty, nas últimas décadas. Esses fatores incluem a perda de valores tradicionais e identidade, a perda de práticas tradicionais de produção, a exploração excessiva dos recursos naturais, a propagação de monoculturas e a especialização de atividades produtivas, as mudanças no sistema de produção, os conflitos internos nas comunidades, a chegada de pessoas de fora da região expondo a ética do capitalismo e a

extração, o impacto cultural da mídia, e as políticas governamentais inadequadas de desenvolvimento.

O aparecimento do Estado é responsável pelo primeiro grande movimento de desterritorialização, na medida em que ele imprime a divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial (Haesbaert & Bruce, 2014). O processo intenso de desterritorialização que ocorre no Brasil tem se acentuado com as políticas de desenvolvimento adotadas nos últimos governos, baseadas nos grandes empreendimentos e obras financiadas com recursos públicos, como portos, rodovias, hidrelétricas, complexos petroquímicos, e também na expansão do agronegócio<sup>29</sup>. No meio rural esse processo também decorre das ações empreendidas por interesses privados, que buscam liberar as terras tanto dos condicionantes jurídico-formais e político-administrativos, quanto das dificuldades associadas à presença de grupos étnicos ou de certas formas de uso tradicional das terras, geralmente ocupadas por povos indígenas e populações tradicionais, como quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, caiçaras, geraizeiros e demais categorias sociais (Almeida *et al*, 2010)<sup>30</sup>.

Outro aspecto importante do processo de desterritorialização no Brasil é devido à presença das populações tradicionais dentro das áreas de conservação ambiental, ou mesmo em seu entorno, e que será abordado no subitem 2.2.4 deste capítulo.

### 2.1.2) Campesinato:

Muitas das teorias resultantes das grandes transformações ocorridas nos dois últimos séculos colocaram o camponês como um obstáculo à mudança, e por isso como uma figura social que deveria desaparecer ou ser progressivamente removida. Esta ideia foi desenvolvida tanto no seio da teoria marxista como pela visão neoliberal “moderna”, redefinindo a agricultura como um ramo da indústria, e relegando ao campesinato a

---

<sup>29</sup> Segundo estudo coordenado pela Universidade Autônoma de Barcelona, o Brasil possui 58 casos de conflitos ecológicos, o que o coloca na 3ª posição dentre 78 países (Grandelle, R. *Luta por recursos*. Jornal O Globo, página 24, 8/4/2014). No entanto, o Mapa de Injustiças Ambientais da FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz, ligada ao Ministério da Saúde) aponta a existência de 343 conflitos ambientais no Brasil. Segundo o Mapa, 33,7% dos conflitos registrados no Brasil atingem povos indígenas, 32% os agricultores familiares e 21,5% os quilombolas. Ver em <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=resumo>, acesso em 14/04/2015.

<sup>30</sup> Para um maior detalhamento das estratégias desenvolvidas pelo agronegócio (as “agroestratégias”) para a apropriação de terras, e que tem ocorrido no âmbito dos 3 poderes governamentais brasileiros, ver Almeida *et al* (2010:118-131).

posição de resíduo anacrônico, o qual indubitavelmente haveria de ser “sacrificado nos altares da modernidade” (Palerm, 1980; Sevilla Guzmán, 2003:21,22).

Ao abordar a história não escrita da resistência camponesa, Scott (1995) destaca que na maior parte do tempo o campesinato aparece nos registros não tanto como um ator histórico, mas na forma de contribuintes anônimos para as estatísticas de alistamento militar, impostos, migração, propriedade ou posse da terra, ou produção agrícola. A historiografia da luta de classes tem sido sistematicamente distorcida em favor de uma posição focada no Estado, e os eventos destacados são justamente aqueles que o Estado e as classes dominantes têm interesse em destacar em seus arquivos.

Entretanto, diversos autores sustentam a ideia de que por detrás de uma invisibilidade construída do campesinato, amplamente fortalecida inclusive pela conotação pejorativa<sup>31</sup> da palavra camponês (sinônimo de atraso e contrário ao “progresso”), há uma realidade empírica de que existem hoje muito mais camponeses que antigamente. Os camponeses representam a imensa maioria da população rural mundial, cerca de 1,5 bilhões de pessoas atualmente, e também são responsáveis pela produção de 70% do alimento consumido no mundo (Ploeg, 2009; Altieri & Toledo, 2011; ETC Group, 2009). O fenômeno da permanência do campesinato no mundo contemporâneo deve ser compreendido através de uma perspectiva histórica que considere a ampla heterogeneidade deste grupo, e que tem mantido a condição de representar a imensa maioria da população (Shanin, 1979) ao menos nos últimos cinco mil anos.

Diante dessa evidência empírica, o campesinato não pode ser explicado como mera referencia do passado, pois está amplamente presente na sociedade atual. Para Ploeg (2008) a maioria dos grupos agrários atuais é uma mistura altamente diversificada de modos distintos de praticar agricultura, sendo que alguns modos são próximos ao modo camponês; outros, no entanto, seguem uma lógica completamente diferente. Não existe uma teoria para compreensão desses distintos grupos, influenciando negativamente na formulação de políticas públicas.

Em razão da combinação perturbadora entre onipresença e invisibilidade do campesinato no presente, Ploeg (2008) desenvolve três linhas de raciocínio interligadas em seu livro *Camponeses e Impérios Alimentares*. A primeira refere-se a natureza

---

<sup>31</sup>Um dos maiores dicionários brasileiros da língua portuguesa (Ferreira, 2004) refere-se ao verbete camponês como sendo aquele que habita ou trabalha no campo, com variações de campino e campônio, este último com uso depreciativo. No entanto, o verbete campesinato não consta do dicionário.

contraditória da condição camponesa, a qual é a luta constante por autonomia e progresso, num contexto marcado por diversos padrões de dependência, pelos processos de marginalização e exploração associados.

A segunda linha de raciocínio aponta para a existência de um papel crítico dos camponeses na sociedade atual, inclusive para a situação de milhões de pessoas que não tem nenhuma alternativa a essa existência, devido a sua condição de pobreza (rural e urbana). A existência (persistência) dos movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil exemplifica esta última condição. Ploeg (2008) demonstra ao longo do livro que a presença dos camponeses tem frequentemente uma relação positiva com a qualidade de vida no campo, com a qualidade dos alimentos e com a necessidade de usar a água, a energia e as terras férteis de forma sustentável, o que inclusive remete ao debate atual no Brasil, e em Paraty especificamente, sobre a presença das populações tradicionais dentro e/ou ao redor das áreas de conservação ambiental, desenvolvendo o manejo ecológico dos recursos naturais.

A última linha de raciocínio indica que o modo de ordenamento dominante – denominado por Ploeg como o Império – tem a tendência de marginalizar e destruir o campesinato, incluindo todos os valores que ele tem e produz. O Império reorganiza progressivamente grandes domínios do mundo social e do mundo natural, sujeitando-os a novas formas de controle centralizado e de apropriação massiva.

Vários autores apontam dificuldades na delimitação do conceito de campesinato, derivadas de algumas limitações para sua compreensão. Ploeg relaciona pelo menos três delas, sendo a primeira relacionada a um dualismo advindo dos estudos camponeses tradicionais, os quais dividem o mundo em duas partes, e aplicam as teorias e conceitos diferentes a cada parte, ou seja, ao centro desenvolvido e a periferia subdesenvolvida. A fronteira para a transposição desses dois mundos seria o desenvolvimento. Assim o campesinato predominava nas partes “subdesenvolvidas” do mundo, e os dois conceitos – campesinato e subdesenvolvimento – se definiam mutuamente de forma implícita.

A segunda limitação também está relacionada aos estudos camponeses, cuja ênfase tem sido no envolvimento do campesinato com a atividade agrícola em si, e não mencionam as questões relacionadas à forma como os camponeses estavam envolvidos e como praticavam a agricultura, e ainda, se essa forma era diferente de outras formas

de praticar a agricultura. Assim, o caráter distinto dos camponeses tem sido buscado nas relações desiguais de poder<sup>32</sup>, e/ou nas suas características sócio culturais.

A terceira limitação refere-se ao fato de que os camponeses são frequentemente definidos como “vítimas passivas”, estando na posição de subjugados, dominados por *outsiders*, conforme a concepção de Theodor Shanin. Para ele, “os camponeses são afastados das fontes sociais de poder. Sua subjugação política está interligada com a subordinação cultural e com a exploração econômica através de impostos, trabalho forçado, aluguel, juros, e condições de troca desfavoráveis ao camponês”. Para Ploeg (2008), embora correta, esta perspectiva apontada por Shanin é incompleta, pois baseado em Long o camponês possui uma capacidade de processar a experiência social, e de conceber formas de lidar com a vida, mesmo sob condições de coerção extremas. São “conhecedores e capazes” ainda que dentro de limitações de informação, da incerteza, ou de qualquer outra natureza, como físicas ou político-econômicas.

O dualismo clássico camponeses versus agricultores capitalistas tornou-se subitamente inadequado para refletir teoricamente sobre a situação no campo, uma vez que já não existem apenas duas formas de delimitar o campesinato, ou seja, camponês x proletário, e camponês x agricultor capitalista. Segundo Ploeg (2008), para dar conta de ultrapassar tais lacunas, é necessário o desenvolvimento de conceitos que deem conta de:

- incluir grupos camponeses tanto do centro como da periferia, e que sejam também aplicáveis aos grupos atuais, e a diferentes cenários históricos;
- ir além da divisão criada entre a abordagem socioeconômica e a agronômica;
- reconhecer que a agricultura reestruturada materialmente está em todos os lugares, e que isso é devido aos vários processos de modernização ocorridos mundialmente dos anos 50 aos anos 90 do século passado;
- ir além da simplicidade dos esquemas duais, tipo preto/branco, e incluir os diversos graus, nuances, heterogeneidades e especificidades existentes, frutos dos processos dinâmicos que se desenvolveram ao longo do tempo. Essas diferenças e graus devem

---

<sup>32</sup> Ver o capítulo “El campesinado como clase”, extraído de obras de Karl Marx, no livro organizado por Theodor Shanin (1979:207-213).

ser incorporados a análise<sup>33</sup>. Ademais, uma vez que o campesinato e o modo camponês de fazer agricultura representam, acima de tudo, processos dinâmicos que se desenvolvem ao longo do tempo, esses conceitos devem facilitar a exploração e a análise dos diferentes resultados desses processos;

- devem refletir a natureza multidimensional e os níveis e múltiplos atores das realidades camponesas.

De grande importância para este trabalho de pesquisa, nos remetemos a Toledo (1993) para apontar algumas características principais da produção camponesa, como:

- Seu alto grau de autossuficiência, com a predominância relativa dos valores de uso (bens consumidos pela unidade de produção) sobre os valores de troca (bens que circulam como mercadoria fora da unidade de produção);
- Processo de produção predominantemente baseado no trabalho da família, sendo que esta funciona como uma unidade de produção, consumo e reprodução;
- A combinação da produção de valores de uso e de troca não busca o lucro, senão a reprodução simples da unidade doméstica camponesa;
- As principais fontes de energia são a força humana e a tração animal;
- Os camponeses utilizam pequenas áreas de terra, como proprietários, posseiros, meeiros, arrendatários e outras formas de acesso à terra;
- Embora a agricultura seja a atividade principal da família camponesa, a sua subsistência está baseada em uma combinação de práticas que incluem a pesca, a caça, a coleta, o extrativismo, as criações domésticas de animais, o artesanato, e os trabalhos fora da atividade agrícola em tempo parcial, estacional ou intermitente. Isto confere um caráter de pluriatividade ao campesinato, e se relaciona diretamente à sua estratégia de resistência.

Para Maria Nazareth Wanderley (2014) o campesinato corresponde a uma forma social de produção, com a centralidade na família, baseada na satisfação de suas

---

<sup>33</sup> Victor Toledo traduz bem essa ideia de graus de campesinidade em um esquema que demonstra o espectro teoricamente esperado quando se combinam o arquétipo camponês e o modo industrial de manejo agrícola, usando os nove atributos relacionados ao campesinato: uso de energia; escala de produção; autossuficiência; força de trabalho; produtividade do trabalho; produtividade ecológica; diversidade; conhecimento e cosmovisões. São 512 combinações possíveis, num espectro que varia desde um modo totalmente camponês a outro extremo totalmente agroindustrial, o que indica a enorme variabilidade do campesinato (Toledo et al, 2002:23).

necessidades, e no modo de organização do trabalho, com o caráter cooperativo entre seus membros. Ao campesinato corresponde uma forma de viver e de trabalhar no campo, a qual corresponde por sua vez a um modo de vida e de cultura (campesinato como modo de vida!). Trata-se de uma generalização que permite compreender a grande diversidade das situações reais de reprodução social do campesinato. No entanto, aquela autora reafirma que se torna importante “compreender as especificidades de cada uma dessas situações, que lhes dão condições particulares próprias”.

Para Carvalho (2005), da centralidade da família na sociedade camponesa decorre a importância que assume a sua composição, seja como portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade, seja como definidora das necessidades de consumo. Ainda na mesma análise, o autor identifica também uma cultura própria no campesinato, baseada num saber tradicional do camponês, que lhe serve para enfrentar o presente e preparar o futuro, recorrendo ao passado. Este saber é transmissível aos filhos, e justifica as decisões referentes à destinação de recursos, especialmente do trabalho familiar. É importante destacar que esta cultura camponesa própria sofre muitas ameaças, como a depredação sociocultural sofrida pelos chamados “povos sem história”, por um lado, e também ao “imperialismo ecológico”, o qual se estende através da identidade sociocultural ocidental, por outro. Ambas as ameaças estão relacionadas às causas do processo de descamponização (Sevilla Guzmán, 2003).

Em relação à formação do campesinato brasileiro, Wanderley (2014) destaca inicialmente a sua condição de invisibilidade, reforçado por uma imagem construída em cima da associação entre a agricultura brasileira e o agronegócio, com base na crescente industrialização daquela, e onde a presença humana é diluída. Nestas condições é negado o papel do campesinato brasileiro como ator social e, portanto, o reconhecimento de sua contribuição à sociedade brasileira. O surgimento do campesinato brasileiro se deu quando os pequenos agricultores camponeses, sob formas distintas, desenvolveram uma ocupação produtiva dos “interstícios dentro e fora dos latifúndios”, em espaços que escapavam de fato e de direito aos donos de terras. Para Wanderley (2014), esses traços resultam das estratégias de resistência camponesa à forma como se estruturou a agricultura no país, baseada no latifúndio, e de “sua capacidade de criar espaços para outra agricultura, de base familiar e comunitária”.

A compreensão desse processo passa longe de negar a existência do campesinato no Brasil. Trata-se, na verdade, de compreender:



(...) as estratégias – fundiárias, produtivas e familiares – e a amplitude desta capacidade de iniciativa que, dependendo das circunstâncias concretas, pode oscilar entre a possibilidade de negociar, de forma subalterna e assimétrica, a ocupação de espaços precários e provisórios e a criação efetiva de raízes mais profundas de modo a estabelecer, no longo prazo, comunidades camponesas com mais perenidade (Wanderley, 2014:27).

Ao abordar as duas formas precárias de acesso à terra no Brasil, Wanderley (2014) cita o “vazio jurídico” existente entre a extinção da lei fundiária colonial após a independência nacional em 1822, e sua substituição pela Lei de Terras em 1850, o que favoreceu a ocupação sem titulação jurídica dessa terras por pequenos agricultores, que nelas produziam para seu autoconsumo e também para o mercado. Por sua vez, as grandes propriedades, situadas ao longo do litoral brasileiro desde o período colonial, deixavam em regiões mais distantes grandes espaços não apropriados juridicamente, e que podiam ser ocupados pelos camponeses posseiros.

Outra forma de ocupação precária de terras consistia na instalação de famílias de trabalhadores em pequenas áreas (os “sítios”) no interior das fazendas (de café e de cana de açúcar), com autorização dos proprietários, as quais podiam produzir seu próprio alimento ao redor de suas casas. Nesse caso o trabalhador era obrigado pelo patrão a trabalhar na cultura principal, podendo receber ou não um pagamento em forma de salário por este trabalho.

De uma forma ou de outra, torna-se importante compreender que existe uma diversidade de modalidades de cessão precária da terra, que vão desde uma subordinação extrema do trabalhador às necessidades de trabalho nas grandes propriedades, até uma situação de autonomia, a qual permite uma dedicação maior à produção familiar. Em todas estas situações a propriedade formalmente reconhecida leva a uma condição de uma economia camponesa mais “liberta”, ou seja, menos dependente dos grandes proprietários de terra quanto ao acesso à terra. Wanderley (2014) chama a atenção para o fato da tensão entre subordinação e autonomia se deslocar para a comercialização da produção, o acesso aos mercados, onde os camponeses também sofrem as consequências das relações de subordinação e assimetria, no que Carvalho (2005) relaciona aos caminhos da instabilidade estrutural do campesinato brasileiro, ou seja, os processos de “campenização”, “descampenização” e “recampenização”.

Um dos significados de camponês está relacionado ao forte conteúdo político, geralmente associado ao movimento duramente sufocado durante o regime militar de

1964 a 1985. Neste período vários termos de significado impreciso e neutro foram atribuídos aos camponeses, como pequeno produtor (muito utilizado como categoria de classificação para acesso ao crédito rural), agricultor de subsistência e agricultor de baixa renda, os quais também possuíam (e ainda possuem) uma conotação depreciativa.

Quanto ao tamanho do campesinato no Brasil segundo dados oficiais da Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, existem quatro milhões e cem mil agricultores familiares. Porém Carvalho (2005) considera o dobro deste número, ou seja, seriam oito milhões de famílias camponesas, pois baseado em outros autores inclui também outros grupos considerados camponeses, como as famílias que vivem do extrativismo, e as populações indígenas camponesas, as quais não foram contempladas nos dados oficiais. Segundo ele, a razão para esta disparidade nos números sobre campesinato no Brasil reside na enorme diversidade de situações (como forma de reprodução social) daquelas famílias que se enquadrariam sob o conceito de campesinato no Brasil, demonstrando inclusive que nem os critérios de renda familiar, tamanho do estabelecimento e nem a condição do produtor são suficientes para darem conta desta grande diversidade.

No caso do campesinato brasileiro, seu espaço de luta e resistência para que permaneçam como agricultores familiares não se dá através de sua integração ao mercado, mas sim na luta política contra o modo capitalista de produção. Na visão de Fernandes (2003), não foi o mercado que permitiu a recriação do campesinato brasileiro, mas sim a luta política desenvolvida através das ocupações de terras, e que constitui a essência da formação dos camponeses no Brasil. Para aquele autor, os teóricos da agricultura familiar apontam o desaparecimento do campesinato brasileiro por meio de sua metamorfose em agricultor familiar. Esta construção teórica procura consolidar uma compreensão de que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto que o agricultor familiar representa o novo, o moderno e o progresso. Esta visão impõe aos movimentos camponeses custos políticos muito altos (Fernandes, 2003).

Em relação às formas e estratégias de resistência camponesa, Scott (1985) as correlaciona inicialmente às dos trabalhadores urbanos, os quais lançam mão de estratégias de luta e resistência cotidiana, como a luta pela redução da jornada de trabalho, pelo salário justo e ao lazer, por direitos vários, pela autonomia e pelo respeito menciona. Para trabalhadores que exercem sua atividade e seu modo de vida numa situação de desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, as formas de luta cotidiana

podem ser a única opção disponível. Para os camponeses pulverizados num território, e enfrentando obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes.

O campesinato é constantemente mais afastado dos circuitos institucionais do poder simbólico. Vivendo fora das cidades aonde as instancias hegemônicas de poder estão localizadas, operando amplamente dentro de uma tradição oral a qual de certa forma a isola da mídia impressa, sendo uma velha classe como o proletariado com suas tradições culturais e padrões de resistência, e tendo suas instituições “sombra” (por exemplo, as escolas informais, os rituais e as festas), o campesinato é menos acessível às práticas hegemônicas. Por tudo isso, é perfeitamente legítimo – e importante – distinguir entre os vários níveis e formas de resistência: a formal e a informal; a individual e a coletiva; a pública e a anônima.

Para Scott é necessário compreender o desejo básico da família camponesa de sobreviver, de forma a garantir sua segurança física, o suprimento de alimentos e uma renda monetária suficiente, e identificar a fonte de sua resistência às demandas e pressões vindas das classes dominantes. É precisamente a fusão entre auto-interesse e resistência que se mostra como uma força vital, animando o processo de resistência de camponeses e proletários. A obstinação e a força de tal resistência decorrem diretamente do fato de que ela é firmemente enraizada na luta material vivenciada e partilhada por uma classe. Scott propõe como primeira aproximação uma definição para a resistência camponesa:

Micro resistência entre camponeses é qualquer ato de membros dessa classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, aluguéis) cobradas à essa classe por uma classe superior (proprietários de terras, de máquinas e equipamentos, o Estado, agiotas ou instituições de empréstimo de dinheiro), ou mesmo de fazer avançar seus próprios direitos (assistência técnica, terras, respeito, serviços essenciais do Estado) em relação às classes dominantes. (Scott, 1985:29)

A sobrevivência do campesinato não pode ser explicada em termos de conservadorismo e imobilidade, mas através das estratégias adaptativas diante da sociedade maior, fenômeno que tem recebido pouca atenção dos pesquisadores, segundo Palerm (1980), mas à exceção de Eric Wolf. Este último examina as variedades de campesinato em relação aos ambientes naturais específicos e determinadas tecnologias, e também frente às características cambiantes das sociedades das quais os camponeses constituem segmentos especializados.

Ao abordar as estratégias adaptativas do campesinato, Palerm (1980) indica que a adaptação cultural é um processo criador, e é livre na medida em que pode decidir entre determinadas alternativas. Porém o êxito das adaptações camponesas exige a presença de pelo menos três condições essenciais, sendo a primeira condição aquela que o camponês mantenha certa maneira de acesso ao seu principal meio de produção, a terra. As formas de atingir este objetivo são muito variadas e cada uma delas é muito importante tanto para os camponeses como para a sociedade maior. Estes meios podem ir desde rebeliões agrárias até alianças políticas com outros grupos sociais, passando pela aceitação de formas onerosas de renda e meação combinada com o trabalho obrigatório nas grandes empresas agrícolas. Também ocorre a compra de áreas de terra a preços muito acima do mercado capitalista, ou a criação de novas áreas de cultivo à custa de uma enorme quantidade de trabalho necessário.

A segunda condição essencial é que o camponês mantenha certo grau de controle sobre sua própria força de trabalho, a fim de poder empregar estratégias diversificadas de acordo com as oportunidades que lhe apresenta o mesmo sistema capitalista. Certamente que a força de trabalho camponesa não está constituída por unidades pessoais, mas que consiste na unidade doméstica de produção e consumo. Estas estratégias ainda que possam conservar alguma margem de liberdade, se destinam a adaptar a estrutura e a composição sexual e de idades da unidade doméstica às alternativas que se apresentam.

Em situações extremamente favoráveis de acesso à terra, a unidade doméstica camponesa tende a utilizar toda sua força de trabalho em sua própria parcela. Porém é mais freqüente que tenha que distribuí-la entre a ocupação assalariada nas empresas capitalistas agrícolas e não agrícolas, as ocupações domésticas do tipo artesanal, o trabalho em certas manufaturas, etc. O número de combinações possíveis é muito alto e, cada uma delas supõe um tipo especial de organização familiar.

A terceira condição para o êxito da adaptação camponesa é aquela na qual as suas formas de produção mantenham algumas vantagens comparativas com as formas capitalistas de produção, ainda que estas vantagens nem sempre sejam suscetíveis de serem medidas em termos capitalistas. Dito de outra maneira, trata-se aqui do velho problema da grande empresa agrícola que funciona sob a motivação do lucro e sob as leis de reprodução ampliada do capital, frente a unidade doméstica camponesa, que opera sob o princípio de satisfazer antes de tudo as suas próprias necessidades, e de

regular o trabalho e a produção de acordo com padrões de consumo que a sua vez são reguláveis a partir dos mínimos de subsistência.

A persistência histórica do campesinato não admite explicações tão fáceis e simples como aquelas que nos tem sido propostas pelos marxistas ortodoxos e a antropologia. A resistência cultural joga sem dúvida um papel importante, porém é um papel que deve atualizar-se e alcançar eficácia ao se traduzir nas lutas políticas dos camponeses, e em suas alianças com outros grupos sociais.

### 2.1.3) Breve análise crítica do modo de produção capitalista e cultural.

O capitalismo é antes de tudo um sistema social histórico, e como a palavra capitalismo deriva de capital, seria lícito supor que o capital é um elemento chave no capitalismo. Numa de suas acepções é simplesmente riqueza acumulada, mas quando se usa no contexto do capitalismo histórico tem uma definição mais específica, pois não é somente a reserva de bens de consumo, máquinas ou direitos a coisas materiais em forma de dinheiro. O que diferencia o capitalismo histórico como sistema social é que neste o capital passou a ser usado (invertido) de uma forma muito especial, com a finalidade de sua auto expansão. Neste sistema, as acumulações passadas somente eram “capital”, na medida em que eram usadas para acumular mais capital. Immanuel Wallerstein (2012) lembra que toda vez que o processo de acumulação de capital prevalecer regularmente sobre outros objetivos alternativos, ao longo do tempo, então existem razões para estarmos diante de um sistema capitalista<sup>34</sup>.

Na abordagem da cadeia de processos conhecida como ciclo do capital nos sistemas sociais históricos anteriores (ao sistema capitalista), aquele autor lembra que o processo habitualmente não se completava porque um ou mais elementos da cadeia não estavam “mercantilizados”, ou estavam de forma insuficiente, o que significa que o processo não era considerado completo porque não podia concretizar-se através de um mercado. O capitalismo histórico implicou numa mercantilização generalizada dos processos - não só de intercambio, mas também de produção, de distribuição e de

---

<sup>34</sup> Wallerstein (2002) identifica que a gênese do capitalismo histórico se deu na Europa ao final do século XV, e que o sistema se estendeu com o tempo até cobrir todo o globo até final do século XIX, e que ainda hoje cobre todo o planeta.

inversão – os quais anteriormente haviam sido realizados através de meios distintos ao mercado. E no curso de seu intento de acumular mais e mais capital, o capitalismo tem intentado mercantilizar mais e mais processos sociais em todas as esferas da vida econômica.

No processo de construção do capitalismo histórico o papel das pequenas estruturas comunitárias foi diminuído, ou até mesmo eliminado. Este papel foi substituído (ou assumido) pelo controle opressivo de umas estruturas político-econômicas dominadas pelos proprietários dos meios de produção e, baseadas na escravidão, no aprisionamento, na meação (forçada ou contratual) ou até mesmo no trabalho assalariado, como formas extremamente eficazes de extrair a mais valia. Na análise do processo histórico de apropriação do território pelo capital em Paraty estão presentes algumas destas formas, como a escravidão dos séculos XVII a XIX, e mais recentemente, a meação (forçada ou contratual), esta última como integrante de uma estratégia de legitimação da grilagem, e descrita através dos relatos de alguns agricultores no item da análise de campo deste capítulo.

Ao abordar o processo de acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo, Brandão (2010) cita autores clássicos do marxismo que sempre procuraram demonstrar a natureza perpétua desses processos, que vigoram continuamente no curso do processo histórico do movimento de acumulação de capital. Rosa Luxemburgo, por exemplo, analisou os métodos coercitivos e bárbaros pelos quais a potência expansiva do capital “não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte [...] daí resulta a tendência incontida do capital apossar-se de todas as terras e sociedades”. Marx, por sua vez, demonstra no livro I de *O Capital* (1968:829) que o “segredo da acumulação primitiva do capital é a expropriação”, e afirma que “é sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina, e pelo assassinato, em suma, pela violência.”

David Harvey desenvolve o conceito de “acumulação por despossessão”, ou “acumulação por espoliação”, no livro *O novo imperialismo*. De acordo com este autor, não seria anacronismo falar em acumulação primitiva, já que seus mecanismos ou expedientes, como a usurpação e a apropriação da propriedade social por uma minoria, integram as estratégias permanentes desenvolvidas ao longo da história do capitalismo.

Os mecanismos utilizados são os mais diversos, e muito próximos em seu componente de violência àqueles descritos por Marx durante o processo de acumulação primitiva. A expropriação e supressão do campesinato, de atividades domésticas e de produções, e distribuições solidárias. O uso do território e de seus recursos naturais, como água, energia, solo, etc., até a exaustão.

Ao referir-se ao Brasil e seus processos de acumulação primitiva, Brandão considera que:

“é importante entender as formas pelas quais a expansão e apropriação territoriais, a natureza de extensividade da acumulação, [...] e o controle inabalável da propriedade (rural e urbana) fundiária foram funcionais às equações políticas e econômicas férreas que se estruturam no país ao longo de sua história”. *Para ele*, “o desenvolvimento capitalista no Brasil foi marcado historicamente por decisivo e contraditório conjunto de inércias, rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias, e por um gigantesco e complexo processo de desenvolvimento desigual de seus espaços regionais e urbanos”. Brandão (2010:48-66)

## 2.2) Análise de campo.

### 2.2.1) Desterritorialização: ameaças e conflitos em Paraty.

Com a abertura da estrada de ferro Rio – São Paulo no século XIX, e o declínio da importância econômica de Paraty, muitos proprietários de terras e engenhos abandonam a atividade, surgindo então os posseiros, camponeses que passaram a viver da agricultura e da pesca nas terras abandonadas. Estes iniciam um modo de vida caracterizado pela baixa troca comercial (prevalência do modo de uso sobre o modo de troca), e um sistema de acesso à terra baseado no uso, no parentesco e no costume. De acordo com Francesco (2010), esse relativo isolamento das populações rurais provocou a diversificação da agricultura e intensificação da pesca artesanal em Paraty, dando forma à atual ocupação do território.

A abertura da estrada Paraty – Cunha (São Paulo) em 1955 ocasiona uma valorização das terras em Paraty, e conseqüentemente, inicia-se um processo violento de apropriação de terras dos caiçaras, onde muitos acabaram sendo expulsos. Segundo aquela autora, e com base em relatos dos moradores, foi nesse mesmo ano que ocorreu a

primeira investida de um grileiro<sup>35</sup> sobre territórios caiçaras em Paraty. Este processo foi realizado através dos mais variados métodos, sejam falsificações grosseiras de documentos, sejam com a intimidação violenta através da presença de empregados com armas de fogo ou com a presença de búfalos nas roças dos moradores, para destruí-las, dentre outros métodos. Embora o processo de expropriação tenha tido sucesso em algumas situações, a exemplo da expulsão de todas as 45 famílias (e a demolição de suas casas) da comunidade de Praia Grande, houve um processo de resistência em função da organização dos moradores da Praia do Sono, e instauração de uma ação judicial, o que ocasionou uma diminuição da pressão sobre os caiçaras.

Algumas falas registradas no filme *Vento Contra*<sup>36</sup> ilustram bem a reação indignada dos moradores contra as investidas dos grileiros em seu território, desde aquela época: “Isso aqui é habitado desde o tempo dos escravos, meu avô era nascido nesse lugar, não só o meu não, mas o desses todos que estão aqui. Meu primo ali, meu cunhado, tudo ali. Ninguém tem papel de posse, nunca ninguém requereu”. Ou então: “Nós somos daqui, a 4ª geração, nosso avô e bisavô, todos somos daqui. E nós somos daqui e não temos direito de fazer nossa casa, na nossa posse? Isso aqui era largado, inclusive pelas autoridades, então ele (o grileiro) veio e grilou<sup>37</sup> isso aqui”. Ou mais ainda: “Neste local havia 200 famílias; hoje a Praia do Sono faz parte da Fazenda Santa Maria, e restam apenas 26 famílias. Não pode mais fazer roça, os búfalos acabaram com as nossas roças de banana, nós tinha um monte de banana e o búfalo acabou com elas”.

Em 1972 outro conflito significativo ocorreu com os caiçaras, desta vez na área de Laranjeiras, quando um consórcio envolvendo uma empresa canadense e um conglomerado de 280 empresas comprou a Fazenda Laranjeiras, 1 ano após a expulsão dos moradores do local. O local se tornou um condomínio de luxo, com forte esquema de segurança e diversos constrangimentos impostos aos moradores das comunidades costeiras, que são obrigados a passar por dentro do condomínio para terem acesso de barco a suas comunidades. Ainda nesta mesma década outro conflito significativo em Paraty envolveu a comunidade caiçara de São Gonçalinho e a multinacional White

---

<sup>35</sup> Indivíduo (ou um grupo de pessoas) que procura apossar-se de terras alheias mediante a falsificação de documentos.

<sup>36</sup> *Vento Contra*, documentário em 16 mm com duração de 40' realizado por Adriana Mattoso em 1981, sobre a luta dos caiçaras nas Praias do Sono, Trindade e Ponta Negra. Cópia cedida por Fábio Reis Oliveira.

<sup>37</sup> Até hoje existem processos de reintegração de posse feitos pelos herdeiros de Gibrail Tannus (grileiro), os quais reivindicam uma área equivalente a 25% de toda a Reserva Ecológica da Juatinga.



Martins, e está descrito (assim como muitos outros conflitos, tanto em comunidades caiçaras do RJ como de São Paulo) no livro histórico de Priscila Siqueira (1984), denominado Genocídio dos Caiçaras.

Esse processo de expropriação das terras também pode ser bem ilustrado com a história de Manoel dos Remédios, o Seu Maneco, único morador da praia de Martim de Sá<sup>38</sup>, dentro da Reserva Ecológica da Joatinga, e relatado em entrevista feita a Lúcia Cavalieri em julho de 1998 (Diegues, 2005:459-465). Durante a entrevista ele relata a história de seu pai, as muitas dificuldades para se manterem no local, e também relata as ações feitas por sua família no cuidado com a manutenção dos recursos naturais no local, inclusive com a implantação de SAF.

Após décadas morando com sua família sempre no mesmo local, inserido no modo de vida caiçara (caça, pesca e agricultura), Seu Maneco também se tornou alvo de uma ação judicial de reintegração de posse, sob a alegação que havia um “contrato verbal” de comodato feito entre seu pai e outra pessoa de fora do município. No entanto, após uma disputa judicial de treze anos, um desfecho favorável se configurou nesta questão. Em 12 de junho de 2012, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro autorizou a permanência da família do Seu Maneco na região de Martins de Sá, em Paraty<sup>39</sup>.

#### 2.2.2) Construção da rodovia Rio Santos: contexto e implicações, aceleração do processo de desterritorialização:

Um marco na aceleração do processo de desterritorialização em Paraty ocorreu no início dos anos 1970, com a construção da rodovia BR 101. O contexto político e econômico dessa obra ocorre em pleno período da ditadura militar no Brasil, e na época do “milagre econômico”, cujo direcionamento era de implantação dos grandes projetos e obras de infraestrutura rodoviária, como a construção da rodovia Transamazônica e a ponte Rio – Niterói. Desde meados dos anos 1970 a ação estatal vinha reforçando seu papel estruturante do território nacional. A realização de um pesado bloco de investimentos, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 1974 – 1976), proveu infraestrutura e realizou inversões diretas das empresas estatais nas indústrias de insumos básicos e de bens de capital. A expansão dos complexos minerais,

---

<sup>38</sup> A área fica localizada entre duas unidades de conservação, a Área de Proteção Ambiental de Cairuçu e a Reserva Ecológica da Joatinga, e era ocupada há seis gerações pelos caiçaras.

<sup>39</sup> Fonte: Jornal O Globo, versão impressa, edição do dia 12 de junho de 2012.

agropecuários e agroindustriais, e as diferentes formas de inserção das matrizes produtivas regionais nos específicos mercados internacionais, de acordo com suas especializações setoriais produtivas, determinaram que diversas regiões periféricas lograssem dinamizar suas bases econômicas regionais.

Entretanto, a provisão de infraestrutura se deu de forma restrita e seletiva, já que só os serviços de eletrificação e transportes (sobretudo o rodoviário e os veículos pessoais de transporte da classe média), além dos serviços bancários, foram arrastados pelo crescimento industrial. Já os serviços de saneamento, transporte de massas, educação pública e saúde, não se expandiram no ritmo da industrialização, e nem da urbanização (Brandão, 2010).

Em um artigo que aborda os processos e transformações ocorridos no litoral sul fluminense, Pacheco (1983) analisa os fundamentos para a construção da rodovia Rio – Santos, os quais estão baseados nos estudos de viabilidade econômica realizados pela empresa construtora. Estes estudos apontam que **“a rodovia Rio Santos é sem dúvida o fator dominante do processo para o desenvolvimento e definitiva incorporação da orla marítima em causa, à civilização maior da região a que pertence”** (grifo meu). É atribuído à rodovia um papel político e estratégico para a doutrina de Segurança Nacional<sup>40</sup>, de integração da região de maior peso econômico do país, aonde se encontram as duas maiores áreas metropolitanas (Rio de Janeiro e São Paulo), os dois maiores portos e a maior parte da atividade industrial e econômica do país. Como exemplos existentes à época estão as grandes unidades de refino de petróleo, os terminais marítimos, a siderurgia e a indústria automobilística. Atualmente, somam-se a instalação das três usinas de energia atômica em Angra dos Reis, a construção do arco rodoviário metropolitano do Rio de Janeiro (que corta os municípios de Itaguaí e do Rio de Janeiro, dentre outros), o complexo petroquímico em Itaboraí, e a instalação de mais indústrias automobilísticas no Rio de Janeiro (Resende e Porto Real).

---

<sup>40</sup> Esta doutrina foi elaborada pelos EUA durante a guerra fria. O golpe e a ditadura militar no Brasil foram aplicação direta da Doutrina de Segurança Nacional, e seu conteúdo totalitário vem de concepções positivistas, que não aceita uma sociedade com diversidade, conflitos e divergências. A harmonia interna estava identificada com a presença da economia de mercado, e com os valores da ideologia liberal. Por outro lado, as ameaças estavam relacionadas aos perigos do comunismo internacional, a que deveriam ser associadas todas as ações, organizações e pessoas que objetivamente estivessem impedindo o livre funcionamento do mercado e das instituições liberais. Fonte: Sader, Emir. O golpe no Brasil e a doutrina de segurança nacional. Blog do Emir. Disponível em: < <http://cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/O-golpe-no-Brasil-e-a-doutrina-de-seguranca-nacional/2/27107>>, acesso em 22/08/2015.

Ainda baseada nos estudos da empresa construtora da rodovia Rio-Santos, Pacheco (1983) extrai elementos que indicam claramente que havia uma **ideologia modernizadora** para a região, inclusive de “**revolução**” da **estrutura agrária**, considerada “**primitiva e geradora de tensões**” (grifo meu). O estudo também aponta ainda para outros papéis decorrentes da construção da rodovia, que seriam o de suprir o déficit de alimentos, já que a produção agrícola e pesqueira da região é insuficiente para alimentar sua população, e de fomentar o potencial turístico na região, para atender a “cerca de 16 milhões de pessoas precisando de lugares para lazer e recuperação física e mental”, no Brasil. Nesse último caso, o potencial turístico foi baseado numa visão da classe dominante no país, o que é possível verificar pela quantidade de praias com acesso privado nos municípios de Angra dos Reis e Paraty, inclusive dentro das instalações habitacionais de Furnas Centrais Elétricas, a estatal que controla e opera a Usina Nuclear de Angra dos Reis.

Na verdade, os conflitos decorrentes da luta pela terra já existiam na região antes mesmo da construção da rodovia Rio Santos, alguns descritos no subitem anterior deste capítulo. Pacheco (1983) cita conflitos existentes entre meeiros e proprietários de uma fazenda em Angra dos Reis, ocorrido entre 1960 e 1964. Mas de toda forma é a partir da abertura da rodovia em 1970 que os conflitos de terra foram intensificados, acelerando o processo de desterritorialização em Paraty e Angra dos Reis, como relata o camponês Francisco:

Em 1971 veio a Rio – Santos, e aí veio a miséria, veio o progresso, mas veio também a miséria para Paraty. Porque os grandes (empreendimentos) vieram estocando a terra, e não foi só na zona rural, mas com os caixas também, o que acontecia aqui acontecia com os caixas também. (Francisco)

Outro agricultor entrevistado cita o processo de êxodo rural decorrente da construção da rodovia, pois muitos agricultores foram trabalhar como empregados na obra, e depois não mais retornaram a atividade. Como a renda agrícola era pouca, o trabalho como assalariado teria sido mais vantajoso à época.

Em 1972 um decreto presidencial <sup>41</sup>inclui Paraty como área prioritária para fins de reforma agrária. Entretanto, seis meses depois essa mesma área passa a ser considerada como zona prioritária de interesse turístico<sup>42</sup>. Em 1976 o governo federal

---

<sup>41</sup> O Decreto nº 70.896, de 16/08/1972, inclui também os municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Itaguaí, além de Paraty.

<sup>42</sup> Resolução 413, de 13/02/1973, com base no decreto 71.791, de 31/01/1973.

transformou Paraty em Monumento Nacional, numa tentativa de dar uma nova visão à Paraty, com base na atividade do turismo.

Com a decretação de Paraty como área prioritária para fins de reforma agrária, caberia ao INCRA executar uma política agrária, ou seja, de melhoria na distribuição das terras, na concessão da titulação das terras aos seus moradores, posseiros e populações tradicionais como os caiçaras, quilombolas e agricultores sem terra, de forma a atender aos princípios de justiça social e de cumprimento da função social da terra, segundo o Estatuto da Terra. Entretanto, o que ocorreu foi exatamente o contrário, pois o INCRA executou suas ações de forma a atender aos interesses das classes dominantes na região. Segundo Pacheco (1983) o próprio Estatuto da Terra e sua legislação complementar<sup>43</sup> abrem enormes brechas para a descaracterização de uma área originalmente de uso agrícola, e sua transformação em uma área com uso para o recreio e o turismo. Portanto, o decreto que considerou Paraty (e municípios vizinhos) como área prioritária para fins de reforma agrária foi, na verdade, uma forma “legal” de abrir caminho para a atividade turística na região, e legitimar o avanço do capital no território.

### 2.2.3) Reforma agrária: articulação política e luta camponesa.

A construção da rodovia BR 101 traz de forma acentuada a territorialização do capital sobre a região de Paraty e Angra dos Reis, o que leva ao recrudescimento dos conflitos pelos direitos de acesso à terra. Os atores principais nestes conflitos eram: os grandes conglomerados no setor imobiliário, de capital nacional e internacional, e interessados nos empreendimentos turísticos de alto luxo; algumas famílias de Paraty que lutavam para manter suas terras, e os posseiros que há gerações habitavam o município, e buscavam garantir o direito às suas áreas. Nesta mesma época começam a ser implantadas as primeiras unidades de conservação ambiental na região, com uma concepção que não incluía a presença das populações em seu interior.

Nos anos 1980, com o processo de democratização e a abertura política no país, tem início a execução de um Plano Nacional de Reforma Agrária (criado em 1985), através do então Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma

---

<sup>43</sup> Decreto Lei 59.428, de 27/10/1966, e a Instrução Normativa nº 12.

Agrária - MIRAD. Ao mesmo tempo, são fortalecidas as ações de organizações da sociedade civil em defesa da luta dos camponeses, como a CPT – Comissão Pastoral da Terra, a qual tem atuação decisiva em Paraty nos conflitos territoriais.

Pelo menos dois camponeses entrevistados relatam a importância de sua atuação junto à CPT em Paraty. Francisco conta que entrou para a CPT ainda nos anos de 1970, juntamente com Antônio, o qual relembra a relação entre a Igreja Católica e a CPT, e a intensa participação política dos agricultores naquela época:

O nosso movimento foi puxado mais pela Igreja, então (como) a gente tinha uma boa participação, o pessoal achou que no sindicato a gente ia ter uma boa participação também, e aí aceitamos o convite do sindicato e entramos como suplente. Naquela época Paraty era cheio de trabalhador rural, uma reunião lá botava 500 a 600 pessoas (...) depois que foi melhorando, as pessoas foram se empregando, e foram deixando a lavoura. Isso foi nos anos 60, 60 e poucos. Era “repartido”: um dia ia pro sindicato, outro dia ia pra Igreja, outro dia ia para CPT. (...). Aí surgiu a Comissão Pastoral da Terra, e nós fomos para uma reunião para lá de São Paulo, e lá surgiu a ideia de que os trabalhadores podiam fundar um partido, que eu trouxe para o pessoal o Partido dos Trabalhadores, né? Padre João achou que a gente deveria trabalhar na CPT (...)

Francisco conta que nesta época o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty – STR estimulava os posseiros a fazerem acordos com os grileiros, intermediando estas ações. Muitas vezes pressionados pela autoridade policial, os agricultores assinavam contratos de comodato com os pretensos proprietários das terras, o que legitimava através de um documento as futuras ações de despejo dos camponeses de suas posses. Este fato é também relatado no capítulo sobre o assentamento de São Roque, por Linhares *et al* (2002).

Esta forma de pressão indica a estratégia de articulação entre os grileiros e as várias formas do capital (de incorporação, construção e financeiro) no território, que por sua vez tem seus interesses garantidos pelos poderes constituídos pelo Estado, como cartórios, câmaras de vereadores, polícia, e inclusive no caso de Paraty, um órgão de representação de classe, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais.

A CPT apoia a formação de uma chapa de oposição à direção do STR de Paraty, composta por trabalhadores e posseiros com um propósito claro de que a luta pela terra e pela reforma agrária fosse assumida por uma organização sindical, de representação dos camponeses. Esta chapa sai vitoriosa e o agricultor Francisco assume a presidência do STR de Paraty, juntamente com outros agricultores envolvidos nos conflitos agrários.

Numa ação articulada entre a CPT, o STR de Paraty e a FETAG RJ – Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro, tem início um movimento de pressão para a desapropriação de algumas fazendas em Paraty, o que efetivamente ocorre no final dos de 1980 com São Roque, Taquari e Barra Grande. Francisco conta que quando ele assume a direção do STR de Paraty existiam cinco famílias de posseiros com ações de despejo sumário em São Roque, pois as outras cinquenta haviam sido despejadas através de ação judicial. Através de pressão e resistência política conseguiram reverter o processo e manter as famílias na área desapropriada.

Paralelamente à questão das desapropriações e o início dos projetos de assentamento de reforma agrária, continuava o movimento de expropriação das terras caiçaras. Uma ação integrada entre o movimento de resistência caiçara e o STR de Paraty, realizada em 1983, colocou Francisco, Antônio e outros participantes do STR e da CPT em contato com os moradores ainda residentes da Praia do Sono, reduzidos a apenas três famílias e onze pessoas, naquela época. Estas famílias resistiam às investidas do grileiro morando dentro de uma igreja (com o teto prestes a desabar), pois suas casas já tinham sido derrubadas ou estavam lacradas (com cadeados) devido à uma ação judicial de despejo. A presença física dos membros do STR e da CPT ajudou na permanência destas famílias na Praia do Sono, ou seja, no seu local de moradia. Depois de dois anos de luta houve o reconhecimento, por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro, dos direitos dos moradores em permanecerem nesta área.

Com a ausência constante do INCRA nas áreas de assentamento, muitas famílias vendem seus lotes a pessoas com interesses diversos, como atividade comercial, turismo, lazer, ou simplesmente a especulação imobiliária. Os assentamentos começam a mudar seu perfil de ocupantes, onde a atividade agrícola não é mais a principal, e passam a serem bairros residenciais ou de turismo de veraneio. Francisco lamenta sobre a situação atual de São Roque<sup>44</sup>, onde apenas quatro famílias são remanescentes do projeto de assentamento original:

Só que a luta (da reforma agrária) foi em vão, o INCRA botou o pessoal na terra, depois desapareceu de São Roque por três anos, aí o pessoal começou a vender os lotes. A nossa luta no STR era para que o INCRA desse a eles – posseiros – um título de uso e fruto com domínio, para que ninguém pudesse

---

<sup>44</sup> O perfil demográfico dos moradores de São Roque, características de sua produção agrícola, e perspectivas futuras dos seus habitantes, estão descritas em Linhares et al (2002), considerando que a pesquisa foi realizada em 2002.

vender, mas foi o contrário. Hoje em dia São Roque está a maior barbaridade, Taquari e Barra Grande. As pessoas venderam, e aí vêm pessoas boas, mas vêm pessoas que fazem a maior barbaridade.

#### 2.2.4) Os conflitos com as unidades de conservação ambiental:

A presença de cinco unidades de conservação ambiental no município de Paraty tem trazido inúmeros problemas para as populações que já habitavam a região anteriormente à sua criação. São três unidades de âmbito federal (de responsabilidade do ICMBio<sup>45</sup>), uma de âmbito estadual (responsabilidade do INEA – Instituto Estadual do Ambiente), e uma sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Paraty, cujas áreas somadas abrangem dois terços da superfície do município de Paraty (Mattos:2010).

A maior delas é o Parque Nacional da Serra da Bocaina – PNSB, criado em 1971 e de responsabilidade do ICMBio, com 104.000 hectares, sendo que 40,3% de sua área está localizada no município de Paraty. A complexa questão da ocupação fundiária dentro do PNSB começa pela própria imprecisão do estabelecimento dos seus limites, agravado pela ausência de uma demarcação física.

A situação do agricultor João em relação ao PNSB é emblemática, pois reflete também a questão dos conflitos constantes e atuais dos camponeses com as unidades de conservação ambiental em Paraty. Sua chegada em Paraty ocorreu em 1986, e no ano seguinte adquiriu um sítio no sertão de Taquari, denominado de sítio São José, com uma área de 29 hectares. Nessa época, diz ele, não havia informações sobre o estabelecimento das cotas como referencia dos limites do PNSB, como parece ocorrer até hoje. Após três meses de ocupação na área ele procurou o INCRA para cadastrar o imóvel, e passou a pagar o ITR – Imposto Territorial Rural, no sentido de formalização de seu imóvel.

No início a área estava bem degradada, com uma grande área de pastagem e lavoura de banana. Segundo seu relato era muito comum a retirada de madeira de lei na região, e que contava com o apoio dos órgãos governamentais. Por volta do ano 2000

---

<sup>45</sup> ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

ele inicia o plantio das primeiras agroflorestas, e logo após começam os primeiros estágios de vivência com grupos de estudantes e técnicos em seu sítio, hoje na décima edição. Ele conta que já plantou mais de 100.000 mudas de essências nativas, e recebeu mais de 4.500 pessoas para visita aos seus agroecossistemas, sendo também protagonista de inúmeras reportagens de revistas e canais de televisão. Sua enorme contribuição à construção do conhecimento agroecológico vem também do trabalho constante de difusão de sua experiência, como participante e palestrante de diversos encontros e congressos relacionados à Agroecologia e ao tema da sustentabilidade.

Entretanto, no início de 2009 agentes do ICMBio visitaram o sítio São José, e consideraram as atividades desenvolvidas como danosas ao meio ambiente, alegando que o sítio se encontrava dentro do PNSB. Logo após a visita seu João recebeu duas multas do ICMBio, uma embargando as construções e benfeitorias (casas, rancho, curral e lago), e a outra embargando as áreas ocupadas com as agroflorestas. Apesar de ter encaminhado a defesa das multas, João passou a ser processado pelo Governo Federal ao final de 2012, com tramitação na 1ª Vara da Justiça Federal em Angra dos Reis. Caso fosse condenado, a pena previa a reclusão por 5 a 6 anos.

Sua defesa perante o processo foi assumida pelo Fórum de Economia Solidária da Baía da Ilha Grande, que se responsabilizou pela contratação de um advogado. Em 19 de março de 2014 foi realizada uma audiência na Justiça Federal em Angra dos Reis, e foi feito um acordo judicial entre o Ministério Público Federal e o advogado de João. Nesse acordo João se comprometeu a derrubar as instalações que não estavam mais sendo utilizadas, mas mantém a sua casa e a de seu filho, além da casa de farinha. As agroflorestas permanecem intactas, assim como o direito de João de permanecer em seu sítio, e de manejar seus agroecossistemas de forma como o faz há 15 anos.

Esta decisão é considerada como uma vitória do movimento agroecológico, em defesa da presença das populações dentro das áreas das unidades de conservação, e da racionalidade ambiental expressa através do manejo camponês dos recursos naturais. Entretanto, os conflitos que envolvem os camponeses não se limitam atualmente às questões com as unidades de conservação ambiental. Na verdade, eles se inserem numa realidade mais ampla, pois a ação de grileiros ainda é recorrente na região, como alerta o próprio João:

(...) não é um conflito isolado, é apenas mais um que veio a se somar aos que já existem. (...) Mas as questões de Paraty são inúmeras, questão do Parque (PNSB), APA (Área de Proteção Ambiental), grileiros, são muitos conflitos, as



coisas estão se ligando. (...) Então nesses casos tem que estar todos juntos, um defendendo o outro. O território é o município, é a região, precisa ser defendido, precisa ser resolvido e de uma forma pacífica, não dá para ser assim (de forma conflituosa). (...) Isso depende das comunidades, da população, se juntarem, somarem as forças, elaborarem um documento e cobrarem das autoridades uma iniciativa compatível com a realidade. Eles (os moradores) já existiam, quando vieram criar o Parque eles já estavam lá, então vamos resolver a situação de outra forma, não é dizendo que tem que sair. (...) A causa tá muito séria, porque além das questões da legislação ambiental, tem a questão da grilagem. (João).

### 2.3) Considerações finais do capítulo.

O município de Paraty se insere no território da Baía da Ilha Grande, segundo critérios definidos dentro da política de desenvolvimento territorial implementada pelo Governo Federal. No entanto, a heterogeneidade existente entre os municípios que integram este território, com realidades sócio econômicas muito distintas, revela também a existência de distintos projetos de vida para suas populações. Isto pode ser constatado na dificuldade de execução das metas propostas pelo coletivo gestor deste território, dentre outras.

Por outro lado, a concepção de território proposta para análise do objeto de pesquisa parece ter sido mais adequada aos objetivos desse trabalho. Como categoria analítica, consegue dar conta da presença de diferentes identidades coletivas e formas de organização próprias, da complexidade dos processos de apropriação dos recursos naturais (dentro de um processo coevolutivo), da rica produção do conhecimento e cultura, e da presença de fluxos de materiais, energia e informação, existentes em Paraty. Além disso, ajuda também para destacar as desigualdades existentes, como as enfermidades ecossistêmicas, fruto dos conflitos e ações de resistência das populações tradicionais e posseiros, diante do processo constante e intenso de desterritorialização empreendido pelo capital ao longo do tempo, e posto em prática sob diversas formas (expropriação, coerção, falsificação de documentos, ameaças e violência física). Estas características apontam para a existência de diversas territorialidades presentes em Paraty, o que não se coaduna com a atual política pública de desenvolvimento territorial, construída de forma verticalizada, e que tenta conciliar interesse e realidades tão diversas, através de um instrumento técnico de planificação das ações.

A análise das informações do trabalho de campo indica a existência da condição camponesa em Paraty, com origens diversas e encontradas nos distintos grupos sociais

presentes no território. São as pequenas unidades de produção e consumo com gestão familiar, com predomínio dos valores de uso sobre os de troca, com alto grau de autossuficiência e com caráter de pluriatividade nas atividades familiares, baseadas numa forma de manejo de natureza socioambiental e estratégia multiuso do território, as quais prevê a manutenção da base de recursos e, portanto, das condições de sua reprodução social.

Na realidade o que se constata é a presença de uma grande diversidade de situações reais de existência (e resistência) camponesa, que passa pelas várias formas de acesso à terra, da mais precária e de condição de subordinação extrema, até a aquela que confere um grau maior de autonomia ao camponês. Esta diversidade de formas camponesas pode ser visualizada também através de um esquema que apresenta os diversos graus de campesinidade (Toledo, 2002), e que poderia ser objeto de um estudo mais aprofundado e específico à situação encontrada em Paraty.

Todas estas características encontradas no campesinato presente em Paraty contribuem para sua visibilidade, reafirmam seu papel como ator social, e destacam sua contribuição à sociedade brasileira, reforçando a necessidade de construção de políticas públicas mais adequadas à esta realidade e diversidade encontradas no território.

O processo de territorialização do capital em Paraty tem ocorrido ao longo das últimas décadas, e de diversas formas, através de uma associação conservadora e perversa entre o capital (imobiliário e financeiro) e as estruturas de poder do Estado, como instâncias judiciárias, polícia e até o organismo de representação (e defesa) dos trabalhadores e camponeses. Esses são os mecanismos de expansão e acumulação do capital, exercidos através de uma estratégia que inclui mecanismos como a expropriação e a supressão do campesinato, inclusive com métodos violentos, o uso dos recursos naturais no território até a exaustão (modo capitalista de apropriação dos recursos naturais). Neste processo foram empregadas algumas formas eficientes de extração da mais valia, como a escravidão (utilizada nos engenhos de açúcar e cachaça nos séculos XVIII e XIX), os contratos forçados de comodato utilizados nas décadas de 1970 e 1980 (conforme os relatos dos camponeses no trabalho de campo) e, o trabalho assalariado, este presente desde as obras de construção da rodovia BR 101, mas presente até hoje na figura dos grandes condomínios de luxo, os quais tem atraído parte dos agricultores e jovens para serem empregados nesses locais como serventes, jardineiros e serviços de segurança.

Os relatos dos agricultores entrevistados atestam que a construção da rodovia BR 101 na região litoral sul do estado do Rio de Janeiro trouxe alguns benefícios para a população de Paraty, como a melhoria no acesso a serviços básicos, a mobilidade e comunicação com outras comunidades e regiões, e impulsionou o transporte da produção agrícola excedente, incrementando a renda familiar. Entretanto, os mesmos relatos também dão conta do processo intenso de avanço do capital no território a partir da rodovia. A intensificação dos métodos coercitivos e violentos de grilagem resulta na expropriação das terras anteriormente ocupadas pelas populações tradicionais e pelos posseiros, com grandes consequências sobre o modo de vida dessas famílias. O êxodo rural, o abandono das áreas produtivas, e a desarticulação da produção local camponesa são algumas marcas deste processo.

A permanência do campesinato está centrada em suas estratégias adaptativas diante da sociedade maior, e pode ser explicada através de três condições essenciais, todas elas presentes em Paraty. A primeira delas diz respeito à manutenção do acesso ao seu principal meio de produção, que é a terra. Isto ocorreu através de várias maneiras, como a resistência histórica das populações caiçaras ao avanço do capital imobiliário, ou mesmo das comunidades quilombolas, as quais somente depois da Constituição de 1988 puderam ter a garantia do reconhecimento de suas áreas. Ocorreu também na luta e organização política desenvolvida pelos camponeses para desapropriação de suas áreas de posse, fruto de uma atuação integrada entre o STR de Paraty, a CPT e FETAG RJ, e que resultou nos três projetos de assentamento de reforma agrária implantados em Paraty na década de 1980. E por fim, a resistência do campesinato em Paraty foi fortalecida quando no estabelecimento de suas alianças políticas com outros grupos sociais, como na resistência articulada entre os caiçaras da Praia do Sono e o STR de Paraty na década de 1980.

A segunda condição de permanência do campesinato se relaciona à manutenção de certo controle sobre a sua própria força de trabalho, para diversificação de suas estratégias conforme as oportunidades apresentadas pelo sistema capitalista. Assim, alguns agricultores tiveram que buscar trabalho fora de suas áreas de produção, num determinado contexto para trabalho temporário, para suprir necessidades de complemento de renda, mas de qualquer forma acabam voltando e se recriam ali dentro novamente.

A terceira condição para o êxito da adaptação do campesinato diz respeito às vantagens comparativas de suas formas de produção em relação às formas capitalistas, e que encontram no manejo de suas agroflorestas uma expressão clara da satisfação de suas próprias necessidades, da adequação do trabalho familiar e da produção conforme os padrões de consumo, sem degradar a base de recursos naturais.

As histórias de vida encontradas nos relatos dos agricultores em Paraty destacam a centralidade da terra como traço camponês. A condição de sem terra é um elemento comum no início dessas histórias de vida, sejam nascidos em Paraty, em municípios vizinhos, ou até mesmo aqueles que migraram para alcançar melhores condições de vida na região. Todos relatam a condição frágil de relação com a terra desde suas origens, inclusive por parte de seus pais, sejam condições de posses, de arrendamento ou relações de parceria.

Por fim, os conflitos das populações tradicionais e dos camponeses com as unidades de conservação ambiental são relatados de forma representativa por um camponês de Paraty, o que indica a necessidade de outras formas de resistência coletiva, através de espaços alternativos de atuação política, como as redes sociotécnicas e os fóruns de defesa articulada dos modos de vida destas populações. Estas formas coletivas e articuladas de resistência camponesa serão abordadas no capítulo 4 deste trabalho de pesquisa.

### **Capítulo 3 - Conhecimento e experiências agroecológicas como estratégia de resistência ao processo de desterritorialização.**

Este capítulo apresenta a dimensão socioambiental da Agroecologia como um dos eixos deste trabalho de pesquisa, onde se destacam as experiências agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses de Paraty, como integrantes de uma estratégia de resistência territorial camponesa.

As análises desta investigação estão fundamentadas nos referenciais teóricos da Agroecologia, o que inclui as suas bases epistemológicas, os seus princípios e os seus diversos conceitos. Um dos mais importantes conceitos é o de campesinato, e mais ainda, a possibilidade para a Agroecologia de se trabalhar com a evolução de seu conceito, o que significa considerar o campesinato como uma forma de manejo de natureza socioambiental. No caso do presente trabalho de pesquisa, isto abre a perspectiva de incluir na mesma categoria de camponês todos os grupos étnicos e sociais presentes em Paraty, já que desenvolvem um mesmo estilo de manejo de recursos naturais (tecnologia análoga oriunda da mesma fonte de conhecimento, semelhante inserção no mercado, etc.). Outro conceito chave para o presente estudo é o de coevolução entre os sistemas sociais e a Natureza, de grande significado para a compreensão dos agroecossistemas manejados pelas populações tradicionais e camponeses dentro do bioma da Mata Atlântica.

Em continuidade são apresentados os trabalhos de uma assessoria técnica agroecológica, iniciada a partir da década de 1990 com a aproximação de estudantes das universidades UFRRJ e UFF. A seguir são também descritos alguns elementos integrantes das experiências agroecológicas junto a grupos de camponeses de Paraty, como os sistemas agroflorestais e toda a sua contribuição à manutenção da biodiversidade, à segurança alimentar das famílias e à construção do conhecimento agroecológico. Após isso, é destacado o ressurgimento dos mutirões como forma de ação social coletiva e ajuda mútua camponesa, e por fim, é relatado o trabalho com o manejo ecológico da palmeira juçara (*Euterpe edulis* Mart).

### 3.1) Princípios e referenciais teóricos.

Este trabalho de pesquisa se insere na definição mais ampla da Agroecologia proposta por Suzanna Hecht (2002), que diz respeito aos diversos fatores relacionados à sociedade e à produção, e que se situam além dos limites da atividade agrícola propriamente dita. Trata-se de uma abordagem que incorpora tanto os aspectos ambientais como os problemas sociais, e que enfoca não só a produção, mas também a dimensão ecológica do sistema de produção. No sentido mais amplo da Agroecologia os aspectos sociais têm um papel destacado na análise dos agroecossistemas, o que acaba por levar o pesquisador a se envolver com o objeto em estudo, e que é exatamente a realidade vivenciada pelo pesquisador neste trabalho de investigação.

Segundo Miguel Altieri (2002), a Agroecologia constitui um enfoque teórico e metodológico que pretende estudar a atividade agrícola dentro de uma perspectiva ecológica, semelhantemente à definição proposta por Stephen Gliessman (2001), onde o enfoque agroecológico pode ser definido como aquele “que aplica os princípios e conceitos ecológicos no desenho e manejo dos agroecossistemas sustentáveis”. Das duas definições anteriores vem a constatação de que a influência decisiva para a conformação das bases teóricas e metodológicas da Agroecologia vieram da Ecologia como ciência. Nesta interação, a maioria dos estudos desenvolvidos foi baseada nos ciclos de nutrientes, nas interações dos insetos com os vegetais, e no processo de sucessão ecológica, para o desenho e manejo dos agroecossistemas sustentáveis.

Portanto, mais que uma disciplina específica, a Agroecologia é um enfoque que diz respeito e agrupa vários campos de conhecimento, conformando uma interdisciplinaridade no seu atual corpus teórico e metodológico, oriundo de vários aportes teóricos e avanços científicos a partir de várias disciplinas. Na contramão da excessiva especialização da ciência e divisão do conhecimento e, baseado no seu trabalho sobre a racionalidade ecológica da produção camponesa, Victor Toledo (1993) nos dá alguns exemplos desta aproximação interdisciplinar, ao defender uma aproximação entre a economia e a ecologia, de maneira a resolver certas contradições fundamentais e aspectos obscuros no estudo do processo produtivo camponês. Em outro texto, Toledo *et al* (1998) desenvolvem uma abordagem para promover <sup>a</sup> integração entre as disciplinas das ciências naturais e as das ciências sociais e humanas, dentro do que se denomina “revolução conceitual”. Para Edgar Morin (2004), integrar qualquer conhecimento é uma necessidade epistemológica fundamental.

Como ocorre neste trabalho de pesquisa, por exemplo, são significativas as contribuições da Geografia, da Sociologia e da Antropologia, as quais estão “dedicadas a explicar a lógica particular, a racionalidade ecológica dos sistemas agrários nas culturas tradicionais” (Guzmán Casado *et al*, 2000).

Como uma dimensão aplicada, a Agroecologia surge desde o seu princípio com uma vocação transformadora muito clara, e que encontra paralelo nos movimentos ambientalistas surgidos ao final das décadas de 1970 e na década seguinte, os quais a influenciaram ao incorporarem uma perspectiva crítica à racionalidade técnico-científica, e mais especificamente, à Agronomia convencional e à agricultura moderna. Segundo Guzmán Casado *et. al* (2000), os fundamentos éticos e filosóficos da Agroecologia foram estimulados pelo desenvolvimento do pensamento ecologista, e também por uma nova ética ambiental.

Simultaneamente os estudos sobre o desenvolvimento, inclusive a própria crítica realizada ao crescimento econômico, foram de especial importância no momento de reivindicar o caráter sustentável do desenvolvimento rural, não somente pela dimensão ambiental, mas também, e de forma indissociável, pelas dimensões social e econômica (Guzmán Casado *et al*, 2000; Esteva, 2000:59 – 83; Naredo, 2006:175 - 230):

La génesis del pensamiento agroecológico está muy cerca de los estudios dedicados al desarrollo rural, una vez que el análisis de los efectos (muchas veces negativos) de la creciente integración de las comunidades locales en las economías nacionales e internacionales han servido para evaluar sus impactos sociales y ambientales de manera integrada, lo que es fundamental para el enfoque agroecológico (Guzmán Casado *et al*, 2000:83).

A crítica ecológica à agricultura moderna também foi muito bem sintetizada por Martínez Alier (1998). Em resumo, ele argumenta que a maior produtividade encontrada nesta agricultura, pobre em biodiversidade e intensiva no uso de energia proveniente de combustíveis fósseis, oculta custos ecológicos significativos que não são medidos pelos preços de mercado. Diz ele que:

Hoje tomamos cuidado com os efeitos ambientais da agricultura moderna, como a contaminação dos alimentos e da água, a destruição ou abandono de recursos genéticos, e o uso de energias não renováveis de combustíveis fósseis. Esses efeitos não são medidos pelo mercado e por isto os economistas lhes dão o nome de externalidades, ou seja, efeitos externos ao mercado. Então devemos por em dúvida que a agricultura moderna seja realmente mais produtiva, pois se medem os aumentos consideráveis de produtividade (por hectare ou ainda mais por hora de trabalho), (...) subtraindo do valor da produção o valor dos insumos e dividindo-se o resultado pela quantidade de insumo cuja produtividade estamos medindo.

Assim, a produtividade da agricultura moderna é, por hectare e, ainda mais, por hora de trabalho, maior que a da agricultura tradicional. Porém, os valores da produção e dos insumos estão medidos incorretamente, ao não incluírem as externalidades, e ao não considerarem a destruição das próprias condições da produção agrícola. Esta é, resumidamente, a crítica ecológica. (Martínez Alier, 1998:149,150).

No caso do pensamento agrário convencional, as críticas se referem ao seu cunho positivista, de caráter sectário e excludente, baseados nas premissas do conhecimento científico moderno, o qual marginalizou as formas tradicionais do conhecimento camponês e indígena. Nestes conhecimentos se encontram aspectos linguísticos, botânicos, zoológicos, artesanais, pedológicos e de práticas agrícolas, e que são fruto da interação dos agricultores tradicionais e o meio ambiente num processo de coevolução. Inúmeros trabalhos de pesquisa sobre estes conhecimentos contribuíram para acabar com o preconceito de que as práticas e os conhecimentos camponeses eram primitivos e ineficientes, sendo ao contrário, possuidores de uma racionalidade ecológica, e tão sofisticados e adaptados ao ambiente que deveriam ser adotados pela ciência agrônoma convencional (Guzmán Casado *et al*, 2000:81, 84; Toledo, 1993:197 – 200).

Este conhecimento camponês sofisticado foi estudado por Toledo (1993), quando analisa o vínculo entre etnologia e produção camponesa. Para ele o amplo conhecimento camponês tem um valor significativo para explicar as formas nas quais os camponeses percebem, concebem e conceituam os ecossistemas dos quais dependem para viver. No contexto de uma economia de subsistência, este conhecimento da Natureza se converte em um item decisivo na implantação da estratégia camponesa de sobrevivência, baseada no uso múltiplo e refinado dos recursos naturais. Neste mesmo trabalho, aquele autor concebe um esquema hipotético que integra os diferentes tipos de conhecimento camponês acerca da Natureza, relacionado ao sistema produtivo, e estabelece uma tipologia do conhecimento camponês dos recursos naturais, com quatro tipos: estrutural, relacional, dinâmico e utilitário <sup>46</sup>.

Aqui há que se ressaltar a contribuição significativa da Etnoecologia como disciplina híbrida e enfoque holístico e multidisciplinar, fundamentada na multiculturalidade, para análise do complexo *kosmos-corpus-práxis* inserido nos processos de produção camponesa em diversas escalas, ou seja, o sistema utilizado pelo camponês

---

<sup>46</sup> Para um detalhamento maior desta tipologia do conhecimento camponês, com seus conhecimentos acerca dos recursos naturais em quatro escalas (geográfica, física, vegetal e biológica), e outros aspectos importantes acerca da Etnoecologia, ver também Toledo (1991).



em seu processo de apropriação da Natureza. O enfoque etnoecológico auxilia na indicação de diretrizes para a construção de propostas de desenvolvimento local endógeno, com a participação legítima dos atores locais (Toledo y Barrera-Bassols, 2008).

Também Altieri (2002) explorou algumas dimensões do conhecimento camponês, como: os sistemas de classificação e uso do solo; as taxonomias biológicas locais; o meio ambiente; as práticas agrícolas de produção<sup>47</sup>; o conhecimento etnobotânico, e o conhecimento experimental. Este último é desenvolvido amplamente pelos camponeses de Paraty em seus agroecossistemas, e decorre não só da observação dos recursos naturais, senão também da aprendizagem empírica da experimentação. Numa parcela destinada à experimentação os camponeses testam os elementos da sustentabilidade agrícola a nível micro, aplicando os princípios agroecológicos, descobrindo as melhores alternativas e soluções pelo método de ensaio e erro, e vinculados aos seus comportamentos diários, concretos e práticos de sua vida cotidiana. Por isso existe uma clara conexão entre a gestão dos recursos naturais pelos camponeses e sua própria cultura.

Ao aceitar a biodiversidade ecológica e sociocultural, e diante da necessidade de valorizar outras formas de conhecimento distintas do pensamento científico dominante, como o saber tradicional dos camponeses, a Agroecologia considera algumas premissas alternativas, baseadas num conhecimento holístico, sistêmico, contextualizador, subjetivo e pluralista (Norgaard & Sikor, 2002). Desta forma, o conhecimento prático das culturas tradicionais, como indígenas e camponeses, sobre a biodiversidade agrícola, é frequentemente igual ou superior ao conhecimento científico especializado ocidental. Como aponta Diegues:

O que a ciência denomina de biodiversidade, interpretada por longas listas de espécies de plantas e animais, e descontextualizadas do domínio cultural, é muito diferente da biodiversidade em grande parte construída e apropriada material e simbolicamente pelas populações tradicionais. (Diegues, 2004:17,18).

A integração destes conhecimentos, buscada pela Agroecologia, consiste no que se denomina de “diálogo de saberes”, no qual se reconhece outras formas de conhecimento além do acadêmico, e no qual este último se combina com os conhecimentos empíricos populares. Neste sentido, Gliessman (2001) menciona que o conhecimento formal, social e

---

<sup>47</sup> Altieri (2002) diferencia as seguintes características nas práticas agrícolas camponesas: a manutenção da diversidade e a continuidade temporal e espacial; a utilização ótima de recursos e espaço; a reciclagem de nutrientes; a conservação e o manejo da água, e o controle da sucessão e provisão de proteção de cultivos. A questão central neste caso é a maneira como este corpo cognitivo está conectado e integrado à lógica da produção dos sistemas camponeses, ou seja, a estratégia multiuso.

biológico obtido dos sistemas agrários tradicionais, e alguns dos inputs desenvolvidos pelas ciências agrárias convencionais, juntamente com a experiência acumulada pelas tecnologias e instituições agrárias ocidentais, podem combinar-se para melhorar tanto os agroecossistemas tradicionais como os modernos, e torná-los ecologicamente sustentáveis.

Um dos princípios básicos nos quais se assenta a Agroecologia é o de coevolução social e ecológica, e que implica que “qualquer sistema agrário e qualquer unidade de produção a ser analisada é resultado de um processo de coevolução entre os seres humanos (sistema social) e a Natureza (sistema natural)” (Guzmán Casado et al, 2000:92). Algumas implicações resultam desta premissa, constituindo a base do enfoque agroecológico: a concepção de interação e determinação mútuas dos componentes de cada sistema; a noção de que os sistemas agrários são em realidade ecossistemas artificializados (são os agroecossistemas), e a ideia de que os termos desta interação não se mantiveram idênticos e estáticos ao longo do tempo, senão que foram se modificando conforme a dinâmica que tal inter-relação foi gerando em todos e em cada uma das partes do sistema. Dentro desta perspectiva coevolucionista, a produção agrícola é o resultado de pressões socioeconômicas da sociedade sobre os ecossistemas, ao longo do tempo e que, portanto, essa mesma sociedade tem a capacidade de (re) direcionar o processo de coevolução.

A importância da perspectiva coevolucionista no presente trabalho de pesquisa encontra justificativa no fato de que tanto as populações tradicionais como os camponeses presentes em Paraty estabeleceram ao longo do tempo uma relação direta e intensa com a Mata Atlântica e, desta forma, os agroecossistemas manejados por eles são a expressão de um processo coevolutivo ocorrido nesse bioma (Dean, 1996). Essa relação não tem apenas o caráter econômico e ambiental, de apropriação dos recursos naturais, mas também inclui práticas sociais e simbólicas.

Ao analisarem aspectos metodológicos e práticos da Agroecologia, Richard Norgaard e Thomas Sikor (2002) demonstram a necessidade da compreensão das interações entre os sistemas, apontando para a composição e relações no processo coevolutivo do conhecimento, dos valores, da organização social, da tecnologia e dos sistemas biológicos. Para eles, a perspectiva coevolucionista “coloca as populações e sua forma de pensar no centro do processo e demonstra, por exemplo, como os agroecossistemas modernos refletem as bases da ciência convencional”. Por outro lado, a abordagem coevolucionista confere legitimidade ao conhecimento cultural e intuitivo

dos agricultores, já que se mostram adequados às suas necessidades e podem ser usados para compreender seu sistema.

Victor Toledo (1993) também ressalta a necessidade de se estudar os sistemas cognitivos campestres em conexão com suas atividades e comportamentos diários, concretos e práticos, a fim de se alcançar uma compreensão completa e coerente destes sistemas. Desta forma, a perspectiva coevolucionista incentiva a um verdadeiro respeito pelo saber dos agricultores, e pode ajudar numa integração deste saber com o conhecimento científico.

Este trabalho de pesquisa adota como unidade fundamental de seu estudo o agroecossistema (ou ecossistemas artificiais), que são ecossistemas modificados pelo homem, portanto instáveis, e com necessidade de aportes de energia e materiais vindos do exterior para sua manutenção e reprodução. A manipulação dos ecossistemas pela sociedade, criando os agroecossistemas, modifica e interfere nos cinco grandes processos que tem lugar no seu interior: energéticos, biogeoquímicos, hidrológicos, sucessionais e de regulação biótica (Gliessman, 2001).

A produção agrícola e pecuária é o resultado das pressões socioeconômicas que a sociedade realiza sobre os ecossistemas naturais, ao longo do tempo. Assim sendo, a artificialização dos ecossistemas<sup>48</sup> é o resultado de uma coevolução entre cultura e ambiente, e a estrutura interna de um agroecossistema é o resultado de uma construção social, produto da coevolução dos seres humanos com a natureza.

A utilização do conceito de agroecossistema como unidade de observação, análise e intervenção participativa dota a Agroecologia de um alto grau de especificidade. Ele proporciona uma estrutura com a qual podem ser analisados os sistemas de produção como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção, e as inter-relações entre as partes que os compõem. O conhecimento local gerado através da interação homem – natureza em cada agroecossistema supõe a acumulação histórica de formas específicas de manejo e, portanto, de soluções endógenas, produto da coevolução social e ecológica.

Em relação aos limites espaciais de um agroecossistema, Gliessman (2001) nos diz que eles são arbitrários, assim como os de um ecossistema. Na prática, este pode ser equivalente a uma unidade de produção agrícola, uma propriedade rural, ou até uma microbacia hidrográfica, sendo definido, por exemplo, pelo interesse de um pesquisador.

---

<sup>48</sup> Masera et al (2000) consideram os agroecossistemas também como sistemas de manejo, baseados na intervenção humana nos ecossistemas. Semelhantemente a Gliessman (2001), aqueles autores utilizam a definição de sistemas baseada em Hart (1979).

No caso deste trabalho de pesquisa o agroecossistema é equivalente à uma unidade de produção agrícola, uma propriedade ou posse rural<sup>49</sup>.

Na construção de um pensamento agrário alternativo, Sevilla Guzmán & González de Molina (2005) trazem uma contribuição decisiva identificando as suas bases teóricas, em contraposição ao pensamento científico convencional, de forma a neutralizar a ofensiva neoliberal presente tanto no meio acadêmico como na prática política desenvolvidas na América Latina, e que são legitimadas por esta última matriz de pensamento. Ambos os autores destacam a necessidade de se estabelecerem as bases de um marco teórico para a Agroecologia latino-americana, fundamentado numa “estratégia metodológica que rastreia os processos geradores de identidade ao apresentar conteúdos históricos gerados pelas memórias sociais a partir da visão do Sul” (Sevilla Guzmán & González de Molina, 2005:12). Neste percurso relacionam autores chave para a construção dessa visão, e através de uma contextualização histórica identificam os processos que estabeleceram os conteúdos históricos de uma matriz sociocultural especificamente latino-americana.

Ao abordarem as contribuições dentro da Nova Tradição dos Estudos Camponeses à Agroecologia, Sevilla Guzmán & González de Molina (2005) demonstram que a inclusão da Ecologia como dimensão essencial na evolução teórica dos estudos camponeses surge na América Latina através de diversos autores, como Victor Toledo e Angel Palerm. Referindo-se ao campesinato, este último autor recorda que o ressurgimento dos estudos camponeses na segunda metade do século XX se deve, sobretudo, aos próprios camponeses, que seguiram e seguem até hoje ignorando as profecias dos cientistas sociais e dos marxistas sobre sua iminente extinção, e também persistem resistindo às investidas do complexo urbano-industrial capitalista para destruí-los.

---

<sup>49</sup> Outra distinção importante se refere ao que é externo e o que é interno a um agroecossistema. Gliessman (2001) segue uma convenção de adotar o seu limite espacial como sendo a linha divisória entre o interno e o externo. Essa distinção é importante quando se analisam os fluxos de entrada e saída de energia e materiais em um agroecossistema, a fim de desenvolver ações relativas ao seu manejo. O fluxo de energia pode ser desenhado para se depender menos de recursos não renováveis (como aqueles provenientes dos combustíveis fósseis), de forma a alcançar um equilíbrio entre o uso de energia interna do sistema, e aquele que é exportado na forma de produtos colhidos. Os ciclos de nutrientes devem ser desenvolvidos para serem tão “fechados” quanto possível, de modo a reduzir as suas perdas, e buscar formas de fazer os nutrientes exportados retornarem ao sistema.

Diante dessas evidências, Ángel Palerm (1980) ressalta que “em lugar das hipóteses e práticas de seu desaparecimento, necessita-se de uma teoria de sua continuidade, e uma práxis derivada de sua permanência histórica, ao invés de hipóteses e práticas de sua desapareição” (Palerm, *op.cit*:169). Essa persistência/resistência do campesinato deriva de sua capacidade em não apenas subsistir, “modificando-se, adaptando-se e utilizando as possibilidades que lhe oferece a mesma expansão do capitalismo e as contínuas transformações dos sistemas”, mas também através das “vantagens econômicas perante as grandes empresas agrárias”, com suas formas específicas de produção (Palerm, *op.cit*, 196). Estas vantagens do campesinato estão fundamentadas no fato de que “produz e usa energia da matéria viva, que inclui seu próprio trabalho, e a reprodução da unidade doméstica de trabalho e consumo”. Palerm conclui este trabalho de análise do campesinato no capitalismo antecipando a configuração das bases epistemológicas da Agroecologia atual, ao afirmar que:

El porvenir de la organización de la producción agrícola parece depender de una nueva tecnología centrada en el manejo inteligente del suelo y de la materia viva por medio del trabajo humano, utilizando poco capital, poca tierra y poca energía inanimada. Este modelo antagónico de la empresa capitalista tiene ya su protoforma en el sistema campesino (Palerm, 1980:196,197)<sup>50</sup>.

Já Victor Toledo resume e integra o trabalho de diversos autores acerca das comunidades camponesas, dando impulso às ideias de Palerm, e com isso elabora uma proposta teórica que pode ser considerada como um novo paradigma. Segundo Toledo (1993), ao serem comparadas aos mais modernos sistemas de produção rural, as culturas tradicionais tendem a implementar e gerir sistemas ecologicamente corretos para a apropriação dos recursos naturais. Desta suposição se deriva uma segunda tese, a de que existe certa racionalidade ecológica na produção agrícola tradicional.

Segundo ele, todo processo de produção agrícola pode ser reduzido empiricamente a fluxos de materiais, energia, trabalho, mercadorias e informação. A diferença entre os processos de produção está na maneira em que tais fluxos são organizados, e como circulam desde o agroecossistema até a sociedade, e vice-versa.

---

<sup>50</sup> O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia baseada no manejo inteligente do solo e da matéria viva, por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Este modelo antagônico da empresa capitalista já tem seu protótipo no sistema camponês (tradução livre feita pelo autor da pesquisa).

Baseado nessa suposição, podemos distinguir duas formas principais de manejo humano da natureza:

- os recursos naturais são manejados sem provocar mudanças significativas nos ecossistemas naturais (caça e coleta, por exemplo) e,
- os ecossistemas naturais são parcial ou totalmente desarticulados, e parcial ou totalmente substituídos por plantas ou animais em processo de domesticação (agricultura e pecuária).

Porém, uma terceira forma deve ser acrescentada a estas outras duas, que seria o modo de uso industrial do manejo dos recursos naturais. Este pode ser definido como aquele que

(...) utiliza como base energética os combustíveis fósseis, o que lhe confere uma alta capacidade entrópica e antrópica dos ecossistemas, e uma enorme capacidade expansiva, subordinante e transformadora. Isto explica a produção de uma mudança qualitativa no grau de artificialização dos ecossistemas, depois da introdução do modo de uso industrial, o que pode ser exemplificado pelo uso dos fertilizantes industriais, dos agrotóxicos e, atualmente, pelo uso dos organismos geneticamente modificados. (Sevilla Guzmán & González de Molina, 2005: 82,83).

A diferença ecologicamente significativa entre as três formas de manejo reside no fato de que os ecossistemas naturais têm capacidade, no caso da forma menos artificial de manejo, para reparar-se, reproduzir-se e manter-se. Já os ecossistemas transformados em maior ou menor grau – os agroecossistemas – necessitam de energia externa para seu funcionamento, seja ela humana, animal ou de combustíveis fósseis. Através desta perspectiva a caracterização das formas de produção (manipulação-transformação) torna-se fundamental, uma vez que o tipo de energia externa que cada uma das formas utiliza tem uma relação direta sobre o meio.

A forma de produção capitalista é notadamente grande consumidora de materiais, produtora de resíduos, e ineficiente no uso de energia. Historicamente tem utilizado grandes quantidades de energia fóssil e, portanto, aumentado a pressão extrativa sobre os recursos naturais não renováveis. Diante da ineficiência energética da produção agrícola moderna, realizada pelo modo de uso industrial, se contrapõe o caráter eficiente da produção camponesa. Toledo (1993) aponta alguns fatores que correspondem a essa eficiência dos sistemas de produção camponeses, a qual se baseia predominantemente no uso da energia humana e animal através do trabalho, no aproveitamento dos subprodutos oriundos do processo produtivo, nos ciclos de produção que permitem a renovação dos recursos naturais (solo, água), pelo nível de

autossuficiência aonde predominam os valores de uso sobre os de troca, e pela reprodução simples da unidade familiar, dentre outros fatores.

A autossuficiência camponesa se baseia essencialmente na apropriação dos recursos naturais, de forma que a manutenção e a reprodução social do camponês também dependem muito mais dos produtos oriundos da Natureza que do mercado, evidenciando o predomínio dos valores de uso sobre os valores de troca. Então se deduz que o camponês seja o maior interessado em trabalhar de forma a garantir um fluxo ininterrupto de bens, materiais e energia da Natureza. Para isso ele busca uma produção não especializada, fundamentada no princípio da diversidade de recursos e de práticas produtivas, acesso a variados tipos de mercado, e também na possibilidade de complementação da sua atividade principal com outras formas de ocupação e geração de renda, inclusive fora da sua unidade familiar. Isto é o que Toledo (1993) denomina de estratégia multiuso camponesa, o que os torna nos maiores interessados em reproduzir e conservar tanto a biodiversidade como a diversidade espacial dentro de um determinado território, ou seja, os converte em ecologicamente conservacionistas. A produção camponesa traz consigo o traço da diversidade em termos geográficos, ecológicos, biológicos e genéticos, isso reflete um mecanismo de redução do risco, de garantia de sobrevivência.

Mas para a Agroecologia a importância do campesinato se apoia também na evolução de seu conceito, situando-o para além de uma categoria histórica ou sujeito social. Dentro da perspectiva agroecológica o campesinato é identificado como uma forma específica de relacionar-se com a Natureza, ao considerar-se como parte dela num processo de coevolução que configurou um modo de apropriação, ou uma forma de manejo dos recursos naturais, vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada território, de natureza socioambiental (Sevilla Guzmán & González de Molina, 2005). E é exatamente dentro dessa perspectiva que possibilita considerar o campesinato como uma forma de manejo dos recursos naturais que são desenvolvidas as análises realizadas a partir do trabalho de campo, apresentadas no item seguinte.

### 3.2) Aspectos decorrentes do trabalho de campo.

#### 3.2.1) Assessoria técnica agroecológica: um processo de visibilidade da agricultura de base camponesa em Paraty.

O estado do Rio de Janeiro possui significativo histórico na discussão de temas relacionados a formas alternativas de agricultura, cuja origem se pode situar na década de 1980. Em 1984, por exemplo, foi realizado em Petrópolis (região serrana do Rio de Janeiro) o II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa – II EBAA, com 1800 participantes, inclusive com a presença de diversos secretários estaduais de agricultura. Nesta época havia um movimento crescente de questionamento ao modelo hegemônico de desenvolvimento agrícola, dentro de um contexto de abertura política no Brasil, após 20 anos de regime ditatorial.

Como resultado do encontro foi redigido um documento denominado de Carta de Petrópolis, na qual os participantes firmavam um compromisso de redirecionar a pesquisa, de realizar um diagnóstico dos diversos problemas ambientais, de difundir o uso de tecnologias alternativas na agricultura, e de implantar uma legislação sobre o uso de agrotóxicos.

Já em 2002 foi realizado na cidade do Rio de Janeiro o I Encontro Nacional de Agroecologia – I ENA, com cerca de 1200 participantes entre agricultores e técnicos, onde se deu grande visibilidade às experiências agroecológicas conduzidas pelos camponeses.

Através deste acúmulo de debates e de vivências no campo agroecológico foram se ampliando as experiências dos grupos de estudantes de graduação, principalmente dos cursos das ciências agrárias, no assessoramento dos agricultores com enfoque na Agroecologia. Neste ambiente de militância e engajamento político é que se situa o início do trabalho de assessoramento técnico agroecológico em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro, inclusive em Paraty.

Embora se possa apontar a década de 1990 como o início de um trabalho de assessoria técnica com enfoque agroecológico junto aos camponeses em Paraty, na realidade o que se percebe a partir daquela iniciativa é um redescobrimento da Agroecologia, através da visibilidade de práticas e saberes integrantes de uma agricultura tradicional, inseridas em seus modos de vida, e dotada de certa racionalidade ecológica na apropriação dos recursos naturais.

No caso da produção agrícola, o que se constata é que essa racionalidade camponesa sempre esteve presente em muitos agricultores de Paraty, que já aplicavam seus conhecimentos em práticas como o consórcio de culturas (muitos chamavam e ainda chamam de “casamento”), na recomposição da fertilidade natural dos solos



através da prática do pousio<sup>51</sup>, e na prática do “bate jangada”<sup>52</sup>, entre muitas outras. Outra característica importante encontrada nos sítios camponeses em Paraty é a ampla diversidade existente nos quintais agroflorestais<sup>53</sup>, pequenas áreas ao redor das residências com grande significado para a segurança alimentar e nutricional das famílias. Em um estudo realizado junto a 19 quintais agroflorestais na comunidade caiçara no Saco do Mamanguá (Paraty), por exemplo, Valquíria Garrote (2004) constatou a existência de 347 espécies de plantas, com uma média de 67 espécies por quintal em 3 zonas de manejo, o que demonstra a grande complexidade desses sistemas, suas múltiplas funções e utilizações, e a sua contribuição para a manutenção da ampla biodiversidade existente.

Por todos estes aspectos pode-se mencionar a existência de uma base camponesa na agricultura de Paraty, e que encontrou na assessoria técnica<sup>54</sup> com enfoque agroecológico uma forma de dinamizar seus saberes, fortaleceu a sua articulação e permitiu sua visibilidade dentro e fora do território. Inicialmente este trabalho de apoio técnico se deu com a dedicação do extensionista social Cyro Duarte Sobrinho<sup>55</sup>, do escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro - EMATER RIO em Paraty, na busca de alternativas tecnológicas inseridas no contexto socioeconômico e cultural dos camponeses de Paraty. Seu trabalho é considerado como

---

<sup>51</sup> O pousio florestal é um período de descanso da terra entre dois ciclos de produção agrícola. Quando termina um ciclo de produção agrícola, a terra é abandonada e povoada por espécies florestais pioneiras, conduzindo à formação de capoeira, na fase inicial do processo de sucessão vegetal (May & Trovatto, 2008:42). Muitas comunidades tradicionais e de agricultores familiares ainda praticam o pousio no estado do Rio de Janeiro, além de Paraty, como é o caso do que ocorre nos municípios de Bom Jardim, Nova Friburgo e Trajano de Moraes, com intervalos variáveis. Em janeiro de 2014 o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro – INEA publicou a resolução 086/2014, que regulariza o uso dos sistemas agroflorestais e a prática do pousio em Áreas de Preservação Permanente (ver detalhadamente no subitem 3.2.5 deste capítulo).

<sup>52</sup> Sistema antigo de plantio da banana na mata, antes mesmo que essa fosse derrubada. Posteriormente quando havia a derrubada da mata, algumas árvores eram deixadas no sistema, aquelas que os agricultores sabiam que não iriam atrapalhar a produção de banana, com benefícios para a ciclagem de nutrientes, biodiversidade e proteção contra ventos (Mattos, 2011).

<sup>53</sup> Gliessman aborda a alta diversidade, os diversos usos e funções, a dinâmica e as relações sociais existentes nestes sistemas, denominados por ele de horto doméstico tropical (2001:498 – 504).

<sup>54</sup> Este assessoramento técnico se deu num processo histórico de apoio aos agricultores familiares camponeses de Paraty, e que foi impulsionado a partir de 1999 pela presença de um técnico do Programa de Residência Agronômica da UFRRJ, mediante convênio com a Secretaria Municipal de Agricultura de Paraty, além de estudantes vinculados ao GAE – Grupo de Agricultura Ecológica, também da UFRRJ. Para um detalhamento do processo de assessoramento técnico, características na execução dos diversos projetos e a consequente influencia no fortalecimento das práticas agroecológicas em Paraty, ver Mattos (2011: 48 – 53).

<sup>55</sup> O autor deste trabalho de pesquisa conviveu com o sociólogo Cyro Duarte Sobrinho no período de 18 meses em que trabalhou no escritório local da EMATER RIO em Paraty.

a primeira iniciativa de promoção do cultivo da palmeira pupunha (*Bactries gasipaes*) e do açaí (*Euterpe oleracea*) no município, e também de repovoamento da palmeira juçara. O agricultor Francisco destaca a importância do trabalho de extensão rural diferenciado e muito próximo das expectativas dos agricultores, conduzido pelo Cyro:

“Eu via o Cyro como parceiro dos agricultores, ele soltava um monte de ideias e perguntava: o que você acha? (...) E a gente interagia, propunha, discutia, conversava. Ele não trazia ideias fixas, ele trazia propostas. Ele fazia essa troca, essa dinâmica, os encontros. O incentivo (o replantio) da palmeira juçara aqui na região, ele foi um cara que articulou muito isso, ele promovia cursos, e vinha para interagir junto. É muito importante essa visão aberta, ele foi um elemento que foi muito importante principalmente no início do sítio. Ele facilitava o diálogo (...)”.

A partir deste trabalho teve início uma aproximação dos grupos de Agroecologia das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, como a UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro e a UFF – Universidade Federal Fluminense, com os camponeses de Paraty, o que resultou no desenvolvimento de diversos trabalhos acadêmicos, vários estágios de vivência e visitas e excursões científicas, e que perduram até hoje. Este tema será abordado no subitem seguinte deste mesmo capítulo.

O desenvolvimento do trabalho de assessoria técnica incluiu algumas iniciativas de intercambio de conhecimento em locais de referência em manejo de sistemas agroflorestais no Estado de São Paulo (como o Vale do Ribeira e a COOPERA Floresta - Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR, esta situada na divisa de São Paulo e Paraná), e que posteriormente foi ampliado e fortalecido com a execução em sequência de três projetos envolvendo (em momentos distintos) o Ministério do Meio Ambiente, instituições governamentais de ensino e pesquisa (UFRRJ e EMBRAPA), e organizações não governamentais de assessoria aos agricultores de Paraty, como o IDACO – Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária.

Com os recursos desses projetos houve a possibilidade de implantação de unidades de experimentação de sistemas agroflorestais nos próprios locais de produção dos agricultores, o que foi dinamizado pela prática dos mutirões. Estes últimos desempenharam aquela época (e ainda o fazem) uma grande contribuição para a circulação do conhecimento agroecológico no território. Os desenhos dos agroecossistemas foram variados, com o objetivo de testar diferentes composições, e

consorciando as espécies arbóreas nativas com espécies frutíferas, culturas anuais como mandioca, milho e feijão, para fortalecer a segurança alimentar das famílias, além de espécies para uso como adubos verdes.

Fábio Oliveira, um dos técnicos integrantes do grupo que prestou assessoria técnica aos camponeses de Paraty, destaca a importância de um dos três projetos executados em Paraty nas décadas de 1990 e 2000, como o Programa de Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente – PDA/MMA<sup>56</sup>, para a dinamização das práticas agroecológicas em Paraty, a implantação dos viveiros para a produção de mudas de essências florestais, o ressurgimento dos mutirões, dentre outras:

Então o PDA contribuiu para essa articulação em rede aqui na região. Pensando no PDA foram vários projetos que duraram aí três anos, foi um tempo curto para consolidar várias ações de fortalecimento da Agroecologia na região, e que a gente esperava que ele tivesse uma continuidade. Então o PDA na região desencadeou todos esses processos. Se não tivesse tido esses mutirões todos, se não tivesse a oportunidade de ter técnicos com o perfil da Agroecologia, e que viabilizou essa ponte com as universidades, enfim, a gente não teria esse ambiente da Agroecologia que a gente tem hoje aqui na região (Fábio Oliveira).

### 3.2.2) Os sistemas agroflorestais como agroecossistemas sustentáveis no bioma da Mata Atlântica.

Atualmente existe cerca de quarenta sistemas agroflorestais implantados em Paraty<sup>57</sup>, a maioria implantada em decorrência do trabalho de assessoria técnica agroecológica desenvolvida nos anos 1990 e 2000, e já abordada no item anterior deste

---

<sup>56</sup> A construção do PDA envolve o Governo Brasileiro, organismos de cooperação internacional representando os países do G7, e as redes de Ongs e Movimentos Sociais da Amazônia (GTA) e Mata Atlântica (RMA). Implementado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), recebe apoio principalmente da Cooperação Internacional Alemã, e tem como principais desafios demonstrar por meio de experiências inovadoras a possibilidade efetiva de construção, em bases socioambientais, de estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável e, a partir dos aprendizados produzidos por estas experiências, estimular a formulação de políticas públicas que contribuam para a difusão e incorporação destas estratégias por outras comunidades, organizações e instituições governamentais. Em sua primeira fase (1995 a 2003), o PDA apoiou 194 projetos, sendo 147 na Amazônia e 47 na Mata Atlântica. Os projetos desenvolveram ações nas áreas de sistemas agroflorestais e recuperação ambiental, manejo de recursos florestais, manejo de recursos aquáticos e preservação ambiental. (fonte: <http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/sociobiodiversidade>, acesso em 17/06/2015).

<sup>57</sup> Segundo relato de Fábio Reis Oliveira, Engenheiro Florestal, então assessor técnico do projeto PDA na AMOQC – Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho, e atualmente integrante da equipe do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis em Paraty, fruto da parceria entre o Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty (RJ) e Ubatuba (SP) e a Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz (do Ministério da Saúde). Ver em <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/38036>. Conforme entrevista 3 (ver anexo à esta tese).

capítulo. Devido à ampla utilização destes sistemas nos sítios camponeses em Paraty, e como possui um caráter polissêmico uma tarefa inicial e necessária, portanto, é a de delimitação deste termo no presente trabalho de pesquisa.

Como o objeto de pesquisa está inserido no bioma Mata Atlântica, o conceito de sistema agroflorestal adotado neste trabalho está baseado no Manual Agroflorestal da Mata Atlântica (May & Trovatto, 2008:18, 23), o qual considera aquele sistema como um sistema biodiversificado e agroecológico, cujas características se assemelham ecologicamente a sucessão natural dos ecossistemas, devido a grande diversidade de espécies agrícolas e florestais. Os sistemas agroflorestais são sistemas de uso da terra nos quais espécies perenes lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras e bambus) são intencionalmente utilizadas e manejadas em associação com cultivos agrícolas e/ou animais. Um determinado consórcio pode ser chamado de agroflorestal na condição de ter, entre suas espécies componentes, pelo menos uma espécie tipicamente florestal, ou seja, uma espécie nativa ou aclimatada, de porte arborescente ou arbustivo, encontrada num estado natural ou espontâneo em florestas ou capoeiras (florestas secundárias).

Algumas das experiências desenvolvidas com sistemas agroflorestais em Paraty serão destacadas neste tópico, por sua grande contribuição para a manutenção das famílias camponesas, e também para a construção do conhecimento agroecológico no território e fora dele, como unidades de experimentação e locais de intercâmbio de conhecimentos entre agricultores, e entre estes e técnicos.

Inicialmente é significativo destacar que alguns agricultores entrevistados, neste trabalho de pesquisa, mencionam o conhecimento prévio de algumas técnicas agrícolas tradicionais, como por exemplo, o “casamento” ou consórcio de culturas, utilizados por eles no início de suas atividades como agricultores, e que os ajudou na compreensão do funcionamento de um sistema agroflorestal. Como relatam os agricultores Francisco e Manoel:

Eu toda vida trabalhei com a floresta num sentido, era o consórcio, o casamento; o que é o casamento? Ali eu planto aipim, o feijão, o milho, as frutíferas, tudo no meio, e assim foi. Em 1993 veio um grupo de estudantes da Universidade Rural, e eles vieram aprender como se faz agrofloresta. Como você aprendeu a fazer isso? De ideia, porque a terra era pouca, e ia colhendo a temporária, e depois as frutas (Francisco).

Em 1994, quando ouvi falar sobre agrofloresta, eu (pensei) que *(já)* fazia aquilo. Fazia queimada controlada, com cuidado, meu pai tinha essa cultura herdada do seu pai e do seu avô... o cultivo de meu pai sempre foi assim, que herdou do meu bisavô,..., era o consórcio ou “casamento” de plantas. Papai desmatava

uma área e entrava com café e frutíferas (abacate), cana nas entrelinhas, mandiocal também no meio do cafezal, milho, feijão e arroz nesse sistema (de consórcio) (Manoel).

O desenho das áreas de sistemas agroflorestais com o uso de um croqui (ver foto 1) é uma das ferramentas utilizadas por um dos agricultores entrevistados para um melhor planejamento de cada talhão em seu agroecossistema, em função de seu objetivo. Funcionando como um mapa das áreas de plantio, João explica que os croquis foram desenhados com base na disponibilidade local de mudas de espécies arbóreas, e o espaçamento próprio entre as espécies. O desenho também obedeceu a estabelecer a prioridade das colheitas iniciais com produtos anuais (grãos e hortaliças), e com o passar do tempo e crescimento das espécies arbóreas, as colheitas futuras de frutas e a obtenção de produtos florestais, como palmitos pupunha e frutos da juçara, além de madeiras para construção dentro do sítio. Os croquis também auxiliam na avaliação do resultado dos diferentes desenhos, para possíveis correções e uma maior eficiência dos sistemas, o que dificilmente seria alcançado se os plantios fossem feitos de forma aleatória, conforme é relatado pelo próprio agricultor:

O sistema agroflorestal está produzindo produtos bi anuais e anuais, mas que ali dentro estão crescendo coisas que vão se sucedendo até o futuro. Áreas que são produtivas, depois de seis anos estão produzindo milho, feijão, mandioca, frutas e o cacau,..., e a outra produção que vai chegando e fazendo a compensação do trabalho empregado naquela área. Todas as áreas que tinham braquiária começaram a dar retorno a partir do 1º ano (de implantação). Sem levar em consideração o volume, a quantidade, mas sim a diversidade: o feijão, o milho, depois o guandu, a mandioca, as frutas. Se você tem uma planta anual, você tem o retorno do seu trabalho enquanto cuida da palmeira, de outras plantas (de ciclo mais longo). O objetivo de planejar foi de ter essa liberdade (para) ter essas colheitas, baseados nesses croquis (João).

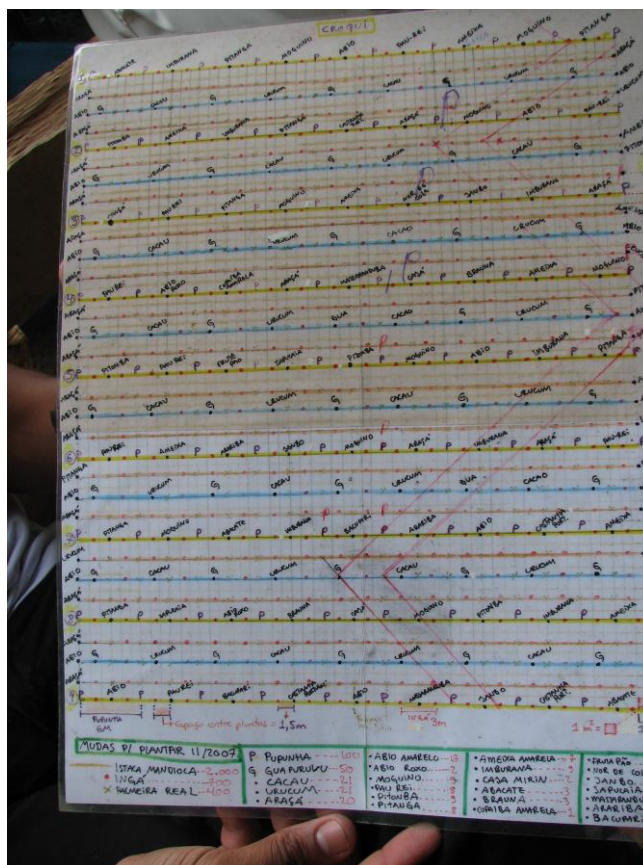


Foto 1: Croqui com o desenho de um dos sistemas agroflorestais no sítio São José, Taquari, outubro de 2008. Foto do autor.

Pelo menos dois agricultores mencionam a dificuldade de erradicação do capim brachiaria<sup>58</sup> no início da implantação de seus sistemas agroflorestais. Para isso utilizaram o controle por sombreamento através do plantio do ingá, uma leguminosa arbórea com diversas outras utilidades dentro dos sistemas agroflorestais, como fornecimento de grande quantidade de biomassa em curto período de tempo, conseguido através do manejo de podas. Na verdade, foram realizados experimentos com diversas variedades de ingá, com o objetivo de selecionar algumas com características desejáveis para a eficiência no sistema, como a produção de uma boa copa para sombreamento, a qualidade (espessura) das folhas para maior ou menor velocidade de decomposição no solo, e por último, a qualidade da madeira para lenha. As três variedades de ingá selecionadas pelos agricultores são todas de fácil obtenção de sementes na própria região.

<sup>58</sup> Capim agressivo muito utilizado para pastagem, do gênero *Brachiaria*. Ao final do século XX mais de 40 espécies de capim de origem africana foram encontradas em pastos brasileiros. Coevoluídas com animais de pasto e associadas a homens portadores de fogo, durante um milhão de anos mostraram-se ao mesmo tempo, palatáveis ao gado e resistentes ao fogo (Dean, 2009:130).

Algumas técnicas de melhoria e de manutenção da fertilidade do solo incluem também o uso de leguminosas anuais, arbustivas e arbóreas nos agroecossistemas. Por exemplo, o uso de mucuna preta e cinza (*Mucuna aterrima* e *Mucuna cinerea*, respectivamente), feijão de porco (*Canavalia ensiformis*) e crotalária (*Crotalaria juncea* e *C. spectabilis*), como espécies anuais dentro do sistema, para cobertura do solo e fornecimento de nitrogênio, melhorando as condições de fertilidade do solo. No caso do guandu, além de sua contribuição como planta fixadora de nitrogênio no solo, também é utilizada como alimento. Outra leguminosa arbórea de uso promissor dentro dos sistemas agroflorestais na região é o guapuruvu<sup>59</sup>, a ser utilizado em áreas aonde as plantas anuais e bianuais não tiverem mais espaço, como planta fixadora de nitrogênio e como produtora de biomassa para melhoria das condições do solo. Um dos agricultores entrevistados utiliza a madeira do guapuruvu na estrutura do telhado de sua casa e para artesanato, além do óleo como combustível para lamparinas.

O trabalho com os sistemas agroflorestais trouxe algumas mudanças no manejo das culturas por parte dos camponeses em Paraty, e uma dela refere-se à interrupção do uso do fogo, uma prática comum no preparo do solo, como relata Francisco:

Antes eu queimava a terra, carpia<sup>60</sup> (...) Já na agrofloresta a gente não queima o cisco, a vantagem é essa; a gente perde um pouquinho onde estão os tocos, as folhas, mas hoje onde estão as folhas eu planto batata doce (Francisco).

Nas visitas aos sistemas agroflorestais foi possível constatar a ampla diversidade existente nos diversos desenhos empregados, com a produção em uma mesma área ou talhão de uma ampla diversidade de alimentos e plantas medicinais, além de espécies para produção de madeira. Milho, feijão, mandioca e hortaliças, frutas como graviola, mamão, jaca, manga, carambola, banana, cacau e cupuaçu, o café e o palmito pupunha, os frutos da juçara, e espécies arbóreas para produção de óleos medicinais como copaíba, estão presentes nos sistemas agroflorestais visitados, e garantem o equilíbrio da produção para garantia da segurança alimentar, e a venda de excedentes para o mercado, inclusive na forma de produtos agroindustrializados, gerando renda para as famílias.

---

<sup>59</sup> Do tupi. Árvore da família das leguminosas, Cesalpinioídea (*Schizolobium parahyba*), largamente cultivada pela beleza e elegância, de tronco retilíneo liso, e ramificado apenas no ápice, flores amarelas e pouco visíveis, ao contrário das grandes folhas penadas, e cujo fruto é uma vagem obovada, com grandes sementes duríssimas. A madeira, branca, leve e mole, serve para caixotes e para polpa de celulose. [Var.: *bacurubu*, *guapurubu*, *guapuruvu*, *guapiruvu*.] (Ferreira, 2004:1010).

<sup>60</sup> O mesmo que capinar uma lavoura.

Durante uma caminhada transversal<sup>61</sup> em seu sítio, Manoel assinala a diversidade existente em seu sistema agroflorestal, e destaca a importância da produção obtida em seu agroecossistema para a garantia da segurança alimentar de sua família:

A variedade de frutíferas, tubérculos, folhosas, grãos; eu já cheguei a plantar milho, soja, sorgo, e quatro variedades de feijão. A gente tem o cuidado de plantar uma área com a semente mais específica (para aquela área). No meio disso tudo vai quiabo, pimentão, gengibre, chuchu, taioba, cará, batata doce, tudo no meio (do sistema agroflorestal). Quando vem o sombreamento, aí não adianta plantar (as culturas anuais) (...) A agrofloresta proporciona isso. Eu não vou 1 dia na roça sem trazer comida, a menos que não queira. Isso é muito importante (Manoel).

A recuperação de algumas variedades de espécies vegetais quase extintas também tem sido objeto de atenção e dedicação por parte dos camponeses em Paraty. Em uma das visitas de campo neste trabalho de pesquisa, o camponês João relata este trabalho de resgate:

Aqui tem um feijão que está nascendo, ele tem uma história. Eu estava procurando esse feijão, é o feijão “serra azul”, tão tradicional de Paraty, ele é dessa região, e que está extinto. Por acaso eu encontrei com uma pessoa que me vendeu, ele trouxe de Cunha (SP). Porque a gente está acostumado a plantar só 2 tipos de feijão, mas conhecemos vários (João).

Da mesma forma, o retorno da biodiversidade local, da fauna principalmente, tem sido relatada por vários camponeses depois da implantação de seus sistemas agroflorestais. A presença da fauna local como disseminadora de sementes é frequentemente notada nos agroecossistemas camponeses visitados, com a presença de aves e roedores, inclusive de espécies consideradas em vias de extinção, como relatam João e Francisco durante uma caminhada transversal por seus sítios:

Muitas espécies nativas já estão nessa área, o passarinho já fez esse trabalho, fez uma caminhada e vi muitas bicuíbas<sup>62</sup>, as nativas que o passarinho consegue distribuir. A juçara nem preciso falar, a sabiá faz isso (a propagação) com muita propriedade, e o tucano também, como tem tucano agora, tá uma loucura! O

---

<sup>61</sup> A caminhada transversal é uma ferramenta metodológica empregada para obter informações sobre os diversos elementos que compõe um agroecossistema, com objetivos de pesquisa, elaboração de um diagnóstico participativo, etc. Durante o percurso vão sendo observados os diversos elementos que compõe um agroecossistema, nas suas várias zonas geográficas (morro, encosta, baixada, etc). São feitos todos os registros possíveis (gravação, fotos, vídeo), ouvindo e perguntando ao agricultor responsável pelo manejo agrícola (ver em Geilfus, 1997:41).

<sup>62</sup> Árvore da família das miristicáceas (*Myristica bicuhyba*), de flores apétalas e bagas verde-alaranjadas, cuja madeira se usa para vigas, marcenaria e ripas, sendo a seiva do caule e a casca empregadas na medicina popular; bicuíba, bicuíba-vermelha, bocuba, bocuuvaçu, bocuiabá, bucuuva. (Ferreira, 2004:294)



araçari<sup>63</sup> voltou agora, tá nos estudos do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), no passado estava em extinção, hoje de manhã estava vendo muito araçari comendo fruto de pupunha. Então tem que plantar pupunha para o araçari comer, porque ela não se propaga de jeito nenhum, o fruto que cai no chão a cotia come tudo. É impossível não alimentar os pássaros, não alimentar os bichos. (João)

Isso aqui (a espinheira santa) é bom pra gastrite, para úlcera, antigamente eu ia longe buscar, agora o pessoal vem aqui na minha porta buscar. Quem trouxe para cá foi o morcego, ele que plantou isso aqui. Quando eu capinava não tinha mais nada. Tem um pássaro chamado trocá, parece um pombo, aquele pássaro só dá na mata virgem, é difícil, mas já aparece lá em casa. Ele come a pupunha, desce no chão, a agrofloresta traz tudo para casa da gente, os bichos. (Francisco)

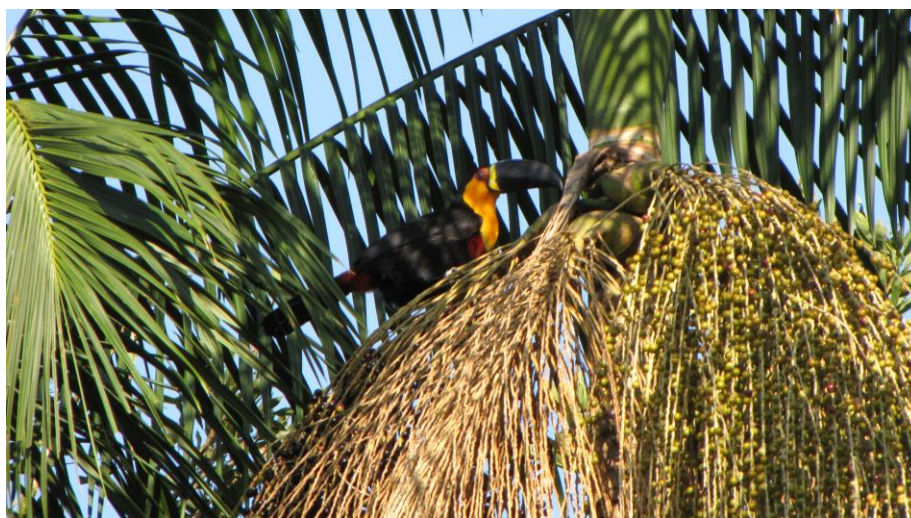


Foto 2: Tucano se alimentando dos frutos da palmeira juçara, Quilombo do Campinho/Paraty, abril de 2010. Foto do autor.

3.2.3) Mutirões como expressão da reciprocidade camponesa: breve histórico até os atuais mutirões agroecológicos.

Ao abordar as formas de solidariedade na sociedade caipira, Candido (2010: 81,82) cita o mutirão como a mais importante demonstração de trabalho coletivo, indicando, por exemplo, que os limites de um bairro como agrupamento territorial seriam “traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua”, sendo “membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades”. Como não existe

---

<sup>63</sup> Do tupi. Ave piciforme, ranfastídea, gêneros *Pteroglossus*, *Bailloni* e *Selenidera*, das matas virgens brasileiras, cujas ventas são visíveis na superfície do bico, e que se alimentam de pequenos frutos e bagas na floresta; tucani, tucaninho, tucanuí. (Ferreira, 2004:175).

uma remuneração direta, fica uma obrigação moral por parte do beneficiado em corresponder ao chamado futuro daqueles que o auxiliaram no presente.

Por sua vez, ao mencionar a formação da “área cultural caipira”, composta pelas populações dispersas e desarticuladas na região centro sul do Brasil, Ribeiro (2006) destaca a importância crucial da instituição do mutirão como forma de apoio mútuo para “execução de tarefas mais pesadas, que excediam das possibilidades dos grupos familiares”. Essas tarefas incluíam a ajuda para o preparo de áreas para plantio de lavouras, para limpeza e tratamentos culturais, nas tarefas de colheita de feijão e arroz, e também para trabalhos domésticos, como construção e reparos de moradias, pontes e manutenção de estradas.

No caso dos aspectos de cooperação e solidariedade especificamente na cultura caipara, por exemplo, Diegues também cita a ocorrência do mutirão como forma de ajuda mútua no território, principalmente na realização de trabalhos mais pesados, como o plantio de uma roça grande, ou na colheita do arroz. Neste caso os mutirões ocorriam:

“em geral nos finais de semana, quando os vizinhos atendiam ao chamado para cooperar com o sitiante necessitado”, e “não tinham somente uma função produtiva, mas facilitava o contato entre as pessoas, estreitava os laços sociais, e permitia a troca de informações e, às vezes, namoros e casamentos”. (Diegues, 2005:296-297)

Um traço marcante da agricultura camponesa em Paraty é justamente a ocorrência dos mutirões<sup>64</sup> como forma de ajuda mútua, a qual se relaciona tanto à reciprocidade na produção (limpeza e preparo de áreas para implantação de culturas ou viveiros de mudas, por exemplo), quanto na vida familiar (construção ou reforma de casas, igrejas ou cercas, dentre outras finalidades).

Através de alguns relatos feitos pelos camponeses mais idosos entrevistados neste trabalho de pesquisa, como Antônio e Francisco, tomamos conhecimento de que os mutirões já existiam pelo menos desde as décadas 1950 e 1960, principalmente para preparo da terra e implantação de lavoura. Mais tarde, nas décadas de 1980 e 1990, o mesmo Francisco relembra os mutirões realizados dentro das áreas desapropriadas para reforma agrária, como São Roque, Taquari e Barra Grande, também para preparo da

---

<sup>64</sup> Também chamado de ajutório, putirão e troca-troca, na região litorânea da região sudeste (Diegues, 2005:296, 297). Com base em Beaurepaire, Sabourin (2009:66) diz que a palavra mutirão tem origem no guarani *potirom*, que significa “mãos à obra”.

terra e plantio de lavouras: “Aí nós passamos a trabalhar com mutirão, e essa área daqui era área comunitária, fizemos um grupo de 21 pessoas”.

Já no final da década de 1990 e durante a de 2000 os “mutirões agroecológicos” foram de grande utilidade tanto para a construção dos viveiros de mudas para a formação dos SAFs em Paraty, como na própria implantação destes. Naqueles momentos os mutirões atuaram como uma forma de resgatar e trazer visibilidade a vários agricultores que continuavam com suas práticas tradicionais em Paraty, mas que estavam imersos num processo de invisibilidade, principalmente diante dos discursos dos gestores das unidades públicas de conservação ambiental, quando estes afirmavam que não havia mais agricultura em Paraty. Então os mutirões representavam a possibilidade desses agricultores em dialogarem sobre a permanência da agricultura que eles desenvolviam, trazendo à luz as experiências com as agroflorestas e, dessa forma, a própria Agroecologia.

Naquele momento agricultores de várias comunidades foram articulados ao redor deste trabalho, e a Secretaria Municipal de Agricultura de Paraty, juntamente com o programa de residência agrônoma (da UFRRJ), viabilizava meios para que esses agricultores se encontrassem com mais frequência, como oferecer uma logística de transporte para esses agricultores pudessem circular dentro do município. Por exemplo, um agricultor da comunidade do Patrimônio, possuidor de um domínio usual das práticas agroecológicas, ia participar de um mutirão no sítio de outro agricultor, localizado em São Roque<sup>65</sup>; então nos mutirões, cada agricultor em seu sítio definia ali qual a área que ia ser plantada, e a partir daí o coletivo (de agricultores) dialogava entre si sobre quais as possibilidades de trabalho que podiam ser adotadas dentro daquela área. Esse grupo gastava um dia de trabalho de troca de serviço, numa área em que se o agricultor fosse plantar sozinho levaria aí uns quinze dias, confirmando o que Antônio Candido menciona sobre esta prática, quando diz que ela “soluciona a questão da mão de obra nos grupos de vizinhança, suprimindo as limitações da atividade individual ou familiar” (Candido, 2010:81,82).

Portanto, além do benefício relacionado ao aumento do rendimento do trabalho, havia também uma troca de experiências, e que era baseada no conhecimento de novas técnicas. Por exemplo, o emprego de uma capina seletiva, ou do espaçamento adequado de plantio (e a razão para o uso desse espaçamento), ou a aquisição do conhecimento

---

<sup>65</sup> Nota do autor: as comunidades distam aproximadamente 40 quilômetros uma da outra.

tanto da função ecológica quanto da função produtiva de uma determinada espécie dentro do agroecossistema.

Os mutirões representaram uma oportunidade para o fortalecimento desses agricultores, os quais muitas vezes estavam isolados em suas comunidades. No entanto, na entrevista com um dos técnicos responsáveis pelo acompanhamento aos agricultores camponeses em Paraty desde as décadas de 1990 e 2000, percebemos que os mutirões têm outros papéis para além da dimensão produtiva, como o de revitalização cultural, e fortalecendo a coesão social de um grupo (Sabourin, 2009):

A Agroecologia traz à luz não só essa questão produtiva, mas a manutenção do espaço de convivência, espaço de moradia, e que vão estar ligados também às práticas de revitalização e manutenção cultural, como o fandango<sup>66</sup>, a ciranda caiçara<sup>67</sup>, e que trazem a tona o modo de vida dessas comunidades. A Agroecologia traz à luz essas expressões culturais, e o mutirão é uma expressão disso: o pessoal se encontrava para uma conversa, fazer uma comida juntos, um falava da música, outro do tambor, outro falava do material do qual se fazia o tambor, a rabeca, os instrumentos musicais que eram utilizados pelo fandango, e que continuam sendo utilizados até hoje.

Os mutirões continuam hoje em Paraty na lógica das trocas de dias de serviço, para a implantação e manejo das lavouras, como por exemplo, o mutirão ocorrido em 21 de abril de 2015, quando cerca de 15 agricultores se reuniram no sítio de um agricultor no Sertão de São Gonçalo para um trabalho coletivo de roçada, visando ralejar o sub bosque da floresta, a fim de permitir o desenvolvimento de palmeira juçara e a introdução de outras espécies com potencial produtivo.

---

<sup>66</sup>. Palavra de origem espanhola, possui dentre outros significados o de “baile popular, especialmente rural, ao som da viola ou da sanfona, e no qual se executam várias danças de roda e sapateadas, alternadas com estrofes cantadas, durante as quais a dança pára” (Ferreira, 2004:872). Em Diegues (2005:298) é descrito como “... bailes animados por violas, cavaquinhos, rabecas, pandeiros, violões e adufos, nas casas dos moradores da vila, dos mais pobres aos mais abastados”.

<sup>67</sup> Ciranda caiçara = dança de roda, tradição em diversos estados do Brasil, como no litoral de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Em Paraty a ciranda reflete a origem cultural caiçara com traços expressivos da colonização brasileira, e remete às danças europeias de salão, e às palmas e batidas indígenas (ver em < <https://cirandacaicaradeparaty.wordpress.com/about/>>, acesso em 14/07/2015).



Foto 3: Mutirão agroecológico ocorrido no sítio do agricultor Israel Fraga Filho, no sertão de São Gonçalo/Paraty, em abril de 2015. Foto gentilmente cedida por Renato Silva, bolsista do projeto NIA/UFRRJ, em agosto de 2015.

Mas na verdade seus benefícios vão além da cooperação produtiva e laboral, pois os mutirões agroecológicos tem servido também como espaços de intercambio de conhecimentos, de circulação de ideias e expressão de sentimentos, como nos relata o camponês Francisco:

A maioria aqui é sozinho, então o mutirão vem dar uma força para a gente... igual hoje aqui, nós viemos fazer o plantio de canteiros. Sozinho (*o agricultor*) ele até faz, mas é bem demorado. No mutirão a gente pede informações... O mutirão está sendo muito útil, não só para o agricultor que recebe, mas para quem está indo (*participar*). Esse ano (*2015*) a gente começou o mutirão com 12 pessoas, no último tivemos 38 agricultores. Então tá aumentando, e tem gente querendo participar, não quer nem (*o benefício do*) o mutirão na casa dele, mas quer só participar. Porque é uma coisa que está dando resultado, e não é só limpar (*o terreno*), é como experiência, trocar uma ideia.

### 3.2.4) Manejo da juçara: novas possibilidades de manejo dos recursos naturais nos territórios do bioma da Mata Atlântica<sup>68</sup>.

A palmeira juçara (*Euterpe edulis* Mart.)<sup>69</sup> é típica da mata pluvial atlântica, com distribuição bastante regular em toda a floresta, tanto nas planícies aluviais como nos vales e encostas. É considerada uma espécie chave para a manutenção da biodiversidade das florestas deste bioma, já que serve de alimento para mais de 70 espécies de animais e aves. O processo de exploração predatória do palmito da juçara representou uma opção de renda para muitas famílias de agricultores e comunidades, mas acabou levando esta espécie ao risco de extinção em praticamente todo o domínio da Mata Atlântica. Embora atualmente proibida por lei, a retirada de forma clandestina do palmito ainda permanece até hoje. No entanto, a possibilidade mais recente de uso de seus frutos da juçara para a produção de polpa, de forma similar ao que acontece com o açai (*Euterpe oleracea*) produzido na Amazônia, confere a aquela espécie uma posição de destaque, oriunda da sua multifuncionalidade ecológica e socioeconômica.

---

<sup>68</sup> Este tópico foi baseado em sua maior parte no artigo de Oliveira et al (2014), no qual o autor do presente trabalho de pesquisa interagiu como um dos integrantes do grupo de trabalho que editou a publicação “*Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro: cadernos de experiências agroecológicas*”, AS PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, Rio de Janeiro, 250 p. 2014. O conteúdo do texto também foi construído como fruto do processo de observação participante do autor, em acompanhamento às atividades do núcleo da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro – AARJ na região da Costa Verde, desde 2006.

<sup>69</sup> Planta perenifólia da Família Palmae, também chamada de palmito-juçara e içara, com altura de 8 a 15 metros, com estipe (tronco) de 10 a 20 cm de diâmetro e, característica da mata pluvial atlântica, onde ocorre de maneira expressiva e muitas vezes dominante no segundo estrato arbóreo da floresta primária. Ocorre do sul da Bahia e Minas Gerais até o Rio Grande do Sul na floresta pluvial atlântica, e em outros estados das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste na mata ciliar. Embora a madeira seja utilizada em construções rurais, como ripas, caibros, escoras e calhas para condução de água, seu principal produto é a cabeça do estipe, conhecido como palmito, e utilizado na alimentação humana (Lorenzi, 2002:295).





Foto 4: Quintal agroflorestal com palmeiras juçara, Quilombo do Campinho/Paraty, abril de 2010. Foto do autor.

Concomitantemente a esta possibilidade de utilização multifuncional dos frutos da palmeira juçara, inicia-se a partir de 2005 um movimento de reorganização política das comunidades quilombolas nos municípios de Paraty e Angra dos Reis (no Rio de Janeiro), e em Ubatuba (no estado de São Paulo). Esta ação auxilia a construção de uma identidade territorial comum a partir de uma rede, e fortalece a estratégia política de resistência destas comunidades. Neste contexto se constrói e se organiza o projeto “Protagonismo Juvenil no Fortalecimento das Comunidades Quilombolas e Promoção da Palmeira Juçara”, aprovado junto ao Programa de Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente – PDA/MMA, com o objetivo de estimular e envolver a juventude quilombola nos processos de organização comunitária e intercâmbio cultural permanente, através de uma campanha de valorização da palmeira juçara, não só como espécie chave no ecossistema, mas também como alternativa para a segurança e soberania alimentar nas cinco comunidades quilombolas envolvidas nessa construção: Quilombos do Campinho da Independência, do Cabral, e de Santa Rita do Bracuí, em Paraty e Angra dos Reis (Rio de Janeiro), e os Quilombos da Fazenda e de Cambury, estes últimos em Ubatuba (São Paulo).

O projeto teve início no final de 2007, foi concluído no final de 2010, e seu foco de ação se deu através de três linhas: Juventude, Organização Comunitária Quilombola, e Manejo da Palmeira Juçara. Essas estratégias de atuação aconteceram a partir da consolidação e difusão da agroecologia, através da formação de agentes locais nas comunidades quilombolas envolvidas, estimulando o repovoamento da palmeira juçara

em sistemas agroflorestais, o enriquecimento produtivo da vegetação de capoeira e o manejo florestal comunitário.



Foto 5: Colheita dos frutos da palmeira juçara realizada por jovens do Quilombo do Campinho/Paraty, abril de 2010. Foto do autor.

A efetivação dos objetivos propostos no PDA requereu um esforço centrado na capacitação e animação permanente dos agentes locais escolhidos pelas comunidades, e para isso formou-se em cada comunidade as equipes de agentes locais, cada uma com no mínimo cinco jovens, que passaram a ser identificados como protagonistas. Nos módulos do curso de formação foram abordados os princípios, fundamentos e técnicas que possibilitaram a formação de agentes de desenvolvimento comunitário de base sustentável. À partir de uma abordagem teórica mais ampla fundamentada na Agroecologia e no desenvolvimento sustentável, foram desenvolvidas atividades e experiências práticas sobre temas mais pontuais e específicos que possibilitassem integrar tais conhecimentos a realidade socioambiental de cada comunidade.



Os impactos decorrentes das ações do PDA do Protagonismo Juvenil podem ser percebidos através do incremento nas atividades de promoção da palmeira juçara no território, as quais já vinham ocorrendo em Paraty desde 2006, como ação da Associação de Moradores do Quilombo Campinho da Independência - AMOQC e, em Ubatuba, por incentivo e empenho do Instituto de Permacultura da Mata Atlântica – IPEMA, desde 2005. Estas ações têm apontado para a construção de novas possibilidades de manejo dos recursos naturais no bioma da Mata Atlântica, através de uma espécie que contribui para a recuperação de nascentes e matas ciliares, para a recomposição e conservação de florestas na Mata Atlântica e, também, representa inclusão social, valorização étnica e cultural.

Outro impacto positivo decorrente das ações do PDA relaciona-se ao envolvimento dos jovens das comunidades quilombolas integrantes do projeto, onde eles desempenharam um papel de protagonistas em todas as fases do ciclo de produção da polpa da juçara, proporcionando um desejável encontro de gerações, uma vez que os responsáveis pelas áreas de coleta são geralmente pessoas mais idosas, os quais em sua grande maioria, até então, nunca tinham dedicado sua atenção para o uso dos frutos. Neste mesmo sentido o projeto contribuiu também para integração das mulheres aos mutirões para coleta e despolpa dos frutos.

Uma vantagem do manejo da juçara para a produção da polpa do fruto, em relação ao manejo para extração do palmito, é que a retirada deste implica na morte da planta, que leva de cinco a oito anos para chegar a um estágio de corte. Por outro lado, a coleta de fruto pode ser feita aproximadamente a partir dos sete anos, e dessa forma tem-se a coleta ano após ano com a mesma planta, pois não é necessário cortá-la. Outro fator relevante é que os frutos depois de serem despulpados fornecem como produto não só a polpa para ser consumida como alimento<sup>70</sup>, mas também uma grande quantidade de sementes viáveis que podem ser utilizadas para incremento das populações dessa espécie, e repovoamento de áreas onde ela foi extinta, inclusive em locais aonde não há

---

<sup>70</sup> Diversos trabalhos científicos tem atestado a excelente qualidade nutricional dos frutos da juçara, o que justifica a sua contribuição à segurança alimentar das populações presentes no território, como fonte de renda dessas populações e também, mais recentemente, a sua entrada como alimento a ser fornecido às escolas através do PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar. Mais detalhes sobre o papel da polpa de juçara na segurança alimentar estão presentes no capítulo 5 do presente trabalho de pesquisa.

mais capacidade de repovoamento natural e implantação em diferentes sistemas produtivos<sup>71</sup>.

O manejo dos frutos da palmeira juçara para obtenção da polpa como alimento, e também como para produção de sementes, traz uma importante contribuição na conservação desta espécie, e também das florestas nativas do bioma Mata Atlântica de forma mais ampla<sup>72</sup>. O consumo de polpa de juçara contribui diretamente para a produção de sementes que serão utilizadas para o plantio e repovoamento da espécie, uma vez que, quanto maior a produção de polpa, maior a possibilidade de comercialização e, maior a oferta de sementes viáveis e maior geração de mudas. Toda essa “linha de produção” da polpa, das sementes e das mudas, além de permitir a diversificação no processo de geração de renda para as comunidades, auxilia de maneira direta na recuperação da espécie e, conseqüentemente, nas ações de conservação da Mata Atlântica.

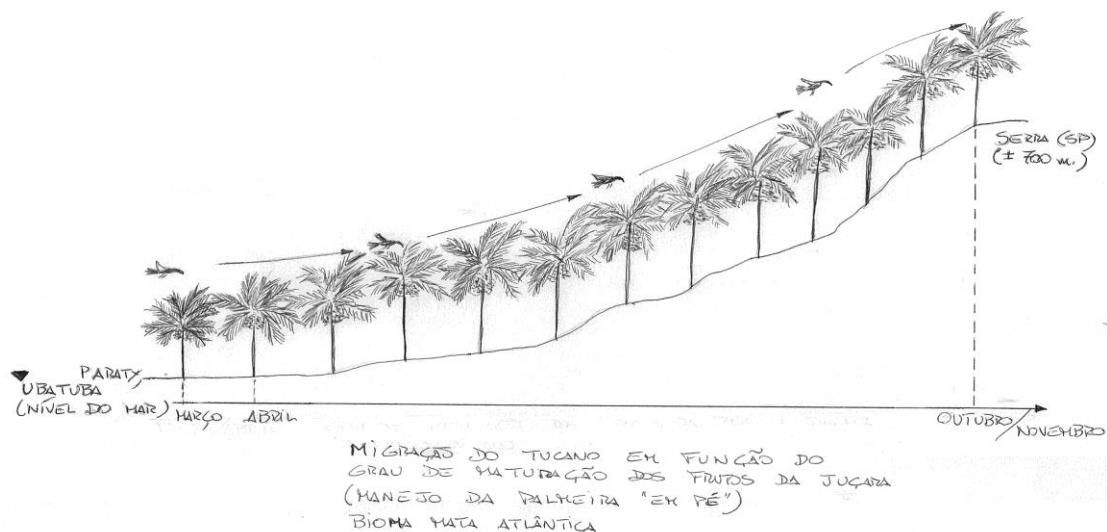
Com o repovoamento da espécie o processo de sucessão ecológica das florestas secundárias é ser dinamizado, já que a fauna encontra abrigo e alimento para poder promover a dispersão de espécies na floresta. Um bom exemplo desta dinamização vem do trabalho de dispersão de sementes promovido pelo tucano<sup>73</sup>, uma ave que se alimenta dos frutos da juçara na região litorânea, e carrega consigo os frutos ao migrar para a região de altitude mais distante da costa, dispersando-os por uma larga faixa na região sudeste do país (quadro 1).

---

<sup>71</sup> É importante também mencionar a existência de um projeto desenvolvido em 2011 para o repovoamento das palmeiras juçara e guaricanga em cinco aldeias indígenas guarani-mbya nos municípios de Paraty e Angra dos Reis. Esta foi uma iniciativa realizada com base numa parceria da EMATER RIO, Sociedade dos Amigos do Museu do Índio, FUNAI (Fundação Nacional do Índio), as associações indígenas locais e as prefeituras municipais de Paraty e Angra dos Reis. Foram plantadas 29.500 mudas, além de outras ações de formação de pomares e implantação de tanques de piscicultura, para melhoria das condições de segurança alimentar nas aldeias. Informação fornecida pelo técnico da EMATER RIO Humberto Pereira da Silva, em 24 de janeiro de 2012.

<sup>72</sup> Em 1 litro de polpa da fruta são gerados aproximadamente 1,5 Kg de sementes, que podem resultar de 1.000 a 1.500 plantas. Essas sementes podem ser plantadas diretamente na base de 5 a 30 Kg por hectare, dependendo das condições de clima, solo, vegetação e disponibilidade de mão de obra.

<sup>73</sup> Palavra de origem tupi. Ave piciforme, ranfastídea, da qual há quatro espécies brasileiras reunidas no gênero *Ramphastos*, tendo *R. monolis* seis subespécies. Alimentam-se de pequenos frutos e, não raro, pilham ninhos de outras aves. São sociais, e vivem em pequenos bandos (Ferreira, 2004:2004).



Quadro 1: Percurso migratório do tucano, em função do grau de maturação dos frutos da juçara, ao longo do ano. Ilustração do autor, a partir de informações fornecidas em abril de 2010 por Miguel Correa, então técnico da Secretaria Municipal de Agricultura de Paraty.

O manejo da palmeira juçara trouxe também consigo a discussão sobre a adoção do manejo agroflorestal no território, o qual inicialmente foi objeto de alguma rejeição por parte dos agricultores. Muitos questionavam a implantação de um sistema com o plantio de mais árvores, se já existiam ações de controle e proibição do corte de vegetação em suas áreas de plantio por parte dos órgãos de controle ambiental na região.

No entanto, à medida que as agroflorestas iam sendo implantadas, os agricultores se convenciam da importância e adequação dos sistemas agroflorestais ao ecossistema. Para isso, contribuíram também as visitas de intercâmbio às comunidades com sistemas agroflorestais já implantados, principalmente em São Paulo. Lá puderam ver e ouvir os relatos favoráveis a essa forma de manejo com os sistemas agroflorestais, inclusive a segurança de seu uso diante dos órgãos de fiscalização ambiental.

Já no estado do Rio de Janeiro, e a partir de uma necessidade dos agricultores que manejam sistemas agroflorestais, com apoio da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro - AARJ e de técnicos do INEA – Instituto Estadual do Ambiente, tem início em 2011 uma discussão para a construção de um marco legal para a regulamentação do

uso de SAFs no Estado do Rio de Janeiro. Para isso foi constituído um grupo de trabalho composto de técnicos e agricultores, o qual trabalhou durante 3 anos para a elaboração de um documento que tinha os seguintes objetivos: dar segurança jurídica para o manejo agroflorestal e para a prática do pousio, sendo este entendido como uma prática agroflorestal sequencial; regularizar os SAFs já implantados e, sobretudo, não criar regras que afastassem os agricultores da regularização.

O esforço deste grupo de trabalho foi a elaboração da resolução 86/2014 (de 29/01/2014), do INEA, a qual define critérios e procedimentos para a implantação, manejo e exploração de sistemas agroflorestais e para a prática do pousio por parte de agricultores familiares no estado do Rio de Janeiro, com a possibilidade de seu uso em áreas de preservação permanente, assim definidas no Código Florestal.

O artigo 2º desta resolução define sistemas agroflorestais como sistemas de produção agropecuária de uso e ocupação do solo, em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras e/ou em integração com animais, em uma mesma unidade de manejo, de acordo com um arranjo espacial e temporal, com diversidade de espécies e interações entre estes componentes.

A partir deste dispositivo jurídico, há então o início de um processo de empoderamento por parte dos agricultores, pela forma de manejo adotada com os sistemas agroflorestais, a compreensão da própria Agroecologia, e toda a sua contribuição à sustentabilidade do ecossistema. Os agricultores de Paraty começam a perceber a Agroecologia como uma possibilidade e um caminho para direcionar a produção agrícola tradicional em Paraty, e os sistemas agroflorestais são atualmente a expressão deste caminho.

O manejo dos frutos da palmeira juçara para extração tanto da polpa alimentar como das sementes, pode ser considerado como uma importante estratégia de conservação desta espécie e das florestas nativas, aliando também o potencial socioeconômico (geração de renda) com contribuições para a segurança e soberania alimentar das comunidades presentes na Mata Atlântica. O estímulo para manejo dos frutos, ao invés da extração do palmito, pode contribuir consideravelmente para reduzir a pressão sobre esta espécie, e favorecer a resolução de conflitos socioambientais relacionados ao uso de recursos naturais por comunidades em áreas de conservação ambiental.

### 3.3) Considerações acerca do capítulo.

Baseado na análise do trabalho de campo (observação participante do autor e realização de entrevistas em profundidade) foi possível constatar a importância decisiva do trabalho de assessoramento técnico com enfoque agroecológico, efetuado inicialmente por um extensionista social da EMATER RIO e, posteriormente, pelos alunos da residência agrária da UFRRJ, realizado junto aos agricultores e às comunidades rurais de Paraty a partir dos anos de 1990. A execução deste trabalho de intervenção foi feita em bases distintas do difusionismo tecnológico próprio da Revolução Verde, e que buscou identificar e valorizar o conhecimento tradicional pré-existente em muitos agricultores no território, numa expressão concreta da necessidade da dialogicidade entre o saber camponês e o conhecimento acadêmico. Aliado a isso, a execução (em sequência) na mesma época de três projetos de fortalecimento da Agroecologia no território imprimiu dinamismo às práticas agroecológicas em Paraty, e contribuiu para ampliar a visibilidade de uma agricultura camponesa no território, outrora praticamente esquecida diante das políticas públicas.

Nas visitas a campo também foi possível constatar que a existência de cerca de quarenta sistemas agroflorestais atualmente em Paraty é consequência direta deste trabalho de Ater com enfoque agroecológico, realizado a partir dos anos de 1990, e que apresenta pelo menos dois aspectos significativos para o fortalecimento da condição camponesa entre os agricultores de Paraty. O primeiro deles relaciona-se ao fato de que o manejo empregado nos sistemas agroflorestais tem sua base nos saberes locais já existentes na agricultura tradicional, e que atualmente é estruturado pelo conhecimento experimental concreto realizado através das práticas cotidianas dos camponeses. Está presente na forma camponesa de manejo socioambiental o conhecimento sobre os processos dinâmicos da Natureza, como os ciclos lunares, a erosão dos solos, a variação nos níveis freáticos, os eventos climáticos, os ciclos da vida das diferentes espécies, e os períodos de floração e frutificação. Da mesma forma é visível o conhecimento camponês acumulado sobre o processo de sucessão ecológica na recuperação ou regeneração dos ecossistemas, como ocorre no manejo com os SAFs.

Esta forma de conhecimento é amplamente desenvolvida pelos camponeses de Paraty em seus agroecossistemas, e é decorrente não só da observação dos recursos naturais, senão também da aprendizagem empírica da experimentação. Neste processo os camponeses aplicam os princípios agroecológicos, e escolhem as melhores alternativas e soluções pelo método de ensaio e erro, sempre vinculados aos seus comportamentos práticos de sua vida cotidiana. Desta forma existe uma clara conexão entre a gestão dos recursos naturais pelos camponeses e sua própria cultura, ou seja, a sua forma de fazer agricultura.

O segundo aspecto se relaciona a existência de uma racionalidade ecológica na apropriação dos recursos naturais por parte dos camponeses em Paraty, tanto no manejo de suas agroflorestas como no aproveitamento dos frutos da palmeira juçara. Esta racionalidade ambiental é amplamente visível no desenho dos agroecossistemas, e na presença dos ciclos fechados de produção, com aporte mínimo (ou mesmo inexistente) de insumos externos. Isso se reflete na garantia de uma produção estável ao longo do tempo, com a presença de elementos de sustentabilidade, como produtividade, estabilidade e diversidade biológica. As agroflorestas e os quintais agroecológicos representam agroecossistemas sustentáveis para manutenção da base de recursos e, portanto, de reprodução social do campesinato em Paraty, contribuindo consequentemente para sua permanência no território, inseridos em seus modos de vida. A estratégia multiuso do território e a diversidade existente são também uma garantia para a segurança alimentar das famílias camponesas, e uma redução do risco frente às adversidades.

As experiências protagonizadas pelos camponeses de Paraty indicam fortemente que as bases da Agroecologia se assentam nos agroecossistemas manejados por eles, ou dito de outra forma, que o enfoque agroecológico se dá inicialmente nos sítios e unidades de produção camponesas, muito antes das estações experimentais de pesquisa agrícola, e sempre a partir da práxis dos camponeses. A contribuição das experiências protagonizadas pelos agricultores em Paraty para a construção e conhecimento agroecológico é ampla e diversificada. Ela tem se fortalecido através da participação frequente de estudantes, professores, técnicos e agricultores, em estágios de vivência e em visitas aos agroecossistemas em Paraty, algumas vezes em decorrência de atividades realizadas através de projetos de fortalecimento da Agroecologia executados dentro das universidades públicas. Outra forma tem sido a participação de alguns agricultores de

Paraty nas redes e espaços de articulação em torno da Agroecologia, em âmbito estadual e nacional, dinamizando o processo de intercâmbio de conhecimentos.

Uma observação feita através das visitas de campo foi a constatação do ressurgimento dos mutirões como forma de apoio mútuo e expressão da reciprocidade camponesa em Paraty. Embora os relatos indiquem a ocorrência desta prática desde os anos 1950, os mutirões tem atualmente uma importância decisiva para a articulação dos camponeses em torno da Agroecologia, e o número crescente de participantes atesta este interesse. Muitos agricultores contam que os benefícios da participação nos mutirões vão além da cooperação produtiva e laboral, tendo sua utilidade também como espaços de circulação de conhecimentos e intercâmbio de ideias.

#### **Capítulo 4 - Redes sociotécnicas e movimentos sociais no território.**

Neste capítulo está o outro eixo deste trabalho de pesquisa também relacionado à dimensão sociopolítica da Agroecologia, cujos componentes são as redes sociotécnicas e a atuação dos movimentos sociais no território.

Inicialmente são apresentados os referenciais teóricos, os quais se baseiam em abordagens sobre o conceito e as características das redes, com destaque para aquelas que são potencializadas pelas TIC – tecnologias de informação e comunicação, e são denominadas redes sociotécnicas. Neste item também se evidencia a estreita relação das redes com a dinâmica dos movimentos sociais, os quais são compreendidos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural.

A seguir são apresentadas as análises a partir das informações de campo, as quais identificam pelos menos quatro expressões da presença dos movimentos sociais e de organização em redes em Paraty. A primeira delas está relacionada às dinâmicas locais de atuação da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro – AARJ em Paraty, cujas iniciativas ocorrem tanto como movimento como prática agroecológica, dentro de uma concepção de rede e interligada à outra mais ampliada, como a ANA.

Os dois subitens seguintes apontam para expressões de novas configurações da sociedade civil organizada, e que muito embora possuam uma atuação política, estão mais centradas nos vínculos sociais e comunitários. São as redes sociais, com relação maior com as comunidades locais, as redes temáticas (ligadas às questões ecológicas e socioambientais, de gênero e geração, étnicas, dentre outras), além dos espaços de participação cidadã como os fóruns e as câmaras, estes dois últimos presentes em Paraty.

O Fórum de Populações Tradicionais – FPT de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba se apresenta como um espaço de representação e discussão de políticas públicas ligadas ao reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, e de melhoria de suas condições de vida. Assim, os temas objetos das ações do FCT foram sendo unificados, como a questão fundiária e os conflitos com os órgãos ambientais, o que fortalece a luta das populações dentro do território, e permite a visibilidade desses atores num cenário de constantes tensões e de ameaças frente ao capital imobiliário e às ações do Estado.



A Câmara Técnica das Populações Tradicionais e Unidades de Conservação do Mosaico da Bocaina é outro exemplo de nova configuração de organização da sociedade civil, cujo propósito principal é atuar na consolidação da identidade territorial, na articulação e no fortalecimento institucional, garantindo a participação dos diferentes grupos de interesse, de forma a influenciar as políticas públicas e a valorização da sociobiodiversidade. Seu colegiado atual é composto por três coordenadores, sendo que um deles é da Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho – AMOQC, em Paraty.

Por último, faz-se menção da presença recente do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis – OTSS como um espaço para o exercício da cidadania, e que visa o desenvolvimento de algumas ações integradas entre o poder público e os movimentos sociais, as quais têm trazido importantes contribuições para a melhoria das condições de vida das populações presentes no território. No campo político é significativo destacar o fato de que o OTSS apoiou a realização do “Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina – Territórios Tradicionais: diálogos e caminhos”, no 1º semestre de 2015, e que culminou com um posicionamento de dois procuradores da República, em direção à defesa do modo de vida tradicional, incluindo seus saberes e sua racionalidade ecológica, presentes no manejo socioambiental desenvolvida pelo campesinato existente no território.

#### 4.1) Referencial teórico:

Biodiversidade, movimentos sociais, capital e conhecimento, são conjuntos descentralizados e dispersos de processos que operam em muitos níveis, e através de múltiplos locais. Para Escobar (2008), nenhuma outra imagem atual reflete essa forma de articulação, e de maneira mais adequada, que a rede. Novos arranjos institucionais e de cooperação se estabelecem na gestão territorial, em forma de redes.

As dificuldades de definir a base conceitual de rede, devido ao caráter polissêmico do termo, seriam a causa tanto do seu êxito como do seu descrédito, e levam a imprecisões e ambiguidades, como alerta Milton Santos (2002). As redes não seriam apenas outra forma de estrutura, mas quase uma não estrutura, no sentido de que parte de sua força está na habilidade de constituir-se ou desconstituir-se de tempo em tempo.

Em seu livro *Territories of Difference*, Arturo Escobar (2008) diferencia dois tipos de teorias de redes. Num primeiro tipo o conceito de rede se ancora numa teoria social. Aí se encontra a aplicação da teoria de redes na sociedade atual, formulada por Manoel Castells (2005), onde este autor elabora uma distinção entre o espaço dos fluxos (as estruturas espaciais relacionadas aos fluxos de informação, símbolos, capital, etc.), e o espaço dos lugares. O espaço dos fluxos é composto por nós e hubs hierarquicamente organizados, conforme a importância de suas funções desempenhadas na rede. Segundo esta teoria, os lugares devem se articular em rede ou sucumbirão, e o poder reside apenas nos fluxos e nós estratégicos. Neste sentido, Escobar (2008) enfatiza que os movimentos sociais confirmam a centralidade do espaço dos lugares na constituição das sociedades.

Embora seja uma forma antiga de convivência social, as redes tomaram uma nova forma nos dias de hoje, ao transformar-se em redes de informação, revitalizadas pela internet. Desta forma, Castells (2005) atribui um papel fundamental às redes de telecomunicações, já que elas imprimem uma nova dinâmica social aos sistemas econômicos e políticos, proporcionando uma nova “morfologia social” da sociedade em rede emergente. Porém a existência das redes não está condicionada às tecnologias da informação, ou de qualquer outra tecnologia.

O objetivo primordial das teorias das redes ativistas é explicar como as redes surgem, como operam, e como são eficientes em suas ações. Escobar (2008) menciona que as redes são “organizadas para promover causas, ideias, princípios e normas, e elas frequentemente envolvem pessoas defendendo mudanças políticas”. O meio ambiente, os direitos humanos, e os movimentos de direitos das mulheres, exemplificam redes de defesa, as quais são frequentemente compostas pelas ONGs, fundações, igrejas, grupos de consumidores, e aqueles que possuem valores em comum. Elas operam através do compartilhamento de informações e “frame alignment” (alinhamento ou padronização de estruturas), a construção de estruturas compartilhadas de significados; elas pensam os cenários políticos nas perspectivas local, territorial, regional, nacional e transgovernamental.

Todos esses modelos são baseados na crença de que as pessoas podem fazer a diferença, e ressaltam importantes elementos de rede, como a centralidade das ONGs, os conflitos sobre políticas específicas, e o papel dos recursos e interesses compartilhados na construção de alianças. Como exemplo deste último, podem ser

citados os diversos momentos da convergência e compartilhamento de interesses entre os grupos sociais e os camponeses em Paraty, com o consequente estabelecimento de alianças entre os movimentos de resistência territorial e de luta pela terra, conforme relatado no capítulo 2 desta tese.

Auto-organização, teorias sobre agrupamento e autopoiesis<sup>74</sup>, constituem novas formas de pensamento sobre a organização do viver, o que inclui as redes e os movimentos sociais. Elas contrastam agudamente com modelos antiquados sobre a teoria e a vida social. Aplicando os fundamentos da complexidade aos processos sociais históricos, a argumentação realizada é que a vida social e econômica dos últimos séculos tem sido amplamente organizada numa lógica de ordem, centralização e hierarquia.

Diante dessa abordagem, Escobar (2008) identifica uma lógica diferente de organização social, a qual aponta claramente para dois domínios de interesse: as tecnologias digitais (o ciberespaço como universo de redes digitais, interfaces e interações), e os movimentos sociais. Começando pelo ciberespaço, enquanto a mídia moderna opera numa concepção de cima para baixo (verticalizada), num modelo de informação ação – reação, as Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC se baseiam numa estrutura totalmente interativa – um modelo relacional no qual os receptores são potenciais emissores, um espaço de interação dialógica. Como espaço para intercâmbio intercultural, e para a construção de estratégias artísticas e políticas, o ciberespaço reúne oportunidades sem precedentes para a construção de visões compartilhadas com pessoas do mundo todo. Esta visão enfatiza a micropolítica de produção do conhecimento, possibilitada pela “arquitetura fluida” do ciberespaço. A micropolítica consiste em práticas de mistura, reutilização e recombinação do conhecimento e da informação.

Esta visão se alinha com os princípios da complexidade e auto-organização, a qual enfatiza os processos ascendentes (bottom – up), onde os agentes que trabalham numa escala local ascendem para outro nível mais sofisticado e complexo. Estes sistemas podem responder mais efetivamente ao ambiente em mudança, onde as redes constituem a arquitetura básica da complexidade.

---

<sup>74</sup> Um sistema é autopoietico quando suas funções são organizadas para se renovar, como o que ocorre como uma célula biológica. Está relacionado a si mesmo, como também de muitos sistemas mentais e sociais. Ver em Maturana e Varela (2001).

Muitas teorias recentes sobre redes assumem que elas se referem somente à informação. Entretanto esta é uma visão restrita (moderna) que se baseia numa visão deformada da informação; na realidade existem muitos aspectos concretos do conhecimento e de redes. Com uma visão crítica baseada em Giles Deleuze e Felix Guattari, Escobar (2008) alerta que os pesquisadores das áreas sociais necessitam se mover para além das formas binárias, totalitárias, leis rígidas, racionalidades logocêntricas, produção consciente, determinação genética, ideologia e macropolítica, e abraçar de forma contrária a multiplicidade, a indeterminação, os traçados e as linhas de voo, os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização, a morfogênese, os rizomas, e a micropolítica.

Em artigo em que avalia o paradigma das redes como instrumento analítico, Samira Kauchakje *et al* (2006) partem de duas suposições: a primeira indica que a rede é um instrumento conceitual e metodológico potente para identificar e analisar fenômenos (ou comportamentos) que não se apresentariam sem esse instrumental. A segunda supõe que a força da rede está em perceber e possibilitar a análise de fenômenos heterogêneos, ou seja, que não podem ser analisados como integrantes de um único sistema.

A primeira suposição, a que trata da rede como instrumento conceitual e metodológico, é útil quando permite tanto organizar objetos e ações que não tem articulação evidente, revelando fenômenos de difícil percepção. Um exemplo neste caso seria o de um telefone ou um computador conectado à internet, que deixa de ser visto como um ponto final do sistema de telecomunicações, para analisá-lo como um ponto potencial de articulação de atores sociais ligados a uma causa, convertendo-o em um nó dentro de uma malha de comunicação. Esta última suposição embasa seu interesse na identificação e análise das redes que se formam pela articulação entre as entidades sociais e tecnológicas.

As estruturas hierárquicas tradicionais se contrapõe a atuação dos atores sociais através das redes com estrutura maleável e não hierárquica. No contexto atual, a organização em rede vem sendo empregada por entidades civis e como movimentos ambientalistas, ONGs, e por ações políticas globais e locais, estas com especial interesse para serem analisadas como redes urbanas.

Ao analisar a forma de atuação dos movimentos sociais como redes interorganizacionais e multitemáticas, Ilse Scherer-Warren (2007) examina os diferentes

níveis de demandas sociais e políticas oriundas dessas redes de movimentos, bem como as tensões e os desafios que enfrentam na busca de respostas à diversidade de suas pautas. A autora destaca a existência de três principais tipos de lutas ocorrem no interior dos movimentos sociais do campo: as demandas materiais/emergenciais do cotidiano das bases do movimento, a práxis de ressignificações simbólicas e políticas no movimento e na sociedade, e a elaboração e a política de reconhecimento de um novo projeto de sociedade. Para ela as três perspectivas das lutas se complementam, e são, ao mesmo tempo, geradoras de tensões e conflitos no interior dos próprios movimentos, e das articulações em redes mais abrangentes.

Em relação à atuação dos movimentos sociais por um novo projeto de sociedade brasileira, Scherer-Warren (2007) identifica três temáticas referentes à questão rural. A primeira delas refere-se à contraposição ao modelo de modernização agrícola, e neste aspecto estão os movimentos de atuação contra o agronegócio e a mercantilização da reforma agrária, contra a hegemonia dos grandes grupos e corporações de controle da produção, comercialização e distribuição da produção agrícola, e a favor de uma agricultura ambientalmente mais equilibrada e socialmente mais justa.

Uma segunda temática seria a dos movimentos que atuam em relação à propriedade da terra, e nela se incluem aqueles que lutam pela desapropriação de todos os latifúndios, incluindo as propriedades de estrangeiros e de bancos, e daquelas que se valem do trabalho escravo. Incluem-se aí também aqueles que lutam pela demarcação de todas as terras indígenas, e de comunidades remanescentes de quilombos.

A terceira temática de atuação dos movimentos sociais do campo no Brasil seria aquela relacionada à construção de novas relações no campo político com a sociedade, e com os movimentos sociais urbanos. Esta articulação passaria pelo fortalecimento dos movimentos sociais do campo em torno da Via Campesina, por exemplo.

Essas três temáticas originam múltiplas agendas políticas dos diversos movimentos, e os colocam diante de vários desafios, como o de buscar uma unidade mínima em torno de lutas comuns e a forma de encaminhá-las, considerada a heterogeneidade dos atores coletivos. Para construir essa unidade necessitam ampliar sua articulação política com atores sociais de outros territórios de referência (urbanos, latinoamericanos e globalizados). Para Scherer-Warren (2007), a tensão se dá entre as correntes que buscam uma unidade a qualquer custo, com o objetivo de construir uma frente única de contraposição organizada em relação ao sistema, e as que propagam a

construção de redes de movimentos com princípios norteadores para ações comuns, mas com uma ampla margem de respeito às diferenças e às diversidades das pautas de atuação.

Ao estudar os movimentos sociais na contemporaneidade, Maria da Glória Gohn (2011) indica que estes são como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que permitem de uma forma diferente a organização e expressão das pessoas diante de suas necessidades. Essas formas ocorrem através de diferentes estratégias, como aquelas inseridas num movimento de pressão direta (manifestações, marchas, passeatas, atos de desobediência civil, etc), até a pressão indireta. Atualmente os movimentos sociais atuam principalmente através das redes sociais, locais, regionais, nacionais e transnacionais, e se valem das novas TIC, como a internet: fazem o agir comunicativo, no dizer de Habermas. O processo criativo e o desenvolvimento de novos saberes são produtos atuais desta forma de comunicabilidade.

Parte destas redes tem sua origem (ou são potencializadas) pelas TIC – tecnologias de informação e comunicação, e são denominadas redes sociotécnicas, porque envolvem a constituição de uma organização entre agentes sociais, estimulada e mediada por instrumentos tecnológicos e linguagem codificada. Neste sentido é importante a compreensão das relações sociais, dos instrumentos tecnológicos e da base territorial como elementos interdependentes na constituição das redes sociotécnicas, as quais demandam uma conceituação de caráter interdisciplinar.

As redes sociotécnicas envolvem a constituição de uma organização entre agentes sociais, estimuladas e mediadas por instrumentos tecnológicos e linguagem codificada, de forma que os laços de relacionamento entre emissores e receptores (são os nós) sejam efetivos. Neste tipo de rede os instrumentos tecnológicos estimulam, mantêm e ampliam seu estabelecimento, e não somente a utilizam como suporte. Existem redes sociotécnicas cujos objetos e objetivos estão além da própria rede – estão na sociedade, no território.

Os movimentos representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas como campo de atividades e experimentação social, e essas são fontes geradoras de criatividade e inovação sociocultural. Os movimentos trazem experiências do passado, e que dão sentido às ações do presente. Essas experiências recriam-se cotidianamente na adversidade das situações enfrentadas. Os movimentos sociais trabalham de forma

coletiva, com uma atuação em rede, o que auxilia na inclusão social e no empoderamento dos atores da sociedade civil organizada.

Como características básicas dos movimentos sociais estão a identidade, a presença de um opositor, e sua articulação ou fundamentação ao redor de um projeto de vida e de sociedade, como visto, por exemplo, na abordagem sobre as comunidades negras do Pacífico colombiano, realizada por Escobar (2008). Na construção de sua identidade são incorporados elementos como diferença e multiculturalidade.

Para Gohn (2008), duas categorias são chave para os estudos teóricos sobre os movimentos sociais na América Latina: redes e mobilização social. Numa tipologia dos movimentos sociais, ela identifica, entre outros, aqueles que envolvem questões identitárias coletivas (um dado grupo social, língua, raça, religião, etc.), bem como aqueles movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano e no rural, que demandam acesso e condições para terra, moradia, alimentação, etc. A partir dessa identificação, aquela autora constata a entrada em cena de novos atores sociais, ao mesmo tempo em que várias lutas sociais se internacionalizam, com temáticas diversas, como biodiversidade, recursos naturais, questões étnicas e religiosas, etc. Novos papéis também são assumidos por estes novos atores, como o das redes cidadãs, as quais se apresentam como movimentos sociais de controle e fiscalização das políticas públicas, com atuação em fóruns, câmaras técnicas, consórcios, etc.

Dentro do contexto das lutas sociais na América Latina, Gohn levanta algumas questões: qual o papel dos movimentos sociais nos processos democráticos em curso? Como os movimentos se veem, e qual o futuro que projetam para a sociedade? Como se dá a articulação sociopolítica e cultural desses movimentos?

Diante destas questões, a autora chama a atenção para o tema dos movimentos sociais como objeto de pesquisa, com a ênfase direcionada às redes que constroem e os projetos sociais os quais se inserem, e destaca que os fóruns por eles realizados são seus momentos principais de visibilidade. Os temas atuais de reconhecimento identitário e cultural somam-se aos temas políticos ou de demandas socioeconômicas e trabalhistas, como pautas dos movimentos sociais.

As análises dos movimentos sociais se restringiam ao movimento operário e aos movimentos sociais das camadas populares no local de moradia; atualmente se constata um crescimento das análises que ampliam o espectro dos sujeitos em cena. As categorias de análise se modificam no quadro das teorias dos movimentos sociais, e as

redes sociais passam a ter um papel mais importante que os próprios movimentos sociais. Mas para vários pesquisadores, as redes passam a ser redefinidas como redes de mobilização social.

O território passou a ser uma categoria ressignificada, e uma das mais empregadas para explicar as ações localizadas, mas dentro de uma nova concepção, e distante da abordagem convencional que a restringia a um espaço físico. O território passa a se vincular à questão dos direitos e da disputa pelos bens econômicos, de um lado, e de outro, pelo pertencimento e raízes culturais de um povo ou etnia. Nesta visão, passa a ser considerado como um ativo social e financeiro, a partir das relações sociais e produtivas que são desenvolvidas onde se localiza. Os indicadores para a análise de um território e seus conflitos passam a ser classe social, raça, etnia, recursos e infraestrutura, dentre outros.

A partir dos anos 1990, novas categorias de análise ganharam centralidade nas ciências sociais. Justiça social, igualdade, cidadania, emancipação e direitos passam a dar lugar a outras categorias, como capital social, inclusão social, reconhecimento social, empoderamento da comunidade, autoestima, hibridismo, responsabilidade social, sustentabilidade, vínculos e laços sociais. Neste contexto, Gohn (2008) identifica novas configurações da sociedade civil organizada, menos pautada pelos pressupostos políticos e ideológicos, e mais focada nos vínculos sociais e comunitários. A partir daí surgem as redes sociais, com vínculo maior com as comunidades locais, as redes temáticas (questões ecológicas e socioambientais, de gênero e geração, étnicas, dentre outras), além dos fóruns e câmaras.

O uso de redes como categoria de análise nas ciências sociais é antigo, e Gohn identifica um revigoramento desse uso nos últimos anos, como instrumento de articulação de políticas sociais. São muitas as matrizes teóricas sobre redes, com categorias de análise semelhantes, mas estas assumem sentidos distintos conforme o paradigma que a sustenta. No entanto, ela alerta que o uso indiscriminado de termos novos, na busca do “ser moderno”, pode deixar de lado categorias importantes para análise de redes, como articulação, processos, relações, etc.

As experiências cotidianas e as relações sociais desenvolvidas pelos sujeitos é que dão as especificidades às redes, aos seus “nós articulatórios que ligam ações coletivas diversas” (Gohn, 2008:451), e não a qualquer tipo de determinismo pré-estabelecido.



Sobre a sua composição, as redes poderão estar mais ou menos institucionalizadas, com alguma forma de normatização jurídica de suas ações. Isso não significa que sejam redes estatais ou governamentais, porque essa qualificação incorreria num erro de confusão entre estado, governo e instituição de qualquer natureza, operando na sociedade civil, com ou sem algum tipo de articulação ou parceria com os órgãos governamentais. Esses trabalhos são pactuados em parcerias construídas, por exemplo, entre as redes sociais ou temáticas e os agentes do poder público encarregado de implementar políticas públicas, tais como os conselhos gestores ou os consórcios de gestão de recursos naturais de uma dada região, que contam com representantes da sociedade civil organizada, do poder público, usuários e, em alguns casos, produtores ou prestadores de serviços. Este parece ser o caso da composição e atuação política da Câmara Técnica do Mosaico da Bocaina, como poderá ser visto no subitem 4.2.3 deste capítulo.

#### 4.2) Análise das informações de campo.

4.2.1) Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro - AARJ: iniciativas como movimento e prática agroecológica.

A Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro é um movimento de organizações, coletivos e instituições da sociedade que a partir da identificação, sistematização e mapeamento de experiências, procura se articular no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de fortalecer as iniciativas agroecológicas.

A AARJ tem seu início como um desdobramento do “Grupo de Articulação pró-Encontro Nacional de Agroecologia no Estado do Rio de Janeiro”, constituído em julho de 2005. Este grupo inicialmente mobilizou os diversos movimentos e organizações da sociedade civil do “campo” agroecológico no Estado do Rio de Janeiro, para participação nos debates e atividades da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Logo em seguida, como processo preparatório para a participação dos agricultores do estado do Rio de Janeiro no segundo Encontro Nacional de Agroecologia - II ENA (ocorrido em junho de 2006, em Recife, Pernambuco), foi realizado um Encontro Estadual de Agroecologia em maio de 2006, o qual reuniu 106 agricultores (as) e técnicos (as) de todas as regiões do Rio de Janeiro. Ao final do encontro foram

eleitos/as quarenta e cinco representantes, e identificadas e escolhidas trinta e duas experiências, as quais se constituíram numa amostra das experiências em Agroecologia existentes à época no estado do Rio de Janeiro.

A partir do II ENA a AARJ vem buscando manter uma rotina de reuniões ampliadas para definição de estratégias e de troca de experiências, com a participação de técnicos (as) e agricultores (as), além da realização de vivências em campo. As vivências são visitas realizadas a algumas experiências identificadas próximas a localidade dos encontros ou reuniões, propiciando a construção do conhecimento agroecológico, e são a base metodológica de intercâmbio de experiências entre técnicos (as) e entre agricultores (as).

Sua organização interna se dá atualmente a partir de um grupo executivo, composto por representações de quatro organizações e movimentos da sociedade civil, e por um coletivo mais ampliado<sup>75</sup>, com as funções de coordenação política das atividades e planejamento das ações ao longo de cada ano, e também de fomentar no ambiente da AARJ os temas de interesse da Agroecologia, a partir da pauta construída pela ANA<sup>76</sup>.

Da mesma forma como se deu o fortalecimento da AARJ em âmbito estadual, também se tornaram evidentes as expressões locais e regionais, as quais se articularam e

---

<sup>75</sup> As entidades que comumente participam da AARJ são: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Rede Fitovida de Plantas Medicinais, Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável (Cooperativa CEDRO), Rede Ecológica de Consumo, Grupo de Agricultura Ecológica/UFRRJ (GAE), Grupo de Estudos e Trabalho em Ensino e Reforma Agrária/UFRRJ (GETERRA), Mutirão de Agricultura Ecológica/UFRJ (MÂE), Pastoral da Saúde, Pastoral da Criança, Verdejar, Cooperativa de Agricultura Familiar de Produtos Orgânicos UNIVERDE, Cooperativa dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares de Magé (COOPAGÉ), Escola da Mata Atlântica, Associação Mico Leão Dourado, Associação de Agricultores Biológicos (ABIO), Campus da Mata Atlântica da FIOCRUZ e Rede Carioca de Agricultura Urbana. Outras instituições públicas fazem parte das parcerias que a AARJ procura manter: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO), EMATER RIO (através da Gerência Estadual de Agroecologia e dos escritórios locais de Nova Iguaçu, Araruama e Saquarema), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Centro Nacional de Pesquisa em Agrobiologia), Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA/Superintendência do Rio de Janeiro).

<sup>76</sup> A ANA reúne movimentos, redes e organizações engajadas em experiências concretas de promoção da Agroecologia, de fortalecimento da agricultura familiar e de construção de formas alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Seu papel não está na sobreposição, substituição, coordenação ou na interferência na autonomia das diferentes redes e organizações. A existência da ANA se justifica pela necessidade de interação e mútua fecundação entre essas redes e organizações, para que de forma conjunta possam construir capacidades crescentes de influencia nos rumos do desenvolvimento rural no Brasil. A ANA é uma “rede de redes”, com caráter descentralizado de decisões, e com natureza capilarizada de atuação, tanto no campo agroecológico como para além dele (Schmitt & Grisa, 2013:238,239).

se constituíram em núcleos da AARJ. Atualmente os de maior expressividade estão na região Norte (Campos), na região Serra Mar (Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Araruama e proximidades), região Sul (Paraty e Angra dos Reis) e região Metropolitana (Rio de Janeiro, Magé, Nova Iguaçu, Queimados, e Niterói).

Nos últimos anos a AARJ vem realizando esforços de mapeamento, identificação e sistematização de experiências em Agroecologia no Estado do Rio de Janeiro, tendo como referências principais as estratégias de atuação e os princípios apontados pela Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e pela Associação Brasileira de Agroecologia – ABA<sup>77</sup>. Ao final de 2007, parte destes esforços de sistematização foi viabilizada através do projeto “*Desenvolvimento participativo de metodologias e processos de construção de conhecimento agroecológico no Estado do Rio de Janeiro*”, financiado pelo CNPq/MDA, e coordenado pela Universidade Federal Fluminense – UFF. As estratégias de mapeamento, identificação e sistematização de experiências utilizadas pela AARJ nos anos de 2008, 2009 e 2010 se valeram de metodologias participativas, onde o diálogo de saberes e os intercâmbios entre as iniciativas formaram a base de todo o trabalho de articulação e consolidação da rede estadual. Partiu-se do princípio que o desenvolvimento de processos relacionados com a construção do conhecimento agroecológico no Rio de Janeiro criaria as condições para o fortalecimento da AARJ, e também para sua atuação como movimento.

Um dos produtos do projeto acima mencionado foi a edição do vídeo Caminhos do Rio<sup>78</sup>, contendo oito iniciativas agroecológicas do estado do Rio de Janeiro, sendo duas delas referentes a experiências com agricultores de Paraty, sendo uma sobre a vida do camponês Francisco.

---

<sup>77</sup> A ABA é uma associação cultural e científica criada em 2004, e destina-se a incentivar e contribuir para a produção de conhecimento científico no campo da Agroecologia. Aglutina profissionais de várias áreas do conhecimento e com atuação em várias instituições, com o objetivo de fazer avançar os fundamentos teóricos e metodológicos da Agroecologia nos espaços do ensino, da pesquisa e da extensão. Já organizou 8 congressos brasileiros de Agroecologia. Participa de importantes espaços de debate público sobre Agroecologia, como a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, o Fórum de Agroecologia da EMBRAPA, o Comitê de Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural - CONDRAF, a Comissão Nacional de Sistemas Orgânicos de Produção, e a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio. Mais recentemente participou ativamente do processo de construção da PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e integra a CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instância gestora do PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Participa também da Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecologia – SOCLA.

<sup>78</sup> Disponível para download em < <http://aspta.org.br/category/videos/page/2/>>, acesso em 24/04/2014.

Em 2009 a AARJ empreendeu um “mutirão” de sistematização de experiências no âmbito do Rio de Janeiro. Este trabalho consistiu primeiramente na organização e realização de uma Oficina Estadual de Sistematização, onde participaram representantes de vinte e cinco experiências em Agroecologia do estado do Rio e uma de São Paulo. A oficina trabalhou os princípios e fundamentos da sistematização, com o objetivo principal de estimular uma reflexão e uma análise crítica acerca das experiências ali representadas, vislumbrando a geração de artigos descritivos e analíticos sobre os processos e as práticas, para posteriormente comporem uma publicação.

Deve ser ressaltado que a dinâmica da oficina estadual possibilitou uma intensa troca de saberes entre os atores e articuladores das experiências presentes, os exercícios desenvolvidos viabilizaram uma análise coletiva dos principais pontos de inovação que as iniciativas abordavam, assim como os desafios colocados em seus caminhos. A prática da construção coletiva do conhecimento agroecológico estimulou um processo estadual de sistematização de experiências, refletido no “mutirão” que se seguiu após a oficina. Ao final do processo o Grupo de Trabalho – Construção do Conhecimento Agroecológico da AARJ recebeu 22 artigos elaborados sob o prisma dos protagonistas das experiências, e que deu origem à edição da publicação “Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro: caderno de experiências agroecológicas”. Neste estão presentes duas experiências protagonizadas por camponeses de Paraty, e que envolve temas como manejo ecológico dos recursos naturais, etnoconhecimento, protagonismo juvenil, atuação em redes, defesa dos modos de vida e articulação territorial.

#### 4.2.2) O Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba

Para as populações tradicionais e os camponeses, o território é também percebido como sendo o local das demandas, dos protestos e de organização das pessoas para a defesa de seus modos de vida. Portanto, uma das estratégias encontradas pelos moradores das comunidades tradicionais de Paraty, e também de municípios vizinhos, frente às diversas e constantes ameaças à desterritorialização, foi a criação, em 2007, do Fórum de Populações Tradicionais - FCT. Durante o seu processo de constituição, o propósito maior de suas ações foi o de “fortalecer a luta das comunidades que acontece

de forma isolada, e articular caiçaras, quilombolas e indígenas de Paraty, Ubatuba e Angra dos Reis”<sup>79</sup>.

As primeiras reuniões do FCT tiveram um sentido de construção e organização das pautas a serem buscadas pelos seus integrantes, e isso se deu a partir da aproximação dos diversos representantes das comunidades participantes. Na descoberta de problemas comuns vivenciados pelas comunidades, os temas principais que envolvem as atividades do Fórum são “a questão fundiária e os conflitos com os órgãos ambientais”. Assim, os temas objetos das ações do FCT foram sendo unificados, fortalecendo a luta das populações dentro do território, e permitindo a visibilidade desses atores num cenário de exclusão social. A realização das reuniões do FCT em sistema de rodízio nas diversas comunidades promoveu a aproximação das pessoas, através do conhecimento mais amplo de suas histórias de vida, e ajudou na construção de um espaço de unificação de suas lutas e de reafirmação de suas identidades coletivas<sup>80</sup>.

A participação de algumas comunidades integrantes do FCT na execução de projetos, na mesma época, contribuiu no avanço de alguns temas importantes para o processo de resistência e permanência dessas populações no território. Um desses projetos foi o do Protagonismo Juvenil no Manejo da Palmeira Juçara, coordenado pela AMOQC, e executado com recursos do PDA/MMA de 2007 a 2010 (abordado em detalhes no capítulo 3 dessa tese). A construção dos temas, a dinâmica de execução do projeto e a abordagem de forma participativa, contribuíram para a problematização e reflexão dos saberes necessários para desenvolver tanto o manejo da agrobiodiversidade como a formação de lideranças comunitárias. Essa dinâmica de formação permitiu a integração de temas transversais, como os de comunicação e do turismo de base comunitária, por exemplo, contribuindo para a ampliação e fortalecimento dos intercâmbios culturais entre as comunidades. Isso ocorreu não só com as comunidades quilombolas, mas favoreceu a articulação destes com os caiçaras e com os indígenas guaranis, através de sua participação política nas atividades do Fórum de Comunidades Tradicionais.

---

<sup>79</sup> Ver <http://forumtradicionalis.blogspot.com/>, acesso em 17 de agosto de 2014.

<sup>80</sup> Ver também a tese de Danielle Migueletto (2011), a qual “analisa as pressões que as comunidades tradicionais de Paraty enfrentam com o movimento de proteção ambiental e a valorização comercial do seu território”, e ao realizar esta análise, aborda parte da trajetória do FCT (páginas 87 a 103).

Ao longo dos anos, o FCT tem mantido ações constantes de representação e discussão de políticas públicas ligadas ao reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, e de melhoria de suas condições de vida. Uma de suas últimas ações, por exemplo, aconteceu no dia 24 de agosto de 2015, quando o FCT esteve representado por mais de 40 indígenas, quilombolas e caiçaras numa audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sobre a PEC<sup>81</sup> Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais. O objetivo da PEC é o de proteger os povos e comunidades tradicionais em relação às várias pressões decorrentes principalmente de empreendimentos imobiliários ou turísticos, além das questões que envolvem a recategorização das unidades de conservação ambiental sobrepostas ao território das comunidades tradicionais. Um dos deputados responsáveis pelo encaminhamento da PEC explica que ela “prevê direitos ligados ao território, à educação, à saúde, à cultura, à não discriminação e à consulta prévia. Aqui estão direitos previstos na Constituição Federal, mas ainda não explícitos na Constituição Estadual; e também outros direitos que ainda não estão explícitos na Constituição Federal, apesar de estarem previstos em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como é o caso do direito à consulta prévia”<sup>82</sup>.

Outras atividades recentes do FCT são fruto de sua parceria com o OTSS – Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, e serão abordadas no subitem 4.2.4 deste capítulo.

#### 4.2.3) Câmara Técnica das Populações Tradicionais e Unidades de Conservação do Mosaico da Bocaina – CT-PTUC.

O Mosaico Bocaina<sup>83</sup> é uma estrutura de gestão, articuladora, que reúne quinze unidades de conservação, de âmbitos federal, estadual e municipal, e suas respectivas

---

<sup>81</sup> PEC é a sigla para Proposta de Emenda à Constituição, uma atualização ou emenda à Constituição, a qual só pode ser aprovada sob determinadas condições de maioria de votos nas assembleias legislativas.

<sup>82</sup> Informação extraída no blog <http://www.preservareresistir.org/#!/Pela-PEC-Estadual-dos-Povos-e-Comunidades-Tradicionais/ca81/55e453260cf24e84f75d2ba6>, acesso em 07/09/2015. Ver na mesma página o texto-base da PEC dos Povos e Comunidades Tradicionais.

<sup>83</sup> Para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, do Ministério do Meio Ambiente, o conceito de mosaico remete à “algo formado por partes menores interdependentes, que possuem funções e características quando estão isoladas, mas juntas e unidas, essas peças se fortalecem e ganham um sentido maior”. Um conjunto de unidades de conservação e áreas protegidas é considerado um mosaico quando

zonas de amortecimento. Criado em dezembro de 2006, abrange quatorze municípios do Vale do Paraíba do Sul e litoral norte do Estado de São Paulo, e também no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte das unidades de conservação que compõem o Mosaico Bocaina apresenta algum tipo de ocupação humana em seu interior, em boa parte composta por povos e comunidades tradicionais, como caiçaras, quilombolas, indígenas e posseiros. O propósito principal do Mosaico Bocaina é “consolidar a identidade territorial, a articulação e o fortalecimento institucional, garantindo a participação dos diferentes grupos de interesse, de forma a influenciar as políticas públicas e a valorização da sociobiodiversidade, promovendo o desenvolvimento sustentável”<sup>84</sup>. Seu colegiado é composto por três coordenadores, atualmente um deles é da Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho – AMOQC, em Paraty.

Os mesmos temas que permeiam as atividades do FCT levaram à organização do I Encontro de Populações Tradicionais e Áreas Protegidas do Mosaico da Bocaina, em outubro de 2008, com 142 participantes, no qual gestores dos órgãos ambientais e as comunidades integrantes das Unidades de Conservação dialogaram em torno das restrições impostas pela legislação ambiental ao uso da terra e aos seus modos de vida, e à ameaça por parte dos grandes empreendimentos econômicos e imobiliários. A realização deste Encontro foi possível devido ao esforço da Câmara Técnica de Populações Tradicionais e Unidades de Conservação do Mosaico da Bocaina – CT-PTUC<sup>85</sup>, a qual tem tido um papel significativo na mediação dos conflitos entre as Unidades de Conservação e as populações tradicionais. Dois grandes eixos de discussão nortearam este Encontro, o da gestão participativa, e o de uso do território e recursos naturais. Em torno do primeiro eixo os desafios foram o fortalecimento das comunidades, o cumprimento da legislação, e o estabelecimento de uma educação diferenciada (contextualizada no território) e de qualidade.

Já no segundo eixo os desafios envolveram o reconhecimento do território e a garantia da permanência das comunidades tradicionais nele, o enfrentamento da

---

sua gestão administrativa é feita de maneira integrada, à semelhança dos próprios ecossistemas ali presentes, os quais são interdependentes.

<sup>84</sup> Ver em <<http://www.mosaicobocaina.org.br/mosaico-bocaina/o-mosaico-bocaina>>, acesso em 18/06/2015.

<sup>85</sup> Criada em 2007, a CT – PTUC tem por finalidade a identificação, discussão e encaminhamento de soluções para aquelas que são consideradas as maiores fontes de conflitos dentro da área de influência do Mosaico da Bocaina, que são os conflitos fundiários (com origem na grilagem e nos licenciamentos irregulares para construção de condomínios e empreendimentos turísticos), e os conflitos entre as unidades de conservação ambiental e as comunidades tradicionais.

especulação imobiliária e o poder econômico, a necessidade de melhoria nas relações entre os órgãos ambientais e as comunidades, e por último, questões relativas a infraestrutura de responsabilidade do poder público, como saneamento básico, abastecimento de água, coleta de lixo. A partir dessas discussões foram construídas as principais propostas feitas pelos participantes, através de uma carta do encontro, com destaque para a necessidade de fortalecimento do FCT, a cobrança de investimentos públicos nas comunidades (como saneamento básico, educação, saúde), a união dos gestores públicos e as populações tradicionais contra o avanço do capital imobiliário no território, e duas delas que reforçam a relação direta entre a Agroecologia e as populações tradicionais, as quais foram o fortalecimento do conhecimento tradicional, e a necessidade do estudo das formas de manejo tradicionais.

A visão de futuro do Mosaico também demonstra a estreita proximidade entre as práticas sustentáveis previstas na sua área de influencia, e a Agroecologia, já que aponta para o desenvolvimento da produção orgânica e dos sistemas agroflorestais, dentre outras.

A CT-PTUC tem sido um espaço significativo para a discussão e conhecimento do processo de recategorização das unidades de conservação ambiental pertencentes ao Mosaico da Bocaina, e que afeta diretamente as populações residentes na atual Reserva Ecológica da Juatinga - REJ<sup>86</sup>. Como pressupostos a esse processo estão a necessidade de atender a legislação do SNUC (ela obriga o Estado a recategorizar a REJ), a proteção dos remanescentes da Mata Atlântica nesta área a diminuição dos conflitos devidos à sobreposição das áreas das UCs com as comunidades, o reconhecimento e a garantia da participação efetiva das comunidades tradicionais nos processos decisórios da CT-PTUC. O estudo realizado para apoiar as decisões sobre o processo de recategorização apontou para a presença de 1430 pessoas na área da REJ, distribuídas em 8 comunidades e 5 núcleos populacionais (são considerados núcleos com menos de 50 moradores). Os caiçaras estão presentes na região há cerca de 300 anos, e o domínio de suas terras é através de posses, com pouquíssimas escrituras, sendo que na época do estudo havia três conflitos fundiários dentro da REJ. Ainda que exerçam atividades

---

<sup>86</sup> Para mais detalhes deste processo, inclusive com a percepção das comunidades caiçaras, ver a dissertação de mestrado de Lucia Cavalieri (2003). Ver também a memória da II reunião da CT – UCs e Populações Tradicionais, realizada em 22 de julho de 2011, disponível em <http://www.mosaicobocaina.org.br/documentos/documentos-mosaico-bocaina>, acesso em 24 de janeiro de 2015.



relacionadas ao turismo, os caiçaras ainda dependem da pesca artesanal, com a presença de 45 cercos<sup>87</sup> no entorno da REJ, mas sempre consorciadas com outras atividades complementares. As condições geográficas e ambientais são os elementos que limitam a ação humana, e vão determinar as especificidades de cada comunidade<sup>88</sup>.



Foto 6: Parte da área da Reserva Ecológica da Juatinga. Foto extraída de Cortines e Nogara (2011).

As discussões com as populações residentes na REJ apontam para uma tendência à recategorização com base numa RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a qual reconhece o território caiçara e regulariza o seu modo de vida, com a presença das atividades de produção agrícola, pesca artesanal, extrativismo vegetal e o turismo de base comunitária. Neste formato de Unidade de Conservação os títulos de terra serão das famílias de moradores, o que garante o uso das áreas, mas não será possível a venda, só a passagem dos títulos através da sucessão familiar. A gestão é realizada através de um conselho deliberativo, o qual decide as regras da RDS, e é composto em sua maioria por representantes das comunidades presentes no território.

---

<sup>87</sup> Tipo de rede circular, como armadilha para os cardumes. Ver descrição detalhada deste tipo de técnica na pesca artesanal em Diegues (2005:303 a 305).

<sup>88</sup> Segundo informações presentes no estudo da empresa de consultoria que forneceu subsídios ao processo e discussão em torno da recategorização da REJ, 2/3 da sua área é coberta por florestas em estágio médio ou avançado de sucessão ecológica, com a presença de 84% de ecossistemas florestais. Nos últimos dez anos a área com florestas (estágio médio ou avançado de sucessão) aumentou em quase 1000 hectares, o que é apontado como consequência direta da criação da REJ, a qual contribuiu para limitar o crescimento imobiliário e o desenvolvimento dos grandes empreendimentos turísticos na região.

Mesmo após quase dois anos depois, o tema da recategorização da REJ ainda permanece na pauta da CT – UCPT. No dia 30 de abril de 2013, 32 participantes se reuniram na AMOQC para tratar de diversos temas, inclusive a recategorização da EJ (foto abaixo). Um dos participantes do encontro reclama do tempo decorrido entre a última reunião para tratar do assunto, cerca de dois anos, e a pressa atual do Estado em resolver tudo em apenas três meses. Ele resume a situação dos moradores das comunidades tradicionais diante da falta de informações mais precisas sobre este processo: “Aí veio o SNUC, que disse que toda reserva tem que estar dentro da Unidade de Conservação. Então tem a recategorização (...). Nós não nos instruímos, então não sabemos desse tema”.



Foto 7: Reunião da Câmara Técnica de Populações Tradicionais e Unidades de Conservação do Mosaico da Bocaina, sede da AMOQC, Paraty, abril de 2013. Foto do autor.

#### 4.2.4) Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis<sup>89</sup>:

O desenvolvimento de algumas ações integradas entre o poder público e os movimentos sociais tem trazido importantes contribuições para a melhoria das condições de vida das populações presentes no território. Um desses exemplos vem das ações do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – OTSS, fruto de uma parceria formalizada em junho de 2014 entre a Fundação Oswaldo Cruz –

<sup>89</sup> Fontes: [https://www.facebook.com/observatoriobocaina/info?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/observatoriobocaina/info?tab=page_info), acesso em 13/09/2015.

Fiocruz<sup>90</sup> e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP) – FCT, apoiada pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa<sup>91</sup>. O OTSS pretende desenvolver o conceito de territórios saudáveis a partir de experiências concretas. Através de suas ações, pretende-se viabilizar uma ideia mais ampla de Saúde através da melhoria das condições de qualidade de vida, pelo desenvolvimento de ações ligadas a Educação Diferenciada, Agroecologia e do Turismo de Base Comunitária. O OTSS já tem atuado na qualificação do Fórum de Comunidades Tradicionais, com assessoria jurídica e de comunicação.

O OTSS é um espaço para o exercício da cidadania onde tecnologias sociais estão sendo apresentadas e desenvolvidas pelos moradores e pesquisadores das duas instituições envolvidas, para gerar conhecimentos inovadores e críticos, e que possam auxiliar a promoção do desenvolvimento sustentável no território das comunidades tradicionais. O objetivo é o de replicar as tecnologias que têm potencial para tornarem-se estratégias regionais e alternativas para a garantia dos direitos das comunidades tradicionais, especialmente os relacionados ao território, à cultura, às atividades tradicionais e à qualidade de vida. Sua área de atuação é o território da Bocaina, localizado no Médio Vale do Paraíba, litoral norte do Estado de São Paulo e litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, onde vivem cerca de cinquenta comunidades tradicionais de três etnias: caiçaras, indígenas e quilombolas.

Suas ações têm por objetivo promover a autonomia e o protagonismo das comunidades tradicionais na condução do seu modo de vida, e no uso sustentável de seus territórios. Produz conhecimento crítico e desenvolve tecnologias para a implementação de ações estruturais e estruturantes de saneamento ecológico, educação diferenciada, agroecologia e turismo de base comunitária, visando a promoção da saúde, a sustentabilidade socioambiental e o Bem Viver.

---

<sup>90</sup> A FIOCRUZ é uma fundação de ciência e tecnologia em saúde ligada ao Ministério da Saúde, tem como missão “produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais”. Fonte: <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/perfil-institucional>, acesso em 13/09/2015.

<sup>91</sup> FUNASA é um órgão executivo do Ministério da Saúde, e é uma das instituições do Governo Federal responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças. É também a instituição responsável por formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. Fonte: <http://www.funasa.gov.br/site/conheca-a-funasa/competencia/>, acesso em 13/09/2015.

Uma de suas ações iniciais e imprescindíveis do OTSS foi a realização do Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina – Territórios Tradicionais: diálogos e caminhos, realizado nos dias 09 e 10 de abril de 2015 no Quilombo do Campinho (foto 8). Estiveram presentes representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, do Ministério Público Federal, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Secretaria de Estado do Ambiente, da Coordenação Colegiada do Mosaico Bocaina, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT).



Foto 8. Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina – Territórios Tradicionais: diálogos e caminhos, realizado nos dias 9 e 10 de abril de 2015<sup>92</sup>.

Procuradores da República, gestores das unidades de conservação, pesquisadores e lideranças comunitárias participaram das mesas que trataram dos limites e das possibilidades de convivência, assim como dos desafios para a proteção das comunidades tradicionais debatendo temas bastante relevantes para a região.

O conflito vivido pelos pescadores artesanais da Trindade com o Parque Nacional da Serra da Bocaina, e o caso do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) envolvendo pescadores artesanais de Tarituba (comunidade litorânea de Paraty) e a ESEC Tamoios, foram tema da primeira mesa. No segundo caso, o debate girou em torno do turismo em Áreas Protegidas, com foco nas contradições entre a parceria público - privada e o turismo de base comunitária. Com base no relato de um pescador da Praia de Trindade, a pesca e o modo de vida do caiçara são constantemente

<sup>92</sup> Foto obtida em < <http://www.preservareresistir.org/#!/Encontro-de-Justi%C3%A7a-Socioambiental-da-Bocaina-Territ%C3%B3rios-Tradicionais-Di%C3%A1logos-e-Caminhos>  
p%C3%B3s-sevento/ca81/552c675a0cf2aa1811a75546>, acesso em 14/08/2015.

criminalizados pelos gestores das UCs. Diz ele: “quando conseguimos dar um passo a frente com termos de conduta ou ajustamento, ficamos presos na rede do Poder Público”, referindo-se à espera pela assinatura do presidente do ICMBio para validar o TAC de Tarituba. Ao final de cada mesa, vários comunitários narravam problemas de desrespeito e violência em seus territórios. O responsável pelo Laboratório de Planejamento Ambiental e Gerenciamento Costeiro (Unesp/Laplan) alertou que por trás do discurso ambientalista que exclui povos e comunidades tradicionais, “se avizinha uma privatização junto aos Parques e APAs que exploram a espetacularização da Natureza”.

Ao final do encontro a Plenária foi dirigida por dois procuradores da República, integrantes da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República (PGR), órgão setorial que coordena e revisa as questões ligadas às populações indígenas e minorias étnicas no país. Para eles, “o modo de vida das comunidades tradicionais e indígenas são desqualificados para que haja uma apropriação econômica da Natureza.” Entretanto, para eles, “as comunidades tradicionais criaram uma maneira de resistência a esse formato de desenvolvimento predatório da nossa sociedade”.

Outra ação importante do OTSS foi a inauguração no dia 11 de julho de 2015 do 1º módulo de saneamento básico ecológico, construído na escola municipal Martim de Sá, na comunidade caiçara da Praia do Sono. Localizada na Serra do Mar, área prioritária para conservação, a comunidade caiçara da Praia do Sono vive ameaçada pela especulação imobiliária e o turismo predatório, e uma de suas prioridades é o tratamento do esgoto. Na construção do módulo de saneamento ecológico a troca de saberes norteou os trabalhos de planejamento e execução da obra. A equipe do OTSS realizou reuniões com os caiçaras da Praia do Sono, que optaram, entre as possíveis soluções de saneamento ecológico, pela Fossa Séptica + Fossa Verde (tanque de evapotranspiração). O sistema que consiste na criação de fossas, que não permitem a contaminação do solo, ao contrário dos sumidouros utilizados tradicionalmente, e contou com mão de obra local na sua construção. O módulo de Saneamento Ecológico construído na escola municipal Martim de Sá é uma caixa de alvenaria selada/impermeabilizada, onde ocorre a decomposição anaeróbia da matéria orgânica, finalizada com uma camada de terra fértil, onde as plantas absorvem a matéria orgânica, incorporando-a à sua biomassa e eliminando a água por evapotranspiração (ver foto abaixo)



Para o coordenador do FCT e do OTSS, a entrega do 1º módulo de saneamento ecológico é fruto do planejamento de ações para o 1º semestre de 2015. Ele avalia que “estas ações vão desenvolver as práticas sustentáveis através da pesquisa-ação, envolvendo as comunidades tradicionais”.



Foto 9. Módulo de saneamento ecológico na escola Martim de Sá<sup>93</sup>.

#### 4.3) Considerações finais do capítulo.

O conceito de rede está vinculado à construção dos espaços informais de relações pessoais, onde se dá a aproximação por temas e pautas comuns, numa lógica diferente de organização social, com estrutura maleável e não hierárquica. Nelas aumenta a capacidade das pessoas em construir ou melhorarem, pelo menos de forma parcial, o seu entorno, seja a comunidade ou o território e, por isso, tem sido uma forma de atuação política dos movimentos sociais.

O uso da rede como instrumento analítico é importante para a percepção e a análise de fenômenos heterogêneos como, por exemplo, a multiculturalidade presente no território de Paraty, a qual se expressa através dos diferentes grupos sociais e no

---

<sup>93</sup> Foto obtida no endereço <http://www.preservareresistir.org/#!/Fiocruz-e-Prefeitura-ir%C3%A3o-expandir-saneamento-ecol%C3%B3gico-na-Praia-do-Sono/ca81/55a7c0500cf22effe2de263f>, acesso em 13/09/2015.

desenvolvimento de suas relações com o ambiente, num processo coevolutivo intenso ocorrido ao longo dos anos.

A partir dos dados obtidos no trabalho de campo, é possível ressaltar as contribuições dos diversos projetos executados em Paraty, a partir da década de 1990 (abordado no capítulo 3 desta tese), no processo de construção local da cultura de redes. Algumas dessas interações foram estabelecidas pelos movimentos sociais locais, como a AMOQC, com a Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro – ACQUILERJ, e também com a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. Em nível interestadual a mesma AMOQC se articula com a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – CONAQ, seguindo as pautas nacionais do movimento quilombola, bem como com a Rede Juçara e a Rede Mocambo<sup>94</sup>.

Em ambos os níveis, estadual e interestadual, podem ser identificadas as várias dimensões envolvidas na atuação em redes dentro do território, sejam sociais, ambientais, econômicas, culturais e políticas. Tais articulações têm favorecido as trocas de experiências e a aproximação com os demais movimentos sociais, assim como a oportunidade de atuar nos processos de construção das políticas governamentais, e de influenciar as dinâmicas de desenvolvimento local.

Os movimentos sociais presentes em Paraty, através de sua atuação e organização em forma de redes, têm contribuído para imprimir uma coesão e, consequente fortalecimento, das diversas pautas de interesse das populações tradicionais e dos camponeses, frente ao processo de desterritorialização constante desenvolvido ao longo do tempo. Neste sentido as redes passam a ter um caráter de mobilização social, o que pode ser percebido na atuação do Fórum de Comunidades Tradicionais, e também da Câmara Técnica das Populações Tradicionais e Unidades de Conservação, ligada ao Mosaico da Bocaina. Esses espaços representam a oportunidade de tornar visíveis os temas de interesse dessas redes, como os de reconhecimento identitário e cultural, mas também de denúncia dos conflitos fundiários constantes envolvendo as populações tradicionais e camponesas, de um lado, e os grileiros e as unidades de conservação ambiental, de outro.

Essa visibilidade tem sido possível mediante duas formas. A primeira através das redes sociotécnicas e da utilização feita por elas das chamadas TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação. Isso pode ser visto na divulgação das ações desses

---

94 <[www.redemocambo.org.br](http://www.redemocambo.org.br)>, acesso em 07/09/2015.

movimentos e redes, e de seus espaços de atuação política e de exercício da cidadania, como os fóruns e as câmaras técnicas. São exemplos desta divulgação os sítios da AARJ (<<https://aarj.wordpress.com/>>), do FCT (<<http://www.preservareresistir.org/>>), da CT – PTUC (<<http://www.mosaicobocaina.org.br/mosaico-bocaina/camaras-tecnicas>>), e mais recentemente, a página no Facebook do OTSS: (<<https://www.facebook.com/observatoriobocaina>>).

A outra forma de visibilidade dos movimentos sociais tem sido alguns produtos originados pelo desenvolvimento de projetos de apoio às ações de sistematização de experiências da AARJ, a exemplo do que ocorreu com o lançamento do vídeo Caminhos do Rio, e do caderno de experiências Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro. Por conterem experiências com camponeses de Paraty, ambas as mídias contribuíram para divulgação dessas iniciativas para além do território, dando visibilidade ao manejo socioambiental desenvolvido pelos camponeses, o qual se insere numa estratégia de permanência local e de reprodução social.

Por fim, é significativo registrar a crítica feita pelo agricultor Francisco sobre a necessidade de ampliar a participação de outros grupos sociais no FCT, que fica enfraquecido com a presença restrita às populações tradicionais, como os quilombolas, caiçaras e indígenas. Sua percepção é a de que essa ampliação seria uma forma de fortalecer a resistência no território, a partir de causas e pautas comuns que também envolvem os camponeses não reconhecidos necessariamente naqueles três grupos. Segundo ele, se a causa é comum, todos os grupos tem que estar unidos.



## Capítulo 5 – Mercados

Este capítulo apresenta o eixo socioeconômico da tese. Nele estão os elementos relacionados à participação do campesinato nos mercados locais, inclusive a oportunidade mais recente de acesso aos mercados institucionais, como forma de construção de sua autonomia e de fortalecimento de sua resistência territorial.

O referencial teórico aponta para a compreensão inicial dos vínculos existentes entre os conceitos de capitalismo de mercado e regime democrático, inseridos numa visão neoliberal. Mostra como o capitalismo histórico implicou num processo de mercantilização generalizada dos processos de intercâmbio, produção, distribuição e de investimentos. Aponta também para a existência dos mitos do crescimento econômico e da produção, e também para a compreensão dominante de que o processo de desenvolvimento necessariamente implica na integração aos mercados capitalistas. Neste breve percurso teórico mostra o papel da “mão invisível” do mercado, como uma noção abstrata que separou o domínio do econômico sobre a norma moral da sociedade. Por fim, relaciona a enorme dificuldade de se alcançarem níveis de sustentabilidade na agricultura enquanto perdurar uma visão predominantemente econômica, em sua abordagem mais estreita. E por fim, menciona a questão das “externalidades” na atividade agrícola, a partir da visão de uma economia de mercado.

O marco teórico deste capítulo segue na abordagem do sistema agroalimentar e a necessária construção social dos mercados. Inicialmente faz uma abordagem no sentido de se compreender um sistema agroalimentar, e logo em seguida, inicia um resumido percurso do desenvolvimento da agricultura desde o período Neolítico, passando pelas profundas transformações ocorridas depois da 2ª Grande Guerra Mundial. A partir daí tem início a industrialização da agricultura, juntamente com a Revolução Verde, e se configura um processo de globalização alimentar, com destaque para a grande concentração que se instala no sistema agroalimentar, e de liberalização dos mercados. Apresenta em seguida a noção de “Império”, para caracterizar a forma, a “superestrutura” e o poder econômico e político desses mercados globais. Em contraposição a esta forma de ordenamento do sistema agroalimentar, são citadas as diversas iniciativas de reorganização da produção, distribuição e comercialização de alimentos em bases equitativas, realizadas por camponeses em todo o mundo. Este subitem aponta para uma necessidade das iniciativas de fortalecer a construção social

dos mercados, capazes de viabilizar as formas de produção, consumo e abastecimento de alimentos de maneira mais equitativa e socialmente mais justos, e promotores de processos de reprodução social e manutenção da base de recursos naturais.

Em seguida é desenvolvida uma abordagem específica do Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE, como integrante de um conjunto de instrumentos jurídicos e políticas públicas construídas para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. A importância desse programa se relaciona à experiência de comercialização do CAP – Coletivo Agroecológico de Paraty (atual Associação de Produtores Orgânicos de Paraty – APOP) no fornecimento de produtos para as escolas do município, e as oportunidades geradas através dessa forma de acesso ao mercado institucional.

O trabalho de campo inclui inicialmente a apresentação de uma breve linha do tempo sobre a comercialização de produtos agrícolas, realizada pelos camponeses em Paraty, e elaborada com base nos relatos obtidos nas entrevistas. A ideia é mostrar as diversas iniciativas da venda de excedentes, as muitas dificuldades encontradas para acessarem o mercado ao longo do tempo, com a necessária busca eventual de trabalho fora dos locais de moradia e produção, como traço de uma estratégia adaptativa camponesa. Neste item são também descritos os principais produtos agrícolas produzidos e comercializados em Paraty, ao longo dos últimos 60 anos, e um breve panorama da produção atual.

A seguir são descritas características da presença do artesanato (cestaria e objetos de madeira) como expressão do conhecimento e habilidades dos camponeses de Paraty, e que se relaciona com a multiculturalidade inserida no território, principalmente de origem caiçara, indígena e quilombola.

Por fim, o trabalho de campo relata a trajetória do CAP – Coletivo Agroecológico de Paraty, desde a sua formação e seus princípios, passando pelas experiências de comercialização através das feiras e mercados locais, até o fornecimento mais recente de produtos para o PNAE. Relata também aspectos de sua organização, de forma a atender atualmente a legislação brasileira de conformidade de produtos orgânicos. Neste mesmo subitem se reforça a importância da produção e da comercialização da polpa de juçara no território, como produto promissor para a oferta de produtos para o PNAE, de valorização da sociodiversidade, e inserido nos referenciais da economia solidária e consumo ético.

## 5.1) Referencial teórico.

### 5.1.1) Mercado e os mitos do crescimento econômico, do progresso e do desenvolvimento.

Existe uma crença atual e generalizada nos poderes do mercado como a solução dos problemas relacionados ao desenvolvimento mundial. No Ocidente há um consenso de que o capitalismo de mercado (com base no uso dos produtos de consumo) está associado ao regime democrático, e que aponta este último como o melhor sistema de governo existente. A base deste consenso estaria na comparação feita entre os princípios de mercado e as experiências de governos totalitários, e que relaciona o fracasso dos regimes socialistas com o triunfo do capitalismo liberal.

Na visão neoliberal impulsionada a partir dos anos 1980, o mercado seria o mecanismo principal de promoção do desenvolvimento. Neste sentido, o crescimento econômico por si só seria capaz de solucionar diversas problemáticas, como a fome e a pobreza no mundo, sem que para isso fosse necessária qualquer modificação na distribuição de riquezas ou no padrão de consumo dos países ricos.

Nesta linha de raciocínio, o mercado não é mais uma instituição passível de ser controlada externamente pela sociedade, mas ocorre exatamente o contrário: o mercado é que é usado para organizar a sociedade, e passa a ser a fonte principal das diretrizes de governo, sejam de ações individuais ou coletivas (Berthoud, 2000). Há um movimento atual de impor os mecanismos e princípios de mercado a todos os países do mundo, e isso implica na crença de que o desenvolvimento só é possível aos países que estejam dispostos a abrirem mão de suas culturas e formas próprias de organização social, e dedicarem-se a busca do lucro econômico acima das obrigações sociais e morais.

O capitalismo histórico implicou numa mercantilização generalizada dos processos - não só de intercâmbio, mas também de produção, de distribuição e de inversão – os quais anteriormente haviam sido realizados através de meios distintos ao mercado. Por exemplo, no processo de construção do capitalismo histórico o papel das pequenas organizações comunitárias foi substituído (ou assumido) pelo controle opressivo de umas estruturas político-econômicas dominadas pelos proprietários dos meios de produção e, baseadas na escravidão, no aprisionamento, na meação (forçada ou contratual) ou até mesmo no trabalho assalariado, como formas extremamente eficazes de extrair a mais valia (Wallerstein, 2012).

O objetivo de ampliação do crescimento econômico a todos os países do mundo impõe a remoção de vários obstáculos simbólicos e morais, e a submissão desses povos à algumas condições drásticas. Para que as sociedades tradicionais aceitem o princípio básico de uma expansão econômica e tecnológica sem limites, torna-se necessário livrá-las de ritos, cerimônias, mitos, formas de ajuda mútua, redes de solidariedade e proteção social, dentre outros. A linha de pensamento que fundamenta este princípio da expansão econômica global pode ser encontrada em Sadie (1960), por exemplo, para quem o rompimento com os costumes e códigos morais presentes em um povo “subdesenvolvido” é um pré-requisito para ocorrer o progresso econômico, o que significa dizer, a necessária efetivação de um processo de desorganização social.

Desenvolver-se significa integrar-se aos mercados capitalistas, e essa integração passa a ser uma condição necessária para que um país possa ser considerado desenvolvido. No entanto, Berthoud (2000) lembra que um grande número de países do terceiro mundo não está em condições de estabelecer intercâmbios igualitários com os países ricos, já que estão por demasiado envolvidos na luta diária para sua sobrevivência, e onde o consumo de bens está muito acima de suas possibilidades.

A civilização industrial foi se constituindo sobre a fé na marcha em direção ao progresso, o qual se supõe ocorrer com um simples apoio da ciência, da técnica e do trabalho, sendo a mitologia da produção e do crescimento a encarregada de perpetuar um cálculo econômico tendencioso e justificante de tal progresso (Naredo, 2007).

Existe uma irracionalidade na mitologia do crescimento econômico, a qual reduz a salvação da espécie humana ao contínuo aumento dos “bens e serviços” obtidos e consumidos, mas inevitavelmente acompanhada de uma crescente extração de recursos e emissão de resíduos. Esta curiosa mitologia foi construída juntamente com a ciência econômica estabelecida, sobre outra mitologia, a da produção<sup>95</sup>, a qual destaca somente a parte benéfica do processo econômico (os ganhos monetários e a utilidade), fechando os olhos aos danos sociais e ambientais causados. O termo produção foi acunhado e se popularizou como parte do discurso dominante, para encobrir o duplo dano ambiental

---

<sup>95</sup> Para uma abordagem complementar (nas próprias palavras do autor), ver também a revisão da mitologia do trabalho, da produção e do desenvolvimento, feita em Naredo (2006). Ver também a obra de Celso Furtado, “O mito do desenvolvimento econômico” (Furtado, 1973), onde o autor considera que este mito decorre da impossibilidade física de se estender os padrões de consumo dos países ditos desenvolvidos ao restante da humanidade, principalmente pela finitude dos recursos disponíveis.

que deriva da civilização industrial, seja pela extração de recursos naturais, seja pela geração de resíduos (Naredo, 2007).

O estudo das origens, do significado ou das funções do mercado parece tarefa desnecessária quando o termo se torna tão usual nos dias de hoje: mais que uma instituição, o mercado é considerado como um elemento integrante da própria condição humana (Berthoud, 2000). A ideia aceita pela maioria das pessoas sobre a origem natural do mercado parece ter como base a afirmação de Adam Smith, sobre a “propensão que a natureza humana tem para permutar, trocar e intercambiar uma coisa por outra”.

De fato, Adam Smith foi quem separou o domínio “do econômico” sobre a norma moral, destacando como o egoísmo que impulsiona a cada pessoa a aumentar seus lucros se encontra (graças ao intercâmbio e à divisão do trabalho) orientado por uma “mão invisível”, até o bem estar e o progresso coletivo. Sua contribuição foi na direção da difusão da ideia abstrata de mercado, a qual se sobressaiu sobre a concepção crematístico - utilitária da natureza humana (Aristóteles), e aportando o marco no qual se relacionariam as distintas partes e elementos do sistema econômico. Esta concepção foi essencial para a perpetuação no campo econômico de uma visão atomista e mecanicista da sociedade, e inerente à utopia liberal: a ideia de um mercado livre, transparente e perfeito, situado como a base de uma ordem natural na qual a “mão invisível” assegurava, à margem de toda regra moral, que os desejos e impulsos individuais se traduziriam em resultados altamente desejáveis (Naredo, 2003).

No caso específico da agricultura Gliessman (2001:596) alerta para a impossibilidade de se alcançar uma situação de sustentabilidade na agricultura a longo prazo, se “os critérios mais importantes para determinar o que é produzido e como é produzido” forem sempre os econômicos, em sua definição estreita. Na avaliação daquele autor, isso se deve ao fato de que as “forças em ação na economia de mercado frequentemente estão em discordância com os objetivos da sustentabilidade”, já que essas se traduzem em variações nos custos de produção (insumos, sementes, combustível, etc.) e nos preços pagos aos agricultores por sua produção, trazendo incertezas, acentuando os riscos e as flutuações na atividade agrícola. Em consequência, os agricultores serão sempre “forçados a tomar decisões baseados na realidade econômica atual, e não em princípios ecológicos”.

Aquele autor alerta para um problema básico da economia de mercado, exatamente pelo fato dela criar um contexto no qual a visão de curto prazo ofusca completamente a de longo prazo. Isso contraria a sustentabilidade, que “requer que o planejamento e a tomada de decisões aconteçam num horizonte de tempo muito mais longo que o considerado pela maioria dos programas econômicos”. Segundo ele, “os impactos ambientais das práticas e políticas correntes só irão se manifestar-se completamente ao final de algumas décadas; e da mesma forma, a restauração de ecossistemas (agroecossistemas) danificados e a recuperação de terras agrícolas degradadas e já improdutivas exigirá décadas, ou até séculos” (Gliessman, 2001:597,598).

A premissa do mercado está inserida em praticamente todas as teorias e políticas de desenvolvimento. No entanto, um problema relacionado à economia de mercado é o de considerar os efeitos negativos da atividade econômica sobre o ambiente, sobre a saúde e a vida das pessoas, como “externalidades”, ou seja, aqueles efeitos são desconsiderados como custos nos cálculos econômicos da atividade agrícola<sup>96</sup>.

#### 5.1.2) Globalização do sistema agroalimentar e a construção social dos mercados.

A compreensão do que é sistema agroalimentar torna-se importante para o entendimento das dinâmicas, e das profundas mudanças ocorridas na agricultura nos últimos 150 anos. Trata-se do conjunto de atividades que concorrem para a produção e distribuição dos alimentos e, por isso, ao cumprimento da função de alimentação humana numa determinada sociedade. A ideia central nesta definição é a noção de interdependência existente entre as distintas atividades e setores que integram a função alimentar (Soler Montiel, 2009).

Desde o período Neolítico, a sociedade desenvolveu formas de apropriação dos recursos naturais para obtenção de alimentos, utilizando o trabalho humano no cultivo e criação de animais. Os homens aprenderam e desenvolveram técnicas de cultivo, de criação e domesticação animal, de manejo de pragas, de conservação de solos e de irrigação, e de armazenamento dos produtos colhidos. A agricultura era baseada em um manejo natural, obedecendo aos ciclos das estações, com o emprego de adubos naturais,

---

<sup>96</sup> Sobre externalidades, ver a crítica ecológica da agricultura moderna elaborada por Alier (1998:148 – 150).

da força humana e da tração animal, ou seja, era uma agricultura com características camponesas. Essa relação estabelecida ao longo do tempo caracteriza-se por um processo de coevolução sociedade – Natureza. A função alimentar recaía sobre a produção agrícola, de caráter local, e com escassa ou nenhuma transformação pós colheita. Portanto, até um período anterior ao final da 2ª Grande Guerra, havia o predomínio dos agricultores no sistema agroalimentar.

Após este período até cerca de 1980 ocorrem profundas mudanças na organização da produção alimentar, e que vão interferir de maneira decisiva na relação sociedade – Natureza. Tem início a industrialização do sistema agroalimentar, com base no “fordismo”, em uma escala industrial de produção. O sistema se estrutura com base em capital, produção e consumo, onde o papel deste último é realizado pelos trabalhadores assalariados. Há um aumento do consumo de produtos industriais, inclusive os alimentos, onde 80% da produção agrícola é industrializada. A forma de controle da agricultura é justamente subordiná-la à indústria e ao processo de crescimento econômico, forçando os preços pagos aos agricultores para baixo, sempre. Há então uma separação significativa entre o campo e a cidade.

De 1980 até os dias atuais predomina a globalização alimentar, com destaque para a distribuição comercial no sistema agroalimentar. Num contexto de liberalização dos mercados, inicia-se um processo de reestruturação econômica “pósfordista”, com o uso do método de produção “just in time”, com a produção flexível e deslocalizada. A solução passa pela aceleração do crescimento econômico, novamente. Há também um processo de aprofundamento da Revolução Verde, com maior consumo de produtos industriais, cultivos de organismos transgênicos e, como consequência, uma desarticulação das economias locais. Acentua-se o predomínio das empresas multinacionais do setor agroalimentar, inclusive as agroquímicas, o que ocorre pela concentração através de fusões, aquisições, etc. (Sevilla Guzmán, 2012).

A existência dos mercados agrícolas e alimentares em escala global tem causados profundos impactos na atividade agrícola, e a noção de “Império” é um recurso heurístico utilizado por Ploeg (2008) para caracterizar a forma e a “superestrutura” desses mercados globais. Para aquele autor, a ideia de Império seria como “um modo de ordenamento novo e poderoso, (...), que reorganiza grandes domínios do mundo social e do mundo natural, sujeitando-os a novas formas de

controle centralizado e de apropriação massiva”. A organização do Império gera uma desconstrução contínua dos processos naturais, e das relações sociais e comunitárias, seguida de uma reformulação de muitas inter-relações e ligações que caracterizam os âmbitos da atividade agrícola, dos alimentos e da Natureza.

De outra forma, e em oposição ao Império, existem diversas iniciativas de reorganização da produção, distribuição e comercialização de alimentos em bases equitativas, realizadas por camponeses em todo o mundo. Ao invés de se tratarem necessariamente de iniciativas de contestação política à modernização da agricultura, estão mais relacionadas aos vínculos culturais, aos gostos e ao modo de vida das populações urbanas e rurais. Este fenômeno resiliente encontrado nos circuitos locais e regionais de abastecimento e comercialização da produção agrícola, presente em várias partes do mundo, deve merecer uma atenção e profundidade em sua análise (Schmitt, 2011).

Neste sentido, existem diversas referências que apontam para o fato de que a maior parte (85%) do consumo de alimentos mundial é produzida dentro dos próprios países, ou na mesma região ecológica (ETC Group, 2009; Ploeg, 2008). A título de exemplo, a cultura do trigo exibe o maior percentual de exportação no mundo, mas apenas 17 % de sua produção é vendida no mercado externo, sendo que os 83% restantes são consumidos nos próprios países produtores. Estimativas apontam que os camponeses, extrativistas e agricultores urbanos são responsáveis pela produção de 70% do alimento consumido no mundo (Altieri & Toledo, 2011; ETC Group, 2009), o que conduz à interpretação de que somente 30% do alimento produzido e distribuído no mundo se dão através dos circuitos agroindustriais.

As transformações ocorridas na agricultura dependente dos combustíveis fósseis, dos insumos químicos e das variedades de alto rendimento, alteraram marcadamente o metabolismo social, aprofundando a ruptura dos espaços de produção e de consumo. Dessa maneira, a necessária realocação do sistema agroalimentar não se resumiria a uma simples reestruturação dos circuitos mercantis, mas ao debate sobre o papel dos mercados como instrumento de reorientação dos fluxos de energia e materiais que sustentam as atividades econômicas, o que implica também na construção de formas mais equitativas de apropriação da riqueza gerada pelo sistema agroalimentar (Schmitt, 2011).



O que se coloca em questão, diante desse quadro, é a necessária construção social dos mercados, com os arranjos institucionais e instrumentos de política pública capazes de viabilizar novas formas de produção e consumo (Schmitt, 2011). A instituição da lei 11947, dentro do PNAE, obriga a que pelo menos 30% da produção da agricultura familiar seja direcionado a compra de produtos para a alimentação escolar, é um exemplo dessa construção, com o Estado cumprindo um papel de promotor do desenvolvimento local, e de fortalecimento da agricultura familiar e da Agroecologia.

Esta última tem um papel relevante e auxiliar numa visão crítica do sistema agroalimentar global, de forma a permitir a construção de um marco teórico a partir das experiências vivenciadas pelos camponeses na constituição de mecanismos alternativos de mercado. Há, portanto, uma práxis socioeconômica da Agroecologia que caminha na direção de sistemas agroalimentares alternativos, com características de reequilíbrio das relações de poder entre produção e consumo, e na aproximação dos agricultores aos espaços de consumo. As bases dessas relações estão na cooperação e solidariedade, as quais ultrapassam as relações mercantis, trazendo e refazendo valores historicamente vinculados ao campesinato, na direção de sociedades mais justas e sustentáveis no contexto de globalização (Sevilla Guzmán y Soler Montiel, 2010).

5.1.3) O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: mercado institucional como oportunidade de fortalecimento e de autonomia do campesinato.

O PNAE tem sua origem na Campanha Nacional de Merenda Escolar, iniciada em 1955 e institucionalizada no Brasil em 1979. No entanto, em junho de 2009 ocorreu uma mudança significativa no programa, por conta da lei 11.947, a qual ampliou a alimentação escolar ao ensino médio e alfabetização de jovens e adultos, e estabeleceu um vínculo institucional entre a alimentação fornecida nas escolas públicas e a agricultura familiar local ou regional.

Seu potencial é enorme, na medida em que seu orçamento para 2015 é de R\$ 3,8 bilhões<sup>97</sup>, para beneficiar 42,6 milhões de estudantes da educação básica, e de jovens e adultos. Com a [Lei nº 11.947](#), 30% desse valor – ou seja, R\$ 1,14 bilhão – deve ser

---

<sup>97</sup> Equivalentes à € 860.020.180,00 (câmbio do dia 26/09/2015).

investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades e dos municípios<sup>98</sup>.

A partir daquela data, no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para as secretarias estaduais e municipais de educação, e também para as escolas federais, “deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (FNDE, 2015). O controle social da execução do programa é feito pelos Conselhos de Administração Escolar – CAE, que é a instância responsável por acompanhar e monitorar os recursos federais repassados pelo FNDE para a alimentação escolar, e garantir boas práticas de sanitárias e de higiene dos alimentos.

Esta conexão entre a alimentação escolar e a agricultura familiar está baseada nas diretrizes estabelecida na lei 11.947/2009, em especial:

- Ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e;
- Ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar.

A aquisição dos produtos da agricultura familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, o que dispensaria o procedimento licitatório, obrigatório para compras governamentais. A lei estimula a transparência no processo de venda, inclusive a formação de preços, favorecendo a organização dos agricultores e sua autonomia. O acesso pode ser feito através de grupos formais e informais, e apresenta o órgão de assistência técnica e extensão rural como a entidade articuladora do processo, organizando os agricultores e auxiliando na obtenção da documentação exigida. Uma resolução recente do PNAE estimula os agricultores com o pagamento de um preço até 30% maior para os produtos agroecológicos ou orgânicos<sup>99</sup>.

A mudança introduzida no PNAE com a lei 11.947 veio a acrescentar na constituição de mercados institucionais para agricultura familiar, e que foi impulsionada

---

<sup>98</sup> Fonte <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>, acesso em 24/09/2015.

<sup>99</sup> Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.

após a eleição do governo Lula em 2003, onde houve maior espaço para a participação da sociedade civil em sua formulação, inclusive através das representações dos movimentos do campo agroecológico (Schmitt & Grisa, 2013).

## 5.2) Análise das informações colhidas em campo.

### 5.2.1) Breve linha do tempo do acesso ao mercado em Paraty.

As referencias sobre a produção agrícola de Paraty indicam a presença dos cultivos de mandioca, milho, fumo, abóbora, feijão, frutíferas e o algodão, desenvolvidos pelos indígenas que habitaram Paraty na época pré-colonial, como os tamoiós e guaianases (Mello, 2005). Com a chegada dos europeus, algumas culturas foram introduzidas na região, através de aclimações prévias no Velho Mundo, como os citros (laranja, limão), gergelim e arroz. Já a partir das colônias africanas e asiáticas vieram outras culturas tropicais, como o inhame, o quiabo, o gengibre, o coco e a banana, esta última com boa aceitação entre a população nativa (Dean, 1996).

A partir do século XVII tem início a produção de cana de açúcar e cachaça no município de Paraty, e as referencias bibliográficas indicam a existência de cerca de 100 engenhos de cachaça e 12 de produção de açúcar em Paraty, no final do século XVIII. A qualidade da cachaça produzida no município era excelente, razão pela qual era comercializada para a Europa juntamente com outros produtos (Mello, 2005). A produção de cana para fabricação de cachaça ainda perdura em Paraty, com cerca de 32 produtores.

No início do século XIX tem início o ciclo do café em Paraty, que dura somente até a década de 1870, quando tem início um processo de declínio desta cultura. No entanto, os relatos de alguns camponeses neste trabalho de pesquisa mostram que a cultura ainda teve alguma importância na agricultura do município, mesmo após seu abandono nas grandes fazendas. Os agricultores que vieram do Espírito Santo para Paraty nas décadas de 1950 e 1960 trouxeram o hábito de cultivar café, seja para autoconsumo, seja para comercialização, como relata Manoel:

A produção (de café) era para consumo próprio e para comercialização na cidade de Paraty, o forte da venda era o café, e vendido em Guaratinguetá/São Paulo, porque não havia mercado (*para a quantidade de café produzido*) em Paraty. Então a produção ia até Paraty (por trilha), e de lá em caminhões para Cunha, e depois Guaratinguetá (Manoel).

Nessas décadas está presente uma diversidade produtiva entre os camponeses de Paraty, com o cultivo de milho, feijão, arroz, mandioca (para fabrico de farinha), hortifrutigranjeiros, além de gado de leite e pequenos animais, como galinhas e porcos. Essa diversidade produtiva caracterizava uma economia camponesa, onde havia o predomínio dos valores de uso sobre os valores de troca. A venda de excedentes era direcionada para o mercado na cidade de Paraty, e transportada em lombo de cavalos ou burros, ou até mesmo nas costas dos agricultores, já que ainda não havia a possibilidade de transporte por veículos. Mesmo assim, o mercado era pequeno, com poucos consumidores, e não absorvia toda a produção que era levada para a cidade. O relato do camponês Antônio ilustra bem essa condição:

Antes da estrada era difícil o acesso ao comércio, a coisa que a gente colhia tinha que levar tudo nas costas, ou animal (...), mas que foi uma coisa depois, a gente foi plantando banana, plantando mais, e aí foi comprando animal, mas no começo nem animal tinha, (o transporte) tinha que ser nas costas.

Naquela época a gente levava um saco de farinha e tinha que deixar num canto num armazém, a cidade era pequenininha. Então o comerciante já tinha comprado a mercadoria de outro lugar, e dizia: eu hoje não quero essa sua mercadoria não, eu já comprei. Aquele que andasse na frente vendia (Antônio).

Naquela época a renda monetária familiar era composta basicamente pela possibilidade da comercialização dos produtos no mercado de Paraty. Em muitos momentos os camponeses tiveram que buscar trabalho em outros locais, inclusive fora do município de Paraty, como forma de geração de renda para as famílias:

Quando a coisa estava apertada demais, nós ia (sic) procurar emprego, nós ia (sic) para Santos atrás de emprego. Lá podia chegar 15, 16 pessoas, que arrumava emprego. Trabalhava no rural, em sítio de produtor de banana. Também a maioria do povo trabalhava 3, 4, 5 meses, e ganhava o dinheirinho, pegava a condução e ia embora (Antônio).

Mesmo em tempos mais recentes, a busca por trabalho fora dos locais de moradia e produção parece ser uma característica da resistência camponesa, como forma de complementar temporariamente a renda originada com a venda da produção agrícola gerada no próprio sítio. Ao ser perguntado sobre esta possibilidade, e em quais condições ocorreu esta necessidade de buscar trabalho fora, o camponês João respondeu:

Teve um momento de extrativismo, mas não foi muito apropriado. Então teve algumas empreitadas, ou também trabalhava como diarista, para buscar algum recurso, para poder manter a família até conseguir ter alguma renda (de dentro do próprio sítio). (...) Mas a maior parte era trabalhando fora, tirava alguns dias

por semana e ia trabalhar para alguém. Pelo menos durante uns dois anos isso foi muito intenso. A partir do 3º ano, isso foi diminuindo, porque começou a tirar algum produto do sítio, alimentos tirado da terra, então tinha alguma renda. Milho, feijão, mandioca, e tinha banana também. Então já complementava algumas coisas. A gente estava conseguindo se manter bem com a produção do sítio, e depois de 5 anos, o serviço (complementar) fora do sítio, como as empreitadas, virava uma renda extra (João).

Uma das culturas mais importantes no território de Paraty é a banana, introduzida no Brasil desde a época colonial. Em Mello (2005) há referências às dificuldades para a comercialização da produção de banana, no século passado, devido à necessidade de transportá-la por meio de trilhas e também por embarcações até a cidade de Paraty. De lá a banana era levada de barco até a cidade de Itacuruçá, e daí até a cidade do Rio de Janeiro. O agricultor Manoel conta que a produção de banana aumentava no período mais quente do ano (setembro a março), e diminuía até a metade no período mais frio do ano.

A venda da produção de banana era feita através de compradores que iam até os bananais comprar a produção, os chamados atravessadores, que intermediavam o processo de compra e venda da banana. Essa forma de comercialização impunha aos agricultores preços muito baixos pelo produto vendido, e motivou um grupo de agricultores a buscarem uma alternativa para comercialização da banana. Ao final da década de 1980 foi constituída uma associação de produtores de banana de Paraty, cujo objetivo era promover a comercialização direta e oferecer um produto com mais qualidade no mercado. Com recursos obtidos através de um empréstimo contraído junto a um fundo cristão europeu, construíram uma sede com instalações para tratamento e climatização do produto colhido, e adquiriram dois caminhões para transporte da banana até a CEASA RJ, a maior central de comércio atacadista no município do Rio de Janeiro. No entanto, pouco tempo depois a associação foi desativada e a diretoria desfeita, em função de diversos problemas relacionados à gestão da organização.

Há um período mais adiante no qual se configura uma crise na produção e comercialização da banana em Paraty, gerado pela entrada da banana de melhor qualidade no mercado atacadista, principalmente o produto colhido em Minas Gerais e no também no vale do Ribeira (São Paulo). Os preços muito baixos não compensavam sequer a colheita da banana, e o plantio e a produção decaíram acentuadamente no município. Esse fato gera diversas consequências aos agricultores que dependiam da

venda do produto como forma de obtenção de renda, e novamente alguns deles necessitaram buscar trabalhos fora de seus sítios para ajudar na renda familiar, como ocorreu com João:

Quando foi em 1998 veio uma situação mais delicada, que atingiu todo Paraty, que foi (o problema de diminuição da venda da banana) a entrada da banana de fora. Isso criou uma crise forte no campo, e se deu uma forte migração para encontrar trabalho fora. Para mim foi um momento bastante delicado, e não era minha intenção trabalhar fora (do sítio). Eu fui para São Paulo trabalhar na construção civil, peguei uma obra grande, trabalhei por 4 meses. Consegui saldar algum dinheiro e voltei para retomar as atividades no sítio, e outras iniciativas (João).

Como alternativa à produção de banana em Paraty, tem início um trabalho de incentivo ao plantio da pupunha para produção de palmito, como forma de diminuir a pressão sobre a extração do palmito da juçara, cujo corte era (e ainda o é) proibido. Diversos camponeses diversificaram sua produção com a pupunha, e isso também auxiliou no aumento de sua renda monetária. Alguns deles já têm oferecido a pupunha dentro dos processos de compra de produtos da agricultura familiar às escolas, como pode ser visto no subitem 5.2.3 deste capítulo. Como forma de melhorar o processamento do produto colhido, inclusive a sua apresentação, um grupo de camponeses integrantes do Coletivo Agroecológico de Paraty (atual APOP) visitou em setembro de 2015 as instalações de processamento da pupunha da Associação dos Produtores do Vale do Mambucaba (Angra dos Reis). Juntamente com técnicos do Centro Nacional de Agroindústria de Alimentos, da EMBRAPA, e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, eles tiveram conhecimento do processamento do palmito pupunha de forma a atender a legislação sanitária de produtos de origem vegetal (foto 10).



Foto 10: Visita dos agricultores do CAP (APOP) à unidade de beneficiamento da pupunha, na Associação dos Produtores do Vale do Mambucaba, setembro de 2015. Foto gentilmente cedida por Ailena Sudo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O quadro abaixo apresenta a produção agrícola de Paraty, com as principais culturas comercializadas no ano de 2014.

Culturas	Nº de produtores	Área colhida (hectares)	Receita bruta (R\$)	Receita por produtor (R\$)
Aipim	30	5,00	91.356,00	3.045,20
Banana	300	434,00	2.532.300,00	8.441,00
Cana de açúcar	32	85,00	641.240,00	20.038,75
Inhame	22	1,60	23.744,00	1.079, 27
Mandioca	45	55,00	150.933,30	3.354,07
Milho	8	26,00	44.000,00	5.500,00
Palmito	120	120,00	2.140.970,00	17.841,42
Total:	557	726,60	5.624.543,30	10.097,92

Quadro 2. Elaboração própria do autor a partir das informações do Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola - ASPA, referentes ao ano de 2014, disponibilizado pela EMATER RIO em < <http://www.emater.rj.gov.br/tecnica.asp>>, acesso em 12/09/2015.

A análise mais detida do quadro acima indica que, embora a banana continue a ser a cultura mais plantada no município, e com maior número de produtores, a cultura de maior receita individual é a da cana de açúcar. Neste caso a produção é gerada nas próprias fazendas de produção de cachaça, ou de produtores dentro do município que fornecem a cana para os alambiques.

Outra análise significativa gerada pelas informações do quadro acima refere-se à receita obtida com a produção de palmito, notadamente a pupunha. Ela representa a segunda maior receita individual no município, maior que a média municipal, e indica o potencial desta cultura na geração de renda para as famílias camponesas, conforme apresentado anteriormente.

Uma das mais promissoras oportunidades de comercialização em Paraty é a da polpa da palmeira juçara, já abordada no capítulo 3 desta tese. A partir da mudança na forma de manejo desta planta, com a coleta dos frutos ao invés da derrubada e eliminação da planta quando a finalidade era a de obtenção do palmito, surgem novas possibilidades de renda para as famílias camponesas. A experiência com o processamento da polpa de juçara feita por camponeses em Ubatuba (São Paulo)<sup>100</sup>, onde o produto é entregue para as escolas públicas através do PNAE, têm estimulado os agricultores em Paraty a investirem na atividade.

Apenas 4 ou 5 agricultores em Paraty possuem a despoldadeira, dentre eles o agricultor Manoel, que comercializa a polpa congelada no box da APOP no mercado municipal de Paraty, e também diretamente nas residências dos consumidores. Como é um equipamento caro, mas imprescindível para o processamento dos frutos, os integrantes da APOP tem vislumbrado a possibilidade de conseguirem o equipamento através de um projeto coletivo.

O valor nutricional da polpa da juçara tem sido objeto de alguns trabalhos acadêmicos de pesquisa. Silva (2013) comparou a composição nutricional da polpa dos frutos da juçara em relação a do açaí, e os resultados de sua pesquisa reforçam a importância e funcionalidade da polpa da juçara na alimentação humana. Segundo aquela autora, a polpa da juçara é ótima fonte energética, e possui altos teores dos minerais K, Fe, Cu, Co, Mg, Zn, Mo e Mn. É também rica em fibras e em antocianinas e ácidos graxos de alta qualidade (palmítico, oleico e linoleico), em valores superiores aos da polpa de açaí.

#### 5.2.2) Artesanato: expressão cultural, conhecimento e geração de renda.

As populações tradicionais presentes no território de Paraty possuem diversos traços em comum, como a diversidade de manejo dos vários ambientes, o modo de vida baseado na produção material e não material, o apego ao lugar, o conhecimento dos ciclos naturais e a dependência deles para sua sobrevivência, uso de técnicas com baixo

---

<sup>100</sup> Ver a descrição do início desta experiência em Reis *et al* (2014). Ver também nos boletins da Rede Juçara (disponível em <http://www.redejucara.org.br/site/>), e especialmente a “Cartilha da Juçara: informações sobre boas práticas e manejo”, disponível para download em <[http://www.coletivocatarse.com.br/downloads/reju/cartilha\\_0.99.pdf](http://www.coletivocatarse.com.br/downloads/reju/cartilha_0.99.pdf)>, acesso em 22/09/2015.



impacto ambiental, e o conhecimento gerado e transmitido pela oralidade (Diegues, 2005).

Uma das mais ricas expressões culturais deste conhecimento ancestral é o artesanato, que se apresenta sob diversas formas, como por exemplo, na arte de confeccionar cestas de fibras vegetais (foto abaixo) e objetos de madeira, usados como utensílios domésticos e na agricultura. Há variadas referências deste conhecimento por parte das tribos indígenas que habitavam Paraty, os quais produziam uma variada cestaria de cipós e taquaras (Mello, 2005).

No caso da cestaria, a tecelagem é feita com fibras vegetais extraídas das palmeiras, dos cipós e das taboas que crescem nos brejos. É um conhecimento diretamente relacionado ao ambiente físico, ao tempo adequado para a colheita do material, e que incorpora o cuidado com a necessidade de preservação dos recursos naturais e de continuidade do modo de vida tradicional.



Foto 11. Diversos tipos de cestas e objetos trançados com fibras vegetais. Foto: contracapa do dvd Cultura de Fibra (Associação Artístico Cultural Nhandeva).

Apesar desse cuidado, algumas espécies usadas para o artesanato estão desaparecendo, devido ao desmatamento, à privatização (e impedimento do acesso) das áreas de extração deste material, ou manejo inadequado, como é o caso da palmeira juçara. Porém, em algumas comunidades existem iniciativas de replantio das espécies utilizadas para extração de fibras.

Quanto ao seu emprego, as fibras de origem vegetal eram (e ainda o são) usadas para a construção de coberturas de casas (como abrigo contra chuva ou variações

climáticas), no processamento de alimentos como a mandioca, no transporte de cargas e no armazenamento de alimentos, e até como utensílios para servir comida à mesa.

Para diversas famílias camponesas, o artesanato é uma forma de complementação de renda, caracterizado como um traço da pluriatividade camponesa, e está inserido numa estratégia de diversificação das fontes de renda como forma de proteção diante dos riscos. Exatamente como relata o caçara José, morador da localidade de Curupira:

Fazer várias coisas, quando uma fracassa, por alguma razão, eu me defendo com a outra. Eu não quero ser obrigado a ser um produtor só de mandioca. Se eu tiver um problema com a mandioca, eu tenho um palmito, uma banana. Ali tem um taquaral, bambu, eu dali faço esses apetrechos (cestaria), e vou me defender com o artesanato. Então esses são os princípios, é o que nós identifica (sic) como caçara. (José).

Seu conhecimento sobre as plantas medicinais encontradas na Mata Atlântica, e do uso dos cipós para confecção de cestas e utensílios para fabricação de farinha de mandioca, o torna um dos últimos “mestres do saber” na confecção do tipiti<sup>101</sup>, do samburá<sup>102</sup> e do jacá<sup>103</sup>, este considerado o mais antigo cesto de transporte de carga levada por animais (Cheola, 2012).

José também possui um grande e variado conhecimento na construção de casas e instalações, inclusive o engenho de fabricação da farinha de mandioca instalado em seu sítio (foto abaixo). Ele mesmo se intitula um engenheiro:

Vamos falar de outro conhecimento, a engenharia, eu sou engenheiro porque aprendi a fazer engenho (de farinha), e isso vem de uma mistura de raças.

---

<sup>101</sup> Tipiti [Do tupi.] Utensílio que consiste numa espécie de cesto cilíndrico extensível, feito de palha, com uma abertura na parte superior e duas alças, usado entre os povos indígenas brasileiros para extrair, por pressão, o ácido hidrocianico da mandioca brava. [Var. e sin., nesta acepção: *tapiti* e *paneiro*]. Ferreira (2004:1952).

<sup>102</sup> Samburá (do tupi). Cesto feito de cipó ou de taquara, bojudo e de boca estreita, usado pelos pescadores para recolher peixes, camarões, etc. ou carregar seus apetrechos. (Ferreira, 2004:1798).

<sup>103</sup> Jacá [Do tupi.] Espécie de cesto feito de taquara ou de cipó, e de forma variável, para conduzir carga, em geral de comestíveis, às costas de animais: “berços de cipó e balaies de taquara; jacás sem fundo” (Euclides da Cunha, *Os Sertões*, p. 581). Ferreira (2004:1144).



Foto 12: Engenho de farinha, sítio do caiçara José, Curupira.  
Foto do autor, maio de 2013.

A AMOQC possui uma loja de venda de artesanato feito pelos moradores, e localizada na beira da rodovia BR 101. É uma forma de valorizar a cultura local, e de geração de renda para as famílias. Uma delas é a de dona Maria, caiçara nascida na localidade de Itatinga, Paraty. Ela é casada com Antônio, mora no Quilombo do Campinho, e tem a atividade de artesanato como fonte de renda complementar para sua família, desde muito tempo. Ela aprendeu a fazer artesanato com seu avô, e transmitiu seu conhecimento aos filhos, netos e vizinhos. Além das fibras da taquara e do cipó, ela trabalha com caixeta<sup>104</sup>, uma árvore típica da Mata Atlântica, e de onde obtém a madeira e produz objetos de decoração como bichos e bonecos (foto abaixo).

Eu trabalhava para ajudar ele (seu marido), que o que ele ganhava não dava para nós, então a gente ia cortar taquaruçu<sup>105</sup>, para fazer peneira, tapiti.

<sup>104</sup>Árvore da família das Bignoniaceae, *Tabebuia cassinoides* (Lam.) DC. A madeira é usada principalmente para fabricar lápis, substituindo o cedro americano. Também se utiliza a madeira para trabalhos em artesanato manual, sendo fácil de ser entalhada e esculpida (<<http://www.ipef.br/identificacao/nativas/detalhes.asp?codigo=49>>, acesso em 24/08/2015). Em Mello (2005:235) há referências ao uso da caixeta na década de 1930 para as diversas fábricas de tamancos existentes em Paraty, e também na fabricação de brinquedos e miniaturas de embarcações. Ver também em Diegues (2005:291-292) uma breve descrição do manejo das árvores da Mata Atlântica pelos caiçaras, de onde retiravam madeiras de forma seletiva para a construção de casas, mobiliário e utensílios domésticos, para a fabricação de canoas e de equipamentos de pesca. Especificamente da madeira extraída da caixeta fabricavam também violas e rabecas.

<sup>105</sup> Taquaruçu [Do tupi = 'taquara grande'.] Bras. Bot. Taboca-gigante. Bambu da família das gramíneas (*Gadua superba*), da floresta pluvial, cujos colmos medem de 6 a 20m de altura e de 15 a 20cm de

Mas o artesanato tá ajudando bastante, porque de vez em quando ainda sai um trocadinho. Porque há uns 20 e tantos anos, 30 e tantos anos que a gente mexe com artesanato. No sábado ou domingo, a gente ia fazer balaio, cesto, às vezes recebia encomenda de jacá, de peneira fina, a gente fazia essas coisas para ajudar na sobrevivência. Aí depois o pessoal começou a ver a gente fazendo, e começou a aprender a fazer também. Não é só da taquara, mas da taboa, e também o crochê, tudo entra no artesanato.



Foto 13. Artesanato de madeira, casa de D. Maria, Quilombo do Campinho.  
Foto do autor, julho de 2012.

### 5.2.3) Coletivo Agroecológico de Paraty – CAP: trajetória e perspectivas em busca de autonomia.

O CAP é um coletivo de agricultores de Paraty que tem como identidade a produção agroecológica e familiar. Sua origem pode ser atribuída à execução de um trabalho de Ater com enfoque agroecológico desenvolvido a partir dos anos de 1990 em Paraty, e já descrito no subitem 3.2.1 do capítulo 3 desta tese. Este trabalho impulsionou a formação de alguns núcleos de agricultores, com base na proximidade geográfica, manejo e emprego de tecnologias agrícolas semelhantes, acesso comum ao mercado, e que resultou na constituição do CAP.

---

diâmetro. As sementes são feculentas e alimentares; com as hastes se fazem esteios de casas, escadas e canos. [Sin.: *taquaruçu*. Pl.: *tabocas-gigantes*.]. Ferreira (2004:1917).

O objetivo de sua criação foi o de buscar soluções para a agricultura familiar de Paraty, desde a produção até a comercialização. Por isso o CAP se forma por volta do ano de 2005, diante da necessidade de organizar a venda dos produtos de maneira distinta ao mercado convencional, buscando a garantia participativa de qualidade, a economia solidária e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e agricultoras familiares de Paraty. Sua atuação tem sido na direção dos circuitos curtos de comercialização, aonde sua autonomia seja fortalecida, com maior transparência no processo de venda e aproximação com os consumidores.

A primeira experiência de realização de uma feira com produtos de agricultores do CAP ocorreu em 2011, de acordo com o relato da extensionista social da EMATER RIO, Janaína Ariston. A partir desta iniciativa o grupo realizou diversas edições da Feira Agroecológica de Paraty, que acontecia com frequência quinzenal no Mercado do Pescador, próximo ao cais da cidade. Nas semanas que não tinha feira, havia os mutirões, que ajudavam na logística de entrega dos produtos, e na melhoria da qualidade dos produtos para a comercialização na feira. Depois de dois anos o CAP inicia a venda de seus produtos dentro de um Box no Mercado Municipal do Produtor, com divulgação feita em rede social. Paralelamente às vendas dentro do mercado havia também um sistema de entrega de produtos previamente encomendados, e entrega nas casas dos consumidores.

Em janeiro de 2014 o CAP iniciou uma experiência para fornecimento de produtos alimentícios da agricultura familiar às escolas municipais de Paraty, dentro do PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar, como forma de diversificar a venda de seus produtos. Nessa primeira iniciativa apenas cinco agricultores do CAP apresentaram propostas para o fornecimento de sete itens diferentes: aipim, banana prata, palmito pupunha, bananada (doce de banana), farinha de mandioca, iogurte e queijo minas. Para o fornecimento destes dois últimos produtos houve um apoio específico da Secretaria Municipal de Agricultura, para viabilizar a criação e aprovação de uma legislação específica no âmbito municipal, e que permitiu o enquadramento deste agricultor nas normas sanitárias vigentes.

Em outubro de 2014 foi lançada uma segunda chamada pública por parte da Prefeitura Municipal de Paraty, e dessa vez dez agricultores do CAP apresentaram propostas para o fornecimento de seis produtos diferentes. Segundo Janaína Ariston, que tem atuado como facilitadora e articuladora das relações entre o grupo do CAP



(atual APOP) e a Prefeitura Municipal de Paraty, existe uma possibilidade das escolas aumentarem o volume de produtos a serem comprados, ultrapassando o limite mínimo obrigatório estipulado na legislação do PNAE. No entanto, o camponês Manoel relata que os agricultores não têm condições de aumentar o volume de produtos a serem oferecidos às escolas, já que são poucos a se manterem na atividade agrícola, pois muitos abandonaram a suas áreas de produção em troca de trabalho como empregados em condomínios residenciais e na construção civil.

Atualmente o CAP tem tido uma promessa por parte da Prefeitura Municipal de Paraty na instalação de uma feira, em local mais acessível ao anterior, e com barracas padronizadas, e layout adequado. No entanto, a grande oportunidade real continua sendo a de aumentar a oferta para o mercado institucional, como o PNAE. Para isso o CAP entende a necessidade de se transformar em um grupo organizado e formalizado como produtores orgânicos, de forma a aumentar suas chances nas próximas chamadas públicas, inclusive aquelas de municípios vizinhos. Essa transformação em direção à organização como grupo formal vem também pela necessidade de fazer frente à uma cooperativa já formalmente constituída no município, a qual certamente teria vantagens em relação à um grupo informal, num processo de compra de produtos para as escolas públicas, conforme as normas do PNAE.

O primeiro passo nesse sentido foi a criação em dezembro de 2014 da Associação dos Produtores Orgânicos de Paraty - APOP, como organização sucedânea ao CAP. Atualmente a formalização do grupo está sendo realizada através de duas ações: a primeira é a constituição da APOP como OCS – Organismo de Controle Social<sup>106</sup>, que é um processo mais simplificado de reconhecimento formal como produtor orgânico. Nesta condição o grupo poderia se beneficiar da possibilidade de receber até 30% a mais no preço de seus produtos oferecidos nas compras dentro do

---

<sup>106</sup> Através do Decreto Nº 6.323/07, a Organização de Controle Social - OCS é definida como "grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade." Nessa forma de regularização, quem dá a garantia da qualidade orgânica é o agricultor, acompanhado de perto pela sociedade. A garantia se baseia na relação de confiança entre quem vende e quem compra. Nesta modalidade é permitida, apenas, a venda direta de seus produtos ao consumidor, à merenda escolar (através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) ou à CONAB (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA). Fonte: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regulizacao-producao-organica/controle-social-rpo>, acesso em 27/07/2015.

PNAE, melhorando a sua renda. Até o mês de setembro de 2015 nove agricultores da APOP já receberam suas declarações individuais de inscrição no cadastro nacional de produtores orgânicos, e pertencentes a uma OCS (foto abaixo).



Foto 14. Agricultores da APOP recebendo o documento de inscrição individual no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, em julho de 2015. Foto gentilmente cedida por Ailena Sudo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O segundo passo posterior seria transformação da APOP em um grupo dentro do Sistema Participativo de Garantia – SPG, outro mecanismo de garantia da produção orgânica<sup>107</sup>. No entanto, este passo implicaria em aumento de alguns custos para os camponeses, já que teriam que pagar uma “taxa” à uma organização mediadora entre o grupo e o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, além dos custos de manutenção da própria APOP.

---

<sup>107</sup> Conforme o decreto Nº 6.323/07, o Sistema Participativo de Garantia (SPG) é formado pela reunião de produtores e outras pessoas interessadas em organizar a sua estrutura básica, que é composta pelos membros do sistema e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC. Os OPAC são a parte do SPG que se organiza como pessoa jurídica, e correspondem às certificadoras na certificação por auditoria. São os OPAC que avaliam, verificam e atestam que produtos, estabelecimentos produtores ou processadores, atendem às exigências do regulamento da produção orgânica. O OPAC assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas pelo SPG. Já os membros do sistema são pessoas físicas ou jurídicas que fazem parte de um grupo classificado em duas categorias, distribuidores, comerciantes, transportadores e armazenadores. Os colaboradores são os consumidores e suas organizações, os técnicos, as organizações públicas e privadas, as que representam as mais diferentes classes e os parceiros (colaboradores) que possam ajudá-los a dar garantia a seus produtos. Neste sistema, todos tomam conta de todos e se visitam, para garantir a qualidade do produto orgânico. Fonte: < <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/sistemas-participativos-rpo>>, acesso em 15/08/2015.

A Prefeitura Municipal de Paraty tem apoiado as ações da APOP, de duas formas. Uma delas é através da colocação de um caminhão para buscar os produtos nos locais de produção e leva-los a um depósito da Secretaria Municipal de Educação, de onde seguem posteriormente para cada escola atendida pelo programa. A outra forma de auxílio vem pelo trabalho de assistência técnica, onde um agrônomo da Secretaria Municipal de Agricultura acompanha pessoalmente todas as reuniões (aonde são feitas atas como forma de acompanhamento das decisões do grupo, etc), e também participa de todos os mutirões que envolvem os membros da APOP.

Uma ação realizada recentemente como desdobramento das atividades da APOP foi a visita de estudantes de uma escola municipal ao agroecossistema do camponês Israel Fraga Filho (Israel “Colméia”), também membro da APOP, localizado em São Gonçalo (Paraty). Na ocasião as crianças puderam visitar sua agrofloresta (foto abaixo), e participaram de atividades educativas com técnicos do MAPA, como jogos relacionados à temática ambiental.



Foto 15. Atividade com crianças em visita ao SAF do agricultor Israel Fraga Filho, no sertão de São Gonçalo/Paraty, agosto de 2015. Foto gentilmente cedida por Ailena Sudo, do MAPA.



### 5.3) Considerações acerca do capítulo.

A análise das informações de campo revela inicialmente um panorama da agricultura em Paraty ao longo dos últimos 60 anos. A diversidade de produtos citada nos relatos das pessoas entrevistadas é herança das populações indígenas habitantes da região, e acrescida de outras culturas introduzidas pelo colonizador (como a banana), conforme apontam as referências bibliográficas. As relações mercantis ocorriam em volume muito pequeno, devido ao isolamento das comunidades e sítios antes da construção da rodovia Rio Santos. Havia o predomínio relativo dos valores de uso sobre os de troca, com base na produção familiar em pequenas áreas de posse, o que indica a existência de uma economia camponesa. A venda de excedentes era direcionada à cidade de Paraty, mas com grandes dificuldades de transporte da produção, e com limitações à comercialização, já que o mercado não absorvia toda a produção que era levada à cidade.

Essas dificuldades impuseram aos camponeses a necessidade de buscar trabalho eventual fora da unidade de produção, para complementar a renda familiar, inclusive fora do município e mesmo em trabalhos distintos à atividade agrícola, como a construção civil. Mas após um período aproximado de alguns meses fora, trabalhando como empregados (diaristas ou mensalistas), os camponeses retornam à sua atividade produtiva nos seus sítios, e reinvestem o (pouco) capital obtido nas suas próprias unidades familiares de produção e consumo. Esse movimento de saída e retorno indica uma grande capacidade de resistência, ou mesmo resiliência, para permanência no território e na atividade agrícola. É uma característica que reforça a ampla capacidade de adaptação camponesa às diversas situações necessárias à sua sobrevivência, e se insere nas condições para sua permanência histórica.

O artesanato presente no território é uma forma de expressão dos saberes ancestrais das populações indígenas, e que permanecem vivos inseridos no modo de vida das famílias camponesas, através da tradição oral transmitida pelas pessoas mais idosas. Este modo de vida inclui também um conhecimento prático adquirido no território, para o desenvolvimento da construção de casas e para as instalações relacionadas à produção agrícola, como os engenhos (moinhos) de fabricação da farinha de mandioca, base da alimentação das populações tradicionais. Este conhecimento “vivo” exprime uma riqueza cultural ampla e diversa, e necessita ter seu

reconhecimento através de instrumentos e políticas públicas de valorização das identidades culturais.

A trajetória do CAP mostra o amadurecimento de um coletivo de camponeses em busca de alternativas de acesso ao mercado, e ao redor de suas práticas agroecológicas. Para isso constroem caminhos que passam pela comercialização direta de sua produção, como feiras e mercados, além da entrega de produtos diretamente nas residências dos consumidores. Com o apoio do órgão governamental de extensão rural iniciam a venda para as escolas do município, através do mercado institucional (PNAE). A partir daí fortalecem sua organização como grupo, e passam a discutir a possibilidade de sua formalização para atender a legislação de conformidade de produtos orgânicos e, assim, aumentar as chances de acessar um mercado com mecanismos mais transparentes e com maior estabilidade nas relações de compra e venda.

As diversas oportunidades de comercialização dos produtos oriundos da sociobiodiversidade, presente no território, abrem mais possibilidades de acesso ao mercado, em condições mais justas e ecologicamente mais adequadas. Nessa linha aparece o processamento da pupunha e da polpa da palmeira juçara, além de outras frutas nativas da Mata Atlântica.

A relação do CAP com a realização dos mutirões agroecológicos indica a existência de uma estratégia de fortalecimento de uma identidade camponesa, ao redor de iniciativas de apoio mútuo, intercâmbio de conhecimentos e vivências, e da formação de um coletivo que se desenvolve através das experiências de acesso ao mercado de produtos de base ecológica, numa relação de comercialização direta com o consumidor. Esta dinâmica demonstra uma busca constante pela autonomia camponesa, e faz parte de uma estratégia articulada de resistência para permanência no território.

## **6 – Conclusão**

A questão orientadora deste trabalho de pesquisa foi analisar como as experiências agroecológicas têm contribuído como parte da estratégia de resistência dos camponeses ao processo intenso de desterritorialização desenvolvido em Paraty, ao longo das últimas seis décadas.

A hipótese de pesquisa foi a de constatar a existência de todo um conjunto de estratégias, tecnologias, percepções e conhecimentos que tornam possível a permanência do campesinato em Paraty, sem comprometer a renovação dos recursos naturais, e que aponta para uma racionalidade ecológica existente na forma camponesa de manejo socioambiental, neste território.

Para a realização deste trabalho utilizou-se uma abordagem qualitativa, no sentido de privilegiar o sujeito da pesquisa, através da utilização dos métodos e técnicas da investigação agroecológica. A metodologia empregada mostrou-se apropriada tanto para atender ao objetivo da análise como na identificação das diversas dimensões, e dos vários elementos presentes, nas estratégias de resistência ao processo de desterritorialização, empreendidas por camponeses em Paraty, ao longo do tempo. Através da metodologia adotada, e de suas técnicas, foi possível acessar os relatos destes camponeses, a partir de suas histórias de vida, e perceber as múltiplas dimensões dessa resistência cotidiana, a riqueza multitemática presente nas experiências agroecológicas protagonizadas por eles, e também aspectos do processo de construção e de disseminação do conhecimento agroecológico.

A análise das informações do trabalho de campo indica a existência da condição camponesa em Paraty, com origens diversas e, inserida nos distintos grupos sociais presentes no território. Esta condição é encontrada nas pequenas unidades de produção e consumo com gestão familiar, com predomínio dos valores de uso sobre os de troca, com alto grau de autossuficiência e com caráter de pluriatividade nas atividades familiares. A condição camponesa também está fortemente baseada numa forma de manejo de natureza socioambiental, e na estratégia multiuso do território.

Este trabalho de pesquisa utilizou o entendimento do campesinato que o considera para além de uma categoria social. Para a Agroecologia, o campesinato também é uma forma de manejo de natureza socioambiental, dotado de certa

racionalidade ecológica na apropriação dos recursos naturais. O uso dessa abordagem permitiu incluir na categoria de camponeses todos os agricultores inseridos nos grupos de populações tradicionais, e também aqueles que permanecem na agricultura como lavradores e posseiros. Esta possibilidade foi também confirmada com a utilização do nível de pesquisa de estilos de manejo de recursos naturais, porque permitiu agregar em uma mesma categoria analítica agricultores com distintas origens (nascidos em Paraty e migrantes), e também aqueles inseridos em diferentes grupos sociais, como é o caso dos quilombolas e dos caiçaras. Neste sentido foi possível identificar um conjunto de agricultores em Paraty com semelhante forma de manejo dos recursos naturais, oriunda da mesma matriz de conhecimentos, com inserção análoga no mercado, e que através da perspectiva agroecológica possibilita percebê-los numa condição camponesa.

Para efeito de melhor compreensão dos diversos elementos constituintes da estratégia de resistência empreendida pelos camponeses em Paraty, e das várias dimensões envolvidas neste processo (socioeconômica, sociopolítica e socioecológica), o presente trabalho de tese foi dividido em quatro grandes eixos que lhe dão sustentação teórica e empírica, e que correspondem aos capítulos 2, 3, 4 e 5.

O capítulo 2 refere-se à dimensão sociopolítica da Agroecologia, e em sua análise verificou-se que processo de territorialização do capital em Paraty tem ocorrido ao longo das últimas décadas, e de diversas formas, através de uma associação conservadora e perversa entre o capital (imobiliário e financeiro) e as estruturas de poder do Estado. Nesse processo são visíveis os mecanismos de expansão e acumulação do capital, exercidos através de uma estratégia que inclui mecanismos como a expropriação e a supressão do campesinato, inclusive com métodos violentos de extração da mais valia. Estes se fizeram presentes desde a escravidão utilizada nos engenhos de açúcar e cachaça nos séculos XVIII e XIX, nos contratos forçados (e forjados) de comodato utilizados nas décadas de 1970 e 1980 e, até, mais recentemente, no trabalho assalariado presente desde as obras de construção da rodovia BR 101, mas que perdura até hoje como forma de atração da mão de obra assalariada.

A pesquisa referente à este eixo diz respeito à um contexto marcado pelas constantes ameaças à permanência do campesinato no território, e que tem perdurado ao longo das últimas 6 décadas. É dentro deste ambiente hostil que estas experiências agroecológicas reforçam (ou conformam) uma resistência camponesa às iniciativas de desterritorialização, as quais atualmente têm se expressado através dos diversos

conflitos envolvendo a permanência das populações tradicionais e de agricultores posseiros, dentro e no entorno das unidades de conservação ambiental, mas também através do recrudescimento das ações de apropriação de áreas pela ação de grilagem.

O que se pode constatar é a presença de uma grande diversidade de situações reais de existência (e resistência) camponesa em Paraty, e que passa pelas várias formas de acesso à terra, da mais precária e de condição de subordinação extrema, até aquela que confere um grau maior de autonomia ao camponês.

A permanência do campesinato está centrada em suas estratégias adaptativas diante da sociedade maior, e pode ser explicada através de três condições essenciais, todas elas presentes em Paraty. A primeira delas diz respeito à manutenção do acesso ao seu principal meio de produção, que é a terra. Isto ocorreu através de várias maneiras, como a resistência histórica das populações caiçaras ao avanço do capital imobiliário, ou mesmo das comunidades quilombolas, as quais somente depois da Constituição de 1988 puderam ter a garantia do reconhecimento de suas áreas. Ocorreu também na luta e organização política desenvolvida pelos camponeses para desapropriação de suas áreas de posse, fruto de uma atuação integrada entre o STR de Paraty, a CPT e FETAG RJ, e que resultou nos três projetos de assentamento de reforma agrária implantados em Paraty na década de 1980. E por fim, a resistência do campesinato em Paraty foi fortalecida quando no estabelecimento de suas alianças políticas com outros grupos sociais, como na resistência articulada entre os caiçaras da Praia do Sono e o STR de Paraty na década de 1980.

A segunda condição de permanência do campesinato se relaciona à manutenção de certo controle sobre a sua própria força de trabalho, para diversificação de suas estratégias conforme as oportunidades (ou dificuldades) apresentadas pelo sistema capitalista. Assim, alguns agricultores tiveram que buscar trabalho temporário fora de suas unidades de produção e consumo, num determinado contexto de dificuldades, para suprir necessidades de complemento de renda. Mas é interessante notar que, de qualquer forma, os camponeses acabam voltando aos locais de moradia e produção, e se recriam socialmente ali dentro novamente.

Através das histórias de vida relatadas pelos agricultores de Paraty pode-se constatar a centralidade da terra como traço camponês. A condição precária de acesso à terra é um elemento comum no início dessas histórias de vida, sejam nascidos em Paraty, em municípios vizinhos, ou até mesmo aqueles que migraram para alcançar

melhores condições de vida na região. Todos relatam a condição frágil de relação com a terra desde suas origens, inclusive por parte de seus pais, sejam condições de posses, de arrendamento ou relações de parceria. A necessidade da busca por uma condição estável e segura de acesso à terra é um requisito para o desenvolvimento das práticas agroecológicas.

A terceira condição para o êxito da adaptação do campesinato diz respeito às vantagens comparativas de suas formas de produção em relação às formas capitalistas, e que encontram no manejo de suas agroflorestas uma expressão clara da satisfação de suas próprias necessidades, da adequação do trabalho familiar e da produção conforme os padrões de consumo, empregando aportes mínimos de energia de fontes não renováveis, e sem degradar a base de recursos naturais.

O capítulo 3 da tese corresponde ao eixo da dimensão socioecológica da Agroecologia. Em sua análise, foi possível verificar que a existência de cerca de quarenta sistemas agroflorestais atualmente em Paraty é consequência direta do trabalho de assistência técnica e extensão rural com enfoque agroecológico, realizado a partir dos anos de 1990, e que apresenta pelo menos dois aspectos significativos para o fortalecimento da condição camponesa entre os agricultores de Paraty. O primeiro deles relaciona-se ao fato de que o manejo empregado nos sistemas agroflorestais tem sua base nos saberes locais pré-existentes na agricultura tradicional, e que atualmente é estruturado pelo conhecimento experimental concreto (ensaios sistematizados com erros e acertos) realizado através das práticas cotidianas dos camponeses.

O segundo aspecto se relaciona a existência de uma racionalidade ecológica na apropriação dos recursos naturais por parte dos camponeses em Paraty, tanto no manejo de suas agroflorestas como no aproveitamento dos frutos da palmeira juçara. As agroflorestas e os quintais agroecológicos representam agroecossistemas sustentáveis para manutenção da base de recursos e, portanto, de reprodução social do campesinato em Paraty, contribuindo consequentemente para sua permanência no território, inseridos em seus modos de vida.

A contribuição das experiências protagonizadas pelos agricultores em Paraty para a construção e conhecimento agroecológico é ampla e diversificada. Ela tem se fortalecido através da participação frequente de estudantes, professores, técnicos e agricultores, em estágios de vivência e em visitas aos agroecossistemas, algumas vezes

em decorrência de atividades realizadas através de projetos de fortalecimento da Agroecologia executados dentro das universidades públicas.

Ainda na percepção a partir do capítulo 3 foi possível constatar o ressurgimento dos mutirões como forma de apoio mútuo e expressão da reciprocidade camponesa em Paraty. Os mutirões tem atualmente uma importância decisiva para a articulação dos camponeses em torno da Agroecologia, e o número crescente de participantes atesta este interesse. Muitos agricultores contam que os benefícios da participação nos mutirões vão além da cooperação produtiva e laboral, tendo sua utilidade também como espaços de circulação de conhecimentos e intercâmbio de ideias.

O capítulo 4 corresponde também ao eixo sociopolítico da tese (a exemplo do capítulo 2), mas refere-se ao tema das redes sociotécnicas e movimentos sociais presentes em Paraty. Inicialmente é significativo mencionar que o uso da rede como instrumento analítico é importante para a percepção e a análise de fenômenos heterogêneos como, por exemplo, a multiculturalidade presente no território de Paraty, a qual se expressa através dos diferentes grupos sociais e no desenvolvimento de suas relações com o ambiente, num processo coevolutivo intenso ocorrido ao longo dos anos.

Os movimentos sociais presentes em Paraty, através de sua atuação política e organização em forma de redes, têm contribuído para imprimir uma coesão e, consequente fortalecimento, das diversas pautas de interesse das populações tradicionais e dos camponeses, frente ao processo de desterritorialização constante desenvolvido ao longo do tempo. Neste sentido, as redes passam a ter um caráter de mobilização social, o que pode ser percebido na atuação do Fórum de Populações Tradicionais, e também da Câmara Técnica das Populações Tradicionais e Unidades de Conservação, ligada ao Mosaico da Bocaina. Esses espaços representam a oportunidade de tornar visíveis os temas de interesse dessas redes, como os de reconhecimento identitário e cultural, mas também de denúncia dos conflitos fundiários constantes envolvendo as populações tradicionais e camponesas, de um lado, e os grileiros e as unidades de conservação ambiental, de outro.

Essa visibilidade tem sido possível mediante duas formas. A primeira através das redes sociotécnicas e da utilização feita por elas das chamadas TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação, como as redes sociais (blogs, Facebook, etc). A outra forma de visibilidade dos movimentos sociais tem sido alguns produtos originados pelo desenvolvimento de projetos de apoio às ações de sistematização de experiências da

AARJ, a exemplo do que ocorreu com o vídeo Caminhos do Rio, e do caderno de experiências Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro. Por conterem experiências com camponeses de Paraty, ambas as mídias contribuíram para divulgação dessas iniciativas para além do território, dando visibilidade ao manejo socioambiental desenvolvido pelos camponeses, o qual se insere numa estratégia de permanência local e de reprodução social.

O capítulo 5 reflete o eixo socioeconômico da Agroecologia, e apresenta a trajetória do CAP como o amadurecimento de um coletivo de camponeses em busca de alternativas de acesso ao mercado, e ao redor de suas práticas agroecológicas. Para isso constroem caminhos que passam pela comercialização direta de sua produção, como feiras e mercados, além da entrega de produtos diretamente nas residências dos consumidores. Com o apoio do órgão governamental de extensão rural iniciam a venda para as escolas do município, através do mercado institucional (PNAE). A partir daí fortalecem sua organização como grupo, e passam a discutir a possibilidade de sua formalização para atender a legislação de conformidade de produtos orgânicos e, assim, aumentar as chances de acessar um mercado com mecanismos mais transparentes e com maior estabilidade nas relações de compra e venda.

As diversas oportunidades de comercialização dos produtos oriundos da sociobiodiversidade, presente no território, abrem mais possibilidades de acesso ao mercado para os camponeses de Paraty, em condições mais justas e ecologicamente mais adequadas. Nessa linha aparece o processamento da pupunha e da polpa da palmeira juçara, além de outras frutas nativas da Mata Atlântica.

A relação do CAP com a realização dos mutirões agroecológicos indica a existência de uma estratégia de fortalecimento de uma identidade camponesa, em torno de iniciativas de apoio mútuo, intercâmbio de conhecimentos e vivências, e da formação de um coletivo que se desenvolve através das experiências de acesso ao mercado de produtos de base ecológica, numa relação de comercialização direta com o consumidor. Esta dinâmica demonstra uma busca constante pela autonomia camponesa, e faz parte de uma estratégia articulada de resistência para permanência no território.

Como proposta de construção de políticas públicas de continuidade do campesinato em Paraty, sugere-se inicialmente o apoio institucional e político para o fortalecimento dos fóruns e câmaras técnicas já existentes e, portanto, dos movimentos sociais de defesa da Agroecologia e dos modos de vida das populações tradicionais e



camponesas. O desenho e a execução de políticas públicas de desenvolvimento territorial devem incluir uma ampla representação dos movimentos sociais, em processos de construção ascendente, e que contemplem a multiculturalidade ainda existente em Paraty.

Propõe-se também, a partir dos efeitos positivos gerados pelo trabalho de extensão rural com enfoque agroecológico, a qualificação e a ampliação deste tipo de assessoria técnica realizada junto aos camponeses, e aos agroecossistemas manejados por eles.

As estratégias locais de produção camponesa, que apontam para uma racionalidade ecológica na apropriação dos recursos naturais, e as experiências atuais de busca de autonomia no acesso ao mercado, representam um potencial muito valioso tanto para o fortalecimento do campesinato como para a construção de sistemas alternativos de agricultura, e que são elementos decisivos de desenvolvimento do território.

Conclui-se, portanto, que as experiências agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses em Paraty se inserem na constituição de uma estratégia de resistência territorial, baseada na sua capacidade adaptativa diante das adversidades. A estratégia de resistência camponesa é pontuada pelas ações cotidianas das práticas agroecológicas, e tem-se viabilizado através de uma atuação integrada e diversificada relacionada à participação nas redes sociotécnicas e nos movimentos de articulação política da Agroecologia, assim como pelas iniciativas de fortalecimento de um coletivo de agricultores, o qual tem caminhado concretamente na direção do acesso ao mercado de forma alternativa, em busca de sua autonomia.

O fortalecimento do campesinato no mundo exige, entre muitas outras iniciativas, uma pesquisa e estudo com forte conteúdo interdisciplinar, além de um compromisso social e político. Através da história oral de um grupo de camponeses de Paraty foi possível dar-lhes voz num trabalho de pesquisa acadêmica, e por isso mesmo, contribuir para a visibilidade de seu modo de vida, reafirmando sua importância decisiva no processo de desenvolvimento territorial. É no campesinato que concretamente se encontram os processos sociais e naturais, e por isso mesmo torna-se ilegítimo, e até impossível, a construção de qualquer projeto político e civilizatório sem a sua presença.

## 7 - Bibliografia:

- Adams, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. Revista de Antropologia, v. 43 nº 1, USP, São Paulo/SP, 2000;
- Alier, Joan Martínez. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Editora da FURB, Blumenau/SC, 402 p., 1998;
- Alier, Joan Martínez. El ecologismo de los pobres. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración. 2ª ed. Icaria Editorial, Barcelona/España, 2006;
- Almeida, Alfredo Wagner Berna de, (*et al*). Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Edições Lamparina, Rio de Janeiro/RJ, 2010;
- Altieri, M. A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Livraria e Editora Agropecuária, Guaíba/RS, 592 p., 2002;
- Altieri, Miguel Angel & Toledo, Victor Manuel. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. Routledge, The Journal of Peasant Studies, 38:3, 587 – 612, 2011;
- Bastos, Júlia & Napoleão, Patrícia. O estado do ambiente: indicadores ambientais do Rio de Janeiro. Secretaria Estadual do Ambiente/Instituto Estadual do Ambiente, Rio de Janeiro, 160 p.; 2011;
- Berthoud, Gérald. Mercado. In: Sachs, W. (editor). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 399 p; 2000;
- Brandão, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: Almeida, Alfredo Wagner Berno de, *et al*. Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Editora Lamparina, 350 p.; 2010;
- Candido, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. Ouro sobre Azul Editora, Rio de Janeiro, 11ª edição, 336 p., 2010;
- Carvalho, Horácio Martins de. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 405 p., 2005;

- Castells, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume I. A sociedade em rede. Editora Paz e Terra, São Paulo, 8ª edição, 698 p., 2005;
- Cavalieri, Lucia. A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga. Tese de mestrado apresentada à USP, 238 p., 2003;
- Cheola, Marília van Boekel. Cultura de fibra. Associação Artístico Cultural Nhandeva, Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho, Verde Cidadania, 119 p., 2012;
- Dean, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 484 p., 1996;
- Cortines, Anna Cecília; Nogara, Paulo (coord.). Estudos para definir proposta de categoria de unidade de conservação para o espaço territorial constituído pela Reserva Ecológica da Juatinga e Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim. Igara Consultoria em Aquicultura e Gestão Ambiental. 2011; disponível para download em < [http://www.mosaicobocaina.org.br/images/BOCAINA/documentos/rej\\_recategorizacao\\_apresentacao\\_ct-ucs-comunidades\\_22julho2011.pdf](http://www.mosaicobocaina.org.br/images/BOCAINA/documentos/rej_recategorizacao_apresentacao_ct-ucs-comunidades_22julho2011.pdf)>, acesso em 10/09/2014;
- Diegues, Antonio Carlos. Saberes Tradicionais e Etnoconservação. In: Diegues, A.C.; Viana, V.M. (org.) Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica. 2ª edição, Editora HUCITEC, NUPAUB/USP, São Paulo, 273 p., 2004;
- Diegues, Antonio Carlos Santa'Ana (org.). *Enciclopédia Caiçara, volume IV. História e memória caiçara*. HUCITEC/NUPAUB/USP, São Paulo/SP, 465 p.; 2005;
- Diegues, Antonio Carlos Santa'Ana. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 6ª edição, HUCITEC, NUPAUB/USP, São Paulo/SP, 198 p., 2008;
- Diegues, Antonio Carlos Santa'Ana & Arruda, R.S.V. (org.) *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Ministério do Meio Ambiente, Brasília/DF, Universidade de São Paulo/SP, 2001;
- Escobar, Arturo. *O lugar da Natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?* In: Lander, Edgardo (org.) A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas. 1ª Ed. CLACSO, Buenos Aires, 2005;
- Escobar, Arturo. *Territories of Difference: place, movements, life, redes*. Duke University Press, Durham and London, 2008;
- Esteva, G. Desenvolvimento. In: Sachs, W. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Editora Vozes, Petrópolis/Rio de Janeiro, pp 59 – 83, 2000;

- ETC Group. Who will feed us? Questions for the food and climate crises. Issue # 102, November 2009. Disponível em <http://www.etcgroup.org/content/who-will-feed-us>, acesso em 8 de março de 2015;
- Fernandes, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, p. 11 – 27, janeiro/junho de 2003. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf>, acesso em 22 de junho de 2014;
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 3ª edição, Editora Positivo, Curitiba/PR, 2004;
- Francesco, Ana Alves de. Territórios em disputa: o caso dos caiçaras da Cajaíba. V Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis/SC, 2010;
- Freitas, Henrique et al. O método de pesquisa survey. Revista de Administração, São Paulo, volume 35, nº 3, p. 105 – 112, julho-setembro de 2000, acesso em 03/07/2015, disponível em [http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num\\_artigo=269](http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=269);
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>, acesso em 14/07/2015;
- Fundação SOS Mata Atlântica. Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, 2013 – 2014, disponível em < <https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/dados-mais-recentes/> >, acesso em 14/04/2015;
- Furtado, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Editora Paz e Terra, 3ª edição, 1973;
- Garrote, Valquíria. Os quintais caiçaras, suas características socioambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty/RJ. Tese de mestrado em Recursos Florestais, apresentada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP, São Paulo, 198 p., 2004;
- Geilfus, Frans. 80 Herramientas para el Desarrollo Participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. Prochalate – IICA, San Salvador, El Salvador. 208 p., 1997;
- Gliessman, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2ª ed. Porto Alegre/RS, Ed. UFRGS, 655 p., 2001;

- Gohn, Maria da Gloria. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008;
- Gohn, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, maio - agosto 2011;
- Gómez, Jorge R. Montenegro. *Los límites del consenso – la propuesta de desarrollo territorial rural en América Latina*. In: Fernandes, Bernardo Mançano (org.). Campesinato e agronegócio na América latina: a questão agrária atual. 1ª edição, Expressão Popular, CLACSO, São Paulo, 2008;
- Guzmán Casado, Gloria; Sevilla Guzmán, Eduardo; González de Molina, Manuel. Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible. Mundi Prensa, Madrid, 535 p.; 2000;
- Haesbaert, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 396 p., 2004;
- Haesbaert, Rogério & Bruce, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/74/72>. 15 p. Acesso em 24/03/2014;
- Hart, Robert D. Agroecosistemas: conceptos básicos. Turrialba, Costa Rica. CATIE. 211 p; 1979;
- Hecht, S. B. A evolução do Pensamento Agroecológico. In: Altieri, Miguel A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Livraria e Editora Agropecuária, Guaíba/RS, 592 p., 2002;
- Kauchakje, Samira *et al.* Redes sócio-técnicas y participación ciudadana: propuestas conceptuales y analíticas para el uso de las TIC. REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales. Vol. 11, #3, diciembre 2006, disponível em <http://revista-redes.rediris.es>, acesso em 24/09/2014;
- Ladeira, Maria Inês; Felipim, Adriana Perez. Apoio à conservação ambiental de terras guarani e às atividades tradicionais de subsistência. In: Diegues, A.C.; Viana, V. M. (org.). Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica. 2ª edição, Editora HUCITEC, NUPAUB/USP, São Paulo, 273 p., 2004;
- Leff, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 439 p.; 2009;

- Linhares, Elizabeth et al. Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro. CPDA-Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade /Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2002;
- Lorenzi, H. Árvores brasileiras. Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Volume 1, 4ª edição, Instituto Plantarum, Nova Odessa/São Paulo, 2002;
- Martí, Joel. La investigación-acción participativa: estructura y fases. In: Villasante, Tomás R., Montañés, Manuel, Martí, Joel (coord.). La investigación social participativa: construyendo ciudadanía. El Viejo Topo/España, 277 p., 2000;
- Masera, Omar; Astier, Marta; López-Ridaura, Santiago. Sustentabilidad y manejo de recursos naturales: El marco de evaluación MESMIS. GIRA, MUNDI-PRENSA México, 109 p.; 2000;
- Mattos, Claudemar. Expressões Agroecológicas a partir de percepções socioambientais da agricultura tradicional e camponesa em Paraty/RJ. Tese de mestrado apresentada ao Curso de Pós Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 112 p., 2011;
- Maturana, Humberto & Varela, Francisco J. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. Editora Palas Athena, São Paulo/SP, 288 p; 2001;
- May, P.; Trovatto, C. M. M. (coord.). Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, 2008, 196 p.
- Mello, Diuner.. “A ocupação humana de Parati”. In: Diegues, Antonio Carlos Santa’Ana. (org). *Enciclopédia Caiçara, volume IV. História e memória caiçara*. São Paulo/SP, HUCITEC/NUPAUB/USP, 465 p. 2005;
- Miguelletto, Danielle Costa Reis. *A Encruzilhada do Desenvolvimento*. Tese de doutoramento apresentada junto ao CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 152 p., agosto de 2011;
- Morin, Edgar. Introducción al pensamiento complejo. Gedisa, Barcelona, 1995;
- Morin, Edgar. Por uma reforma no pensamento. In: Pena-Vega, Alfredo; Nascimento, Elimar Pinheiro (org.). O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. Editora Garamond. Rio de Janeiro, 204 p., 1999;
- Morin, Edgar. Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar. 4ª edição, Editora Garamond, Rio de Janeiro, 75 p., 2004;

- Naredo, José Manuel. La economía em evolución: historia y perspectivas de las categorías básicas del pensamiento economico. Siglo Veintiuno de España Editores, 572 p; 2003;
- Naredo, José Manuel, Raíces económicas del deterioro ecológico y social: más allá de los dogmas. Siglo Veintiuno de España Editores, 271 p; 2006;
- Naredo, José Manuel. Economía y sostenibilidad: la economía ecológica en perspectiva. Curso VII, lectura 1, material de circulação restrita distribuído na Maestría em Agroecología, Universidade Internacional de Andaluzia, Baeza, 2007;
- Norgaard, Richard B. & Sikor, Thomas O. Metodologia e prática da Agroecologia. In: Altieri, Miguel. *Bases científicas para uma agricultura sustentável*. Livraria e Editora Agropecuária/RS, 592 p., 2002;
- Olabuénaga, José Ignacio Ruiz. Metodología de la investigación cualitativa. Universidad de Deusto, Bilbao/España, 333 p.; 1999;
- Oliveira, Fábio dos S. R.; Santos, Ronaldo dos; Corbelline, Luciano M.. “Protagonismo Juvenil e Manejo da Palmeira Juçara em comunidades quilombolas (AMOQC)”. In: Gollo, Alexandre *et al.* *Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro: cadernos de experiências agroecológicas*. AS PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, Rio de Janeiro, 250 p. 2014;
- Pacheco, Maria Emília Lisboa. *Processos e transformações no litoral sul fluminense*. Publicação mimeografada de abril de 1983, digitada e revisada em julho de 2010, e baseada numa palestra proferida no 1º Seminário de Estudos da Comissão Pastoral da Terra sobre Realidade Agrária do Rio de Janeiro, em janeiro de 1983. Disponível em <http://aarj.wordpress.com/2010/10/31/texto-processos-e-transformacoes-no-litoral-sul-fluminense-maria-emilia-lisboa-pacheco/>, acesso em 24/02/2014;
- Palerm, Ángel. Antropología y Marxismo. CIS-INAH y Editorial Nueva Imagen, México/DF, 224 p.,1980;
- Ploeg, Jan Dowe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 372 p., 2008;
- Ploeg, Jan Dowe van der. “Sete teses da agricultura camponesa”. In: Petersen, Paulo (org.). *A agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro, AS PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, 168 p., 2009;

- Pujadas Muñoz, Juan José. El método biográfico: el uso de las historias de vida en las ciencias sociales. Cuadernos metodológicos 5. Centro de Investigaciones Sociológicas/Madrid, 107 p., 2002;
- Reis, Cristiana *et al.* Palmeira juçara: uso da biodiversidade como ferramenta de conservação da Mata Atlântica e desenvolvimento local. In: Gollo, Alexandre *et al.* *Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro: cadernos de experiências agroecológicas*. AS PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, Rio de Janeiro, 250 p., 2014;
- Ribeiro, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras, São Paulo, 435 p., 2006;
- Sabourin, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Garamond, Rio de Janeiro/RJ, 336 p., 2009;
- Sadie, J. L. The social anthropology of economic underdevelopment. *The economic Journal*, nº 70, 278 p.; 1960;
- Santos, Milton. A Natureza do Espaço – técnica e tempo/razão e emoção. 4ª Edição, HUCITEC, São Paulo, 2006;
- Scherer-Warren, Ilse. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA, vol. 15, no. 1, p. 5-22, 2007;
- Schmitt, C. J. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*. AS PTA, Rio de Janeiro, volume 8, número 3, setembro de 2011;
- Schmitt, Cláudia Job; Grisa, Catia. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: Niederle, P. A.; Almeida, L.; Vezzani, F. M. (org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Kairós Edições, Curitiba/PR, 393 p.; 2013;
- Scott, James C. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University Press, New Haven and London, 389 p., 1985;
- Sevilla Guzmán, Eduardo. El desarrollo rural de la “otra modernidad”: elementos para recampesinizar la agricultura desde la Agroecología. In: Encina, Javier *et al* (coord.). *Práxis participativas desde el medio rural*. IEPALA Editorial/CIMAS, Madrid, 336 p., 2003;
- Sevilla Guzmán, Eduardo. *De la Sociología Rural a la Agroecología. Perspectivas Agroecológicas*. Icaria Editorial, Barcelona, 2007;



- Sevilla Guzmán, Eduardo. Canales cortos de comercialización alimentaria em Andalucía. ISEC/UCO. Fundación Pública Andaluza, Centro de Estudios Andaluces, Junta de Andalucía/España, 2012. Disponível em <  
[http://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/CCC\\_alimentaria\\_en\\_Andalucia\\_2012.pdf](http://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/CCC_alimentaria_en_Andalucia_2012.pdf)>, acesso em 03 de dezembro de 2014;
- Sevilla Guzmán, Eduardo; Molina, Manuel González de. Sobre a evolução do conceito de campesinato. 3ª edição, Expressão Popular, São Paulo, 96 p.; 2005;
- Sevilla Guzmán, Eduardo; Rist, Stephan. Metodologías Agroecológicas: una propuesta sociológica de sistematización desde una perspectiva intercultural. Texto de circulação restrita, fornecido durante a Maestría en Agroecología, Baeza/España, no ano de 2007, 40 p.;
- Sevilla Guzmán, Eduardo; Soler Montiel, Marta. Agroecología y soberania alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. In: Patrimonio cultural em La nueva ruralidad andaluza. Sevilla, Consejería de Cultura/Junta de Anadalucía, PH cuadernos, nº 26, 2010;
- Shanin, Teodor. El campesinado como factor político. In: Shanin, T. (comp.) Campesinos y sociedades campesinas. Fondo de Cultura Económica, México, 404 p., 1979;
- Silva, Paula Porrelli Moreira. Conservação da polpa da juçara (*Euterpe edulis*) submetida à radiação gama, pasteurização, liofilização e atomização. Tese de doutorado apresentada ao Centro de Energia Nuclear na Agricultura, da Universidade de São Paulo, Piracicaba/SP, 259 p.. 2013, disponível em:  
[www.teses.usp.br/teses/.../64/.../PaulaPorrelliMoreiradaSilva\\_Revisada.pdf&ie=utf-8&oe=utf-8&gws\\_rd=cr&ei=WCWpVenABYr9wQSgm7TYDg](http://www.teses.usp.br/teses/.../64/.../PaulaPorrelliMoreiradaSilva_Revisada.pdf&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=WCWpVenABYr9wQSgm7TYDg), acesso em 27/08/2015.
- Siqueira, Priscila. *Genocídio dos Caiçaras*. Massao Ono/Ismael Guarnelli Editores, 1ª edição, São Paulo, 94 p., 1984;
- Soler Montiel, M. El contexto socioeconómico de la agricultura ecológica: la evolución de los sistemas agroalimentarios. Curso de Experto Universitario en Producción Ecológica, Universidad de Sevilla, enero 2009. Disponível em <  
<http://institucional.us.es/compromiso/libreconf/docs/sistemas.pdf>>, acesso em 11/08/2015;

- Thompson, Edward. P. A Miséria da Teoria ou Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar. 1981;
- Thompson, Paul. The Voice of the Past. Oral History. Third edition, Oxford University Press, 368 p., 2000;
- Toledo, Victor Manuel. El juego de la supervivencia – un manual para la investigación etnoecológica en Latinoamérica. CLADES, Santiago de Chile/Berkeley, California – USA, 75 p., 1991;
- Toledo, Victor Manuel. “La racionalidad de la producción campesina”. In: Sevilla Guzmán, E. & González de Molina, M. (eds). *Ecología, campesinado y historia*. Madrid, Las Ediciones de la Piqueta, 253 p., 1993;
- Toledo, Victor Manuel; Alarcón-Chaires, P. y Barón, L. Estudiar lo rural desde una perspectiva interdisciplinaria: una aproximación al caso de México. 1998. Disponível em: < [http://www.pa.gob.mx/publica/rev\\_12/Toledo.pdf](http://www.pa.gob.mx/publica/rev_12/Toledo.pdf) >, acesso em 28/04/2012;
- Toledo, Víctor Manuel; Alarcón-Cháires, Pablo; Barón, Lourdes. La modernización rural de México: un análisis socio ecológico. México, 130 p., 2002;
- Toledo, Víctor Manuel; Barrera-Bassols, Narciso. La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Icaria Editorial (Perspectivas agroecológicas), 230 p., 2008;
- Wanderley, Maria Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.



Redes sociotécnicas camponesas: inovações agroecológicas, autonomia, e articulação territorial em Paraty, estado do Rio de Janeiro.

Guilherme de Freitas Ewald Strauch

## **APENDICES**

Escuela Internacional de Doctorado en Agroalimentación – EIDA 3

Programa de Doctorado en Recursos Naturales y Sostenibilidad

Línea de Investigación en Agroecología

Universidad de Córdoba

Córdoba/España

2015

## **ÍNDICE DE APÊNDICES**

<b>APÊNDICE A:</b> Relação de entrevistas (nomes, locais, datas e tempo de gravação).....	3
<b>APÊNDICE B:</b> Roteiro básico para entrevistas com agricultores .....	4
<b>APÊNDICE C:</b> Caderno de entrevistas .....	5

**APÊNDICE A:** Relação dos nomes, locais, datas e tempos de cada entrevista.

	Nomes:	Locais:	Datas:	Duração:
1	Fábio Reis Oliveira	Ubatuba/São Paulo	22/04/2014	28'39"
2	Janaína Ariston	Sede/Paraty	28/05/2015	22'24"
3	Valdevino Cláudio dos Remédios	São Roque/Paraty	18/04/2014 + 28/05/2015	52'33"
4	Valentim Conceição e Dona Madalena Conceição	Quilombo do Campinho/Paraty	20/07/2012	1 hora 30'50"
5	José Ferreira da Silva Neto	Taquari/Paraty	28/04/2013	2 horas 41'22"
6	Eraldo Alves	Patrimônio/Paraty	07/07/2012 + 27/05/2015	1 hora 27'31"
7	Jarbas Alves de Souza	Curupira/Paraty	01/05/2013	1 hora 47'35"
8	Euristácio Moura	Taquari/Paraty	21/07/2012	43'14"
Tempo total de gravação: 9 horas 53' 18"				

## APÊNDICE B: Roteiro de entrevista para agricultores.

- 1) Uma identificação inicial: nome, local e data de nascimento, etc.
- 2) Veio de outro município/estado? Qual e quando? Que razões levaram a vir para Paraty?
- 3) A família era agricultora, tinha relação com a terra?
- 4) Como se identifica em relação ao grupo social?
- 5) Como é a relação com a terra? Houve **ameaças para permanecer na terra**? Se houve resistência, teve algum apoio? Qual? Sente-se seguro em relação a posse da terra?
- 6) Nos momentos de dificuldades, buscou fonte de renda fora da unidade de produção? Aonde e quando?
- 7) **Manejo de recursos naturais**: sistema de produção, práticas culturais, como adquiriu esse saber? Experimentação? Houve contribuição de técnicos? Intercambio com outros agricultores/contato com outras experiências? Uma breve linha do tempo, resgatando as práticas mais antigas, percepção de mudanças, quais e por que...
- 8) Como se dá a **comercialização** da produção? Poderia aumentar a renda familiar ampliando a comercialização? Como?
- 9) Atua em alguma **organização representativa** do grupo? Associação local, sindicato de trabalhadores rurais, rede Juçara, etc? Em caso afirmativo, como percebe a atuação dessa organização/rede? Sente-se pertencendo a essa rede/organização?
- 10) Como avalia o apoio dos governos aos agricultores em Paraty ao longo do tempo? Inclui saúde, educação, estradas, Ater, cultura, etc?
- 11) Como imagina uma **política de apoio a permanência dos agricultores familiares camponeses em Paraty**? O que ela deveria conter? Quem poderia gerir?

## **APÊNDICE C: Caderno de entrevistas**

### **Entrevista com técnicos**

#### **Entrevista 1**

**Nome:** Fábio Reis Oliveira, engenheiro florestal, coordenador no IPEMA e membro do grupo de sociobiodiversidade na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

**Data:** 22/04/2014

**Local:** Ubatuba, São Paulo

**Tempo de Entrevista:** 28'39''

**Entrevistador:** Fábio, você pode falar um pouco da importância de uma ATER (assistência técnica e extensão rural) agroecológica, e do projeto PDA para a Agroecologia em Paraty e na região sul fluminense? Talvez um pouco da história e o que significa isso para a Agroecologia...

**Entrevistado:** O PDA para a região, para a Agroecologia, foi um divisor de águas. Quando o PDA surgiu aqui na região, é importante a gente pensar em rede, né? Tinha um PDA que era das comunidades e foi proposto para o IPEMA. O Campinho entrou com o PDA do “Protagonismo Juvenil”, voltado para as comunidades quilombolas, fazendo um trabalho com a (*palmeira*) juçara e a juventude. A Sapê entrou com Angra dos Reis, essa questão das trilhas no Parna Bocaina, que também dialogava com os produtores da região. O IPEMA teve um outro PDA também, que era educação agroflorestal. O PDA representou para a articulação em rede aqui na região e foi fruto de um processo histórico, que começou com o PRODETAB que antecedeu, e o PIPA (*Programa de Incentivo à Produção Agroecológica*) relacionado ao Programa da Residência Agrônômica, com o Claudemar e o Rodrigo Bacelar da UFRRJ, e os estudantes do GAE. Então o PDA veio nessa sequência de projetos e de ações em prol da Agroecologia, mas que nele – PDA, teve um volume maior de iniciativas, com: a estruturação do viveiro no Quilombo do Campinho, que é o 1º passo para se pensar a ampliação dos SAFs, e os mutirões, que naquela época estavam bem efervescentes. Os

viveiros forneciam as mudas para os SAFs, e os plantios dos SAFs eram em regime de mutirões.

Então isso para o movimento agroecológico, as experiências, os intercâmbios, os produtores, foi muito rico. E aqui em Ubatuba, Ubatumirim, o PDA trouxe a discussão da agrofloresta, a qual inicialmente teve uma rejeição, né? O termo floresta, eu vou plantar mais árvores se eu já tenho problemas com o Parna Bocaina, na hora de roçar uma área para plantar meu bananal. Eu vou plantar mais árvores para quê? Foi quando chamou a atenção o manejo da juçara, que é uma coisa que já existia, dentro das comunidades, e que era sempre visto como palmito. Então o manejo da juçara chamou a atenção e abriu o diálogo com as comunidades em função das práticas que eles adotavam, e para valorizar os produtos do manejo florestal.

Ele (*o agricultor*) já tem uma agrofloresta ali; então como ele se empodera desse termo nas discussões com os órgãos ambientais, uma vez que ele é ameaçado na questão dos sistemas produtivos? E a própria compreensão do que representa a Agroecologia, e que eles já fazem como práticas tradicionais já são práticas agroecológicas. Acho que o Campinho se empoderou mais desse termo Agroecologia que aqui no Ubatumirim, como uma ferramenta na disputa no território. Até porque os quilombolas tem o seu território reconhecido, então não tem mais ameaça na questão do território.

Mas como a gente vai produzir dentro desse território? Aí a Agroecologia veio como uma possibilidade, um caminho, para nortear essa produção. No caso dos quilombos estava muito focada na agricultura, no uso, aonde não se estabelece uma relação de mercado. Em Paraty a competição é muito desleal, pelos grandes centros de oferta de alimento (*abastecem os mercados*) e os agricultores não conseguem competir. E a ótica da produção (*no Campinho*) prioriza o consumo da família; estabelece uma relação com o mercado, mas estreita, como o restaurante comunitário, que divulga a origem agroecológica dos produtos que são servidos ali, e eles vem buscando que os produtos servidos ali cada vez mais sejam da comunidade.

Então o PDA contribuiu para essa articulação em rede aqui na região. E naquele momento, a questão da experimentação dos sistemas agroflorestais, a viabilidade desses sistemas, a troca de experiências. Você tem o Zé Ferreira, que começa a ser um multiplicador dessas experiências, que sistematiza e que expõe essas experiências para outras pessoas e regiões, saindo um pouco da Costa Verde, vai para o sul de Minas, ou



Vale do Ribeira, tem um domínio das práticas agroflorestais, de compreensão da Agroecologia.

Pensando no PDA foram vários projetos que duraram aí 3 anos, foi um tempo curto para consolidar várias ações de fortalecimento da Agroecologia na região, e que a gente esperava que ele tivesse uma continuidade. O projeto Petrobrás Ambiental aqui no IPEMA trouxe um volume de recursos que viabilizou a construção de uma unidade de beneficiamento e uma cozinha comunitária, e uma pequena agroindústria de beneficiamento dos produtos agroflorestais. Ele representou uma continuidade do PDA, mas na ótica de atender ao mercado também. Culminou com a unidade estruturada, com os equipamentos, com uma estrutura produtiva, e poder acessar o PNAE. Então já começa a orientar a produção pensando no PNAE. A Associação de Bananicultores se reestrutura nessa perspectiva, se formalizar para atender a uma demanda do PNAE.

Esse grupo está se organizando para isso, elaborando um mapa da produção, onde estão os locais de produção em Ubatimirim, e um calendário de oferta de produtos, com a quantidade que se pode oferecer para o PNAE. Isso vai estabelecer outra relação de diálogo com as políticas públicas, e ao mesmo tempo em que dá mais visibilidade ao trabalho dos produtores daqui, ele ocupa uma fatia do PNAE, já que a maioria dos associados aqui está perto de atingir o limite de R\$ 20.000,00, nesse ano.

Como essa produção é reconhecida como sendo agroecológica? Está num processo de reconhecimento como uma OCS (*Organização da Sociedade Civil*). Seis agricultores já foram reconhecidos pelo MAPA, mas a intenção é que a Associação tenha essa produção reconhecida como agroecológica. Que essa OCS tenha mais gente no futuro, e que seja integrante do SPG, porque aí a gente vai discutir com o PNAE aqueles 30% a mais (*no preço recebido pelo agricultor*) por ser um produto reconhecidamente agroecológico, assim como oferecer no mercado local, seja através da Rede Caiçara de Agroecologia, onde vários produtores aqui já oferecem, uma rede de estabelecimentos que oferecem produtos naturais e diferenciados a partir da (*venda da*) polpa da juçara, que puxa o Cambuci, puxa a banana, puxa a goiaba, e outras frutas que vão sendo beneficiadas também.

Então o PDA na região desencadeou todos esses processos. Se não tivesse tido esses mutirões todos, se não tivesse a oportunidade de ter técnicos com o perfil da Agroecologia, que viabilizou essa ponte com as universidades, enfim, a gente não teria esse ambiente da Agroecologia que a gente tem hoje aqui na região.

Eu acho que Paraty perdeu muito por não ter uma organização que prestasse assessoria (*aos agricultores*) com perfil agroecológico, já que os agricultores não tiveram tempo de se fortalecerem enquanto coletivo, para dar continuidade aquele trabalho vindo com PRODETAB, PDA, etc.

A instituição que fazia esse papel, que era o IDACO, no final do PDA (*prestação de contas*) deixou umas coisas a desejar, e criou um ambiente de desgaste, fragilizando muito o processo de avanço da Agroecologia na região.

**Entrevistador:** Existem muitas experiências agroecológicas em Paraty? Baseado no trabalho de Claudemar (Mattos) de alguns anos atrás, você estima em torno de 40 SAFs, e que necessitam de uma articulação e de uma dinâmica mais constante.

**Entrevistado:** O sucesso dessas 40 unidades demonstrativas ou experimentais, eu acho que elas cumpriram com uma etapa nesse processo de formação. Os sistemas foram implantados em regime de mutirão, com trocas de experiências, mas a meu ver faltou a continuidade (*do processo de formação*).

**Entrevistador:** Você falou há pouco da importância dos mutirões agroecológicos, podia falar um pouco da história deles, parece que eles continuam, ou foram retomados. Qual a importância deles para a Agroecologia, em Paraty, por exemplo?

**Entrevistado:** Os mutirões foram uma forma de resgatar e dar à luz a vários agricultores que continuavam com suas práticas, em Paraty, e iam sendo meio que esquecidos, diante das falas dos gestores (*das unidades de conservação ambiental*) de que não havia mais agricultura em Paraty. Então os mutirões representavam a possibilidade desses agricultores em Paraty de dialogarem sobre a permanência da prática que eles desenvolviam, trazendo à luz a prática das agroflorestas, e da Agroecologia. Então naquele momento foram articulados agricultores de várias comunidades, e através da Secretaria Municipal de Agricultura de Paraty, com o programa de residência agrônoma (*da UFRRJ*), e que encontrava meios para que esses agricultores se encontrassem. Vinha Sr. Eraldo, do Patrimônio, que tinha um domínio usual das práticas, e depois ia fazer um mutirão lá no Sr. Valdevino (*São Roque*); então os mutirões possibilitaram tanto uma logística de transporte para esses agricultores, para que eles pudessem circular dentro do município, cada agricultor na sua propriedade definir ali qual a área que ia ser plantada, e aí o coletivo (*de agricultores*) dialogava

sobre quais as possibilidades que podiam ser adotadas dentro daquela área. Então era um dia de trabalho de troca de serviço, numa área em que se o agricultor fosse plantar sozinho levaria aí uns quinze dias. Ao mesmo em que era uma troca de experiências, em novas técnicas, uma capina seletiva, as mudas que foram produzidas no viveiro, qual o espaçamento de plantio, o porquê desse espaçamento, qual a função daquela espécie dentro do sistema, o que se espera tanto de sua função ecológica quanto de sua função produtiva. Os mutirões representaram uma grande animação para esses agricultores, os quais muitas vezes estavam isolados. Eles se reencontraram, e se fortaleceram. A gente esperava que esses mutirões, se tivessem continuidade, gerassem uma associação, um coletivo, desses agricultores que poderiam discutir mais recursos, para estruturar mais as práticas agroecológicas, que começassem a discutir uma certificação participativa, que traz à luz de que realmente aquele produto é agroecológico, assim como captar recursos para investir nos processos produtivos, para resolver a questão de escoamento da produção, vai continuar a trazer os produtos no ônibus, ou futuramente teria que ter um sistema de transporte, que pegasse esses produtos e levasse para uma central de abastecimento, que fosse para a alimentação escolar, ou para a Gastronomia Sustentável, que é uma coisa que acontece em Paraty. Mas o mutirão continua (*hoje*) na lógica das trocas de dias de serviço, para poder implantar e para poder manejar, mas a gente precisa ter avanços, enxergar a agricultura mais para frente, uma vez que existe uma competição pela força de trabalho na região que muitos desses agricultores estão deixando suas atividades agrícolas. E como é que os mutirões valorizam o trabalho das mulheres, valoriza e envolve o trabalho da juventude, se envolve com a Agroecologia em função das ofertas de serviço temporário no turismo, e que a construção civil oferece, a pluriatividade na região é uma coisa muito dinâmica, o cara vai numa obra e tira um dinheiro que se fosse na agricultura, talvez pelo imediatismo e pela necessidade urgente de ter essa resposta econômica não fosse tão atraente para ele. Por outro lado, a garantia da agricultura, e do uso do território, possibilita uma segurança no seu espaço de convivência, no seu espaço de manutenção cultural.

Então a Agroecologia traz à luz não só essa questão produtiva, mas a manutenção do espaço de convivência, espaço de moradia, e que vão estar ligados também às práticas de manutenção cultural, como o fandango, a ciranda caiçara, e que trazem à tona o modo de vida dessas comunidades. A agroecologia traz à luz essas expressões culturais, e o mutirão é uma expressão disso, o pessoal se encontrava para

uma conversa, fazer uma comida juntos, um falava da música, outro do tambor, outro falava do material do qual se fazia o tambor, a rabeca, os instrumentos musicais que eram utilizados pelo fandango e que continuam sendo utilizados até hoje.

## Entrevista com técnicos

### Entrevista 2

**Nome:** Janaína Ariston, extensionista social da EMATER RIO em Paraty desde 2010.

**Data:** 28/05/2015

**Local:** Sede, Paraty

**Tempo de Entrevista:** 22'24''

**Entrevistador:** Como você vê esse grupo de produtores agroecológicos aqui em Paraty, desde a formação desse grupo, a comercialização através das feiras, e hoje me parece no Mercado do Produtor de Paraty, e a oferta de alimentos através do PNAE? Você poderia fazer um histórico desse grupo?

**Entrevistada:** A formação do grupo ela já vem há alguns anos, a partir do trabalho de grupos de pesquisa em extensão rural, da UFRRJ, acadêmicos, e não necessariamente apenas da EMATER. O IDACO, que já trabalhou por aqui, com agrofloresta, de extensão. E todos sempre nessa vertente sustentável: agrofloresta, produtos agroecológicos, produtos orgânicos. E aí acabaram por se formar núcleos através da execução dessas atividades, e quase sempre os mesmos (*grupos*). E aí eu acredito que acabou por se formar o grupo (*de produtores agroecológicos*) assim.

Oficialmente, em 2011, foi a 1ª vez que a gente foi executar uma lei municipal, a lei da agricultura familiar. São duas leis: uma lei que institui o dia da agricultura familiar em Paraty, e outra lei que institui a semana da agricultura familiar em Paraty. Essas leis dizem que as instituições governamentais devem promover atividades que desenvolvam o setor nesse dia e na semana. São realizados cursos, palestras, e nós tentamos promover uma feira da agricultura familiar. E esse grupo acabou se formando para fazer essa feira, como uma grande comemoração do dia do agricultor.

Esse entusiasmo do grupo deu início à feira do CAP, que durou uns dois anos, lá no Mercado do Pescador, perto do cais. Denominava-se Feira Agroecológica de Paraty.

Nas semanas que não tinha feira, havia os mutirões, que ajudavam na logística de entrega dos produtos, e na melhoria da qualidade dos produtos para a comercialização na feira.

Mas acabou porque ali era um local de interesse turístico, aonde os turistas pegavam os barcos para passeios, e o turista não vai comprar produtos da feira para comer, porque está hospedado em hotel e pousada. Depois desses dois anos o grupo desistiu do local no cais e se instalou num dos boxes dentro do Mercado do Produtor. Toda sexta-feira eles concentram a venda dentro do Mercado. E isso vem fluindo bem. A divulgação é feita em rede social, como *Facebook*.

Com o advento da venda de produtos para a alimentação escolar, a 1ª chamada pública de produtos da agricultura familiar para Paraty saiu em outubro de 2013. O CAP viu essa possibilidade de venda, de crescer, e pediu apoio (*da EMATER RIO*) para fazer o projeto, acompanhar o trabalho (*de entrega para as escolas, dentro do PNAE*).

Na 1ª chamada eram só 5 agricultores do CAP, nessa 2ª chamada são 10 agricultores do CAP. A tendência é que o grupo cresça ainda mais; eles estão vendo a importância da venda direta.

Hoje estamos vendo com a Prefeitura para aumentar o volume de produtos para compra; até hoje eles (*a Prefeitura*) estão comprando no limite dos 30%. A Prefeitura está cumprindo com o mínimo exigido em lei. A nutricionista da prefeitura dá abertura para trocar os produtos dentro do mesmo grupo nutricional, facilitando a vida do agricultor. Por exemplo, houve um problema climático e o agricultor não conseguiu colher o aipim; então se pode trocar por outro do mesmo grupo, como o inhame ou batata doce.

**Entrevistador:** E hoje, como está este grupo?

**Entrevistada:** Eles (*CAP*) não deixaram de vender através da feira e depois no mercado. Eles têm uma demanda para voltarem com a feira, em local diferente em relação aquele onde funcionou antes, com barracas padronizadas, *layout* diferente, uniformes, etc. Estamos pensando na elaboração de um projeto para buscar recursos para eles.

Mas a grande oportunidade para eles é o mercado institucional, como o PNAE. Só que eles viram que enquanto estiverem informais, sem CNPJ, e o grupo formalizado,

eles não serão prioridade (*num processo de seleção de projetos de venda dentro do PNAE*), e vão perder mercado, principalmente para os grupos organizados, formalizados. A cooperativa (*Pacová, de produtores de Paraty, sede em Barra Grande*) esboçou a intenção de vender produtos *in natura* na próxima chamada pública, e até então eles entraram para vender apenas a bananada.

Eles (*o CAP*) estavam no momento acomodados, porque embora seus produtos não sejam orgânicos (*segundo a legislação do MAPA*), o consumidor de Paraty reconhece que os produtos dos agricultores vinculados ao CAP são orgânicos, eles têm esse crédito. Por isso eles sempre se colocaram numa situação acomodada, já que eles não precisavam dessa formalização.

Agora, com essa questão (*do fornecimento*) da alimentação escolar, é que eles se viram meio confrontados, então sentem a necessidade de se formalizarem, e não perderem a grande oportunidade de fornecer produtos para a Prefeitura (*de Paraty*).

São dois trabalhos paralelos que eles estão fazendo: num primeiro momento, a busca do registro como produtores orgânicos, como OCS, que é mais simplificado, já que eles não tem a obrigação de ter o CNPJ. Depois buscaremos o registro como SPG, mas isso envolve outras questões, como a financeira (*como SPG o grupo necessita pagar à entidade mediadora com o MAPA*), já que eles pagam a associação, então isso é um 2º passo que a gente dará.

Como OCS eles já resolvem a questão de serem reconhecidos como grupo de produtores orgânicos, e receberem os 30% a mais no preço dos produtos, conforme preconiza a resolução do PNAE. Nesse processo eles estão mudando o nome do grupo, de CAP, para Associação dos Produtores Orgânicos de Paraty. A OCS terá esse nome.

**Entrevistador:** Quantos são hoje interessados nesse processo?

**Entrevistada:** O grupo é muito grande e muito diversificado, são várias pessoas com vários tipos de profissão, vários interesses, e estão sempre trabalhando nos mutirões. Já houve a reunião e ata de fundação do grupo (*APOP*) em dezembro de 2014, e decidiu-se que, uma vez formalizado, só participarão aqueles que tiverem DAP. Aqueles que não tem DAP estão em busca desse documento, e só aí farão a formalização do grupo.

**Entrevistador:** Como extensionista já há 6 anos aqui em Paraty, na parte da produção, você vê esse grupo atender a esse mercado, tanto da feira, com a possibilidade de ser

ampliada, como você disse, e por outro lado o fornecimento para as escolas, você vê alguns entraves, dificuldades, na questão produtiva, por exemplo, de manter a regularidade na oferta (de produtos)?

**Entrevistada:** Tendo como referência a entrega para a alimentação escolar, as únicas vezes que a gente tem problemas na entrega é uma questão do tempo (*climática*). Muita chuva ou pouca chuva, muito Sol ou pouco Sol, isso vai influenciar (*na produção*) e dificultar as entregas. Estamos conseguindo sanar a questão logística, com a ajuda do caminhão da Prefeitura (*ele busca nos sítios e coloca num depósito da Secretaria Municipal de Educação*), e o principal é resolver a organização, a formalização do grupo. A minha expectativa como técnica é que eles resolvam os problemas pessoais, e se consiga uma unidade.

Na parte de produção eles têm assistência técnica, o agrônomo da Secretaria Municipal de Agricultura acompanha pessoalmente todas as reuniões, todos os mutirões, temos registro das reuniões, com atas, etc. Eles estão bem contemplados na parte técnica. Dentro do que eles se comprometeram, eles estão bancando. Pode ser melhor, porque eles têm muito potencial.



## Entrevista com agricultores

### Entrevista 3

**Nome fictício na tese:** Francisco

**Nome:** Valdevino Cláudio dos Remédios

**Datas:** 18/04/2014 e 28/05/2015

**Local:** São Roque, Paraty

**Tempo de Entrevista:** 52'33''

A 1ª parte desta entrevista foi transcrita a partir do vídeo “Caminhos do Rio: experiências agroecológicas do Rio de Janeiro”<sup>1</sup>, gravado em abril de 2010 em São Roque/Paraty.

**Entrevistador:** Aonde você nasceu, como era sua vida quando criança?

**Entrevistado:** Nasci num lugar chamado Caboclo, perto do portal de Paraty. Sou pai de dez filhos, mais um adotivo. Meus filhos foram todos bem-criados.

A nossa vida foi muito ruim no tempo de meu pai, nós não tinha terra para morar, e meu pai era arrendatário, posso dizer que nós “passamos o pão que o diabo amassou”, toda vida meu pai foi escravo de fazenda. Eu fiz um voto a Deus, que meu pai nunca teve terra, que eu devia ficar com uma cueca, mas eu ia comprar um pedaço de terra para mim. Comprei um sítio, nunca trabalhei o dia (a “diária”) pra ninguém; lá eu criei meus filhos tudo com alimentação da roça, e Deus me ajudou.

---

<sup>1</sup>Vídeo de 26'52”, produzido em julho de 2010 pela Cipó Caboclo Vídeos ([www.cipocaboclovideos.blogspot](http://www.cipocaboclovideos.blogspot)), com recursos do projeto “Desenvolvimento participativo de metodologias e processos de construção de conhecimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro”, fruto de um edital do CNPq/Ministério do Desenvolvimento Agrário, e coordenado pela Universidade Federal Fluminense. O autor da pesquisa integrou o grupo que coordenou a realização do vídeo, auxiliando na escolha das experiências, na elaboração do roteiro, nas entrevistas realizadas e na logística das filmagens. O Grupo Executivo da AARJ – Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro autorizou o autor a utilizar os arquivos referentes a entrevista no presente trabalho de pesquisa. Disponível em <http://aspta.org.br/2013/09/video-caminhos-do-rio-experiencias-em-agroecologia-no-rio-de-janeiro/>, acesso em 02/04/2015.

A infância – eu comecei a trabalhar com 7 anos de idade; eu era vendedor de batata doce e aipim, e ia na cidade vender, para trazer farinha e peixe para nós, e aí eu fui crescendo e fui ensinando a meus irmãos menores. Depois arrumei um terreno para trabalhar em parceria, sempre pagando arrendamento, sempre. Aí meu pai foi despejado da fazenda, e aí eu fiz o voto, que Deus ia me ajudar a comprar um terreno, e aí meu pai foi para Mangaratiba, e faleceu lá. Eu lutei muito, carreguei muito peixe nas costas.

Casei novo, com 21 anos, descia com meu burrinho pela (estrada) Paraty – Cunha para vender banana, para comprar coisas pro meu filho. Em 1971 veio a Rio – Santos, e aí veio a miséria, veio o progresso, mas veio também a miséria para Paraty. Porque os grandes (*empreendimentos*) vieram estocando a terra, e não foi só na zona rural, mas com os caiçaras também, o que acontecia aqui acontecia com os caiçaras também. Lá na Ilha das Cobras (*bairro de Paraty*) só quem tá lá é caiçara e produtor rural, e eu falo pros meus filhos, quando eu morrer não vendam essa terra, essa terra é de vocês, dos netos, para pagar o sacrifício que meu pai fez.

Entrei no sindicato vendo o sofrimento do povo, aí fui para sindicato, e eu e meus companheiros, lá a gente derrubou o sindicato do pelego, e aqui estou e só pretendo sair daqui morto. E estou feliz, fiz 5 meses do Mobral. A minha teologia, a minha faculdade vem de berço.

A luta com o sindicato foi muito bom (*sic*), com a CPT, se não tivesse a luta no sindicato eu não tinha terra. Aqui eu tô feliz, a gente não passa fome, tem tudo da roça. Depois que o Ciro saiu da EMATER RIO de Paraty nunca mais tivemos assessoria.

Eu trabalhei errado, eu plantei cana com a intenção de montar um alambique, mas o INCRA não aceitou. Aí eu não sabia e plantei rama de mandioca, mas na hora de pagar o banco o aipim falhou, eu não sabia que depois que a gente planta cana não pode plantar o aipim, tinha uma *sigatoka* (*doença*) na terra. Aí eu fui no banco e o gerente falou para ir na EMATER, pegar um laudo, e fazer outro plantio, e hoje a minha dívida com o banco que era de R\$ 7.000,00 já está em R\$ 13.500,00.

Agora Deus me ajudou que eu ganhei esse engenho, e parei de vender para fora, um feixe de cana a R\$ 1,20, parei. Agora vou fabricar melado, rapadura, e vou conseguir pagar a minha dívida, se Deus quiser.

**Entrevistador:** Você vê alguma diferença na agricultura daquela época em que você trabalhava com seu pai. Tem coisas parecidas, hoje?

**Entrevistado:** Olha só, eu gosto da vida de hoje, mas no meu tempo a vida era muito melhor, o sofrimento era muito, mas a vida era muito melhor, não tinha violência, a mamãe ia pra roça e carregava a gente. Nós carregávamos feijão, milho e banana nas costas, e ia pra cidade vender na sexta-feira, papai ia receber o dinheiro e no sábado a gente ia passear na cidade. A gente voltava pra casa de noite, não tinha violência, hoje a pessoa não pode sair.

**Entrevistador:** Mas você pode falar das lavouras; o que acabou, sumiu?

**Entrevistado:** Antigamente tinha feijão, arroz, banana, amendoim, batata doce, porco, galinha, tinha tudo, hoje o pessoal tá morrendo em pé, porque só tá comendo química que vem de fora, e principalmente, a melhor terra está na mão do especulador imobiliário, os que querem trabalhar não podem. Naquela época não existia dinheiro, mas existia fartura.

Eu tô aqui (*em São Roque*) desde o final de 87, na época dos assentamentos; nós chegamos aqui e o INCRA não tinha dado o documento da terra para nós. Eu estava lá em Laranjeiras (*bairro da cidade do Rio de Janeiro*), na sede da CPT, e os companheiros que estavam aqui no assentamento ligaram, dizendo que a polícia estava aqui e impedia as pessoas de chegar para a terra. A polícia tinha recolhido as ferramentas do pessoal, mas aí veio o INCRA e trouxe a APO – Autorização Provisória de Ocupação –, e nós entramos na terra.

Aí nós passamos a trabalhar com mutirão, e essa área daqui era área comunitária, fizemos um grupo de vinte e uma pessoas, mas tem sempre um que não quer trabalhar igual, e aí nos dividimos o mutirão, e formamos um grupo de quatorze, e o outro grupo formou o deles. O meu produzia direitinho, o outro dava confusão.

A divisão dos lotes dentro do assentamento – numa área em que caberiam só 4 famílias, o INCRA assentou 10, e teve gente que não tinha força de trabalho e ganhou 17 hectares.

**Entrevistador:** Quando começou aqui o assentamento? Até hoje seu trabalho com agrofloresta, a gente vê que tem uma floresta bonita aqui.

**Entrevistado:** Eu toda vida trabalhei com a floresta num sentido, era o consórcio, o casamento. O que é o casamento? Ali eu planto aipim, o feijão, o milho, as frutíferas,

tudo no meio, e assim foi. Em 1993 veio um grupo de estudantes da Universidade Rural, e eles vieram aprender como se faz agrofloresta. Como você aprendeu a fazer isso? De ideia, porque a terra era pouca, e ia colhendo a temporária, e depois as frutas.

**Entrevistador:** Você experimentava, errava, acertava?

**Entrevistado:** Isso mesmo. Antes eu queimava a terra, carpia a terra; hoje não.

Vim saber o que era a agrofloresta através do IDACO. A terra tava sendo perdida, aqui tava debaixo de mata, mas ali era só capim brachiaria, eu ia perder. Aí vieram Alberto (Feiden, pesquisador da EMBRAPA), Fabio (Oliveira), Claudemar (Mattos), um grupo de doze pessoas, ficaram aqui uma semana, e trabalhamos na agrofloresta (*implantação/manejo*). E tá a agrofloresta, uma coisa linda, toda semana eu corto palmito, ali já vai pra cinco anos, mas comecei a colher com 2,5 anos.

O que vem de gente aqui visitar a agrofloresta...

Nessa agrofloresta tem ervas medicinais, graviola, carambola, óleo copaíba, jatobá, araribá<sup>2</sup>, jequitibá, cedro, jaqueira, banana, palmito, as madeiras brancas eu podei tudo para virar adubo.

Comercialização – toda semana eu tiro mercadoria que vai para o mercado: cana, banana, laranja, taioba. Faço garrafada, mas essa nem vai para o mercado, o pessoal vem aqui buscar. A minha avó era parteira em Paraty, e fazia garrafada, e meu pai aprendeu com ela.

A gente queimava a terra, descoivarava, depois botava numa coivara, ficava só o solo, tem lugar por aí que só se vê sapê, e tudo escorrendo (*erosão*). Já na agrofloresta, a gente não queima o cisco, a vantagem é essa, a gente perde um pouquinho aonde tá os tocos, as folhas, mas hoje onde estão as folhas eu jogo batata doce. O remédio certo da lavoura hoje é a agrofloresta.

Somos negros, meu pai é filho da fazenda Dr. Samuel Costa, Pedra Branca, já minha mãe é da Graúna; tenho uma tia aqui. Ela morou no morro do Sapê.

A fazenda era de cana, ele (*o pai*) era empregado de fazenda, moedor de cana. Aqui tinha 255 engenhos de cana (*antes da Rio-Santos*).

---

<sup>2</sup> Bot. Árvore papilionoídea (*Centrolobium robustum*), da floresta pluvial, caracterizada pelas grandes sâmaras providas de longos espinhos acerados, e cuja madeira, pardo-avermelhada, pesada e dura, serve para construção civil e naval, mobiliário fino e obras externas. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 3ª. Edição, 2004.

Durante uma caminhada em seu sítio, o entrevistado mostra a lavoura no quintal, ao redor da casa:

Esse pé de café eu colhi dois sacos; isso aqui é carambola, ali já é o araribá. Olha aqui o que a agrofloresta faz, um pé de remédio – espinheira santa, como ele apareceu aqui? Ele traz doença, mas também traz vantagem: é o morcego. Isso aqui (*a espinheira santa*) é bom pra gastrite, para úlcera, antigamente eu ia longe buscar, agora o pessoal vem aqui na minha porta buscar. Quem trouxe para cá foi o morcego, ele que plantou isso aqui. Quando eu capinava não tinha mais nada. Tem um pássaro chamado trocá, parece um pombo, aquele pássaro só dá na mata virgem, é difícil, mas já aparece lá em casa. Ele come a pupunha, desce no chão, a agrofloresta traz tudo para casa da gente, os bichos. Lagarto come banana dentro de casa.

Corta um palmito de pupunha, vai cortando a folha e colocando ao redor da cova, ele explica que é como adubo, aí apodrece e aduba. Aqui é guapuruvu, eu não corto ele, é madeira boa, a travessa da casa é dele. A flecha<sup>3</sup> é de fazer artesanato, fazer gaiola, mas tem um óleo, eu faço fogo, quando tá sem luz, de noite eu acendo uma tocha assim ó, e ando com ele queimando porque tem um óleo. Esse é o jatobá, é o principal de fazer garrafada, talvez não sirva para mim, mas vai servir pros filhos e netos. Ali também tem copaíba.

**Entrevistador:** O que significa isso aqui pro senhor, ter essa natureza toda aqui ao redor?

**Entrevistado:** Isso aqui é um céu, dentro dessa morada aqui não tem como me aborrecer, é só alegria, isso aqui é o meu sonho. Tudo que tem aqui não tem preço.

Então valeu a pena lutar por isso aqui, e também ter ajudado os companheiros na luta deles? Sim, mas eu tenho até pena deles (*porque não conseguiram um pedaço de terra*).

---

<sup>3</sup> Bot. Planta aquática e ornamental, da família das alismatáceas (*Sagittaria montevidensis*), comum em pequenas lagoas e águas estagnadas, muito apreciada pela elegância do porte, pela forma das folhas e pela beleza das flores, que são flutuantes, alvas com máculas purpúreas no centro e numerosos estames, e dispostas em muitos verticilos sobre pedúnculos altos, grossos e moles, sendo o fruto uma cápsula grande, com muitas sementes; aguapé. [Var.: *frecha*.]. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 3ª. Edição, 2004.

Aqui tem mandioca e milho, aqui plantei feijão, milho e batata-doce. Quebrei milho verde, vendi muito milho aqui, mas ainda tem muito milho. E agora chega a época do feijão. O açaí já tá caindo de moda, então quando eu fazia o juçara, para poder vender, eu botava como se fosse açaí.

**Entrevista 18/04/2014 – São Roque.**

Fora da gravação, Valdevino conta alguns detalhes do apoio do STR de Paraty e CPT na luta dos moradores da Praia do Sono, em 1983. Eram três famílias resistindo, com onze pessoas no total. Estavam na igreja cujo telhado estava prestes a cair. Ele rompeu a corrente com cadeado de uma casa lacrada e as famílias ocuparam a casa. Algum tempo depois souberam a notícia que o telhado da igreja havia caído. No governo de Brizola, o Secretário de Justiça era Vivaldo Barbosa; a Praia do Sono foi desapropriada. Conta detalhes da convivência do STR de Paraty com os grileiros, forjando contratos de comodato com os posseiros e depois os expulsando das terras.

**Entrevistador:** Valdevino, você pode contar um pouco dessa história da luta pela terra, da reforma agrária, e do apoio que vocês deram quando estavam no STR, e dos caixas?

**Entrevistado:** Primeiro eu tenho que contar o início da minha vida. Nós éramos treze irmãos, eu quando eu tinha 8 anos a última morada que nós tivemos foi na fazenda Bananal, que hoje é a Murycana. E a falecida Josefina Gibrail Costa vendeu a fazenda, e loteou. Naquela época meu pai não tinha condições de comprar um terreno, e saiu. Meu pai foi tocado (*da terra*) por um delegado de Paraty. Aí eu fiz um voto a Deus, que um dia eu era de comprar um terreninho para mim. Eu me casei e fiquei tomando conta da fazenda onde meu pai morava. Eu saí e fiquei morando na terra dos outros. E Deus ajudou que eu consegui comprar um pedacinho de terra para mim no Bom Retiro; isso foi em 1971 a 1974. Quando chega um dia aparece um diretor do STR de Paraty chamado Antônio Gama, e me convidou para ser diretor do STR. Eu disse para ele que não tinha condições porque não tinha estudo; eu só tive um ano de estudo; naquela época era difícil o estudo. Aí me colocaram como fiscal. Em 1974 eu estava no STR e vi um moreno falar com o presidente do STR que queria fazer usucapião de umas terras.

Neste momento apareceu uma outra pessoa chamada Nestor, e que era morador aqui em São Roque. O administrador da fazenda de São Roque chamava-se Bosquete. E assim que ele foi receber a indenização da fazenda eu vi o presidente do STR botar 100 contos na mão do administrador da fazenda. O moreno era o Gabriel Bispo, lá do quilombo; na época eles estavam lutando pelo usucapião. Nessa época eu já era da CPT junto com o Valentim (*do Campinho*). O presidente do STR falou para Gabriel que ia fazer o usucapião na terra do Campinho, mas queria 20% da terra como pagamento. Mas se o advogado do STR é pago pelos sócios, porque eles querem 20% da terra?

Aí houve uma briga na Trindade, e eu descobri que o pessoal do STR estava sabotando o (*processo de*) usucapião do pessoal do quilombo (*do Campinho*). Aí o pessoal do Campinho chamou a CPT, e o advogado deles era Dr. Miguel Pressburguer, foi junto com a luta da Trindade. Nessa época eu já estava na CPT. Eu vendo que o STR estava entregando o pessoal para tirar da terra, eu entrei no STR junto com a CPT, Orlando Calegari, Dr. Miguel, Dr. Artur, e ganhamos o STR. E do STR para cá a minha promessa foi lutar pela terra. Chegando aqui em São Roque eu achei cinco famílias com despejo sumário, sem apelo, pela fazenda.

**Entrevistador:** Essa fazenda é a São Miguel Arcanjo? O mesmo grupo?

**Entrevistado:** O mesmo grupo, que liderava (*sic*) desde Taquari, São Roque, colônia de Barra Grande, Serraria e até Graúna. Só que uma parte da Graúna foi vendida naquela época pelo Penido, grupo que abiu a estrada Paraty – Cunha. E aí ficou a luta de Serraria até Taquari.

E nessa época quem atuava aqui nessa área era o STR, o advogado era o Maia, ele era quem fazia o contrato<sup>4</sup>. Ele dizia assim: nós somos do STR, esse aqui é o delegado Dr. Gentil, e vocês tem que ter dinheiro para tocar a terra, e para ter dinheiro vocês precisam fazer o contrato com a fazenda.

Ao invés de lutar pelo documento de usucapião da terra, fizeram um contrato de comodato. Com o contrato assinado a fazenda (*faz um gesto de bater, como que demonstrando a expulsão dos posseiros da terra*).

---

<sup>4</sup> Contrato de comodato com os posseiros, para caracterizar que havia um dono (comodante), mas que na verdade era o grupo da Fraternidade Universal.

E quando eu entrei no STR só tinham cinco famílias, já com despejo sumário aqui dentro. Em dezembro de 1986 o Dr. Agostinho Guerreiro<sup>5</sup> me avisou assim: Valdevino, vocês vão passar bem o Natal, porque a terra de São Roque está sendo desapropriada. Não deixa o INCRA medir lote de tamanho pequeno, e não deixa o pessoal plantar nas divisas aonde será feita a medição de terra. Eu trouxe para cá 28 pessoas sem terra, além das cinco famílias que ficaram aqui dentro (*as que tinham um contrato de comodato com a fazenda*).

Aqui moravam 55 famílias de posseiros, e com a ação do STR (*antes da entrada de Valdevino*) a fazenda foi colocando todo mundo para fora. Só que a luta foi em vão, o INCRA botou o pessoal na terra, depois desapareceu de São Roque por 3 anos, aí o pessoal começou a vender os lotes. A nossa luta no STR era para que o INCRA desse a eles – posseiros – um título de uso e fruto com domínio, para que ninguém pudesse vender, mas foi o contrário.

Hoje em dia São Roque está a maior barbaridade; Taquari e Barra Grande. As pessoas venderam, e aí vem pessoas boas, mas vem pessoas que fazem a maior barbaridade.

**Entrevistador:** Naquela época da reforma agrária, incluindo as cinco famílias de posseiros, mais os 28 que o STR trouxe para cá, quantas famílias ainda permanecem produzindo até hoje em São Roque?

**Entrevistado:** Sr. Carlos, D. Maria do Geraldo, eu e ela (D. Maria do Francisco, vizinha de Valdevino). 4 famílias.

**Entrevistador:** Esse apoio que o STR deu à luta na Praia do Sono, conte um pouquinho disso.

**Entrevistado:** Aquela luta do Sono durou 50 anos. Nessa época eu já era coordenador da CPT (*em Paraty*); era do STR e do MST. Nós botamos o pé no Sono em 28/12/83. Eu, o falecido Abílio Alapenha, Valentim, e Orlando Calegari. Lá tinha três famílias morando, eram onze pessoas dessa família, e a igreja caindo<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Foi Superintendente do INCRA no Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> As famílias tinham sido expulsas de suas casas e estavam morando na igreja da comunidade.



Nós levamos dois anos na época do governador Leonel Brizola, o Secretário de Justiça e Assuntos Fundiários era Vivaldo Barbosa, e mais o advogado da CPT. Nós conseguimos segurar o pessoal lá dentro (*sem despejo*), e eles estão lá até hoje.

**Entrevistador:** Aquilo ali era uma luta contra o (nome do grileiro)?

**Entrevistado:** Gibrail (Tannus). Ele morreu e não levou (a terra). Mas o neto continua a pressionar, não só o Sono, mas a Cajaíba, etc. Todo aquele contrato, todo! E aquele contrato foi feito por um pastor e pelo STR da época.

**Entrevistador:** E vocês iam para lá, para?

**Entrevistado:** Para incentivar a resistência, que não saísse da terra, aquilo ali eram nascidos, e o contrato era forjado (*também de comodato*). Porque o caçara nunca soube o que é lei. A vida do caçara era a vida do meu pai.

Quando veio a voz que vinha a estrada Rio-Santos, a grilagem bateu. O pessoal que vinha grilar as terras vinha procurar a entidade que apoiava o trabalhador, e ali a entidade se vendia, como Jair Silva se vendeu. Mas graças a Deus que a Igreja Católica naquela época formou lideranças, para lutarem em favor do trabalhador, e com um trabalho importante que é o de formação política. Porque a CPT foi a formadora de liderança.

**Entrevista 26/05/2015**, durante a visita do grupo de estudantes na excursão científica, atividade do projeto Comboio Agroecológico (CNPq/Universidade Federal de Viçosa).

**Entrevistado:** Minha avó ensinou tanta coisa para o meu pai, e eu ia para o mato com o meu pai. A minha avó era parteira em Paraty, a minha mãe teve 13 filhos, nunca ocupou médico.

Sobre a agrofloresta: antigamente a gente roçava tudo, botava fogo, queimava, além de queimar capinava todinho, ficava aquele cisco, queimava, plantava feijão, o feijão vinha bom, plantava aipim, vinha bom, plantava tudo.

Hoje em dia a gente vê ali, na Boavista, do lado da rodoviária (*de Paraty*), só tem capim. De tanto a terra ser batida, acabou, não dá mais nada.

Isso era no tempo de meu pai. Quando foi por minha conta eu fui ver, quanta judiaria a gente não fez! Hoje a gente tira o dinheiro da madeira, é só saber tirar; tirar uma casca, não pode? A madeira. Tirar só uma pele por cima que não ofende o osso, ela volta. Então eu tiro dinheiro daí; do palmito (*pupunha*), do aipim, eu cuido das minhas galinhas (*mostra as plantas medicinais que usa como medicamento para as galinhas*).

Eu vou visitar uma casa, eu não tô interessado se a casa é bonita; eu olho o que eu não tenho em casa (*as plantas*), e lá eu acho. Eu falo: “vamos trocar comigo?”.

*Conta o caso de ter salvo duas galinhas de serem sacrificadas porque estavam doentes, e ele fez uma intervenção e retirou algo que estava obstruindo a parte respiratória das galinhas. E o entrevistado diz: Viu? Eu não estudei, mas aprendi com a Natureza.*

Fala de César Silva, atualmente secretário da Associação dos Produtores Orgânicos de Paraty, em visita ao sítio de Valdevino no dia 26/05/2015.

**Entrevistador:** E esses intercâmbios, essa troca? Aqui tem os mutirões?

**César:** Toda terça (*tem mutirão*). A maioria aqui é sozinho, então o mutirão vem dar uma força para a gente.

**Entrevistador:** Os mutirões são de limpeza de áreas, de construções?

**César:** Depende da necessidade de cada agricultor. Roça, igual hoje aqui, nós viemos fazer o plantio de canteiros. Sozinho ele até faz, mas é bem demorado. No mutirão a gente pede informações. O mutirão está sendo muito útil, não só para o agricultor que recebe, mas para quem está indo (*participar*). Esse ano a gente começou o mutirão com 12, o último tivemos 38 agricultores. Então tá aumentando, e tem gente querendo participar, não quer nem (*o benefício do*) o mutirão na casa dele, mas quer só participar. Porque é uma coisa que está dando resultado. Não é só limpar, é como experiência, trocar uma ideia.

## **Entrevista com agricultores**

### **Entrevista 4**

**Nomes fictícios na tese: Antônio e Maria**

**Nomes: Valentim Conceição e Dona Madalena Conceição**

**Data:** 20/07/2012

**Local:** Quilombo do Campinho, Paraty

**Tempo de Entrevista:** 1h, 30'50''

**Entrevistador:** por favor, digam seus nomes e locais de nascimento.

**Entrevistados:** Meu nome é Valentim Conceição; e o meu é Madalena Alves da Silva Conceição.

**Entrevistador:** Vocês nasceram aonde?

**Valentim:** Desde que eu me entendi por gente eu vivi aqui no sertão, minha mãe morava num lugar que..., mas a minha mãe morreu e eu não sei se nasci lá ou aqui (*no Campinho*). Com 3 ou 4 anos minha madrinha ficou responsável pela minha criação, (*eu*) não tinha mãe e não tinha irmão, minha mãe se chamava Margarida Alves da Conceição. Nasci no dia 14/02/1925.

**Entrevistador:** E a Sra, D. Madalena?

**Madalena:** Meu pessoal é do Mamanguá (*Saco do*), mas eu nasci na Itatinga, em 15/01/1930.

**Entrevistador:** Podem contar um pouco da história do lugar?

**Valentim:** Eu com minha madrinha que se chamava Maria Emília, então o povo daquela época aqui era todo trabalhador rural, a gente plantava o milho, mas isso quando já grande. Tinha a Fazenda Pedras Azuis, aonde a minha madrinha, coitada dela, ia ganhar seu trocadinho, para poder comprar as coisas e poder me criar, quase todo mundo daqui (*do Campinho*) trabalhava lá. Ela me chamou pra trabalhar lá, para ganhar 2000 réis, eu nem sei mais o que é 2000 réis, para ganhar por dia. Aí ela disse “hoje meu filho, tira seu trocadinho e compra um quilo de feijão”, mas nós não levamos vasilha pra botar, uma bolsa, eu tirei meu chapéu da cabeça e botei aquele quilo de feijão ali no canto, aí veio o filho do encarregado da fazenda, mete o pé e derruba tudo. Aí eu falei, Sr. Teixeira, seu filho entornou meu feijão todo, sabe o que ele falou? Bem feito, no chão não é lugar de colocar as coisas, a criança bate o pé, e bate mesmo, para você aprender! Ah, meu Deus do céu, eu era criança, mas era muito genioso, ele disse “cata”, eu disse “cato não”.

Aí no outro dia de manhã cedo aprontando cedo, o café tinha que fazer no escurinho (*de madrugada*) para chegar lá em tempo, ela disse “meu filho vamos”, eu disse “vamos não”, ela disse “meu filho eu ganho um trocadinho, você ganha outro, a senhora vai me desculpar minha madrinha, eu não vou lá de jeito nenhum”. Aí ela saiu toda triste, aí fez um pirãozinho de feijão, botou lá na sacola, a gente era pobre mesmo, hoje não. Na roça não tinha nada. Aí ela foi pra lá, eu molhei um cacareco, nem foice velha tinha, era um cacareco de foice, que a gente arrancava uma mandioca, uma coisa, peguei aquela foice, fui lá pra mata, trabalhei o dia inteiro, quando ela chegou perguntou: “como tá meu filho? Eu tô bem. O que você fica fazendo? Trabalhando, minha mãe. Amanhã você vai?” (*pra Fazenda*), respondi “eu vou não”. Aí ela trazia aquele pedacinho de carne, de açúcar. Eu sapequei a terra, não me lembro com quem arrumei a rama, mas arrumei a rama, plantei, fiz uma moita de roça bonita. Eu falei pra ela: vamos lenhar no meu roçadinho, vamos lenhar. Quando ela viu, deu vontade de arrancar e fazer farinha. “Mas tá nova minha mãe”, ela disse “não, tem pau no meio, já dá para fazer farinha”. Naquele tempo, com 7, 8 meses, a rama (*de mandioca*) já tinha raiz embaixo, hoje em dia com menos de 1 ano não adianta meter a mão. Aí ela fez farinha, encheu as latas de farinha. No dia que ela não ia lá pra fazenda, ela ia lá me ajudar a arrancar mandioca. Fiquei trabalhador pra caramba, não esperei acabar aquele

não, botei outro roçadinho, plantei, e num voltei nunca mais para aquele carrasco (*risos*). A mandioca para fazer farinha, graças a Deus, nunca mais faltou.

**Entrevistador:** Vocês tinham uma área para plantar? Tinha uma área em volta da casa em que era permitido plantar?

**Valentim:** Eu tenho uma folha da história aí, como é que era o negócio aí, não tinha aquele sistema de plantação, todo mundo tinha (*terra para plantar*).

Um dia a tia da Madalena foi lá pra Itatinga, e o filho dela falou: “Maria Emília, porque vocês não plantam banana? Então vamos plantar para ver”. Tinha duas touceiras de bananas lá, dos nossos tios, aí nós arrancamos mudas de bananas, plantamos as mudas, sabe que a banana não levou um ano? Deu cada cacho! Nós levávamos nas costas daqui pra Itatinga, nós não tínhamos burro. Aí vendia e fazia aquele trocado, direitinho, certo.

Até que eu saí para trabalhar em Santos, comecei a trabalhar por fora, comprei uma mulazinha, uma eguinha, e aí todo mês nós já tínhamos dinheiro, pouco porque a roça era pouca, mas todo mês vendia uma a duas dúzias de banana.

A minha bisavó; isso aqui já era dela, esse lugar que eu tô morando hoje era dela, o nome dela era Rita, isso já era das nossas avós e bisavós. Aí houve uma controvérsia com nós, uma pessoa que viveu lá na Itatinga, falou que isso aqui era dele, uma face até lá em cima. Eu trabalhava em Santos, e ele falou “papai não quer que vocês venham pra cá, façam roça, ponham animais”, “vou botar uma porteirinha aí e vocês vão tomar conta dos animais de papai”, outra vida de perseguição (*risos*).

Aí o Conselho disse pra nós para fazer usucapião, acho que foram 16 pessoas que fizeram usucapião, eu não tava na CPT não, mas já conhecia tudo. Fizemos usucapião, mas o usucapião não saiu. Um dia veio uma moça aqui lá de São Paulo, ela disse “por que vocês não requerem isso aqui? ”, eu disse “D. Neusa, isso aqui tá na Justiça, 16 famílias”. Ela disse que tem uma lei, artigo 68, que as pessoas descendentes de quilombo têm direito da posse da terra. Ela mesma veio aqui, fez uma entrevista com várias pessoas, tinha uma tal de Paulina, que morava perto da Associação de Moradores, ela era mais velha que eu, e sabia a história tudo direitinho; as nossa bisavós eram descendentes de escravos, e se elas eram descendentes de escravos vocês tem o direito.

Foi nessa (*a lei*) que nós nos peguemos, ela nos ajudou muito (*a D. Neusa de São Paulo*).

Dr. Miguel<sup>7</sup> era vivo nessa época, ele era advogado do Sindicato e da CPT, foi no mês de março (*não lembra o ano*) que nós ganhamos essa luta aí. Aí foi reconhecida essa área como nossa, nossas avós que trabalhavam na fazenda da Independência, mas não eram escravas, eram reconhecidas como pessoas da casa, que elas penteavam o cabelo das madames, davam banho nas crianças, botavam roupa nas criancinhas, como se fossem pessoas da família. A Fazenda era na divisa do Patrimônio com o Campinho. O campinho (de futebol) quem fez fui eu, por que era uma diversão, eu trouxe bola e meu colega trouxe as camisas. Tinha o campo maior na beira do rio, mas as crianças não jogavam lá, nós não dávamos chance. Era difícil um time de fora ganhar de nós. Então fizemos um campo menor, para as crianças, então ficou Campinho.

Então o nosso documento (*da terra*) tá Campinho da Independência, mas era Sertão da Independência.

As três mulheres que estão na história era Luiza, Antonica e Marcelina. Eram as três que trabalhavam na Fazenda da Independência. Elas eram escravas por causa da época, mas a história diz que elas eram tratadas como pessoas da família, e trabalhavam na casa como empregadas. Luiza que era minha bisavó, e a Camila era minha avó.

Ela (*D. Madalena*) tem uma história bonita. Joaquina era benzedeira (*filha de Marcelina*). Conta a história do dente. *D. Madalena, fala:*

**D. Madalena:** Ela (*Joaquina*) rezava. Um dia fomos cinco pessoas na casa dela. Uma de vocês vai ficar para rezar as pessoas do lugar, para não acabar isso. Porque precisa, porque isso é de Deus, mas eu não sei quem vai ficar para rezar. Aí foi passando, eu criei meus filhos, já estavam todos grandinhos. Aí um dia eu fui pra cidade, e tia Rita falou pra mim, Madalena, vai passando uma rede ali, e é gente morta. Era tia Joaquina, e eu nunca tinha ido ao cemitério, e começaram a botar barro na cova, aí eu botei também, e me veio uma coisa na cabeça, só tinha homem e eu de mulher. Aí eu lembrei que ela falou que a pessoa que ia continuar a rezar era aquela que ia no enterro dela, e as pessoas olharam para mim e disseram: é você.

---

<sup>7</sup> Miguel Pressburger, advogado defensor das causas relacionadas às populações tradicionais na região de Paraty.

Aí eu fiquei para rezar. Ficou um tempo, um tempo esquecido. Aí a gente criou a Igreja de São Benedito, aquilo me tocou mais forte, e aí eu comecei a rezar. Já aconteceu muito milagre na minha mão, não sei explicar mas aconteceu. Aí eu aprendi a fazer parto, eu trabalhei na Pastoral da Saúde, trabalhei no hospital por 3 meses para aprender a fazer parto melhor, porque o parto na roça era cortar o umbigo e só. Mas depois apareceu a Rio Santos, a estrada, aí ficou fácil o pessoal ir para o hospital e então achei melhor: vamos por hospital! Aí eu parei de fazer parto, porque fazer parto é bom, mas todas as crianças nascem de noite, então as famílias não queriam mais vir de noite, aí eu parei de fazer parto. Eu fiz de 10 a 15 partos, só um nasceu morto, os outros tão tudo vivo.

Naquela época, sem o transporte, era a condição, pra ir na cidade tinha que sair 4, 5 horas da manhã, e chegava lá pras 6, 7 horas da noite.

*D. Madalena conta o caso de uma mulher que chegou roxa no hospital porque tinha bebido veneno:* E o Dr. Rubinho falou “Madalena, essa paciente é sua”, aí eu fiz a minha oração com Deus, comecei a rezar ela, aí ela foi indo, foi indo, deu um suspiro forte, aí ela disse “aonde que eu estou?”, eu disse “você tá no hospital”. “Quem me trouxe? ”, eu disse “seu pessoal”. “O que aconteceu com você?” Ela disse “o pessoal não gosta de mim e eu bebi veneno. Aí eu fui buscar o médico”, e ela ficou sentada. O pessoal dela ficou muito agradecido, e queria me pagar, eu disse não é nada, é a Deus que vocês têm que pagar, porque foi a Ele que eu pedi, o milagre vem de Deus.

**Entrevistador:** Sr. Valentim, o Sr. podia contar como era a vida antes da estrada, e depois da estrada, as mudanças que aconteceram?

**Valentim:** Antes da estrada era difícil o acesso ao comércio, a coisa que a gente colhia tinha que levar tudo nas costas, ou animal, mas que foi uma coisa depois, a gente foi plantando banana, plantando mais, e aí foi comprando animal, mas no começo nem animal tinha, tinha que ser nas costas. Nós tinha (*sic*) um tio, José Amancio, que levava um saco de milho nas costas para vender em Paraty, um saco de milho tem 60 kg. Todo mundo tinha roça pro gasto, depois que veio o emprego, então a maioria fracassou a roça então, e compramos no supermercado o que não temos em casa.

Hoje não temos telefone fixo, mas temos celular, então a coisa tá braba; a gente telefona lá pra cidade, a gente tem amigo lá na cidade, que pode trazer um carro pra

buscar a gente, então eu acho que a estrada foi uma coisa que ajudou muito mesmo. Mas uma coisa que aparece é os malandro, né, mas graças a Deus a gente defende, né?

Eu já não tenho aquela força, mas a pessoa jovem, se tiver uma roça, uma criação, não precisa de ter patrão não, é fácil de conduzir essas mercadorias. Naquela época a gente levava um saco de farinha e tinha que deixar num canto num armazém, a cidade era um ovo, era pequenininha, então o comerciante já tinha comprado a mercadoria de outro lugar, e dizia: eu hoje não quero essa sua mercadoria não, eu já comprei. Aquele que andasse na frente vendia. Hoje não, a gente pode levar dois ou três sacos de farinha que vende, dois ou três sacos de feijão e de milho que vende. Melhorou muito, mas também veio o emprego. Nós temos um condomínio aqui, o Laranjeiras, a maioria do povo aqui foi empregado lá.

*Ele compara com a condição do agricultor:* A pessoa pensa que tem um dinheiro certo no fim do mês, a lavoura só depois de 6 meses, eu vou plantar um aipim vou levar um ano, isso é imaginação né? O pessoal vai pro emprego, quer dizer, o próprio pessoal castiga ele mesmo. Mas tem emprego. Quando a coisa estava apertada demais nós ia procurar emprego, nós ia para Santos atrás de emprego. Lá podia chegar 15, 16 pessoas que arrumava emprego. Trabalhava no rural, em sítio de produtor de banana, tinha dia que a gente chegava pra dormir e o rosto tava uma bola, o marimbondo tinha mordido (*risos*), era lá na mata mesmo. Também a maioria do povo trabalhava 3, 4, 5 meses, e ganhava o dinheirinho, pegava a condução e ia embora. Os nosso tios e bisavós, ia daqui a Santos a pé, gastava seis, sete dias andando. No começo a gente gastava dois dias pra ir daqui pra Ubatuba, depois mais dois dias até Santos, então de sete nós gastávamos quatro dias. Chegando lá, a gente que não via 50 réis no bolso, ganha 100, ganhava 150, e depois voltava pra casa. Quem não tinha juízo andava de bacana aí, botina bem engraxada, roupa bem bonita, mas pra quem tinha juízo com aquele dinheiro ia fazer uma roça boa, fazia o mutirão como chamava na época, chamava 8 a 10 companheiros pra fazer uma roça.

Então tem um pouco bom, né? E tem um outro pouco ruim. Eu que era judiado mesmo, no modo de andar, aí via meu primo com uma roupa bonita, então também quando melhorar a minha situação vou pra Santos. As moças a mesma coisa, um calçado bonito, as moças iam pro Rio de Janeiro. Tinha dia de fazer um baile com duas, três moças só, porque o resto tava tudo pro Rio de Janeiro.



Hoje se a pessoa fizer um criatório de galinha, aqui mesmo na comunidade é fácil de vender, ainda mais para o restaurante (*da comunidade*), que tá recebendo gente quase que diariamente. Se nós tivermos um frango daqui eles não vão comprar o congelado não, então falta pensar um pouco.

Então agora somos só eu e ela, qualquer coisa dá pra gente passar a semana, temos nosso trocadinho no final do mês. É pouco, mas pouco com Deus é muito. A gente sempre tem uma cana, temos cana perdendo aí; mandioca temos pouco, mas temos palmito, antes pra comer um palmito a gente tinha que ir lá na mata virgem, agora depois que a Associação incentivou, se for só pra comer a gente não gasta.

**Entrevistador:** O Sr. pode falar um pouco da banana? Ela já existia aqui em Paraty, ou foi chegando, porque foi uma cultura importante aqui no município?

**Valentim:** Isto, isto, de 1950 pra cá, a plantação de banana, mas o café a gente plantava pouco, mas o tinha para o gasto. Mas eles, os capixabas plantavam pra vender (*o café*). Tio Leandro tinha muito café, então a gente ia lá catar o café, e depois de seco ele dava um quarto. Tinha muita laranja, a gente ia lá chupar laranja, não precisava comprar laranja. O pessoal da cidade vinha aqui pegar saco cheio de laranja.

Mas o pessoal daqui não era muito motivado a esse tipo de plantação, nem frutas e nem café, era mais o aipim, a cana, o milho. A gente colhia milho que a galinha não dava conta, o milho não era muito valorizado lá em Paraty, agora a banana a gente tinha pouco, a gente vendia um a dois cargueiros por mês, porque a comunidade aqui não era muito motivada. Agora o aipim, a cana, era difícil um morador daqui comprar um quilo de açúcar. E a mandioca, vendia o aipim, mas pouco, vendia mesmo era farinha, mas fazia biju, era uma criatividade que veio de um para o outro, de um para o outro, né? Foi passando... Botava um roçado grande, fazia um mutirão; só que queimava, todo mundo queimava para ajudar na plantação (*risos*). Plantavam 10 a 12 feixes de rama. Quase todo mundo tinha casa de farinha, quando não tinha casa de farinha ia fazer farinha na casa do outro. Então a cultura principal era a plantação de rama, e nessa época era muito rápido, com 9 a 10 meses, se a pessoa tivesse necessidade já podia ir lá tirar. Hoje às vezes com um ano ainda precisa deixar mais tempo.

Já pensou no tempo dos nossos bisavôs trabalhando aqui? Os nossos avôs respeitavam o alto de morro, à beira do rio, e eu venho com esse respeito também. Se

começar a desmatar lá em cima na chapada, a nossa terra fica fraca, porque é de lá que vem as folhas, o esterco, para adubar aqui pra baixo. Na beira do rio se nós desmatar a criação de peixes que é nossa, seca a água, porque foi Deus que botou lá pra nós, e a água também.

**Entrevistador:** O Sr. pode contar um pouquinho da luta pela terra, com a CPT?

**Valentim:** Eu acho que a Igreja foi o primeiro caminho, porque nós aqui sempre... A Igreja, e graças a Deus, ela também.

**D. Madalena:** Naquela época, só tinha igreja em Paraty; aqui não tinha igreja, só um grupo de pessoas que ia rezar na casa dos outros. Então disseram para juntar as pessoas do lugar, chamar um padre para rezar num lugar e fazer uma igreja. Hoje nós tomamos conta da Igreja, um genro nosso está lá tomando conta. Hoje tem uma porção de igrejas, crente, mas naquele tempo não, era só a Igreja Católica.

O nosso movimento foi puxado mais pela Igreja, então (*como*) a gente tinha uma boa participação, o pessoal achou que no sindicato a gente ia ter uma boa participação também, e aí aceitamos o convite do sindicato e entramos como suplente. Naquela época Paraty era cheio de trabalhador rural, uma reunião lá botava 500 a 600 pessoas; depois que foi melhorando, as pessoas foram se empregando e foram deixando a lavoura. Isso foi nos anos 60, 60 e pouco. Era “repartido”: um dia ia pro sindicato, outro dia ia pra Igreja, outro dia ia para CPT. Padre João foi um ministro da Igreja, e sempre tava na reunião, com Abílio<sup>8</sup>, Valdevino (*Cláudio dos Remédios*), de 1970 e pouco pra cá. Aí surgiu a Comissão Pastoral da Terra, e nós fomos para uma reunião para lá de São Paulo, e lá surgiu a ideia de que os trabalhadores podiam fundar um partido, o Partido dos Trabalhadores (risos), que eu trouxe para o pessoal o Partido dos Trabalhadores, né? Padre João achou que a gente deveria trabalhar na CPT, eles pagavam a passagem, lá tinha comida, tudo era pago por conta deles.

Eu tava aqui na minha cabeça pra te falar, eu acho que o importante não é a EMATER, não é o Sindicato e nem a Igreja, o importante é fazer um pouco entre as pessoas precisando, assim que nós fazia, aquele movimento, discutia o que se ia fazer, discutir com a comunidade. Hoje tá muito dividido, mas se precisar entra o crente, entra o católico, entra o espírita, na hora que nós entramos para defender aquela causa, nós

---

<sup>8</sup> Abílio Alapeña, arquiteto e militante da CPT nos anos de 1980 e 1990.

não estamos olhando se o outro é branco, ou se é preto, na hora da luta a gente tem que estar no meio também.

Hoje tá mais fácil, naquele tempo não tinha dinheiro. Eu cansei do Sindicato, por causa da minha idade, 80 e poucos anos; tem tanta gente moça aí, a minha netinha tá lá, conhece ela? Ela sabe ler melhor que eu; mas assim de prática de luta, ela mora aqui, mas nunca foi da roça. Eu queria sair do Sindicato e botei ela lá no meu lugar. No meu tempo a gente andava nas roças para apaziguar. Quando tava um contra o outro, e botava no rumo certo. E hoje eles tão ali só no Sindicato, eles não tão nas roças.

Nós fizemos o sindicato com dinheiro do nosso bolso e dos amigos. A gente ia sair mas queria deixar uma sede pro sindicato, e fizemos aquela casinha que tá lá. Se o Ronaldo ganhar (*Ronaldo é da Associação, da CONAQ, e candidato a vereador na eleição municipal de 2012*), nós vamos lá aumentar aquela casinha, trabalhamos um, dois dias, uma semana. Mas nós não damos sorte com o pessoal daqui, santo de casa não faz milagre (*risos*).

O Sindicato é a mesma história que a Igreja. A Igreja é pela alma, o Sindicato é pelo corpo; não pode acabar o Sindicato. Lá que a gente aprendeu alguma coisa, lá que a gente defendeu, isso aqui tudo tem uma luta do Sindicato no meio. Rezar para alma, mas rezar para o corpo também.

**Entrevistador:** Pelo que vocês tão falando, o sindicato naquela época era mais presente, tinha um papel de mediador de conflitos.

**D. Madalena:** É, é. Um tinha raiva do outro, mas tinha que ser amigo, respeitar o direito um do outro. Eu trabalhava para ajudar ele, que o que ele ganhava não dava para nós, então a gente ia cortar taquaruçu<sup>9</sup> (*fibra tirada da mata para confeccionar artesanato*), para fazer peneira, tapiti<sup>10</sup>. Depois que os filhos foram casando e foram embora, a gente combinou e construiu uma casa ali para vender o artesanato. Mas muitos foram se empregar em Laranjeiras (*condomínio de luxo*), e hoje a casa tá

---

<sup>9</sup> Taquaruçu [Do tupi = ‘taquara grande’.] Bras. Bot. Taboca-gigante. Bambu da família das gramíneas (*Gadua superba*), da floresta pluvial, cujos colmos medem de 6 a 20m de altura e de 15 a 20cm de diâmetro. As sementes são feculentas e alimentares; com as hastes se fazem esteios de casas, escadas e canos. [Sin.: *taquaruçu*. Pl.: *tabocas-gigantes*.]. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa 3ª. Edição, 2004

<sup>10</sup> Tapiti [Do tupi.] Utensílio que consiste numa espécie de cesto cilíndrico extensível, feito de palha, com uma abertura na parte superior e duas alças, usado entre os povos indígenas brasileiros para extrair, por pressão, o ácido hidrocianico da mandioca brava. [Var. e sin., nesta acepção: *tapiti* e *paneiro*]. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa 3ª. Edição, 2004.

fraquinha. Mas o artesanato tá ajudando bastante, porque de vez em quando ainda sai um trocadinho. Porque uns 20 e tantos anos, 30 e tantos anos que a gente mexe com artesanato. No sábado ou domingo, a gente ia fazer balaio, cesto, às vezes recebia encomenda de jacá<sup>11</sup>, de peneira fina, a gente fazia essas coisas para ajudar na sobrevivência. Aí depois o pessoal começou a ver a gente fazendo e começou a aprender a fazer também. Não é só da taquara, mas da taboa, e também o crochê, tudo entra no artesanato.

**Entrevistador:** Nos anos 1960, o sindicato teve alguma ligação com as Ligas Camponesas?

**Valentim:** Na época que nós chegamos no sindicato as pessoas eram outras, nós não sabemos contar a história não. E tinha muito trabalhador rural naquela época em Paraty, mas nem todos eram associados. Na época com Valdevino tinha umas 300 pessoas, era menos.

Outra coisa que eu me lembrei de falar era coordenar as pessoas, mesmo que a pessoa da roça não tenha instrução, mas era maneira de fazer a reunião, o encontro. Eles falam da importância da negociação e da prudência antes de agir com violência.

---

<sup>11</sup> Jacá [Do tupi.] Espécie de cesto feito de taquara ou de cipó, e de forma variável, para conduzir carga, em geral de comestíveis, às costas de animais: “berços de cipó e balaies de taquara; jacás sem fundo” (Euclides da Cunha, *Os Sertões*, p. 581). Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa 3ª. Edição, 2004.

## **Entrevista com agricultores**

### **Entrevista 5**

**Nome fictício na tese: João**

**Nome: José Ferreira da Silva Neto**

**Data:** 28/04/2013

**Local:** Taquari, Paraty

**Tempo de Entrevista:** 2h, 41'22''

**Entrevistador:** Por favor, diga seu nome, local e data de nascimento.

**Entrevistado:** Sou da cidade de Belo Jardim (*Pernambuco*), me criei num sítio chamado Campo Novo, onde vivi até os 17 anos; nasci em 17 de março de 1955. Aos 17 anos saí do sítio e fui para a cidade trabalhar, fui morar com minha avó. Nós não tínhamos terra própria, nossa lida na terra era como arrendatário; meu pai tinha uma

terra, mas era muito pequena, tinha só a morada e dava para plantar poucas coisas, as roças maiores eram feitas em terra arrendada. Comecei a trabalhar na construção civil, mas depois trabalhei também em comércio, fábricas, isso durou da década de 70 até 1986, quando eu vim para Paraty. Em 1987 vim para Taquari, e em novembro eu me mudei aqui para cima (*o Sítio São João*).

**Entrevistador:** Mas por que Paraty?

**Entrevistado:** Essa é uma pergunta muito boa, porque nesses 25 anos que eu sai do sítio (*em PE*), nunca saiu de mim a vontade voltar para a terra. Eu percorri muito lugar, fui a 12 estados brasileiros, e o “olho” estava em conseguir uma terra em algum desses lugares. Em maio de 1984 eu estava de férias e fiz uma visita a Paraty. Eu vi Paraty com bons olhos, eu queria trabalhar na roça. Eu tinha um amigo, a gente conhece ele como Fidélis, ele me ofereceu uma casa para morar num sítio. Mas eu só voltei dois anos depois, em 1986, e fui morar nessa casa num sítio no Corisco. Ainda trabalhei em obra em Paraty, mas fui conhecendo, na época (1986) Paraty era um lugar muito produtivo, muita produção, o pessoal vivia mesmo da roça, aquilo era animador. Comecei a trabalhar na terra, e nasceu uma filha. Aí veio uma proposta de trabalho para administrar um bananal grande (*50.000 pés*) em Taquari, do Moacir Gomes.

Aí eu conheci um senhor que seria como um “explorador da floresta”, o Luis Costa, vivia aqui em função de retirar o palmito (*juçara*) e levar para Volta Redonda, e ele tava desistindo da atividade dele, tava desfazendo dessas áreas, e ele me fez uma proposta de tomar conta da área dele, quando ele vendesse a área ele me daria uma parte. Não havia informações sobre limites do Parque (*Bocaina*), ninguém sabia informação sobre a cota do parque, era tudo muito confuso, o INCRA ali na área, era uma bagunça danada, todo mundo muito perdido. E ele vendeu a área 3 meses depois, e eu vim para cá. Com 3 meses aqui eu procurei o INCRA, tava havendo um cadastramento de terra; fiz o cadastro, passei a pagar o ITR (*Imposto Territorial Rural*), mas que depois fui isento (*de pagar*) devido ao tamanho da área (*são 29 hectares, mas seu Zé só tem o domínio de 21, os outros 8 hectares ele deixou para o filho Jorge*). Aí depois disso tudo eu vim a saber que essa área era do Parque, só depois de 15 anos que eu vim a saber o que era cota do Parque.

**Entrevistador:** Vou aproveitar para perguntar como está a situação. Houve uma multa, houve depois um recurso? Isso continua, está tramitando?

**Entrevistado:** A questão da multa, foi feita a defesa por escrito, mas não foi respondido (*pelo IBAMA*), desde 2011, no final de 2012, veio um processo, em que consta só a casa e o lago, o processo é para reclusão de 5 a 6 anos, e que está tramitando na 1ª Vara da Justiça Federal em Angra dos Reis, esperando a decisão do juiz.

**Entrevistador:** Tem alguma participação do Fórum de Populações Tradicionais nesse processo de defesa?

**Entrevistado:** Hoje o Fórum de Economia Solidária da Baía da Ilha Grande (*em Angra dos Reis*) está cuidando do problema. As manifestações de apoio são várias, de vários lugares e segmentos. Dentro do próprio órgão fiscalizador existem vários funcionários que estão criticando essa decisão (*de processar seu Zé*), e estão do meu lado.

**Entrevistador:** A sua situação aqui se soma às outras? Como conflito em áreas de conservação, e presença de populações tradicionais, ou agricultores, ou o que seja? Um exemplo é a APA e os caiçaras.

**Entrevistado:** Claro, é um conflito muito presente em Paraty. Digamos que não é um conflito isolado, é apenas mais um que veio a se somar aos que já existem. O que aconteceu nesse momento é que o reflexo de um trabalho que tem reconhecimento nacional ficou mais forte. Ninguém esperava que eu como Zé Ferreira chegasse a esse ponto, que um trabalho que tem toda essa fama, é educativo, etc. Isso deu no município deu um impacto muito forte, com relação às outras ações. E foi o que fez que essas outras ações, essas outras vítimas (*de conflitos ambientais*) se manifestassem ainda mais, aqueles que estavam na mesma situação acabaram acordando, a situação é muito maior, a coisa é muito mais perigosa, né. O próprio Fórum (das populações tradicionais) deu uma acordada, eles estavam muito quietos, por conta dessa repercussão toda. Mas as questões de Paraty são inúmeras, questão de Parque (*Bocaina*), APA, grileiros, são muitos conflitos, as coisas estão se ligando. Eu mesmo fiz essa reflexão dentro do Fórum, eles nunca me convidaram para uma reunião, embora o Fórum exista há anos. Só agora que eles me convidaram para participar. Uma crítica que eu fiz forte a eles, e vou repetir sempre, é eles se limitarem a caiçaras, quilombolas e indígenas. É um fórum de três grupos. Com isso eles são enfraquecidos, um fórum precisa se agregar (*pessoas*),

senão ele vai enfraquecendo. Cadê os agricultores familiares de Paraty? Cadê as outras regiões de Paraty, que não são contatadas? Isso é uma fraqueza para todos. Mas agora eles estão com outro olhar, tenho colocado pessoas de outras comunidades dentro do Fórum, venho chamando a atenção para eles expandirem os convites, porque essa é uma causa muito comum aqui na região, e se ela é comum de todos, todos tem que estar juntos. Quando se fala a questão do Parque, não é só Paraty, é Angra dos Reis, é Ubatuba (SP).

Então nesses casos tem que estar todos juntos, um defendendo o outro. O território é o município, é a região, precisa ser defendido, precisa ser resolvido e de uma forma pacífica, não dá para ser assim (*conflituoso*). Como alguns gestores vêm e dizem: você tem que sair (*da área do parque*). Não é tem que sair, é precisa sair. Aí eu até concordo, mas tem que sair! E o ser humano, não tem nenhum valor? Vamos resolver a situação pacificamente, vamos encontrar um caminho. Eu falei para o gestor do Parque, eu não dou um passo fora da lei, mas eu não cumpro tudo o que a lei manda. Não posso, é impossível. Agora, tem na lei (ambiental) o que eu faço, é só olhar com cuidado. Isso depende das comunidades, da população, se juntarem, somarem as forças, elaborarem um documento e cobrarem das autoridades uma iniciativa compatível com a realidade. Eles já existiam, quando vieram criar um parque eles já estavam lá, então vamos resolver a situação de outra forma, não é dizendo que tem que sair.

A partir deste momento a entrevista se dá durante uma caminhada transversal pelo seu sítio, dentro das áreas com SAF...

**Entrevistado:** Essa área aqui no fim do ano vai ser plantada de mudas, 200 mudas de palmeira juçara, entre as fruteiras. Para ser um SAF, essa é uma área recuperada depois de anos de trabalho, era brachiaria pura. Agora tem feijão, depois vem o milho, esse é um pouco do resultado do processo agroecológico. Obviamente se eu não faço a recuperação dessa área eu teria que abrir outra área. A gente bota essa energia aí, ajudado pelas plantas, e faz a recuperação da área sem ter que sair por aí expandindo. Era uma área de pasto, e hoje é uma área produtiva, que tem condições de continuar produzindo. Dentro dos nossos critérios agroecológicos, ela (*a terra*) vai continuar produzindo, através das plantas, dando uma cobertura do solo.



Aqui também passou pelo mesmo processo, mas é uma área mais antiga, já é uma área produtiva há 4 anos; vem saindo milho, feijão, mandioca, mas depois de passar pelo processo de recuperação da terra. Houve um pousio com intervenção humana; não o pousio convencional, porque era um pasto e não (*haveria condições de recuperar*) em curto espaço de tempo. Ao mesmo tempo que tem a mandioca tem também a mucuna, que faz o trabalho de recomposição do solo, por aí vai o processo que a terra vai nos permitindo. Tem também o inhame junto com a mandioca.

Aqui é uma área que tem uma terra um pouco melhor, a qualidade é melhor, e veio uma vegetação diferente, tudo através desse sistema de usar as plantas para recuperar a terra, para não avançar na mata. Ali do lado tá a mata que poderia ter sido derrubada para um novo plantio, mas isso não aconteceu, porque o conhecimento agroecológico traz essa formação, e oferece essa nova possibilidade de trazer uma área degradada voltar a produzir. Aqui tem um feijão que está nascendo, ele tem uma história. Eu estava procurando esse feijão, é o feijão “serra azul”, tão tradicional de Paraty, ele é dessa região, e que está extinto. Por acaso eu encontrei com uma pessoa que me vendeu, ele trouxe de Cunha (SP), comprei por R\$ 7,00/kg. Porque a gente está acostumado a plantar só dois tipos de feijão, mas conhecemos vários.

**Entrevistador:** E essa prática de acúmulo com esse material seco – galhos e folhas – no sentido de reter matéria orgânica?

**Entrevistado:** Além disso, ela tem uma função especial, ela oferece outra possibilidade. Como eu trabalho numa terra íngreme, ela me proporciona um plantio de inhame, já que o inhame gosta muito deste esterco, desta palhada. Ao invés de plantar mais quantidade, eu planto menos para (*atingir*) a mesma produção. Essa é uma experiência que já vem sendo desenvolvida aqui no sítio há algum tempo. Passei a enxada, e quando é 11 horas da manhã eu já plantei 2 kg de feijão, se trabalho um dia inteiro eu planto 4 kg em um dia, e Deus dando uma boa colheita, eu tenho feijão para o ano inteiro.

A terra tá assim como uma vagem, apesar de algumas pedras, essa amorinha é uma planta indicadora de boa qualidade do solo, ela só vem quando a terra está em boas condições de fertilidade; aproximadamente tem uns 15 cm de terra boa, bem adubada. Foi plantada com esse propósito, para desfazer a brachiaria, e com dois objetivos: tirar lenha, que é o meu gás, e ter a terra fértil. O resultado do planejamento está se dando, as árvores que foram plantadas para recomposição estão rebrotando, continuam

produzindo material por solo, fazendo a cobertura do solo, e fixando N, que é o que a gente precisa. Essa terra futuramente vai para pousio de novo já coberta, porque a gente vai trabalhando de uma terra para outra, e essa terra está sempre em condições de produção.

O que foi planejado no sítio, graças a Deus vem dando tudo certo, essa área aqui tem 2,5 a 3 hectares, e por ser uma área mais favorável a luz, foi pensado para o plantio de culturas anuais e bianuais. Foi pensada a eliminação da brachiaria, através do sombreamento, e dentro de um processo rotativo, em que uma área está coberta, a outra está descoberta, a outra está se recuperando, e a outra vai sendo aberta. Foram 10 anos de espera para ter esse resultado aqui, embora antes já se tinham resultados pelas espécies que foram usadas, com 3 anos já se começou a abrir alguns espaços. Foi feita uma avaliação de comparação entre 8 tipos de ingá, segundo alguns critérios. Produção de biomassa, velocidade de decomposição, produção de lenha, etc. foram alguns critérios usados.

Nos 3 anos uma área aonde foi plantado só um tipo de ingá, se abriu para ver qual o resultado; e se plantou primeiro só o feijão, se percebeu que a produção era compensadora, e a partir daí se começou a trabalhar mais com esse tipo de ingá, em áreas que tinham necessidade de se trabalhar mais cedo. E as outras áreas puderam descansar, aonde tinham outros tipos de ingá que não era para ser derrubado tão rápido, porque a sua produção de massa era menor.

As áreas que foram abertas continuam produzindo, com seu potencial, fazemos a intervenção também com outras espécies mais arbustivas, e que consorciam melhor com as culturas bianuais, como a mandioca, e tem a trifófia e o guandu, entre outros, e que vão ajudando nesse processo, e a terra continua aí, com boa qualidade, sem a necessidade de avançar em outras áreas.

**Entrevistador:** O teste com as diferentes espécies de ingá, em relação a (produção de) matéria orgânica, como é feito isso? Esse material é incorporado ou deixado sobre o solo? Como é feito?

**Entrevistado:** Essa análise é feita a partir do comportamento do crescimento das plantas. Eu comecei a analisar plantas que eram muito “pivoteiras” (sic), a tendência delas era só crescer, e aí pela necessidade de sombreamento, eu comecei a ver que algumas não produziam sombra suficiente, e por isso eu precisava de uma quantidade

muito maior de mudas para introduzir numa área. Esse foi o 1º passo (*critério*). Daí veio a curiosidade de observar aquelas que tivessem a capacidade de dar mais sombra, e aí eu teria a necessidade de menos mudas.

Depois veio a (*observação da*) qualidade das folhas (*2º critério*). Folhas mais grossas demoram a se decompor e a serem incorporadas, não que essas não tivessem valor, mas para uma finalidade a longo prazo e outras circunstâncias. Também a qualidade da madeira, a decomposição da madeira, e a qualidade da madeira para lenha, essas também qualidades observadas (*4º critério*). Vários critérios, e fomos analisando passo a passo. Os valores de fixação são iguais, claro.

Tem também um ingá que tem um manejo muito complicado, porque ele solta um pelo, e a pessoa fica toda se coçando, e como precisa fazer a poda, não tem condição (*de manejar*).

Concluindo: selecionamos 3 tipos, e ficamos com o ingá de metro, o ingá de macaco, e o ingá feijão. Os três são da região, nativos, e são fáceis de encontrar. O ingá feijão produz uma folha pequena, muito macia, e de fácil decomposição, e ele fecha muito rápido (*sombra*). Os outros dois rendem muita madeira, então nós adaptamos esses 3 tipos para equilibrar o sistema.

Em alguns lugares tem alguns núcleos de mudas; já fica ali, elas não ficam ali para sempre, mas na época do transplante ela vai para algum lugar. Então tem esses 3 tipos de ingá para o sistema de controle da brachiaria. Todos esses ingás daqui foram podados, mas daqui a um ano eles vão crescer e produzir madeira.

O pousio tradicional que a gente fala tanto, que é conhecido, era feito naturalmente, as pessoas abandonavam a terra e deixavam lá, abria outra, e voltava para ali 7 anos depois. No nosso caso, como a gente tá usando a inteligência humana para fazer (*o manejo*), então a gente pode planejar e ter essa rotação numa pequena área. Por que a gente usa o ingá? Por causa do valor da lenha, da fixação de N.

Se essa terra fosse deixada por conta, eu não ia ter lenha, ela ia reflorestar, tranquilo, só que eu não vou ter a lenha, e aí teria que degradar, então eu continuo usando o que eu cultivo, manejando, e tendo aquilo que eu preciso.

Essa área aqui foi muito favorecida pelo feijão bravo do Ceará, ele é interessante porque não morre, eu tenho dificuldade de colher sementes dele aqui porque sempre chove na época das sementes. Ele apodrece todo, não aguenta a chuva (*a vagem*), só que o pé não morre. Ele seca, mas quando vem a chuva, ele rebrota, e forma um “lençol”

aqui. Ele tá resistindo desde o tempo da brachiaria. Em alguns lugares ele já tava tendo um domínio muito forte, tava vencendo ela (*a brachiaria*).

É uma área de 7400 m<sup>2</sup>, tá plantada, metade tá cultivada, tenho colhido bastante pitanga, cacau, muita fruteira, tem 23 espécies; aqui se colhe mandioca, bastante guandu, trifósia, que é uma leguminosa que tá se despontando muito aqui, vem conseguindo segurar a terra; que o ingá já morreu, mas a trifósia e o guandu continuam segurando, fazendo com que a terra continue fértil, produzindo.

A mandioca aqui tá saindo muito cedo, com um ano ela já está no ponto de fazer farinha. O mais importante para mim é que a terra tá em condições de produção, e as fruteiras todas elas crescendo com saúde, sem perda de mudas, sem doenças.

Aqui eu aposto muito no guapuruvu, no futuro quando as plantas anuais e bianuais não tiverem mais espaço, eu vou ter o guapuruvu como fixador de N, tenho muitas espécies (*variedades*), eu fiz essa análise há muito tempo com o Cyro<sup>12</sup>, 8 por 8 (metros) seria o espaçamento ideal, de modo a manter a terra fértil e toda planta (*em baixo*) ter condições de se desenvolver ali. Eu uso esse método até hoje, de plantar o guapuruvu nas agroflorestas no espaçamento de 8 por 8. Ele é muito útil, cresce bastante, joga muita folha para o chão, decompõem rápido.

Numa área mais recente, trabalhada a 1 ano atrás, foram plantados o milho e o feijão, foi deixada descansar novamente por conta de outras áreas para cuidar. Em algum lugar (*dessa área*) foi jogada a trifósia, tem o feijão bravo, a mucuna também, são plantas que a gente optou por ter na capoeira também. A gente sabe que na capoeira vem muita massa, mas para dar uma “reforçada” a gente usou essas plantas. Tem algumas palmeiras, algumas árvores que estão crescendo aí, banana, mamão. Esse mamão é importante, ele é nativo, é espontâneo, ele não acaba nunca, a gente não dá conta de colher, o passarinho vem e planta de novo, o melhor é que não precisa ter preocupação de cuidar dele, ele se cuida.

Esse estágio que tá aqui é aonde foi plantado o ingá, desde 2007; tem 6 anos de plantado dentro da brachiaria, nesse processo que vinha se dando, e aqui é um local aonde ele não foi mexido ainda. Por uma questão de não haver necessidade, ele não foi mexido, deixa ele aí. Ele tá crescendo muito, não é rentável para (*produção de lenha*), e a partir dos 5 anos ele começa a se dispersar, para manter o solo coberto tem que fazer

---

<sup>12</sup> Cyro Duarte Sobrinho, extensionista da EMATER RIO, sociólogo de formação, trabalhou no município de Paraty de 1988, ver página 10 dessa transcrição, e no capítulo 3 da tese.

uma poda, ou deixar a capoeira crescer, tomando conta da área. Ele já fez o trabalho dele, que é eliminar a brachiaria, que é o principal. Muitas espécies nativas já estão nessa área, o passarinho já fez esse trabalho, fiz uma caminhada e vi muitas bicuíbas, as nativas que o passarinho consegue distribuir; a juçara não preciso nem falar, a sabiá faz isso com muita propriedade, e o tucano também, como tem tucano agora, tá uma loucura! O araçari<sup>13</sup> voltou agora, tá nos estudos do IBAMA, no passado estava em extinção, hoje de manhã estava vendo muito araçari comendo fruto de pupunha, então tem que plantar pupunha para o araçari comer, porque ela não se propaga de jeito nenhum, o fruto que cai no chão a cotia come tudo. É impossível não alimentar os pássaros, não alimentar os bichos. Da minha casa até aqui, ainda vai mais uns 100 metros, era tudo brachiaria, era um deserto, né?

**Entrevistador:** Tem quanto tempo esse seu trabalho, com os SAFs?

**Entrevistado:** Os SAFs aqui começaram em 2004, mas o trabalho no sítio vem desde 2000. Nessa área de brachiaria foi bastante complicado, inicialmente o que eu queria fazer era eliminar o pasto, e aí naquele momento eu fiz uma pesquisa junto a algumas pessoas, inclusive da EMBRAPA, pesquisadores que participavam do movimento (agroecológico), mas ninguém tinha uma proposta; um dizia para capinar, mas capinar a brachiaria era plantar de novo; outro dizia para capinar e plantar mucuna, mas a mucuna no início é difícil, demora muito (*para crescer*) e a brachiaria vai vencer. Enfim, não tinha muita opção. Até que um dia, por influência de uns amigos, Thiago Japa e Oswaldinho<sup>14</sup>, no dia 07 de janeiro de 2004, pegamos um monte de mudas e fomos plantar na brachiaria, e a partir daquele momento começou a experiência de como plantar na brachiaria. Abrimos núcleos, muitas covas, e observamos que o que saía era o ingá. Nesse mesmo ano teve a ideia da vivência (*estágio de vivência*), e eu planejei um plantio de ingá para esse momento, tava com um bom viveiro de mudas. E aí começou o SAF, com muito ingá, plantado no mutirão da vivência, independente de qual (*o tipo de*) ingá, ele tava saindo no meio da brachiaria.

---

<sup>13</sup> Do tupi. Ave piciforme, ranfastídea, gêneros *Pteroglossus*, *Baillonius* e *Selenidera*, das matas virgens brasileiras, cujas ventas são visíveis na superfície do bico, e que se alimentam de pequenos frutos e bagas na floresta; tucani, tucaninho, tucanuí.

<sup>14</sup> Thiago Barbosa “Japa” - engenheiro agrônomo.

O Oswaldinho é aquele da Barra do Turvo, ele é imprevisível, um dia ele apareceu por aqui, e como eu ia pro Nordeste resolver um problema, ele me disse para passar no Ernst (Gotch), na Bahia. Eu disse que não ia, não tinha simpatia nenhuma pelo Ernst, mas acabei indo. E ele me perguntou depois como tinha sido (com o Ernst).

**Entrevistador:** Quem plantou esse pasto que tinha aqui? Alguém plantou esse pasto antes de sua chegada aqui, então...

**Entrevistado:** Tá cheio de pasto aqui na área do Parque, alguém fez e está usando, e são pessoas que não estão dentro da área, e usam. Isso é um problema maior que aquele que mora (dentro da área do parque). Eu falei para o pessoal do Fórum “tudo será resolvido se nós estivermos unidos”. Por que a lei pode ser cega, mas existe alguém que enxerga.

Eu falo também para o pessoal do Fórum, não dá para vocês ficarem chorando aqui dentro de Paraty, porque aqui tá coberto; ou joga a causa (*dos conflitos ambientais*) para fora, ou alguém vai fazer com que não saia daqui. Então os pequenos serão pisados pelos maiores que estão chegando. Estimular esse povo a fazer isso, protesto, fazer caminhada, fazer ação! Dar visibilidade a isso. Porque é muito pontual. Um gestor da APA vem para cá, senta lá numa cadeira e só impõe, não conhece a realidade; quer dizer, a cabeça da pessoa está fechada, ele não conhece nada. Então para mudar uma situação tem que fazer uma ação que vá além dele (gestor). Na última reunião do fórum eu falei que tem que ser feita uma carta e levada ao presidente do ICMBio, porque ele disse que tem abertura, ele é sensível e é meu amigo. A partir dali é que saiu uma carta. E a Anna Cecília (*da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Paraty*) se encarregou de elaborar isso, conversamos pouco, mas ela conversou com um e com outro. Já provocou a vinda dele (*presidente do ICMBio*) à Paraty, já houve um avanço. O que está faltando hoje aqui é o povo entrar em ação. Pessoal da Trindade sofre para caramba, agora é que estão começando a acordar. A causa tá muito séria, porque além das questões da legislação ambiental, tem a questão da grilagem. A Rede Globo tá comprando tudo ali para o lado do Penha, já comprou a Murycana (*Fazenda*).

*Início da 2ª gravação.*

**Entrevistador:** Nesse tempo seu aqui em Taquari, para o sítio, talvez no início, não sei; em algum momento de dificuldade, teve que buscar trabalho fora (*da unidade de produção familiar*), para gerar renda?

**Entrevistado:** Vários, vários. Teve um momento de extrativismo, mas não foi muito apropriado. Então teve algumas empreitadas, ou também trabalhava como diarista, para buscar algum recurso, para poder manter a família até conseguir ter alguma renda (*de dentro do sítio*).

**Entrevistador:** Extrativismo de banana? Ou de palmito?

**Entrevistado:** De palmito, bem no início, mas já era difícil. Mas a maior parte era trabalhando fora, tirava alguns dias por semana e ia trabalhar para alguém. Pelo menos durante uns dois anos isso foi muito intenso. A partir do 3º ano, isso foi diminuindo, porque começou a tirar algum produto do sítio, alimentos tirado da terra, então tinha alguma renda. Milho, feijão, mandioca. Tinha banana também. Então já complementava algumas coisas. A gente tava conseguindo se manter bem com a produção do sítio, e depois de 5 anos o serviço fora do sítio, como as empreitadas, virava uma renda extra.

Quando foi em 1998 veio uma situação mais delicada, que atingiu todo Paraty, que foi (*o problema de diminuição da venda da banana*) a entrada da banana de fora, criou uma crise forte no campo, e se deu uma forte migração para encontrar trabalho fora. Para mim foi um momento bastante delicado, não era minha intenção trabalhar fora (*do sítio*), e aí fui para São Paulo trabalhar na construção civil, peguei uma obra grande, trabalhei por 4 meses. Consegui saldar algum dinheiro e voltei para retomar as atividades no sítio, e outras iniciativas.

Em 1999 estava num momento de mudança, a massa da mão de obra no campo (*em Paraty*) estava toda trabalhando fora, com a animação do turismo, a garotada ia trabalhar de guia de turismo, e eu estava tentando me segurar. Nesse ano eu conheci o Rodrigo da Prefeitura (*de Paraty*), ele era residente, e ele me falou da agrofloresta. Conversei com ele sobre o problema todo em Paraty (a crise na comercialização da venda da banana) e que eu não queria sair (*para trabalhar fora do sítio*).

Aí entrou essa conversa sobre um novo modelo de trabalho, vieram as viagens para conhecer algumas experiências, visitamos uma área de assentamento (*de reforma agrária*) em Seropédica, visitamos a Fazendinha, fizemos alguns cursos de adubação

verde, e teve a viagem à Barra do Turvo. A 1ª vez eu não gostei, estava acontecendo um curso com o Ernst Gotch, e eu não tive nenhuma simpatia por ele. Eu sugeri ao Rodrigo que a gente visitasse experiências em andamento, pessoas que estivessem praticando agrofloresta, produzindo com resultados.

Aí ficou essa proposta, a parceria da Prefeitura com o IDACO e a UFRRJ, e conseguimos um apoio para voltar a Barra do Turvo, mas com a finalidade de visitar as experiências; isso foi no início de 2001. Com esse incentivo eu fiquei o ano de 2001 em planejamento das áreas, de como aplicar esse sistema (*de SAF*) para a minha realidade. Em 2002 já estava bem consciente, só fazendo experiência para aprimorar essa nova prática, e aí ficou claro para mim que o SAF não era uma coisa nova, que alguém tinha inventado. E você começa a voltar no tempo, vi que meu pai já fazia sistema agroflorestal, o melhoramento genético com restos de palha, essas coisas todas; eu via meu pai fazer quando eu ainda era criança, logo que a gente mudou para o sítio. A terra que a gente foi morar era uma areia branca, descascada, não tinha nada além de uns pés de caju e de jaca, nem folha tinha no chão porque as pessoas varriam.

Fez o melhoramento dessa terra, aproveitava a palha do feijão debulhado, restos de poda do caju, queimava pouca coisa, só para tirar os espinhos, já era um critério todo voltado para isso (*manejo da matéria orgânica*), quando tinha uma capoeira deixava boa parte lá, então já tinha um pouco dessa prática.

Não era uma novidade (*o SAF*), só tinha que adaptar a cada realidade, a cada bioma, a partir daí comecei a desenhar modelos de plantio, e a observar o que estava indo bem, como uma experimentação. O que a gente tem que ter em mente é que o alimento tem que estar presente todo dia, o feijão com arroz e farinha está na cabeça dos seres humanos; se ele não comer num dia no outro vai sentir falta. Os sistemas de cultivo tem que deixar isso fluir, então por isso é necessário que se faça bastante avaliações de recuperação de áreas, e de reflorestamentos manejáveis, e dentro disso ter presente os cultivos anuais e bianuais.

Em 2001 e 2002 foram anos de muito planejamento e avaliação, e 2003 planejar os croquis, não dava para ir para as áreas com as mudas e as ferramentas sem ter os croquis, como um mapa das áreas. Um critério que era muito pouco praticado, e nunca tinha visto ninguém fazer (*os croquis*), e isso era necessário para visualizar melhor e avaliar melhor os resultados.



Em 2003 fiz o 1º desenho, chamamos de SAF de luxo, plantamos muita coisa, inclusive hortaliças. Depois disso ficou fácil de lidar com a área, bem planejada, comparada com algumas feitas de forma aleatória. O consórcio feito sem croqui ficou muito confuso depois do desenvolvimento.

Essa construção de desenho de croqui, de produção, o desenho era feito baseado nas (*disponibilidade das*) mudas, chegamos a ter viveiro com 30 mil mudas, muitas mudas de ingá. Isso foi sempre assim, até 2007, quando houve último plantio.

Para manter uma posição de produção, que venha manter essa necessidade, o SAF está produzindo produtos bi-anuais e anuais, mas que ali dentro estão crescendo coisas que vão se sucedendo até o futuro. Áreas que são produtivas, depois de 6 anos estão produzindo milho, feijão, mandioca, frutas e o cacau, que começou a produzir com 3 anos, e a outra produção que vai chegando e fazendo a compensação do trabalho empregado naquela área. Todas as áreas que tinham braquiária começaram a dar retorno a partir do 1º ano (de implantação). Sem levar em consideração o volume, a quantidade, mas sim a diversidade: o feijão, o milho, depois o guandu, a mandioca, as frutas. Se você tem uma planta anual você tem o retorno do seu trabalho, enquanto cuida da palmeira, de outras plantas. O objetivo de planejar foi de ter essa liberdade de ter essas colheitas, baseados nesses croquis.

**Entrevistador:** O senhor falou alguma coisa sobre intercâmbio. Quando o senhor era adolescente trabalhando com seu pai, houve uma internalização de princípios importantes da agricultura, para você praticar a agricultura. Esses princípios vieram de lá, junto com o desejo de voltar a trabalhar na terra aplicando esses princípios. Uma vez estando aqui em Paraty, houve em alguns momentos uma possibilidade de apoio: o pessoal da UFRRJ, o Rodrigo, o Cyro, etc. É importante esse apoio técnico? Talvez mais no sentido de facilitador, alguém que tente dinamizar o processo, e que faça uma ponte entre...

**Entrevistado:** Quando a gente fala no Cyro, a gente celebra muito, eu não via o Cyro como o técnico da EMATER, eu via o Cyro como parceiro dos agricultores, ele soltava um monte de ideias e perguntava: “o que você acha? Eu tô certo ou errado?” E a gente interagia, propunha, discutia, conversava. Ele não trazia ideias fixas, ele trazia propostas. Ele parece que me conhecia há mil anos. Ele fazia essa troca, essa dinâmica,

os encontros. O incentivo (*o replantio da*) a palmeira juçara aqui na região, ele foi um cara que articulou muito isso, ele promovia cursos, e vinha para interagir junto. É muito importante essa visão aberta, ele foi um elemento que foi muito importante principalmente no início do sítio. Ele facilitava o diálogo, com a chegada da agrofloresta aqui ele não tava diretamente ligado, mas por fora ele dava apoio, na produção de mudas e facilitar para essa muda chegar no agricultor, quando alguém precisava de um calcário, ele dava um jeito desse material chegar ao agricultor. O Rodrigo contava muito com ele, e eles se contavam um com outro; o Rodrigo com a ideia do SAF e o Cyro com a ideia de incentivar a agricultura. E isso formava ali umas ações que deram origem a ideia do mutirão daquelas épocas, essa interação foi muito influente. A voz de ânimo, as visitas no sítio.

E o papel do grupo da UFRRJ, por influência do Rodrigo, aonde se intensificaram as visitas aqui no sítio. Eu me denominei um membro do GAE, eles vinham e ficavam aqui nos finais de semana e tinham esse papel de ajudar na dinâmica, nas práticas, e virou uma família. As diversas gerações do GAE todas elas têm passado por aqui, e continua até hoje. Eu busquei isso por causa da importância que eu vejo para o meu aprendizado, interação social e política, e a parte deles como conhecimento prático que eles precisam levar isso.

**Entrevistador:** Como um espaço para impulsionar o conhecimento, esse conhecimento que veio lá de trás, do seu trabalho com agricultura lá, depois sua experiência prática aqui, depois uma contribuição técnica, para uma coisa ou para outra, facilitando uma visita, isso tudo foi contribuindo para o seu conhecimento e daqui do sítio, que é seu e de sua família.

**Entrevistado:** Eu concordo. Algumas pessoas dizem: técnico ao invés de ajudar, atrapalha. Eu concordo em tese, não em tudo. Porque a gente tem que separar a técnica do técnico. O técnico não atrapalha, a técnica sim. Quando o técnico domina a técnica, então ela é bem-vinda e se faz muita necessária. Quando ele sabe a hora certa de aplicá-la. Eu sempre defendi isso, de entender o personagem do técnico como meu auxiliar. Ele me auxilia nos conhecimentos, eu preciso dos conhecimentos que ele tem, para fortalecer o que eu já conheço. Essa relação se torna mais forte quando ambas as partes entendem do mesmo jeito; são duas forças que se tornam invencíveis. Se falamos de

agricultura, é um técnico agrícola que respeita o conhecimento prático de um agricultor que tem experiência, ele se fortalece muito; também o agricultor que tem experiência prática reconhece o conhecimento técnico para lhe dar suporte em determinados momentos. Eu sempre consegui ver isso porque era impossível sair daqui para ir buscar determinados conhecimentos, então com a aproximação dessas pessoas (*Cyro, Rodrigo, Thiago, Claudemar, etc.*) e que vinham com um olhar positivo, a gente conseguia trocar os conhecimentos, passar as informações, e isso foi se fortalecendo. Eu acho que hoje eu não teria essa capacidade, de fazer o que eu faço se não fosse essa interação, o respeito que eu sempre recebi desses técnicos, e os próprios estudantes, que embora estejam em seu momento de aprendizado, também tem muito a ensinar. Tudo isso vem contribuindo para minha formação e meu conhecimento.

**Entrevistador:** Como é que está estruturada hoje a parte de comercialização? Também que você falasse um pouco da renda, estratégia de comercialização; tem a renda com a visitação (estágios de vivência e outros), e por fim a gastronomia sustentável.

**Entrevistado:** Isso é difícil em Paraty, por conta de não ter esse canal que ligue o agricultor ao comércio, essa falta desse técnico que faça essa ponte, então por conta disso é complicado ainda. Há algumas ações isoladas, pequenas, alguns agricultores conseguem vender, mas reclamam muito, não há um reconhecimento de valores por parte do consumidor; essa é uma realidade de Paraty, ainda. No meu caso, nunca foi a minha preocupação vender, a lógica do meu trabalho é me sustentar, produzir alimento para que eu possa sobreviver. E a venda do meu produto sempre foi pensada em (*termos da*) venda de excedentes; essa foi a estratégia de todo o meu planejamento, desde que a coisa começou a andar. Criando o foco de que se eu tiver produto para vender eu procuro o mercado, se não deixo ele para o consumo. Em 2002 foi a 1ª visita que teve aqui, foi Claudemar quem articulou, a Mônica Cox veio a Paraty com um grupo de recém-formados, e eles vieram aqui, estavam interessados em levar um produto, isso fortaleceu a ideia de vender o excedente inclusive beneficiado. Produto *in natura*, só por encomenda, e vendida sempre direto para os grupos que vem aqui. Alguns grupos compram mais e outros menos.

Alguns exemplos – doces, conservas, sucos se vende bastante, mas produtos *in natura*, como aipim, banana, inhame, é o perfil de venda do sítio. Mas com foco no autoabastecimento. A proposta é de sustentabilidade, e ela tem que ser muito bem

elaborada, eu moro longe (*do mercado*) e não posso pensar em comprar nada (*por causa da grande dificuldade de transporte*), então o ideal é produzir, armazenar e ter (*comida*). Existem várias propostas em Paraty que podem gerar uma demanda de compra, vem aí a Gastronomia Sustentável - GS que faz parte de uma proposta de 13 anos atrás, que era o agroecoturismo, que é a questão da produção, da comercialização interna da região, e o turismo sustentável, rural, ecológico. Eu tenho aqui (*no sítio*) tudo dessa proposta: a visita é fruto dessa proposta, seria essa ligação do turismo ao campo, e valorizando essa produção. Não é um turismo de massa, demora a surgir os grupos (*de visita ao sítio*), mas são grupos comprometidos com a proposta, não vem só pelas belezas naturais, mas pelos valores colocados pelo ser humano. Dentro dessa proposta do consumo interno, a GS traz em seu “mandamento” a necessidade do consumo de produtos da agricultura familiar, e o peixe de pescadores artesanais que respeitem as épocas (*de produção e de defeso*). Tem um grupo denominado Associação da Gastronomia Sustentável que trabalha nesse sentido de aproximação entre os agricultores e os restaurantes, visitando os agricultores e mostrando a eles que existe uma procura pelos seus produtos. Necessidade de um grupo gestor, pensando num futuro e não num projeto pontual. São muitas propostas e há a necessidade de elaboração de muitos projetos para apoiar as várias propostas: incentivo à produção e fortalecimento da agricultura; ter uma usina de transformação do lixo orgânico, para que ele volte para a agricultura, e sem custo para o agricultor. Eu fiquei na posição de vice-presidente dessa Associação, e a parte agrícola fica na minha responsabilidade.

**Entrevistador:** Coloco a impressão que tive ao conversar ontem com o gerente do café Paraty, e sua reticência e dúvida em relação à frequência no fornecimento do produto, tendo em vista um dos princípios da GS que é trabalhar com produtos locais e oriundos de sistemas de produção ecológicos. Falo da minha impressão em relação à dificuldade na compreensão pelos donos de restaurantes sobre a sazonalidade da produção, limites ecológicos e climáticos, etc.

**Entrevistado:** Os restaurantes não entendem a criação (*do cardápio*) com o que está disponível, produtos do município. A necessidade de criação da associação é para fazer esse diálogo (*entre restaurantes e agricultores*): por exemplo, a produção de hortaliças aqui, se não tiver uma estufa não produz, por causa do período de chuvas. Nós estamos

dando uma estufa para que o agricultor nos ofereça a alface? Já me pediram para fazer um calendário de produção: o que é que tem, e quando. Eu só não tenho tempo de fazer, se custearem o meu tempo eu faço. A GS foi lançada pelo Domingos (*jornalista – Taquari*), ele me convidou, ao Eraldo, a Dona Maria (*São Roque*) e a Romária, que é a presidente da associação que estamos construindo. O Domingos jogou isso para a agenda 21 – Forum DLIS; houve uma grande repercussão e abertura, e muitas pessoas aderiram a GS, mas sem muita preocupação com os princípios; por isso a necessidade da criação da associação para manter os princípios acordados no início do movimento. Houve um racha no grupo da GS. Mas existe um grupo de pessoas muito criteriosas, e eu estou com eles.

Eu estou vendo outra oportunidade de negócio que é a gastronomia Paulista, haverá um encontro dia 05 de maio (2013), eles têm a mesma filosofia (*produto local e fortalecimento da AF*); tem um amigo meu lá de Pindamonhangaba (*rede de Agrofloresta do Vale do Paraíba*), estamos conversando, eles fizeram aqui um documentário sobre a cozinha sustentável, e vão apresentar nesse dia seguido de uma palestra sobre Agroecologia.

**Entrevistador:** Com relação ao pertencimento a alguma organização, rede, alguma coisa mais de fortalecimento de um grupo (*social*), pergunto se o senhor se sente fazendo parte de alguma, como a AARJ. Os agricultores daqui de Paraty estão isolados, então pergunto como o senhor percebe isso, se sente pertencendo a alguma organização? E como isso poderia ser melhorado, fortalecendo esses grupos em torno da Agroecologia?

**Entrevistado:** Olha, é bastante difícil, as possibilidades que a gente vê de fortalecer esses laços, a gente vê a mínima possibilidade. Falando da AARJ – eu sou dos cofundadores, mas quando a gente pensa no grupo, a distância é uma barreira. No ano passado o Claudemar me ligou várias vezes, e eu não pude participar de muitas atividades, ora pela parte financeira, ora por conta da necessidade de resolver problemas aqui em Paraty. A AARJ teve um articulador, mas não ajudou nada. Eu vejo que para facilitar tem que fortalecer o grupo local, porque os articuladores estavam longe (*no Rio*). A ação tem que ser aqui (*na região*), para fortalecer o grupo e fazer a articular com o grupo executivo. Tem que ter alguém animando o grupo aqui. Quando o Rodrigo

estava aqui, ele ficava meio período na prefeitura, e o outro tempo ele visitava as comunidades. Ele podia disseminar a informação, e conseguia juntar e articular, fazer essa ponte. Sempre tinha um representante da comunidade que podia ir nos encontros. O Cyro fazia isso também, a tarde estava sempre nas comunidades.

**Entrevistador:** Eu imagino que seja mais fácil se articular por aqui, em alguma rede local, territorial.

**Entrevistado:** a AARJ se fragilizou muito, por falta de iniciativa de articular as pontas. Ultimamente todos os contatos da AARJ passam por mim, mas eu não tenho condições de fazer.

**Entrevistador:** Eu já tenho muito material, agradeço muito sua atenção comigo. De tudo o que você falou, mas tem alguma coisa que você queira falar ainda?

**Entrevistado:** não, para mim está ótimo. Bom, mas tem uma coisa que eu ainda queria falar é em relação aos movimentos sociais, nos últimos tempos, onde estou mais ligado como a Economia Solidária e a Agroecologia, aquela desde 2003, quando participei desde o 1º fórum e seminário internacional. Eu tenho um olhar para esse movimento, o avanço do fórum da economia solidária da Baía da Ilha Grande foi feito através do artesanato, já que a agricultura não se fez presente. Participam o Quilombo do Bracuhy, um agricultor/apicultor, e outros tantos voluntários, de vários segmentos. Eu vejo um avanço na qualificação, na produção, na comercialização, o grupo tem várias ações. A Agroecologia nós começamos muito bem, se trabalhou bastante inicialmente, mas eu me deparei com uma realidade que é a parada do desenvolvimento (*da Agroecologia*), por conta (*da falta*) de projetos, há uma parada em várias ações. O projeto do CNPq dentro da AARJ, ele teve um vazio, quando acabou. Muitas pessoas se acomodaram sempre esperando o articulador fazer, e quando o projeto acabou, o movimento não recuou, mas também não avançou; as regiões (*da AARJ*) pararam esperando o articulador. O pessoal perdeu o ritmo, o embalo. O último encontro teve pouca participação. Quem fazia a articulação forte eram os agricultores, depois eles não iam mais. As informações não chegam mais, agricultor não usa internet. Essa troca de informação que era pelo telefone acabou. O movimento precisa se movimentar, e no Rio aconteceu isso; o pessoal da região centro consegue se articular porque está próximo. Nossos colegas se acomodaram. O movimento social tem que usar o caminho mais

curto, tem momentos que precisa encurtar esse caminho (*como o uso do telefone*). Tem o III ENA vindo pela frente, e precisamos construir pontes.

## Entrevista com agricultores

### Entrevista 6

**Nome fictício na tese:** Manoel

**Nome:** Eraldo Alves

**Data:** 07/07/2012 e 27/05/2015

**Local:** Patrimônio, Paraty

**Tempo de Entrevista:** 1h, 27'31''

**Entrevistador:** Eraldo, você poderia dizer aonde nasceu, quando, e como chegou até Paraty?

**Entrevistado:** Nasci em 18/10/50, em Cachoeiro do Itapemirim/Espírito Santo (ES); vivi numa fazenda até os 5 anos de idade, quando vim para Paraty. Meu pai sempre quis ter um pedaço de terra, porque era “agregado”, meeiro<sup>15</sup> numa fazenda até 1955. Num período de 12 anos a 15 anos ele ficou como meeiro e administrador na fazenda, a predominância na região era o café. O êxodo (*para Paraty*) aconteceu porque não tinha terra (no ES), e em 1954 o governador Carlos Lacerda divulgou uma nota no jornal convidando agricultores a ocuparem terras devolutas<sup>16</sup>. Para Paraty veio uma leva de capixabas que ficaram inicialmente num local mais perto da cidade, e aqui era mata primária. Naquele período vieram umas 80 famílias para o Patrimônio, saíram do ES em 1955, vieram de trem até Mangaratiba, e depois numa barca até Paraty – levava de 6 a 8 horas de viagem, dependendo das condições do mar. Para o município todo, vieram aproximadamente 500 famílias do ES (*ele estima*).

Quando meu pai decidiu vir para Paraty, o patrão (*no ES*) que gostava muito dele, resolveu comprar dois sítios para meu pai, com cultivo de banana. Naquele que tinha muito mato e era menos produtivo, ele plantou cerca de 4 alqueires de sementes de

---

<sup>15</sup> Meeiro: aquele que planta a meia com o dono da terra, a quem tem que dar a metade da renda da produção obtida.

<sup>16</sup> Terras devolutas: terras que não se incorporaram a nenhum patrimônio privado.



milho<sup>17</sup>, e bastante feijão, cará, inhame, batata doce, e mais 200 pés de café. Tinha 3 casas. Ficaram 4 anos no Coriscão, próximo a Paraty. Em 1959 vieram para o Patrimônio, na Pedra Rolada, sítio das Flores, com cerca de 40 alqueires<sup>18</sup>. Meu pai desmatou uma parte com cerca de 3 alqueires de mata, fez duas casas de taipa, e aí já tinha cafeeiro produzindo, 1500 pés de citros, mangueira, coqueiro, graviola, carambola. Coco e manga nunca colheram, por conta do clima muito úmido, e antigamente era mais úmido ainda.

O caminho até Paraty era de 28 km, devido às curvas do caminho antigo, e era feito a cavalo ou a pé, 6 horas de viagem a pé, 4 horas a cavalo. Tinha uma viela em 59 aonde o trator tinha passado, ia até o Cabral, e em 1960 chegaram até o Patrimônio. Todos os rios eram atravessados pelo leito, não tinha pontes.

A produção era para consumo próprio e para comercialização na cidade de Paraty, o forte da venda era o café, e vendido em Guaratinguetá/SP, porque não havia mercado (*para a quantidade de café produzido*) em Paraty. Então a produção ia até Paraty, e de lá em caminhões para Cunha e depois Guará. A única saída de carro era por Cunha.

Nós tínhamos animais de transporte, cavalos e burros, e algum gado para consumo próprio; também galinha, colhia até 300 ovos/dia, mas não havia mercado para isso. Meu pai construiu uns balaies para o melhor transporte dos frangos, e carne de porco. Minha mãe fazia doces de limão e mamão, equivalente 60 a 90 kg de açúcar em doces, escoavam tudo nas padarias e bares de Paraty.

Até 1974 a situação foi essa. Em 1974 a estrada estava em melhor situação, os caminhões já chegavam até o Patrimônio, e escoavam a produção de bananas. De 1975 pra frente a construção da Rio - Santos.

A produção de banana era de 3000 cachos no verão (*setembro a março*), e no restante do ano, caía 50 a 75 %. O transporte era feito em 10 a 15 burros, para vizinhos (*faziam frete*), saíam de madrugada e voltavam depois do almoço. Entregavam banana até no cais de Paraty, e dali ia para o RJ via Itacuruçá.

Mão de obra – era forte a presença da família, mas havia os mutirões, num dia até 60 homens trabalhando em mutirões. Maneira muito importante de desenvolver as

---

<sup>17</sup> Como medida de capacidade: 1 alqueire – 40 litros.

<sup>18</sup> Como medida de área: 1 alqueire = 48.400 m<sup>2</sup>.

atividades, numa semana seis sítios (*seis famílias*) conseguiam fazer roçadas e outros serviços, mas também (*se usava*) o pagamento de diárias. O manejo e colheita eram os períodos de mais necessidade. Era mais fácil porque todos tinham a mesma atividade.

Mas com a chegada da empresa construtora da rodovia Rio - Santos houve um grande (*processo de abandono*) êxodo, cerca de 80% dos agricultores deixaram suas lavouras para trabalhar na construção da estrada. (1975 em diante).

Ainda os agricultores continuam sendo descartados pelo sistema público de um modo geral, e se naquela época tivesse uma visão governamental, um apoio, a história seria outra. Não havia estrada, não havia consumo para a produção, e o pessoal foi deixando (*a atividade agricultura*). O que ganhava num ano inteiro na lavoura (*equivalia*) a 1 mês de trabalho na estrada. Do Patrimônio até Caraguatatuba/SP foram mais de 150 famílias que largaram a agricultura, venderam por bagatela. Nós compramos quatro sítios – 89 alqueires – dessas famílias que estavam abandonando.

Em 1978, 4 anos após o início da construção da rodovia, melhora o transporte, e melhoram as vendas. Mas sempre existiu muita dificuldade, muita burocracia. Nós fomos dos remanescentes. Remanescentes na localidade do Patrimônio: sete famílias (das oitenta originais). Perto de 10%. Meu irmão foi trabalhar em Furnas, e depois pro RJ, e agora trabalha num condomínio em Paraty.

Ainda nessa época, creio que a produção agrícola caiu cerca de 70% nessa época, em função do abandono da atividade. Em 1972 saíram 26 famílias para Rondônia, somente quatro retornaram para Paraty. São meus parentes.

Casei em 1974, e de 1976 a 1995 foi representante de uma revista, mas nunca deixei a atividade agrícola, nunca abri mão, para uso e para venda. A partir de 1995 voltei a me dedicar integralmente na agricultura.

**Entrevistador:** Eraldo, fale um pouco sobre os SAFs em seu sítio, como começou...

**Entrevistado:** desde que eu me entendi por gente, o cultivo de meu pai sempre foi assim, que herdou do meu bisavô, que era suíço; era o consórcio ou “casamento” de plantas. Papai desmatava uma área e entrava com café e frutíferas (*abacate*), cana nas entrelinhas, mandiocal também no meio do cafezal, milho, feijão e arroz nesse sistema (*de consórcio*).

Em 94 quando ouvi falar sobre agrofloresta eu (*pensei*) que (*já*) fazia aquilo. Fazia queimada controlada, com cuidado, meu pai tinha essa cultura herdada do seu pai e do seu avô (*bisavô do Eraldo*), que era suíço. Muito cuidadoso e não botava fogo perto de água.

Sobre o batume: era o mato com menos de 18 meses, e tinha que tirar tudo na enxada, não queimava nada para plantar, era o batume. É um esterco, conserva a terra úmida. A avaliação era pela idade da vegetação.

**Entrevistador:** Esse batume era incorporado ao solo?

**Entrevistado:** O capoeirão mais grosso era queimado, mas com muito cuidado. Isso deixou uma herança muito forte para nós. Agora em julho, vou tirar um pouco de capoeirão grosso, quero fazer um plantio de mudas, mas não vou usar fogo. Tenho sofrido queimadas, na área das abelhas, etc. Por exemplo, o plantio de cupuaçu foi afetado por uma queimada.

As lavouras de meu pai eram todas consorciadas. Quando apareceu (*em 94*) eu abracei logo a agrofloresta, veio como luva para mim.

**Entrevistador:** Como chegou isso? E através de quem? E como começou a melhoria de seu sistema de produção p/ SAF?

**Entrevistado:** A 1ª informação técnica (*sobre SAF*) veio através do IDACO com a EMATER RIO, havia uma parceria. Em 1998 o IDACO promoveu uma visita na Cooperafloresta, em Barra do Turvo. Aí comecei a dinamizar o SAF com mais técnica. O retorno tem sido muito satisfatório. Qualquer monocultura que eu fizer, terei mais rendimento. Por exemplo, se eu plantar só mandioca, terei mais rendimento, mas só terei mandioca. (*Se*) Eu tiro um pouquinho de um e de outro, terei 3, 4 vezes mais.

Por exemplo, a dinâmica da feira. A gente vai pra feira, leva seis produtos diferentes, o pessoal (*consumidor*) na feira quer trazer a bolsa completa. A agrofloresta proporciona isso. Eu não vou um dia na roça sem trazer comida, a menos que não queira. Isso é muito importante.

A variedade de frutíferas, tubérculos, folhosas, grãos, eu já cheguei a plantar milho, soja, sorgo, feijão (*4 variedades: azuki, de porco, preto e carioquinha*). A gente tem o cuidado de plantar uma área com a semente mais específica (*para aquela área*). No meio disso tudo vai quiabo, pimentão, gengibre, chuchu, taioba, cará, batata doce,

tudo no meio (*do SAF*). Quando vem o sombreamento, aí não adianta plantar (*culturas anuais*). Vou plantar brócolis.

**Entrevistador:** Como você tá vendo hoje sua comercialização? Tem a gastronomia sustentável, já algum tempo, essa aproximação, como é que tá isso na prática?

**Entrevistado:** sobre a apicultura; por causa do mel as pessoas vêm e descobrem outras coisas. Eu saio de casa pra vender por companheirismo, eu vou à feira dar um pouco de mim para os colegas.

Sempre gostei de descobrir as coisas. Em criança a gente fazia suco dos frutos da juçara. Uma experiência prática. De 1994 pra cá, quando descobri o açaí, descobri açaizais em Caraguatatuba, e busquei sementes. Separava as sementes, e fui fazendo polpa de açaí. Metia no liquidificador e me virava. Isso vai agregando valor, divulgando e aproximando as pessoas.

Os valores naturais estão sendo resgatados na época pós-moderna. A produção orgânica (*está sendo resgatada*), nós nunca usamos adubos químicos, meu pai nunca conheceu adubo químico.

**Entrevistador:** Você vende seus produtos em casa?

**Entrevistado:** normalmente as pessoas ligam e pedem algo específico, e eventualmente pedem o que você tiver aí. A gente tá trabalhando isso como opção para o consumidor (*a diversificação de produtos oferecidos*). Dos condomínios, às vezes tem encomenda específica – (*principalmente*) mel e palmito. Palmito – pupunha e palmeira real. Também o palmito do açaí, e hoje a polpa de juçara.

Venda em casa, e entrega de produtos e cestas. Eu estou lutando (*na feira*) pela visão dos produtos, vamos melhorar a nossa produção; a questão é a variedade, o conteúdo. Está ligada ao planejamento e diversificação da produção.

Existem cerca de 60 a 70 agrofloresteiros no município, e a maioria são discípulos meus e de Zé Ferreira. Vamos diversificar a nossa produção. Usar o manejo correto, e higiene também. A gente começar a melhorar o nosso visual (*dos produtos*). É um tipo de vaidade simples que ajuda.

**Entrevistador:** Eraldo, você podia me contar um pouco da história do CAP, do Coletivo Agroecológico de Paraty, desde o início dele, a comercialização, como ele passou pela feira, e o fornecimento de produtos para a alimentação escolar, um pouco dessa história?

**Entrevistado:** Essa atividade nossa já está com 10 anos, completou 10 anos, e temos tido um avanço bom. Conseguimos nos últimos 4 anos, depois que organizamos o sistema da feira, a gente tem tido uma boa oportunidade de escoar os produtos, sendo que os agricultores, em sua maioria, que estão produzindo, nem todos tem acompanhado esta dinâmica da comercialização em feira (*você já deve ter percebido, ou sabe disso muito bem*), há muitas pessoas que não sabem vender, não gostam de vender, sabem produzir, mas tem este entrave (*na hora de vender*) de escoar seu próprio produto, de levar para a feira, etc. Essa é uma das razões do grupo não estar maior, (*de estar*) mais alavancado.

Tem uns colegas que não gostam de vender, aí passa para a gente (*vender*); a gente tira uma pequena porcentagem. No ano passado, depois que nós criamos a Associação de Produtores Orgânicos de Paraty (*APOP*), a atividade parece que está tomando outro rumo melhor. Tá havendo mais interesse, mais despertamento (*sic*), temos tido mutirões aí com 40 pessoas, e a dinâmica está muito boa. A prefeitura, de certa forma, tem tomado conhecimento disso, e está apostando na gente para aquisição de alimentos para a merenda. Estamos hoje, se não me engano, com 22 ou 23 agricultores, que está direto aqui em Paraty, com esta oferta para as escolas do município.

A PACOVÁ (*uma cooperativa de agricultores familiares que fica em Barra Grande*) está oferecendo bananada, e indiretamente tem um grupo bom que fornece banana para a cooperativa e ela transforma em bananada. Não é muita coisa, mas para o município, que tem a questão da banana, da produção da banana, deixada há quase 20 anos, por causa dessa inovação no sistema de produção de banana, com produtos químicos que usam para produzir muito fruto em pouco espaço (*produtividade*), então a banana aqui (*produzida no sistema de produção tradicional, dentro da mata, em Paraty*) perdeu o valor. Agora está voltando, o pessoal está voltando a plantar, e algumas pessoas que tinham largado a atividade (*agricultura*) tá entrando no grupo, fazendo uma retomada no cultivo da terra. Isso prá gente é muito compensador porque

imagine bem, o êxodo rural tem sido uma coisa muito forte, nacionalmente falando, não para de acontecer.

E um lugar como o nosso aqui, por causa do turismo, é um pouco mais complexo, porque a pessoa acha que tem aquele emprego lá com um saláriozinho fixo, acha que está bom, e larga a terra para lá, acaba picotando o sítio em pequenos pedaços, criando (desculpe vou usar umas palavras aqui meio pejorativo) umas favelas por aí, que isso não é nada bom.

Vou citar aqui um exemplo muito clássico: um senhor falou há pouco tempo, eu perguntei “como é que o senhor está?”. “Ah, meu filho eu estou muito triste”. “Mas o que é que foi, meu senhor? ”, “Olha, eu vendi o meu sítio, vendo os pedaços, e depois vendi o restante para um senhor de fora, eu estou fazendo 90 anos, nasci e me criei lá até os 75 anos, e faz uns 15 anos que saí de lá. Agora, convidei meus filhos para fazer uma festa, fomos pedir ao dono para fazer uma festa pelo meu aniversário”. Ele não permitiu nem a minha entrada lá. Então essa percepção, esse despertamento do homem que nasceu no campo, viveu no campo, tomou outro rumo, e agora está tomando o rumo de volta?

**Entrevistador:** Eu queria que você falasse um pouquinho, hoje, que produtos estão sendo fornecidos por este grupo de agricultores dentro da associação (APOP), para a alimentação escolar, e quantos são os agricultores?

**Entrevistado:** Direto, tem uns 22, e indireto, mais uns 15. Os produtos são: a bananada, palmito (*da pupunha*), já está sendo (*planejada*) a polpa da juçara, e a polpa de açaí; o prefeito já falou para a gente para a partir de fevereiro (2016) já entregar a polpa de açaí; tem um colega que tem umas vacas Jersey, ele prepara um *mix*, de iogurte, produto beneficiado, né?

**Entrevistador:** E tem aquele selo municipal<sup>19</sup>?

**Entrevistado:** Tem, tem. E os demais, palmito, banana, limão, aipim, batata doce, inhame, couve (*mineira*), farinha de mandioca.

**Entrevistador:** Já tem bastante produto em relação à primeira.

---

<sup>19</sup> Selo de inspeção sanitária municipal.

**Entrevistado:** A primeira era só banana, palmito, farinha de mandioca e aipim, uns 4 ou 5 itens só. Não oferecemos 20 itens porque os produtores estão desestruturados para oferecer, mas pediram.

**Entrevistador:** Ou seja, tem demanda da escola.

**Entrevistado:** Tem demanda. Outra coisa: não estamos oferecendo todo produto para a escola porque esse nosso lado, o lado da produção, tá um desfalque, pelo fato dos produtores terem abandonado sua área produtiva, e terem ido para os empregos, né? Mas o caminho tá aparecendo outro. A gente tá brigando aí por uma parceria mais forte, poder público e agricultores, para que os caminhos sejam mais viabilizados no que tange à metodologia da produção. Querendo ou não, algumas pessoas têm gasto mesmo, e precisa pelo menos inicialmente, de algum ganho financeiro, para recomeçar. Um apoio, eu vejo, estão trabalhando para isso, se começar a partir do ano que vem, essa oportunidade aí, algum dinheiro para ..., um juro que seja coerente, para o produtor, vai haver um crescimento muito bom, né?

**Entrevistador:** Eraldo, só para voltar nessa questão da polpa da juçara, que é muito importante, para Paraty. Como já está acontecendo em Ubatuba, como seria a questão do processamento e beneficiamento? A prefeitura tem alguma ideia de apoiar, comprando equipamento? Como seria isso?

**Entrevistado:** A princípio, o prefeito falou em nossas duas últimas reuniões da compra do material. O local (*onde vai ficar*) o equipamento, isso é por conta do produtor; todavia a gente vê um caminho mais seguro, na organização de um grupo, no caso a associação que estamos formando. Porque se eu não tenho condição sozinho (*de arcar com os custos de uma unidade de beneficiamento*), mas uma meia dúzia, 10 ou 15 pessoas, a gente tem condição de estruturar um local aí, criar um espaço de beneficiamento com todos os requisitos exigidos pela vigilância sanitária, para que possa atender as exigências dentro dos parâmetros.

Hoje no município tem uns quatro ou cinco agricultores com uma despoldadeira, quem começou isso fui em 1994.

**Entrevistador:** Uma curiosidade: quanto custa hoje uma despoldadeira?

**Entrevistado:** Uma despoldadeira de 20 litros está em torno de R\$ 2.600,00 a R\$ 2.800,00. O problema é que eles (*o fabricante*) custam a entregar, eu estou esperando há 5 meses.

**Entrevistador:** Sobre o seu SAF, você podia me contar um pouquinho como ele se compõe? Você tem mais de um tipo de arranjo ou desenho? Quais as espécies? Como você trabalha este SAF ao longo do ano?

**Entrevistado:** Eu tenho tentado aprender com a Natureza, com a prática, a gente erra aqui, acerta ali, tenho tentado descobrir sempre a metodologia melhor, não só para instalar uma agrofloresta, mas também vendo o resultado, no caso de produto. Aí tanto a escolha de local, como também o que plantar, eu trabalhado isso porque algumas espécies que se desenvolvem muito rápido. Vou citar uma aqui, o ingá; no passado demoramos um pouco a fazer o manejo na copa dele, e outras plantas foram muito sacrificadas, porque atrasou muito o seu desempenho, por causa disso. Um espaço que eu tenho ali na várzea, com uma terra muito boa, o ingá com dois anos dá uma árvore muito boa, bem frondosa, bem formada mesmo. Então estou espaçando mais, não como fazia (*antes*), muito próximo (*o espaçamento*), e tendo o cuidado de com 1,5 ano (*de idade da planta*) para frente trabalhar já a poda da copa.

**Entrevistador:** O ingá tem um papel importante no SAF? Podia falar um pouquinho?

**Entrevistado:** Muito importante. Por ser uma leguminosa, pelo fato de desempenhar (*desenvolver*) muito rápido, oferece uma quantidade de biomassa muito grande, para o solo. E no ano seguinte, às vezes 8 meses depois (*da última poda*), precisa podar de novo. Uma vez que a gente descobriu isso, a gente vê uma grande quantidade de cobertura morta sobre o solo, então o ingá é uma das principais. A mucuna também é outra, mas a gente não deve plantar ela no meio de outras plantas, porque ela vai dominar tudo; é muito agressiva, ela precisa de apoio.

**Entrevistador:** Você usa outros tipos de mucuna?

**Entrevistado:** Eu uso dois tipos: a preta e a cinza. Voltando a falar do ingá, a gente tem usado de 4 a 5 tipos, inclusive eu trouxe do Amazonas o ingá de metro, cheguei a tirar uma vagem com 3,6 quilos. Uso a também a sena, e não dispense o guandu, a crotalária e o feijão de porco. Mas entre todos esses, o ingá sobressai; muito rápido e muito



volume. E com relação a variedades, eu tenho hoje, entre (*plantas*) produzindo e para produção posterior, eu estou com 76 variedades de frutíferas, (...) a lichia já está produzindo, cupuaçu, eu tenho até castanha do Pará, isso vai uns 30 anos, mas um dia vai dar. Tenho aproximadamente umas 40 variedades (*de árvores para produção*) de madeira, e umas 10 ou 12 ornamentais, que eu gosto. Leguminosas no mínimo 10 variedades no meio da agrofloresta, algumas perenes e outras anuais.

**Entrevistador:** Agora cultura anual; você costuma plantar um feijão, um aipim, no meio da agrofloresta?

**Entrevistado:** Toda agrofloresta, nos primeiros dois anos, eu cultivo milho, feijão, aipim, hortaliças, inhame, taioba. Banana eu tenho no meio da agrofloresta e com 13 anos ainda tá produzindo, e bons cachos.

**Entrevistador:** Eraldo, você tem tido algum problema no manejo do SAF, como você falou agora, a necessidade do corte de uma árvore? Você tem tido algum problema com relação à legislação ambiental, fiscalização, por parte de um órgão como o INEA ou mesmo o IBAMA?

**Entrevistado:** Eu costumo ser coerente com os princípios legais. No entanto, pelo trabalho que a gente desempenha, eu tenho aqui na região uma grande quantidade de plantas (*nos sítios*) que passaram nas minhas mãos, eu doo mudas para recuperar áreas degradadas, encostas, nascentes. E isso, com essas dinâmicas de fiscalização, eu, Zé Ferreira, Valdevino, temos certo conhecimento por parte desses órgãos, desde o nosso Estado até em Brasília, eles têm um certo respeito pelo nosso trabalho. Eu tirei agora uma licença para cortar quatro eucaliptos que secaram, e um jatobá monstruoso que caiu lá no nosso sítio, para a gente aproveitar como madeira.

**Entrevistador:** E foi concedida a licença?

**Entrevistado:** Foi concedida a licença, sem entrave nenhum. Agora com relação à poda das arbóreas no SAF, eu apenas aviso, falo que tô fazendo, e meto as cabeças, não dou confiança não. Porque para tudo isso (*que está fazendo*), se a gente for procurar os caminhos legais, aí amarra, não sai não. Nos mutirões, no último agora no dia 10 de março, tirei lá umas 40 árvores, cortei tudo, tinha feito muita copa, inclusive tinha lá umas canelas, uma cheirosa, dá para fazer umas tábuas de 20, 25 (*cm*). Elas tinham as

copas a 30 metros de altura, não tinham como podar. Eu vou aproveitar a madeira, vou fazer algumas doações, e a gente vai brigando por esse espaço aí. A gente fala, para os órgãos competentes nessas áreas, eu fiz e isso, mostro fotos, e pelo outro lado que a gente desempenha, o cuidado de recuperar área degradada, produzindo consórcio com a Natureza, então eles têm respeito (*por nós*), e tem mais que ter mesmo!

A importância de produzir alimentos para o município, para as nossas crianças, como um alimento saudável, sem agrotóxico. Uma qualidade de vida que realmente merece respeito. Além da gente tentar harmonizar o nosso trabalho com a natureza, sem causar impacto negativo, a gente tá produzindo alimentos de altíssima qualidade; eu acho isso muito importante.

## **Entrevista com agricultores**

### **Entrevista 7**

**Nome fictício na tese:** José

**Nome:** Jarbas Alves de Souza

**Data:** 01/05/2013

**Local:** Curupira, Paraty

**Tempo de Entrevista:** 1h, 47'35''

**Entrevistador:** Jarbas, você poderia falar um pouco sobre sua origem, aonde nasceu, sua família, etc?

**Entrevistado:** A história que eu tenho é a que meu pai e minha mãe passaram para mim; posso provar com documentos que eu nasci em 1961. Depois eu me lembro que essa área toda aqui que estamos vendo era da família; lá era meu tio, ao lado era o irmão dele, Antônio Martins Alves (*Nico*), aqui meu pai, e naquele caminho que liga o Curupira ao Mamanguá era o cunhado do meu pai; dividindo com o sertão Alegre conhecido hoje como Pedreira. Lá existe um poço chamado Poço dos Cachorros, que é um ponto que divide a Fazenda da Itatinga com Paraty-Mirim.

Em 1964 havia esse assentamento do decreto do governador Roberto da Silveira, e vieram pessoas do Espírito Santo, e de outros lugares, para um assentamento com fins de desapropriação para reforma agrária. O assentamento começou na beira de um caminho, pois não havia estrada ainda (a Rio - Santos nos anos 1970), as posses eram de 50 ou de 100 braças (o tamanho), de acordo com o tamanho da família. E aqui se

respeitou a posse das famílias mais antigas até 1972, quando houve o projeto da estrada Rio - Santos, e junto com esse projeto nasce um trabalho do IBDF<sup>20</sup>.

O tenente Luiz trouxe essa fiscalização para Paraty, e o filho dele – Álvaro – aposentou recentemente como guarda florestal. Com isso ele começou a fazer apreensões de ferramentas (dos agricultores), aplicando multas, e impedindo a atividade agrícola na região. O que eu alcancei foi o milho, grande produção de arroz, e de farinha de mandioca. Paraty não tinha como consumir isso, então a produção ia para Angra dos Reis e Mangaratiba. Pessoas da Itatinga faziam esse transporte, e algumas se interessaram pela compra da banana. A produção já existia antes da construção da estrada, e quando veio a proibição para não continuar mais a devastar, não podia perder tudo num curto espaço de tempo; então a produção foi decaindo gradativamente, da seguinte maneira: oferecendo emprego através da construção, porém tinha um pré-requisito, que era ser jovem. Na época meu pai não teve condições de ser empregado da CR Almeida, porque tinha a idade que eu tenho hoje, ou mais, e não tinha mais condições de ser empregado.

A maneira que ele encontrou para viver na época era ser agricultor (chamava-se lavrador), mas meu irmão mais velho foi empregado da construção. Outros parentes e primos trabalharam na roça, mas depois se empregaram na construção civil, e até no condomínio Laranjeiras. A minha 1ª carteira assinada é dessa época (anos 1980), e foi no condomínio Laranjeiras. Pouco mais de 90 dias! Essa busca por um trabalho novo não foi motivada pela necessidade de complementação da renda da propriedade, mas algo natural que é buscar o conhecimento de coisas novas. Fiquei pouco tempo porque eu não aguentei ficar parado, meu costume é se movimentar.

Eu defendo (a ideia) de que a gente tem que trabalhar para a gente mesmo. Embora eu tenha conhecimento de marcenaria, alvenaria, madeiramento, eu valorizo o verde, a plantação, produzir alimento: então eu voltei para a roça. Na verdade, eu nunca saí da roça, pois mesmo quando eu trabalhei fora o sítio continuou produzindo, meus primos tomaram conta.

A produção da mandioca caía devido ao enfraquecimento da terra, e não havia como compensar essa queda na produção, pois já havia a proibição de abrir novas áreas de plantio. Isso aqui (uma área com vegetação no sítio) era um capim melado, uma

---

<sup>20</sup> IBDF = Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, predecessor do IBAMA.

tiguera, e como não podia desmatar mais, virou uma capoeira. Eu plantava muito e cheguei a produzir seis sacos de farinha por dia. Mas não compensava porque eram seis sacos de farinha para serem vendidos na cidade, e (recebia pela venda) um saco de compras de volta; era uma ilusão!

**Entrevistador:** Você falou da restrição ao plantio por parte do órgão ambiental, do antigo IBDF, pergunto se isso era por conta da criação do parque (estadual de Paraty-Mirim<sup>21</sup>), ou foi antes de sua criação?

**Entrevistado:** Não, foi bem antes do projeto do parque. Me parece que quanto a vinda do tenente Luiz não procurei ver a data de criação do IBDF (1972 a 1976), tem a ver com a criação do PARNASO. Só que nunca foi passado para nós os limites das cotas, e por falta de uma pessoa que desse essa orientação, passaria para nós a razão da não continuação (de poder produzir). E eles ganharam o poder de fiscalizar do jeito deles (fiscais, gestores, etc.) e usar uma linguagem que a gente não entende. Por exemplo: não pode queimar, não pode tacar fogo (na vegetação). Mas quem disse isso? Eu entendo que o fogo é sagrado, eu preciso do fogo para me aquecer, para preparar o alimento, uma forma de guardar os alimentos, preciso de fogo para produzir farinha (para consumir e vender), ou seja, o fogo é tão importante quanto a água. O que entendo que possa ser considerado crime é (o uso do fogo) a esmo, sem nenhuma razão de uso. Como se vai manter uma pastagem sem usar o fogo? Se não tenho como fazer o destocamento, como faço para renovar uma pastagem? Agrofloresta por exemplo: precisa explicar numa linguagem acessível como manejar, o que é permitido fazer com a árvore adulta, diante da legislação florestal.

Em 1996 apareceu aqui um reitor universitário e um supervisor, trazendo um projeto que era de um grupo de estudantes, a intenção era tentar encontrar uma forma que os moradores e agricultores trabalhem em consórcio com a Mata Atlântica. E eles vieram até aqui, e em 2002 ou 2004 este projeto da ESALQ veio para Paraty, e eles passaram novamente por aqui. Tive a oportunidade de conversar sobre as questões ambientais, e eu quis saber aonde eles queriam chegar. Falamos sobre curva de nível, e perguntaram sobre o uso do solo: manejo da matéria orgânica, o uso de folhas da bananeira na cova do cará, cobertura do solo. Eles disseram: “o que queremos é

---

<sup>21</sup> Ver no capítulo 2 desta tese o subitem que fala dos conflitos atuais dos agricultores e comunidades tradicionais com os órgãos de fiscalização e conservação ambiental.

preservar essa Mata Atlântica, se possível deixar tudo verde”. Então eles disseram que podiam provar que tem como consorciar dentro da mata e continuar plantando.

O 1º agrônomo que esteve aqui em Paraty em três reuniões nas quais estive convidado, ele trouxe a ideia de não roçar mais o bananal da forma que era feito; a banana no raleio a gente consegue manter a qualidade, tem que tirar a sombra, porque senão ela escurece e não desenvolve. Mas ele dizia que podia deixar sombreado, só roçava e deixava as trilhas. Mas essa banana chegava na CEASA e era rejeitada em detrimento daquela vinda do ES, porque não tinha qualidade. Então tem que deixar no limpo, com desbaste da touceira, e a pleno Sol.

**Entrevistador:** Onde você desenvolve a atividade de pesca, Jarbas?

**Entrevistado:** Na época do camarão, quando ele entra aqui no Saco do Mamanguá, varia com o crescimento dele, entre julho e agosto, até novembro, dezembro, quando ele – o camarão – está formado, e aí ele foge de novo. Então nesses meses de crescimento total, o Saco do Mamanguá (*a baía*) é bastante cercado, de redes de espera, ou rede de aperto. Você fica com a ponta do cabo na mão, estende a outra, faz a meia-lua, ou fecha o cerco e colhe. Só que está se tornando cada vez mais fraca este tipo de pesca, exatamente porque o ir e vir de pessoas que trabalham em outra atividade, e que utilizam embarcação a motor, com frequência diária, o que acaba por afugentar mais os peixes, e o camarão da área baixa. Isso dificulta quem pesca com remo (*nas áreas baixas*), que não pode ir muito longe, e faz com que a gente (*que tem a licença para pescar o camarão*) tenha que pescar peixe também. Quando a gente não encontra uma coisa para comer vai procurar uma outra.

E se estamos numa frente de trabalho direcionada à pesca, temos que usar estes apetrechos diferenciados. O que nos salva é o parati (*peixe*) e as misturas, que ficam em cardume nas frentes (*fóz*) dos rios, então quando as embarcações a motor passam, ele (*o cardume*) abre caminho, se espalha (*para as margens da baía*).

Entrevistador: Você sabe algo sobre o processo de recategorização?

O assunto é recategorização, e junto trazendo a criação de um parque estadual aqui no Paraty-Mirim e na região do saco do Mamanguá. A criação de um parque, a meu ver, ela deve ser primeiro conversado, explicado a razão, e a contrapartida às pessoas nativas, que vive da agricultura e da pesca. Para que depois da aprovação pelas

comunidades tradicionais, isso seja repassado à jurisdição do Estado, que deve ser votado pelos deputados. Caso seja aprovado, foi então de maneira correta. O que eu acho errado é essa modalidade obscura, dessa maneira de ser ou não ser, e a fiscalização tomar domínio antes de ser aprovada uma lei.

Me sinto um pouco sozinho porque não estou encontrando parceria, devido ao pequeno número de produtor que se intitula, e que seja realmente produtor ativo. Mas é um direito que existe, e que deve ser lembrado. A comunidade, o bairro, tem que criar sua legalidade, e defender e preservar sua cultura, sua atividade. Eu entendo que seja a forma de respeitar a vivência, o *habitat*, o seu lugar. Quando vamos pensar em preservação, vamos pensar em preservar primeiro a vida, em segundo lugar a saúde, em terceiro lugar a continuação da sobrevivência, gerar trabalho e renda, para continuar geração após geração.

**Entrevistador:** Você comentou, eu me sinto sozinho nessa luta, e tal. Mas ontem na reunião da Câmara Técnica (do Mosaico da Bocaina), onde se falou nesse assunto (recategorização do parque estadual da Juatinga), teve representação dos caiçaras, da Praia do Sono, tinham alguns indígenas, e o pessoal do Quilombo do Campinho. Então tem uma rede cuidando disso, com outras pessoas, para que tenha um encaminhamento que seja favorável às populações, e que vai no sentido da criação de uma RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

**Entrevistado:** Uma RDS, tá. Já me sinto um pouco mais confortável em saber que há essa articulação entre as comunidades, e povos tradicionais. Temos que definir se o interesse desse parque é de uma forma a dar subsídio para possamos conviver de uma forma harmoniosa; sentirmos satisfeitos com o projeto proposto, embora tenha que se readequar a uma nova modalidade de vida. Embora defendendo os princípios, continuando, plantando, colhendo, vendendo, consumindo, pois o pequeno produtor, da agricultura familiar, o pescador artesanal, no meu entender ele pensa primeiro na sua subsistência, e o excedente é que se vende para suprir as necessidades básicas gerando renda. Por isso que é que eu me sinto feliz dentro daquilo que eu aprendi. Fazer várias coisas. Quando uma fracassa, por alguma razão, eu me defendo com a outra. Eu não quero ser obrigado a ser um produtor só da mandioca. Se eu tiver um problema com a mandioca, eu tenho um palmito, uma banana. Ali tem um taquaral, bambu, eu dali faço

esses apetrechos (*artesanato de cestaria*), e vou me defender com o artesanato. Então esses são os princípios, e o que nós identifica (*sic*) como caiçara.

Cada um de nós (*caiçara*) temos (*sic*) um conhecimento bastante diferenciado, porque há essa mistura no sangue. Defender o território é a nossa marca. Isso aqui eu tomo conta, eu zelo, eu trato, mas que seja do meu jeito. É coisa que a gente tem no sangue.

Vamos falar de outro conhecimento, a engenharia, eu sou engenheiro porque aprendi a fazer engenho (de farinha), e isso vem de uma mistura de raças. Temos que buscar um diálogo maior entre o caiçara e o índio.

### **Entrevista com morador e jornalista.**

#### **Entrevista 8**

**Nome:** Euristácio Moura (Domingos)

**Data:** 21/07/2012

**Local:** Taquari, Paraty

**Tempo de duração da entrevista:** 43'14''

**Entrevistador:** Você poderia falar um pouco de sua origem, como veio para Paraty?

**Entrevistado:** Vim do Ceará, meu pai era agricultor, plantador de tomate. Ele usava tecnologia convencional com sistema de irrigação e agroquímicos, mas acabou endividado. Vim para o Rio com 19 anos.

Conheci Tarituba (comunidade à beira da baía da Ilha Grande) e tive uma identificação cultural, vontade de ter raízes numa comunidade, como no Ceará onde nasci. Conheci mestre Chiquinho, mestre do cateretê<sup>22</sup> de Tarituba, que é uma expressão cultural da região – xiba cateretê.

---

<sup>22</sup> Dança rural, em fileiras opostas e cantada, e cujo nome indica origem tupi, mas que coreograficamente se mostra muito influenciada pelos processos africanos de dançar; catira.



Em Taquari conheci outro mestre, Antônio Teodoro, que era agricultor e também rezador. Esteve envolvido na luta pela terra, reforma agrária, junto com Lauro Cantídio. Havia também a congada do Taquari, de mestre Abílio.

Falando sobre o processo de reforma agrária em Paraty, depois de 10 anos de ausência, o INCRA retorna a Taquari. Durante esses 10 anos o INCRA não indenizou a Fazenda (o pretense proprietário), então não era nem terra do INCRA e nem da Fazenda. O 1º mapeamento de Taquari indicava a existência de 70 famílias.

Neste ponto, Domingo narra as dificuldades de relacionamento do INCRA com os moradores, devido ao grande tempo ausente da dinâmica da comunidade.

Em seguida, fala do COMAMP (Conselho das Associações de Moradores de Paraty), e todas as associações que o compunham estavam atuantes naquela época, devido aos problemas comuns de luta pela terra. Esses problemas ocorriam não só com o INCRA, mas com o PARNASO, INEA, IBAMA, ITERJ, etc. A comunidade de Taquari se sentia pressionada pelos órgãos. Então o COMAMP organiza o 1º Seminário sobre a Questão Fundiária de Paraty. A legislação referente ao assentamento indicava diversas etapas e ações que não foram cumpridas pelos órgãos de regularização fundiária, como estudo de viabilidade, etc. Também critica a impossibilidade de permanência de profissionais liberais no assentamento, porque não são agricultores, mas seriam imprescindíveis numa comunidade a ser regularizada e com projeto de desenvolvimento.

Para Domingos, na cultura caiçara já estavam presentes elementos da Agroecologia, ou seja, ela já era praticada e vivida antes da chegada dos imigrantes. Fala também da importância dos quintais agroflorestais.

Para ele, o turismo está destruindo a cultura caiçara. O turismo é importante, mas ameaça a cultura de Paraty.

Fala da vinda do Ernst Gotsch, importante pelo conhecimento prático trazido, a agrofloresta começou com o agroecoturismo, segundo Domingos. Depois vieram o PRODETAB, o PDA, numa sequência de projetos com recursos para apoiar outras formas de produção.

Captação de um recurso da FASE, através do IDACO, com Rodrigo Rocha e Rodrigo Bacelar. Para ele, Domingos, os dois Rodrigos e mais o Claudemar são as três

---

V. xiba: Espécie de dança rural cantada, popular, provavelmente de origem portuguesa, mas cujo ritmo sofreu alterações por influência negra.

peessoas mais importantes nesse processo de aproximação da universidade com as comunidades em Paraty, e contribuição do acadêmico com o rural. Entre os agricultores, os mais importantes são o Zé Ferreira, o Eraldo e o Valdevino.

A experiência de Valdevino é anterior a de Zé Ferreira; era mais intuitivo. O Zé é mais estudo, construiu muita coisa do nada, o Eraldo é mais *light*, mas todos são apaixonados pelo que fazem.

Importância da posse da terra como segurança e permanência no território, para o manejo dos recursos naturais. Domingos fala da comunidade do Campinho, da titulação, e do sistema comunal de terras. Fala também da importância da contribuição do conhecimento acadêmico, que veio para melhorar o manejo camponês dos recursos naturais, via projetos como PRODETAB e PDA. Começou com o GAE, com poucos recursos (R\$ 9.000,00) até chegar num PDA. Para ele, um grande benefício dessa aproximação que houve entre universidade e comunidades de Paraty é seu efeito difusor; os agricultores beneficiados e que implantaram SAFs se tornaram multiplicadores dessa tecnologia.

Fala da importância do Seu Maneco (citado no capítulo 2 da tese). Carta Caiçara – documento da cultura caiçara, realizado pelo projeto *Raízes e Frutos*, de estudantes da UFRJ. Na Carta estão depoimentos de diversos caiçaras na Cajaíba, os conflitos com órgão ambiental, a criação de áreas de conservação e a alteração do modo de vida das comunidades. Melhorou em relação a renda, mas piorou na educação (depoimento). Seu Piá (mestre griô): *eu nunca tive professor e também nunca tive infância, só trabalho, roça e pesca, roça e pesca.*